

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	4
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	6
1.5 Principais clientes	25
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	26
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	29
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	30
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	31
1.10 Informações de sociedade de economia mista	33
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	34
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	35
1.13 Acordos de acionistas	36
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	37
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	38
1.16 Outras informações relevantes	39
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	40
2.2 Resultados operacional e financeiro	48
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	53
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	54
2.5 Medições não contábeis	56
2.6 Eventos subsequentes as DFs	57
2.7 Destinação de resultados	58
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	60
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	61
2.10 Planos de negócios	62
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	67
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	68
3.2 Acompanhamento das projeções	69

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	71
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	86
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	87
4.4 Processos não sigilosos relevantes	92
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	119
4.6 Processos sigilosos relevantes	120
4.7 Outras contingências relevantes	121
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	122
5.2 Descrição dos controles internos	127
5.3 Programa de integridade	129
5.4 Alterações significativas	134
5.5 Outras informações relevantes	135
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	136
6.3 Distribuição de capital	194
6.4 Participação em sociedades	195
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	197
6.6 Outras informações relevantes	200
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	201
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	207
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	208
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	210
7.4 Composição dos comitês	235
7.5 Relações familiares	252
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	254
7.7 Acordos/seguros de administradores	268
7.8 Outras informações relevantes	269
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	270

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	274
8.3 Remuneração variável	278
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	280
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	285
8.6 Outorga de opções de compra de ações	286
8.7 Opções em aberto	287
8.8 Opções exercidas e ações entregues	288
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	289
8.10 Outorga de ações	290
8.11 Ações entregues	291
8.12 Precificação das ações/opções	292
8.13 Participações detidas por órgão	294
8.14 Planos de previdência	295
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	296
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	299
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	300
8.18 Remuneração - Outras funções	301
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	302
8.20 Outras informações relevantes	303
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	305
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	307
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	308
10.1 Descrição dos recursos humanos	310
10.2 Alterações relevantes	312
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	313
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	317
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	318
10.5 Outras informações relevantes	320
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	321

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	322
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	337
11.3 Outras informações relevantes	338
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	339
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	340
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	341
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	346
12.5 Mercados de negociação no Brasil	347
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	348
12.7 Títulos emitidos no exterior	349
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	350
12.9 Outras informações relevantes	351
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	379
13.1 Declaração do diretor presidente	380
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	381
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	382

1.1 Histórico do emissor

1.1 Histórico do emissor

A história da Dexco se inicia na década de 1950. Fundada em 1951 e listada na Bolsa de Valores de São Paulo desde junho do mesmo ano, a então Duratex S.A. Indústria e Comércio começou suas atividades com a fabricação de chapas de fibra de madeira, por meio de uma operação inédita no Brasil. A primeira fábrica entrou em operação em Jundiaí (SP), em 1954. Na década de 1970, a Companhia expandiu sua estrutura produtiva e de abastecimento com a aquisição de área florestal em Lençóis Paulista (SP), a inauguração da unidade de Taquari (RS) e a abertura de escritório nos Estados Unidos.

Em 1972, a Companhia incorporou a Deca, passando a atuar nos segmentos de metais e louças sanitárias. A ampliação da Divisão Deca e a aquisição de novas unidades fabris marcaram a consolidação da atuação da Companhia nos anos seguintes. Ainda na década de 1980, a Dexco iniciou a produção de MDP e, em 1997, inaugurou a primeira linha de MDF do Brasil, seguida pelo lançamento da primeira linha nacional de pisos laminados. Na mesma década, fortaleceu sua presença internacional, especialmente na Argentina e nos Estados Unidos, e tornou-se a primeira empresa da América do Sul a conquistar certificação internacional de manejo florestal.

Nos anos 2000, ampliou sua presença externa com exportações para a Europa e México, e consolidou a Divisão Madeira com seis unidades. Em 2005, aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da então BM&FBovespa (atual B3) e, em 2008, passou a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Ainda em 2008, adquiriu as empresas Ideal Standard e Cerâmica Monte Carlo, ampliando a Divisão Deca e sua presença nacional. Em 2009, foi realizada a associação com a Satipel, posicionando a Dexco como maior operação de painéis do Hemisfério Sul. Nesse mesmo ano, inaugurou a maior linha de MDF do mundo em Agudos (SP), encerrou as atividades da unidade de Jundiaí (SP) e passou a integrar o Novo Mercado da B3.

Entre 2012 e 2015, a Companhia realizou movimentos importantes de expansão e diversificação, incluindo a entrada no mercado colombiano com a aquisição da Tablemac, a criação da joint venture Caetex para manejo florestal no Nordeste e a entrada no segmento de chuveiros e aquecedores elétricos com as marcas Thermosystem e Duchas Corona.

Em 2017, ingressou no setor de Revestimentos Cerâmicos com a aquisição da Ceusa, ampliando sua atuação em um novo segmento. Nesse mesmo ano, lançou seu novo propósito institucional: Soluções para Melhor Viver. Na prática, começou a atuar diariamente não só para fabricar produtos com a qualidade e a excelência já conhecidas pelo mercado, mas também para oferecer a cada um de nossos consumidores finais soluções completas que, efetivamente, proporcionem um melhor viver.

A Companhia anunciou, em 2018, a criação da *joint venture* LD Celulose, em parceria com a austríaca Lenzing, para implantação de uma fábrica de celulose solúvel em Minas Gerais, projeto viabilizado por meio de investimento financeiro e aporte florestal. A LD Celulose conta com um contrato de venda de longo prazo (*offtake agreement*) com a Lenzing, assegurando a destinação da produção. No mesmo ano, em linha com sua estratégia de otimização de ativos e ganho de sinergias industriais, a então Duratex promoveu ajustes em seu parque fabril, incluindo o encerramento da operação de chuveiros elétricos em Tubarão (SC), com transferência das linhas para Aracaju (SE), a venda do negócio de chapas de fibras de madeira, o fechamento da unidade de Botucatu (SP) e a reativação da unidade de Itapetininga (SP).

Em 2019, a Dexco anunciou a aquisição da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A., com atuação no segmento premium por meio das marcas Cecrisa (descontinuada) e Portinari. A operação ampliou o portfólio da Companhia no segmento de revestimentos cerâmicos e passou a integrar seus resultados a partir de agosto do mesmo ano. Como parte do processo de integração e otimização industrial, a unidade de Santa Luzia (MG) teve suas operações encerradas, com transferência dos ativos para as fábricas de Criciúma (SC). Ainda em 2019, na Divisão Deca, foi anunciado o encerramento da unidade de louças em São Leopoldo (RS), com a redistribuição dos ativos para outras plantas da Companhia, sem impacto na capacidade total de produção.

Em 2020, diante do cenário de incerteza causado pela pandemia de COVID-19, a Dexco adotou medidas para proteger colaboradores, clientes e parceiros, assegurando a continuidade das operações. Foi criado um Comitê de Crise, responsável por conduzir a Companhia em um momento de retração de demanda e apoiar a retomada com agilidade e assertividade. As mudanças no comportamento dos consumidores, com maior valorização do ambiente doméstico, impulsionaram a demanda por produtos voltados à casa, contribuindo para resultados recordes no período. Ainda em 2020, a Companhia redesenhou sua Estratégia de Sustentabilidade, alinhando-a ao novo posicionamento corporativo e às transformações globais em direção a uma economia mais verde, com foco em oferecer, além de produtos, bem-estar às pessoas.

1.1 Histórico do emissor

Em 2021, ao completar 70 anos de história, a Companhia alterou sua denominação social de Duratex para Dexco, consolidando uma nova fase estratégica marcada por crescimento, inovação e reposicionamento de marca. No mesmo ano, foram anunciados investimentos relevantes em todas as frentes de negócio, com foco em aumento de capacidade produtiva, modernização industrial e expansão florestal, o então Ciclo de Investimentos 2021-2025, com o anúncio de R\$ 2,5 bilhões. Ainda em 2021, a Dexco lançou o DX Ventures, seu fundo de Corporate Venture Capital, voltado a startups e scale-ups com foco em inovação no setor construtivo. Por meio dele, foram realizados aportes em empresas como Urbem, Noah e Brasil ao Cubo, reforçando o compromisso com soluções sustentáveis e novos modelos construtivos. Também foi anunciada a aquisição de 10% de participação na ABC da Construção (atual Mysa S.A.), rede de lojas de materiais de construção com atuação inovadora. No fim do ano, a Companhia firmou contrato para aquisição da Castelatto Ltda., líder no segmento premium de revestimentos de concreto arquitetônico, concluindo o processo em março de 2022. Com a integração da nova marca, a Divisão de Revestimentos Cerâmicos passou a ser denominada apenas como Revestimentos, em linha com a ampliação do portfólio e diversidade de matérias-primas.

Em 2022, com a consolidação de sua nova marca corporativa, a Dexco voltou seu olhar para dentro da organização, promovendo a revisitação de sua cultura corporativa para refletir uma empresa mais aberta, integrada e inclusiva. Esse movimento também se traduziu externamente com o fortalecimento do novo posicionamento como uma casa de marcas com o maior portfólio de soluções para reforma e decoração do mercado, alinhado ao propósito de oferecer Soluções para Melhor Viver. No mesmo ano, teve início a operação da Divisão de Celulose Solúvel, com a fábrica atingindo plena capacidade no quarto trimestre. Como parte da estratégia de otimização de portfólio e eficiência industrial, foi concluída a transferência da produção da planta da Ceusa em Urussanga (SC) para outras unidades. A Companhia também aumentou sua participação na joint venture Caetex para 60%, tornando-se acionista majoritária. Ainda em 2022, a Dexco reorganizou suas frentes de atuação, agrupando seus negócios em duas grandes áreas: Madeira, que inclui operações florestais, painéis e pisos de madeira reconstituída, além da celulose solúvel; e Acabamentos para Construção, composta pelas divisões de Metais e Louças e de Revestimentos.

Em 2023, em meio a um cenário ainda desafiador, a Companhia manteve o foco em iniciativas internas voltadas à readequação de suas operações e à disciplina na alocação de capital. Em junho, foi anunciado o encerramento das operações de louças sanitárias em Queimados (RJ), com a transferência dos ativos para as unidades em Recife (PE), João Pessoa (PB) e Jundiaí (SP). Em agosto, a Dexco também divulgou a suspensão temporária de uma das unidades de revestimentos cerâmicos em Criciúma (SC), como parte da busca por maior eficiência operacional. Ainda neste ano, a Companhia revisou o Ciclo de Investimentos 2021-2025, reduzindo o montante previsto de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 1,8 bilhão. Mesmo com a redução, os fundamentos da estratégia — como melhoria de mix, otimização de ativos e inovação — foram mantidos, com priorização dos projetos de maior retorno. A Companhia também realizou mudanças em seu Comitê Executivo e avançou em sua agenda ESG, atingindo 33% de mulheres em cargos de liderança no Brasil e na Colômbia, em linha com a meta de 35% até 2025.

Em 2024, a Dexco deu continuidade à sua estratégia de revisão de portfólio e foco em negócios com maior potencial de valor agregado e alinhamento estratégico. Entre os movimentos mais relevantes do ano, destacou-se a criação de uma nova frente de atuação dedicada ao Varejo, com o anúncio da Casa Dexco como plataforma integrada de soluções e experiência para o consumidor final, refletindo a transição da Companhia de uma base industrial para uma casa de marcas. Em linha com essa transformação, foi anunciada a saída do segmento de chuveiros e torneiras elétricas, culminando com a venda das operações para um player consolidado do mercado, encerrando um ciclo iniciado com a entrada nos anos 2010 por meio de aquisições como Thermosystem e Duchas Corona. A decisão reforça o foco nos negócios centrais, preservando a marca Hydra no portfólio. Ainda em 2024, a Companhia enfrentou desafios operacionais e climáticos, como a suspensão temporária das atividades industriais e florestais em Taquari (RS), em decorrência de eventos climáticos extremos, com retomada gradual das operações ao longo de maio. No âmbito da governança, foi anunciado o processo de sucessão do Diretor-Presidente, com Raul Guimarães Guaragna assumindo a liderança executiva a partir de abril de 2025. Em um ano marcado por readequações operacionais e disciplina na alocação de capital, a Dexco reafirmou seu compromisso com a evolução estratégica, sustentabilidade e protagonismo nas transformações do setor.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrição sumária das atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A **Dexco S.A.** é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo (SP), com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 sob o *ticker* **DXCO3**, refletindo seu compromisso com as melhores práticas de governança corporativa. O controle da Companhia é exercido por dois blocos acionários: **Itaúsa** (40,8%) e **Seibel** (20,4%)¹.

A Companhia atua nos setores de produtos florestais e materiais de construção, segundo o sistema GICS (*Global Industry Classification Standard*), sendo uma das principais empresas brasileiras nesses mercados. Sua atuação é estruturada em duas grandes frentes de negócios:

- **Madeira:** contempla operações florestais, produção de painéis de madeira reconstituída e pisos laminados, além de participação na LD Celulose, *joint venture* com a austríaca Lenzing para produção de celulose solúvel.
- **Acabamentos para Construção:** inclui as divisões de Metais e Louças e de Revestimentos Cerâmicos e Cimentícios.

As operações industriais e florestais da Dexco estão distribuídas em **15 unidades fabris e 5 unidades florestais no Brasil e 2 unidades fabris e 1 unidade florestal na Colômbia**, estrategicamente localizadas para atender ao mercado doméstico e de exportação. A Companhia atua sob marcas reconhecidas como **Deca, Hydra, Duratex, Durafloor, Portinari, Ceusa e Castelatto**.

Apesar de concentrar a maior parte de sua receita no mercado interno (82,7% da receita líquida em 2024), a Dexco mantém presença internacional por meio de exportações para 53 países e escritórios e centros de distribuição nos Estados Unidos e Colômbia, além de parceiros comerciais globais.

O **modelo de negócios** da Companhia é baseado, em grande parte, na integração vertical da cadeia de valor, abrangendo desde o manejo florestal (certificado por padrões internacionais) até a transformação industrial e distribuição. A Dexco prioriza contratos de longo prazo para painéis e painéis MDF/MDP, e opera com canais de atacado e varejo para Metais, Louças e Revestimentos, com forte presença em *home centers*, indústrias e exportação.

Em 2024, o desempenho da Companhia refletiu a força da **Divisão Madeira**, responsável por 65% da receita líquida, enquanto **Metais e Louças e Revestimentos** contribuíram com 24% e 11%, respectivamente. A divisão de acabamentos apresentou recuperação frente a 2023, apesar do cenário macroeconômico ainda adverso e da sazonalidade de fim de ano.

A cadeia de valor da Dexco é composta por mais de 8,7 mil fornecedores ativos localizados principalmente no Brasil e na Colômbia, além de parceiros na Europa, China e Índia. Entre os principais setores estão insumos minerais, logística, equipamentos e prestação de serviços terceirizados. Em 2024, os gastos com fornecedores somaram aproximadamente R\$ 6,4 bilhões.

No *downstream*, a Companhia atendeu em 2024 cerca de 2.200 clientes na divisão Madeira, 52 mil pontos de venda para os produtos da marca Deca e 20 mil para Revestimentos. As relações comerciais variam conforme o tipo de produto e canal, com contratos de curto a longo prazo.

Adicionalmente, a Dexco possui **49% da LD Celulose**, com produção anual de 500 mil toneladas de celulose solúvel, produzida especificamente para a fabricação de fibras de viscose, modal e liocel. Também participa, via o fundo **DX Ventures**, de investimentos estratégicos em empresas inovadoras do setor da construção civil, como Mysa (ABC da Construção), Brasil ao Cubo, Urbem, Noah e Marcenaria Diferente.

Conforme definido em seu Estatuto Social, as atividades principais da Companhia compreendem:

- Produção e comercialização de produtos derivados de madeira, metais, cerâmica, plásticos e eletroeletrônicos voltados à construção civil;
- Florestamento e reflorestamento;
- Geração e comercialização de energia;
- Prestação de serviços técnicos e administrativos;
- Participação societária em outras empresas.

¹ As participações no capital social do Bloco Itaúsa e do Bloco Seibel foram atualizadas em maio de 2023 em decorrência do cancelamento de ações em tesouraria.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Informações sobre os segmentos operacionais do emissor

a. Produtos e serviços comercializados

A Dexco atua em dois principais segmentos operacionais: Madeira e Acabamentos para Construção, conforme distinção baseada nas características dos processos produtivos, portfólio de produtos e canais de distribuição.

O segmento de **Madeira** abrange:

- A Divisão Madeira, responsável pelas marcas Duratex e Durafloor. Sob a marca Duratex, são fabricados painéis de MDP e MDF, crus e revestidos, com aplicações nas indústrias moveleira e da construção civil, com destaque para produtos de alta usinabilidade e acabamentos diferenciados. A marca Durafloor concentra a produção de pisos laminados de madeira e pisos vinílicos à base de PVC 100% recicláveis, além de acessórios como rodapés e acabamentos.
- A Divisão de Celulose Solúvel, integrada à *joint venture* LD Celulose, firmada com o grupo austríaco Lenzing AG. Conforme Fato Relevante de 21 de junho de 2018, a Companhia anunciou a constituição da *joint venture*, cuja aprovação ocorreu em 22 de dezembro de 2019, também objeto de Fato Relevante naquela data. A unidade industrial está localizada em Minas Gerais, com capacidade de produção de 500 mil toneladas/ano de celulose solúvel, e investimento total de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão, tendo seu primeiro trimestre operacional no 4T22. Como a Dexco detém 49% de participação, os resultados financeiros dessa operação são reconhecidos por equivalência patrimonial, não compondo a Receita Líquida da Companhia.

O segmento de **Acabamentos para Construção** é composto por duas divisões:

- A Divisão de Metais e Louças, representada pelas marcas Deca e Hydra, com foco na fabricação de cubas para banheiros e cozinhas; bacias sanitárias e válvulas para sistemas hidráulicos; e torneiras, chuveiros e acessórios complementares, como papeleiras, toalheiros e saboneteiras.
- A Divisão de Revestimentos, composta pelas marcas Ceusa, Portinari e Castelatto, atua na produção e comercialização de porcelanatos polidos, ladrilhos e revestimentos especiais com design exclusivo e tecnologia 3D; revestimentos cimentícios premium, por meio da marca Castelatto, cuja aquisição da participação majoritária foi anunciada em Fato Relevante de 30 de setembro de 2021, com consolidação dos resultados a partir de março de 2022.

b. Receita líquida proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita Líquida (R\$ '000)	2022	%	2023	%	2024	%
Divisão Madeira	5.205.392	61%	4.831.341	65%	5.350.908	65%
Divisão Metais e Louças	2.136.249	25%	1.682.756	23%	1.990.756	24%
Divisão Revestimentos	1.145.009	13%	869.312	12%	892.983	11%
Total	8.486.650	100%	7.383.409	100%	8.234.647	100%

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Dexco não calcula o Lucro ou Prejuízo Líquido para cada segmento, no entanto apresenta o Lucro Operacional Antes do Financeiro. Destaca-se que, a partir de 2020, a Companhia passou a considerar os resultados da nova Divisão de Celulose Solúvel, sendo que a fase operacional desta se iniciou em outubro de 2022.

Lucro Operacional (R\$ '000)	2022	%	2023	%	2024	%
Divisão Madeira	1.120.350	77,31%	1.276.970	62,44%	1.139.738	121,70%
Divisão Deca	155.813	10,75%	(180.728)	-8,84%	(40.569)	-4,33%
Divisão Revestimentos	120.529	8,32%	(103.908)	-5,08%	(89.037)	-9,51%
Divisão Celulose Solúvel	52.531	3,62%	1.052.797	51,48%	(73.598)	-7,86%

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Lucro Operacional Consolidado (EBIT)	1.449.223	100,00%	2.045.131	100,00%	936.534	100,00%
Lucro Líquido Consolidado	764.922	-	811.270	-	174.375	-

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3



a. características do processo de produção

Metais Sanitários

Os produtos usualmente denominados de “Metais Sanitários” se constituem de várias matérias-primas e componentes, que são especificados conforme as propriedades exigidas na sua utilização tais como resistência à corrosão, estanqueidade, acabamento superficial etc. Estes fatores fazem com que o processo produtivo dos Metais Sanitários seja composto de diversas operações que podem ser agrupadas nas categorias de processo, sendo estes:

(a) Formação dos Componentes: Conjunto de processos pelos quais as peças são geradas a partir das matérias-primas básicas. Este grupo abrange os processos de fundição, processamento de barras, estamparia, injeção de plásticos e injeção de zamac.

A fundição consiste na geração de componentes a partir das matérias-primas bronze e latão, que são fundidas e vazadas em moldes que reproduzem o formato da peça. Na geração de peças de bronze são utilizados moldes em areia, e para as peças de latão, moldes metálicos. O bronze é utilizado em peças sem acabamento que normalmente são embutidas nas paredes durante a construção (exemplo: corpos de registros de gaveta, pressão e esfera, corpos de válvulas de descarga). Já o latão é utilizado em peças que passarão por acabamento superficial, como cromação.

No processamento de barras de latão os componentes são gerados através de usinagem em máquinas automáticas ou por forjamento, processo no qual as barras são cortadas e aquecidas, com as peças ganhando forma através de prensagem, o que possibilita a obtenção de uma configuração mais próxima do formato final da peça (exemplo: hastes de mecanismos na usinagem e cruzetas e castelos no forjamento).

Na estamparia os componentes são gerados a partir da prensagem de chapas de latão em matrizes que reproduzem o formato das peças (exemplo: canoplas de misturadores e torneiras de lavatório e cozinha, canoplas de válvulas de descarga).

Na injeção de plásticos os componentes são gerados em máquinas automáticas a partir de diversos tipos de resinas termoplásticas (acetato, polipropileno, nylon etc.) que são fundidas e injetadas em moldes que reproduzem o formato das peças (exemplo: componentes de mecanismos da válvula de descarga).

Na injeção de zamac, os componentes são gerados em máquinas automáticas de fundição sob pressão, que possuem fornos acoplados. Nestes fornos são fundidos lingotes de zamac que, uma vez fundidos, são injetados sob pressão em moldes que reproduzem a geometria das peças (exemplo: cruzetas da linha Aspen).

(b) Processamento Mecânico: As peças fundidas, forjadas ou injetadas em zamac (corpos de bicas, torneiras e registros) seguem para operações de usinagem em tornos, centros de usinagem ou máquinas tipo transfer, onde adquirem a sua configuração final no que diz respeito a furos, rosca, encaixes, perfis etc. com o nível de precisão adequado para possibilitar sua montagem e o funcionamento previsto dos produtos.

São também considerados dentro da categoria Processamento Mecânico os processos de conformação de tubos e solda. Na conformação de tubos os itens são dobrados dando às peças sua configuração funcional (exemplo: bicas altas em misturadores de lavatório e cozinha). Já na soldagem, duas ou mais peças são unidas pela fusão de materiais que após sua solidificação mantêm unidas estas peças, formando subconjuntos (exemplo: corpos de misturadores de cozinha e bicas de tubo).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- (c) **Acabamento:** Os processos de acabamento têm por objetivo dar aos componentes aparentes do produto processados nas etapas anteriores suas características estéticas de acabamento, cor e textura. Os componentes que devem ter estas características passam por processos de afinação (lixamento) e polimento, que dão às peças um acabamento liso e brilhante. Em seguida, as peças passam por processos químicos de eletrodeposição (galvanoplastia) ou ainda PVD (*physical vapor deposition* - disposição de camada que oferece maior resistência) que lhes dão as características finais de acabamento e cor (exemplo: canoplas, bicas e torneiras fundidas ou de tubo, corpos de chuveiros, acessórios para banheiro).
- (d) **Montagem:** Os processos de montagem e teste têm por objetivo gerar, a partir da montagem dos componentes e dos testes de estanqueidade e funcionamento, os produtos com as características funcionais, estéticas e de confiabilidade especificadas (exemplos: registros, torneiras, válvulas de descarga, chuveiros, misturadores, acessórios para banheiro etc.). Após o teste os produtos são embalados e enviados à área de Expedição para destinação aos clientes.

Louças Sanitárias

Os produtos usualmente denominados de “Louças Sanitárias” são formados por um corpo cerâmico resistente ao esforço mecânico e ao ataque químico, e por uma camada superficial de vidro liso e brilhante. A produção da Louça Sanitária envolve os processos de (a) Preparação de Matéria-Prima; (b) Conformação do Produto; (c) Secagem e Esmaltação; (d) Queima; e (e) Inspeção Final, Montagem, Embalagem e Armazenagem. Estas etapas podem ser descritas por:

- (a) **Preparação da Matéria-Prima:** Os materiais que compõem a cerâmica são minerais naturais, divididos em dois grupos: os minerais argilosos (argila, caulim, filito) beneficiados por dispersão em água e peneiramento para remoção de contaminantes, e os minerais não argilosos (quartzo, feldspato ou granito), aqueles que são beneficiados por moagem até obtenção de material muito fino (menor que 74 micrômetros). Os minerais são, então, misturados em suspensão aquosa. Esta mistura é chamada de “Barbotina”.

Os materiais que compõem o vidro são minerais naturais (quartzo, feldspato, caulim, calcário) e minerais industrializados (carbonato de bário, óxido de zinco, silicato de zircônio). Todos os materiais são moídos em suspensão aquosa até obtenção de material muito fino (menor que 50 micrômetros). Esta mistura é chamada de “Esmalte”.

- (b) **Conformação do Produto:** A Barbotina é vazada em moldes porosos. À medida que os moldes absorvem a água da barbotina, o sólido nela contido se deposita na superfície do molde. A barbotina permanece no molde até que a parede depositada tenha a espessura desejada para o produto. A barbotina não depositada é então escoada, e o produto desmoldado. Este processo de conformação é chamado de “Fundição”. O produto recém fundido tem perto de 20,0% de umidade. Ainda úmido o produto sofre acabamento manual, para remoção de rebarbas e outras imperfeições.

A conformação pode se dar em moldes de gesso à pressão ambiente (fundição à baixa pressão) ou em moldes de resina acrílica porosa sob pressão (fundição à alta pressão).

- (c) **Secagem e Esmaltação:** Após a fundição e acabamento, o produto passa por um ciclo em estufa de secagem, para redução da umidade à menos que 1,0%. Nesta condição o produto recebe uma fina camada de esmalte (aproximadamente 1,0 milímetro), aplicada com revólver de pintura. A aplicação pode ser manual ou robotizada.
- (d) **Queima:** Os produtos esmaltados e secos sofrem tratamento térmico em fornos túneis, contínuos. Em ciclos de 12 a 16 horas, o produto é aquecido a 1.220°C e novamente resfriado a taxas pré-estabelecidas e controladas.

O tratamento térmico promove a reação dos materiais que compõem a cerâmica para formar uma estrutura mecânica e quimicamente resistente e não porosa. Os materiais que compõem o vidro fundem-se numa camada lisa, brilhante, uniforme e colorida sobre a superfície da cerâmica.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(e) **Inspeção Final, Montagem, Embalagem e Armazenagem:** Os produtos “queimados” sofrem inspeção estética visual, medições e gabaritação para verificação dimensional e teste hidráulicos e pneumáticos para verificação de funcionamento e vazamentos.

Nas caixas de descargas são montadas as válvulas de entrada, saída e acionamento. Parte dos produtos é embalada em caixas de papelão. Parte dos produtos recebe fita plástica para proteção.

b. características do processo de distribuição

Nas operações de Louças, o processo de expedição é dividido entre 3 unidades, sendo elas localizadas em João Pessoa (PB), Recife (PE) e Jundiaí (SP), sendo a última com o maior volume de expedição em Receita, correspondendo a aproximadamente 80% do negócio.

A expedição das unidades é direcionada para as regiões da seguinte forma:

- Jundiaí (SP) - 54% para o Sudeste, 18% para o Sul, 13% para Exportação e 15% para as demais regiões;
- Recife (PE) - 75% para o Nordeste, 19% para o Norte e 6% para as demais regiões;
- João Pessoa (PB) - 90% do volume da Unidade é destinado a transferência (Abastecimento de outras unidades) e o restante atende as regiões Norte, Nordeste e Exportação.

A operação de expedição de Metais ocorre exclusivamente na Unidade de Jundiaí (SP). Essa operação atende a demanda a nível Brasil (98% do volume) e Exportação (2% do volume). O volume de mercado interno é dividido 69% para o Sudeste, 12% para o Sul e o restante é dividido entre as demais regiões.

No que diz respeito ao processo de transporte, Louças e Metais operam com transportador terceiro através de um modelo de entrega CIF (do inglês *Cost, Insurance and Freight*), portanto o processo de entrega é de responsabilidade total do fornecedor, no caso, da Dexco.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Os produtos sob a marca Deca estão presentes em todos os segmentos de classe (econômico, média e alta renda), embora o foco esteja mais direcionado aos segmentos voltados a média/alta renda. Para Metais, a atuação predomina no mercado de produtos classificados como “de base” e acabamentos. Para Louças, a participação é majoritária em produtos classificados como acabados.

Em 2024, de acordo com apurações internas, a participação consolidada de Deca no mercado foi de 34,4% (em valor, sendo 28,5% a de Louças e 40,1% a de Metais). Considerando o faturamento total (em receita), o varejo, representado por pequenas lojas e grandes redes distribuidoras de materiais de construção, representa aproximadamente 40% do total. Outros 25% são lojas especializadas, 16% Engenharia – que contempla grande empreendimento imobiliários –, 12% Home Center e 7% exportação e outros canais.

ii. condições de competição nos mercados

Com relação à Metais, o concorrente mais representativo possui uma grande diversidade produtos com destaque em *design* e modelos. Com o mercado concentrado em dois grandes *players*, o restante acaba sendo mais pulverizado por concorrentes menores e regionais.

Louças segue o mesmo raciocínio, com concentração em três grandes *players*, incluindo Deca, sendo eles de alto nível, divididos por segmentos distintos. Todos os atuantes no mercado possuem coleções com formatos, cores e texturas diversas, mas com concorrência direta.

d. eventual sazonalidade

A produção e comercialização dos produtos não possuem sazonalidade específica, tendo sua volatilidade de oferta e demanda atrelada as condições macroeconômicas, uma vez que seu mercado atendido é diretamente o consumidor final.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos vinculados aos produtos da marca Deca são metais não ferrosos, argilas, embalagens e resinas plásticas. As matérias-primas não ferrosas possuem mercado organizado e têm seus preços atrelados às commodities negociadas na LME (*London Metal Exchange*) e dólar. Os metais não ferrosos (cobre e suas ligas) utilizados na fabricação dos metais sanitários são adquiridos de empresas brasileiras no formato de barras, tubos e fitas. Estas empresas possuem processos metalúrgicos (fundição, conformação, trefilação, extrusão etc.) que as permitem processar os resíduos industriais e matérias-primas compradas com origem comprovada no mercado nacional e internacional.

Já no segmento de Louças Sanitárias, os minerais utilizados na fabricação são obtidos de múltiplos mineradores que podem ter o seu fornecimento afetado por questões climáticas e ambientais. Para este grupo de fornecedores a Dexco realiza um acompanhamento próximo, por meio de visitas frequentes para inspeção, verificação das licenças ambientais e direito de lavra para suas operações, por exemplo.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

De uma maneira geral, não há dependência de fornecedores, porém, entre os setores em que há baixa competitividade ou alta especificidade, como petroquímicos e transformadores metais não ferrosos (cobre e suas ligas) especificamente, pode ser que haja relações mais próximas.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Os preços de alguns insumos utilizados pela Dexco sofrem volatilidade, sendo estes os a base de metais não ferrosos, polímeros plásticos e derivados da indústria petroquímica. Por se tratar de commodities, estes insumos acompanham as tendências internacionais de preço que variam de acordo com a oferta e demanda dos mercados mundiais e nacional, além disso, estão expostos à variação cambial. Outros insumos são negociados de acordo com as estratégias de abastecimento, podendo ser de curto, médio ou longo prazo e tendem a oscilarem conforme oferta, demanda e cenário macroeconômico.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



a. características do processo de produção

Para o processamento dos revestimentos cerâmicos há um longo processo, que envolve desde o recebimento de matérias-primas, até os ensaios técnicos do produto acabado.

Os revestimentos cerâmicos são constituídos de uma base cerâmica denominada substrato, que é composta de argilas, feldspatos, caulins, talco, dentre outros minerais não metálicos, e uma camada superficial de material vidrado (composto por engobe, esmaltes e granilhas) e respectiva decoração superficial, com o intuito de atender as características técnicas de resistência mecânica, ataque químico, desgaste e funcionalidade. No grupo de revestimentos têm-se várias classificações de acordo com a composição e uso, tais como: pavimentos, porcelanatos (esmaltados e técnico), revestimentos de fachada interna e externa e piscina.

O processo produtivo dos revestimentos cerâmicos envolve as seguintes etapas: Recebimento de matérias-primas, Pesagem, Moagem, Armazenamento da barbotina, Peneiramento, Atomização, Armazenamento do pó atomizado em silos, Prensagem, Secagem, Esmaltação/Decoração, Queima, Polimento (no caso de alguns produtos), Retífica, Classificação do material e Estocagem do produto acabado, de acordo com o fluxograma.

Preparação da Matéria-Prima: os materiais que compõem os revestimentos cerâmicos são minerais naturais selecionados de acordo com a composição do produto desejado (porcelanato técnico, porcelanato, grês, monoporosa). Estes minerais são conhecidos como argilas, caulins, feldspatos, anortositos, argilitos, calcário, granito, filito e talco, além do reaproveitamento de materiais gerados pelo próprio processo produtivo visando a circularidade dos materiais. As matérias-primas são extraídas e caracterizadas de acordo com um padrão pré-estabelecido, sendo direcionados para a fábrica somente o material liberado tecnicamente.

Os materiais que compõem a superfície do produto são denominados vidrados, provenientes de materiais industrializados, ou seja, fritas, caulins, feldspatos etc. As fritas são obtidas a partir da fusão de inúmeras matérias-primas a fim de garantir a homogeneidade e eliminar impurezas presentes nas mesmas em sua forma *in natura*. A composição dos esmaltes cerâmicos varia em função da necessidade da característica final do produto (mate, brilhante, acetinado, rústico).

Etapas do Processo Produtivo:

- a) **Recebimento de matéria-prima:** as matérias-primas de massa são recebidas e alocadas de forma segregada em box coberto, aguardando o processo de pesagem para a formação da carga do moinho;
- b) **Moagem:** de acordo com a composição definida para a tipologia de produto desejada, ocorre a dosagem, através de balanças eletrônicas, das diferentes matérias e a formação da carga para a moagem. Nesse processo de moagem são utilizadas esferas de alta alumina e ágata como corpos moedores e água. Esse processo visa a obtenção de uma massa líquida homogênea, denominada barbotina, com densidade, viscosidade e tamanho de partículas constantes para atender o processo de atomização;
- c) **Atomização:** neste processo, através da utilização de *spray dryers*, com queima de gás natural, efetuamos a transformação de um fluido (líquido) em um material com características sólidas, eliminando-se a água da barbotina, que é de aproximadamente 36,0%, reduzindo-a a índices próximos a 7,0%. Nessa etapa tem-se a formação de grãos esféricos de granulometrias constantes, o qual denomina-se pó atomizado. Sua forma esférica tem o intuito de facilitar o processo de carregamento dos moldes na etapa de prensagem;

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- d) **Conformação do produto:** o produto é definido por seu formato (tamanho e espessura) e sua superfície (lisa ou com relevo). Esta definição ocorre no processo de prensagem, mediante utilização de prensas hidráulicas uniaxiais onde moldes são carregados com o pó atomizado, e na sequência é exercida uma pressão a fim de conferir a peça seu formato e superfície. Em nossa nova fábrica de Botucatu, são utilizadas prensas contínuas, que exercem a mesma pressão sobre uma lâmina de pó atomizado. Ambos os processos proporcionam a peça uma resistência mecânica suficiente para o transporte para a etapa de secagem e subsequentes;
- e) **Secagem:** realizada através de secadores com reaproveitamento de calor dos fornos e o complemento, com o uso de gás natural. Nessa etapa, elimina-se 90,0% de água da peça, proporcionando o aumento da resistência mecânica a seco para as etapas de esmaltação, decoração e transporte até a etapa de queima;
- f) **Esmaltação/Decoração:** etapa de definição do produto quanto a sua textura superficial (mate, brilhante, acetinado, rústico) e ao seu design, quando nos referimos a desenhos e cores, através do processo de impressão digital, ou pela coloração dos vidrados utilizados.
- g) **Queima:** nesse processo são empregados fornos a rolo contínuo, com utilização de gás natural. Nessa etapa o produto sofre sinterização, com temperaturas que podem variar de 1.120,0°C a 1.240,0°C e com ciclos de queima de 32,0 a 80,0 minutos, de acordo com a tipologia do produto e formato. Essa etapa garante a inertização do produto, além das suas características de resistência mecânica, resistência ao desgaste, resistência ao risco, resistência ao ataque químico, além de proporcionar a peça sua textura (acetinado ou rústica, brilho ou mate);

Classificação: nesta fase do processo temos duas classificações distintas:

- Produtos **Bold**: produto vendável, ou seja, após o processo de queima o material pode ser comercializado;
- Produtos Semi acabados: que são separados para posterior processo de polimento e/ou retífica.

No produto **Bold**, este material apresenta uma variação dimensional oriunda do processo de queima, o qual necessita ser assentado com espaçamento entre peças. Este produto é classificado visualmente (defeitos superficiais) e eletronicamente (calibre e planar) via laser, classificando o revestimento de acordo com suas dimensões e planaridade. Após esta etapa, o material é embalado, paletizado, seguindo para o pátio de estocagem.

Para os produtos Semi acabados, estes são separados em pancones/paletes e destinados as etapas do processo de beneficiamento, que compreendem:

- **Polimento:** alguns produtos com aplicação de granilha ou esmaltes, sofrem um processo de beneficiamento (desbaste na superfície do produto) com o intuito de proporcionar uma superfície mais plana e brilhante, ou então o processo de lapadura, proporcionando ao revestimento cerâmico um efeito de brilho/mate envelhecido;
- **Retífica:** a retífica é responsável pelo desbaste lateral das peças, proporcionando as mesmas um tamanho único, e o mesmo tamanho nominal das peças a cada produção, possibilitando um assentamento mais uniforme e menor uso de junta;
- **Classificação, Embalagem e Armazenagem:** nessa etapa é realizada a avaliação visual de defeitos superficiais e avaliação eletrônica onde se definem o tamanho nominal e a curvatura a laser, de acordo com as normas. Posteriormente, o material é embalado e paletizado de forma automatizada, sendo disponibilizado ao estoque de produto acabado para o posterior faturamento e embarque ao cliente.

Peças especiais com aplicação de Vitrosa, Platina e/ou Ouro são separados após o processo de queima e destinadas ao setor de peças especiais para as referidas aplicações e incremento estéticos. Estas peças após aplicação, são queimadas em forno a rolo com temperatura de 830,0°C e ciclo de queima de 60,0 min. Após a queima o material é retificado, classificado, embalado e paletizado sendo destinado ao estoque de produto acabado para o posterior faturamento e embarque.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Dentro do processo de produção possuímos a certificação dos porcelanatos de acordo com a ABNT NBR 13.818 e 15.463, certificados pelo CCB/INMETRO, além da busca constante pela melhoria contínua com processos como *Lean Manufacturing*, e o sistema de gestão de qualidade internos.

b. características do processo de distribuição

A operação de expedição em revestimentos cerâmicos é realizada 100% no estado de Santa Catarina, sendo que o volume é distribuído entre 3 Unidades. Duas delas são localizadas na cidade de Criciúma (RC01 e RC02) e outra em Urussanga (RC04). A distribuição do volume é concentrada 56% em RC01, 17% em RC02 e 27% em RC04.

A expedição das unidades é direcionada para as regiões da seguinte forma:

- RC01 (Criciúma) - 37% para o Sudeste, 27% para o Sul, 10% para Exportação e o restante para as demais regiões;
- RC02 (Criciúma) - 38% para o Sudeste, 26% para o Sul, 13% para Exportação e o restante para as demais regiões;
- RC04 (Urussanga) - 41% para o Sudeste, 28% para o Sul e 5% para Exportação e o restante para as demais regiões;

O processo de Transporte de Revestimentos Cerâmicos é realizado no formato FOB (do inglês *Free On Board*), portanto após o faturamento, a responsabilidade de coleta é do cliente.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Na divisão revestimentos cerâmicos, as marcas Ceusa e Portinari estão voltadas para o segmento de médio/luxo, ao atuar no mercado caracterizado por produtos produzidos por via úmida (maior valor agregado e qualidade), onde se destacam porcelanatos com baixa absorção de água. Em 2024, a participação consolidada das marcas Ceusa e Portinari no universo de revestimentos cerâmicos foi de 7,5% em volume, sendo distribuídos em 6,3% Portinari e 1,2% Ceusa, com participação distribuída (em receita) em 38,0% nas Lojas Especializadas, 21,0% para Engenharia, 18,0% para Home Center, 13,0% Varejo, e 10,0% em Exportação e outros canais.

ii. condições de competição nos mercados

O mercado de Revestimentos Cerâmicos é bem pulverizado, com muitos concorrentes, sendo que nenhum apresenta dominância consideravelmente mais expressiva que os demais, acirrando a competição nesse cenário.

É necessário destacar que no mercado de competição dos Revestimentos Cerâmicos da Dexco se leva em consideração apenas os players que possuem o mesmo tipo de processo produtivo (via úmida). Por ser um procedimento mais complexo, a tecnologia investida nos produtos, qualidade e consequentemente os preços são maiores, o que aumenta o potencial competitivo em relação à sua concorrência.

d. eventual sazonalidade

Na Divisão de Revestimentos Cerâmicos, a demanda diminui no período de novembro a fevereiro em decorrência da redução dos investimentos em obra e reformas, em função, principalmente do final de ano e posterior período de férias, onde o público acaba destinando a renda para outras finalidades. No restante do ano se demonstra mais estável. Importante ressaltar que esta dinâmica se configura uma vez que os produtos possuem uma forte exposição ao setor do varejo.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

Devido a diversidade e especificidade dos produtos e processos industriais a Companhia tem relações com fornecedores dos setores de energia elétrica, petroquímico, papel e celulose, metais, *trading Companies* entre vários outros setores industriais.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Entre os principais insumos de produção estão os minerais, tintas e esmaltes. Os minerais utilizados na fabricação dos revestimentos cerâmicos são obtidos de múltiplos mineradores que podem ter o seu fornecimento afetado por questões climáticas e ambientais. Para este grupo de fornecedores a equipe Dexco realiza acompanhamento próximo por meio de visitas frequentes para inspeção, verificação das licenças ambientais e direito de lavra para suas operações.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Em função da grande quantidade de insumos de matérias-primas de massa e esmaltes utilizados na produção de revestimentos cerâmicos, temos alguns casos específicos com relação a minerais e compostos, os quais demandam tempo e pesquisas para uma possível substituição.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Os preços de alguns insumos utilizados na fabricação das tintas e esmaltes por parte dos fornecedores sofrem volatilidade. Por se tratar de commodities, estes insumos acompanham as tendências internacionais de preço que variam de acordo com a oferta e demanda dos mercados mundiais e nacional, além disso, estão expostos à variação cambial. Outros insumos são negociados de acordo com as estratégias de abastecimento, podendo ser de curto, médio ou longo prazo, tendendo a oscilações conforme oferta, demanda e cenário macroeconômico.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



a. características do processo de produção

Florestal

A florestal, assegura a produção de madeira para suprir as necessidades das fábricas de painéis, conforme padrões de qualidade estabelecidos. Essa produção se dá através do manejo florestal responsável que consiste em:

Primeiramente planejamento a longo prazo, para garantir a sustentabilidade do negócio.

O processo produtivo tem início no viveiro, onde é feito o melhoramento genético e é produzido as mudas para o plantio. Logo, parte-se para as operações de implantação e manutenção das florestas em que são utilizadas: mão de obra especializada e equipamentos de silvicultura que visam à eficiência e qualidade da operacionalização dos sistemas silviculturais sem prejuízo ao meio ambiente e com segurança aos colaboradores. Estes equipamentos consistem em tratores com implementos específicos para a realização do preparo de solo (subsolagem), adubação, irrigação e aplicação de produtos para controle de pragas, doenças e plantas daninhas, além de ferramentas manuais para a realização do plantio das mudas e aplicação de herbicidas e iscas formicidas.

Após aproximadamente seis anos, a floresta atinge o ponto de equilíbrio econômico e está pronta para ser transportada à fábricas. Assim, iniciam-se as operações de colheita, em que os equipamentos são escolhidos visando atender às diferentes condições de plantio, topografia e solo das áreas cultivadas, bem como a adequação ao uso planejado da madeira e à produtividade esperada da floresta. A colheita é realizada de forma mecanizada com o uso de *harvesters* para a derrubada e traçamento ou conjuntos de *feller-buncher* para a derrubada e garra traçadora para o processamento. A remoção da madeira dos talhões é realizada a partir do baldeio com *forwarders* ou do arraste com *skidders*. O carregamento da madeira já processada é feito com carregadores florestais e o transporte até a fábrica é feito com caminhões rodoviários ou caminhões *off-road* de grande porte.

Painéis MDP (*Medium Density Particleboard*) são produzidos através dos chamados *dry process*, a partir de partículas de madeira (gênero Pinus ou Eucalipto), às quais adiciona-se resina, ureia formaldeído e através de um processo de prensagem termomecânico contínuo, onde obtém-se o painel final cuja espessura varia de 9,0 mm a 35,0 mm.

O processo de produção do MDP foi desenvolvido na Alemanha na década de 50, onde o produto é denominado *particleboard* (chapas de partículas de madeira). Durante um longo período os processos de produção destas chapas utilizavam o sistema de produção por *batch* (lote) em prensas monopiso ou multi-aberturas, e os quais passaram, a partir do final dos anos 80, a ser substituídos por processos contínuos de alta performance e de grandes volumes de produção, através dos quais obtém-se produtos de qualidade uniforme com propriedades mecânicas superiores e de menor custo. Por se tratar de um produto melhor em relação ao tradicional *particleboard* foi então, no Brasil, criada a denominação MDP.

No processo contínuo, que é o processo utilizado pela Dexco no Brasil, as toras de madeira são transformadas em cavacos que passam, posteriormente, por equipamentos chamados *ring flakers*, gerando partículas de madeira que são, posteriormente, secas em secadores de tambor rotativo e depois submetidas a um processo de classificação em peneiras oscilatórias, gerando partículas para as camadas interna e externa do painel MDP. Um conjunto seguinte de moinhos reprocessa parte das partículas para adequação da granulometria para as camadas externas do painel, de forma a garantir a qualidade adequada para o produto. Na sequência, as partículas são encoladas com resinas ureia-formaldeído ou resinas especiais, dependendo do tipo de

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

produto que se deseja fabricar e, então, enviadas para as formadoras, onde obtém-se o colchão de partículas que, na continuidade do processo, é enviado para a prensa contínua, onde por ação da pressão e temperatura é constituído o painel de partículas de média densidade (MDP). Após a prensa, estes painéis passam por sistema de resfriamento, são climatizados e, posteriormente, recebem o lixamento das superfícies para a regularização da espessura. Depois de classificados /inspecionados, cortados na medida final, os produtos são embalados, para serem então enviados para o armazém de produtos acabados, para posterior envio aos clientes.

Painéis de MDF e HDF (*Medium e High Density Fiberboard*) são produzidos, em geral a partir de fibras de madeira (gênero Pinus ou Eucalipto), que recebem a adição/dosagem de resina, ureia-formaldeído e, através de um processo de prensagem termomecânico contínuo, obtém-se estes painéis com espessura desde 2,5 mm até 35,0 mm.

Este processo foi desenvolvido na década de 70 e resultou da combinação do processo de produção de chapas de fibras de madeira e do painel de partículas de madeira, ou seja, aproveitou-se parte das características/propriedades das chapas de fibra, porém, em painéis de maior espessura, o que já era característico dos painéis de madeira aglomerada.

A produção do MDF e HDF na Dexco é feita a partir da transformação de toras de madeira de eucalipto em cavacos que, posteriormente, são pré-aquecidos e desfibrados. As fibras geradas recebem a adição de resina, ureia-formaldeído ou resinas especiais, bem como outros aditivos para performance dependendo do tipo de painel que se deseja produzir. Na sequência, as fibras encoladas passam por um processo de secagem em secador tubular e são enviadas para a formadora, onde então o colchão de fibras é formado e, em seguida, enviado para a prensa contínua que, sob a ação de pressão e temperatura, é obtido o painel de MDF ou HDF. O MDF apresenta geralmente densidade entre 650 e 800 Kg/m³ enquanto o HDF a densidade situa-se entre 800 e 920 kg/m³. Após a prensagem, os painéis são resfriados, passam por climatização, lixamento para regularização da espessura e são classificados / inspecionados e cortados nas dimensões finais. Em especial, o HDF é fornecido em sua maior parte na versão não lixada. Na sequência, são enviados ao armazém de produtos acabados para expedição aos clientes.

Tanto o MDF como o MDP podem ser convertidos em Laminados de Baixa Pressão (conhecidos como “BP” ou revestimento melamínico). São laminados sob o efeito de pressão e temperatura, com folha ou folhas de papéis decorativos impregnados com resina amínicas (ureicas e melamínicas).

Este processo foi desenvolvido na década de 60 e consiste na alimentação dos painéis de madeira em linha de produção juntamente com a aplicação em cada uma das faces de uma folha de papel decorativo em cores lisas, padrões e desenhos madeirados ou ainda fantasias, impregnados com resinas amínicas e que, posteriormente, são enviados à prensa mono-vão de ciclo curto, onde, sob a ação de pressão e temperatura, o filme de papel impregnado é termo fundido na superfície dos painéis, gerando produtos revestidos com padrões e texturas variadas.

O laminado melamínico, dentre suas características físicas, apresenta excelente resistência ao risco e a manchas, ideal para aplicação na indústria moveleira (fabricação de armários, gabinetes de cozinha e escritórios, mesas, racks, balcões, estantes etc.) e ainda para aplicação nos segmentos de construção civil, como painéis divisórios ou ainda no revestimento de paredes. Os painéis melamínicos da Dexco contam também com a proteção antimicrobiana e antiviral Protekto.

b. características do processo de distribuição

No mercado nacional, os painéis são distribuídos principalmente à indústria de móveis, tanto para produções seriadas quanto para projetos personalizados, e o varejo, que por sua vez, tem como foco a comercialização para distribuidores, que revendem para marceneiros.

Para tanto, a Companhia realiza o atendimento direto aos clientes a partir de suas unidades fabris e Centros de Distribuição localizados nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, por meio de operações logísticas nos modais rodoviário e de cabotagem. Vale destacar que, como forma de otimizar seus níveis de atendimento, para distribuição dos produtos da marca Duratex, a Companhia prioriza ter a localização dos seus pontos de distribuição próximo dos principais polos moveleiros.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No mercado externo, a produção é direcionada, sobretudo, para clientes do varejo de painéis e para alguns clientes da indústria em diversas regiões. A distribuição é realizada via logística rodoviária e marítima. Ainda, a Duratex atende clientes através de seu escritório localizado nos Estados Unidos, assim como de suas unidades fabris da Colômbia.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

O mercado nacional de painéis de madeira possui um mix de vendas diversificado, direcionado, principalmente, à indústria moveleira e varejo, conforme comentado anteriormente. A capacidade de produção da Dexco representa aproximadamente 31% do total produzido no Brasil (MDP, MDF, pisos laminados). Considerando o faturamento total de 2024 os clientes da indústria representaram aproximadamente 46%, Varejo 37%, Mercado Externo 14%, e outros 3% de participação.

No mercado externo, a Dexco comercializa seus produtos em todos os continentes, contudo, seu principal mercado é a América Latina, com foco principalmente no varejo de painéis.

ii. condições de competição nos mercados

O ambiente concorrencial nacional no segmento de painéis é fragmentado e apresenta 11 empresas compondo quase a totalidade dos volumes produzidos. Pelas características do produto, embora haja concorrentes de maior porte no exterior, o custo do frete e de distribuição dificultam a importação do produto, sendo, basicamente, uma indústria de concorrência local.

No mercado externo, assim como na importação de painéis, a competitividade é muito impactada pelos valores e disponibilidade de fretes marítimos e, nos últimos anos, pela disponibilidade de venda de madeira nos mercados.

d. eventual sazonalidade

De uma maneira geral, o mercado se comporta de forma equilibrada, porém, o primeiro semestre, em razão do menor número de dias úteis decorrentes do grande número de feriados, e redução da demanda em decorrência do aumento de impostos e compras de épocas festivas, apresenta menor ritmo, dependendo de fatores externos como pressões de custos ou ligados a preços.

Ainda, durante o final do ano, são recorrentes os períodos de férias coletivas na indústria moveleira, o que pode por reduzir o nível de demanda deste canal.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos de produção são madeira, resinas e papéis decorativos. Sendo um produto com base em madeira, o ativo florestal da Companhia é a base para a produção dos painéis de madeira. Em 2024, a Dexco possuía mais de 187 mil hectares de florestas plantadas no Brasil e na Colômbia, entre os quais cerca de 55 mil hectares estão destinados à conservação.

O processo de produção do Eucalipto – principal espécie utilizada pela Companhia em seus processos produtivos – leva desde o plantio até a formação final da floresta, quando está apto a ser cortado para a produção de painéis reconstituídos de madeira, um período de 6 a 7 anos.

O plantio das florestas é realizado a partir de mudas produzidas ou adquiridas de viveiros parceiros que são plantadas em solo previamente preparado e adubado. O processo de preparo do solo é denominado de cultivo mínimo e se caracteriza pelo preparo mínimo necessário do solo sem seu revolvimento intensivo. O primeiro ano do processo de produção, chamado de implantação, caracteriza-se pelo desenvolvimento de uma série de técnicas que, basicamente, visam o fornecimento de nutrientes através de aplicação de adubos, à eliminação de ervas daninhas e ao combate de formigas cortadeiras. A partir do segundo ano até o corte, temos o período de manutenção, onde, inicialmente, ainda se eliminam ervas daninhas, fornecem-se alguns nutrientes e então

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

são dedicados cuidados à proteção da floresta através do combate a formigas cortadeiras, monitoramento de condições fitossanitárias e prevenção ao fogo.

Aos 6/7 anos a floresta é colhida e então, ou ela é substituída por uma nova floresta (novo plantio), ou os brotos que são emitidos dos tocos cortados são manejados para produzirem, nos próximos 6/7 anos, uma nova colheita. Neste caso, o primeiro ano desta área caracteriza-se novamente por técnicas de fornecimento de nutrientes através da aplicação de adubos, à eliminação de ervas daninhas e ao combate de formigas cortadeiras. Ao final deste ano é realizada uma operação de seleção dos melhores brotos e então inicia-se o período de manutenção, com cuidados à proteção da floresta.

Na área florestal, existe relação comercial de parceria com fornecedores de defensivos agrícolas. A legislação vigente, Lei 7.802 de 1989 e Decreto 4.074 de 2002, Lei de Agrotóxicos, atendida por meio da emissão de receituário agrônomo e fiscalização, é de responsabilidade dos órgãos estaduais oficiais de fiscalização da agricultura e do meio ambiente.

Ainda, sendo a resina um dos principais insumos para a fabricação dos painéis, a Dexco possui uma planta para a produção de resinas e moderno parque de impregnação para a obtenção dos papéis impregnados utilizados nos processos de obtenção dos laminados.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia entende que, de maneira geral, não possui dependência direta com fornecedores nesta Divisão. Porém, é importante salientar que:

- I) No Rio Grande do Sul, a fábrica de painéis de MDP é abastecida principalmente por madeira proveniente de terceiros, na medida de 80% da sua necessidade. Este abastecimento é feito por produtores ou comerciantes de madeira e subprodutos madeireiros, mantidos sob contratos e não sujeitos ao controle governamental. Parte significativa destes fornecedores faz parte do programa de fomento florestal da Dexco, por meio do qual são fornecidas mudas, insumos e orientações técnicas aos produtores, que em contrapartida têm o compromisso de oferecer à Dexco a preferência na compra da madeira produzida. Em 2023 possuíamos mais de 590 contratos de fomento ativos, contribuindo para a economia regional e reduzindo riscos de dependência de poucos fornecedores. A silvicultura na região atende a legislação específica do estado do Rio Grande do Sul, tendo como órgãos fiscalizadores a SEMA (Secretaria Estadual do Meio Ambiente), FEPAM (Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente) e da SEAPI Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação;
- II) O mercado fornecedor de resinas, para o processo de fabricação de painéis, é caracterizado por poucos fornecedores com alto grau de especialização e dependência do preço internacional de commodities. Esta situação pode acarretar períodos de maior dificuldade financeira para o fornecedor podendo colocar em risco o fornecimento do insumo; e
- III) A estratégia da área de Suprimentos para a aquisição de resinas, categoria de insumo mais relevante para a produção de painéis, passou por uma reestruturação. Historicamente, a Companhia sempre comprou de fornecedores petroquímicos que transformavam ureia e metanol em resina. A partir de 2010, a Dexco passou a produzir parte da resina consumida. Para tanto, diversificou suas operações ingressando na produção deste insumo, por meio da DRI-Resinas Industriais S.A., localizada em Agudos (SP), incorporada à Companhia em abril de 2011, e que abastece a planta de painéis de madeira de Agudos e Itapetininga. A unidade de Uberaba (MG) é, desde 2013, abastecida pela GPC (Grupo Peixoto de Castro), onde as matérias-primas (ureia, metanol e melamina) são fornecidas pela Dexco. Em Taquari (RS), a compra de resina é feita através de contrato também com a GPC, em modalidade similar a Uberaba.

iii. eventual volatilidade em seus preços

O fornecimento de madeira é dependente da produção de florestas, sejam elas próprias ou de terceiros. Diante disso, a distância e o acesso a florestas maduras e disponíveis para o suprimento das operações da Companhia podem impactar significativamente nos custos da Divisão Madeira.

Referente ao fornecimento de papéis, este é feito por empresas nacionais e estrangeiras. O preço deste insumo está atrelado ao preço da celulose internacional e do dióxido de titânio, insumo imprescindível usado no

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

processo de produção de papéis decorativos, cuja produção está concentrada em poucos fabricantes no mundo

Ainda, a Dexco, além de comprar resinas de terceiros, possui uma unidade produtora própria desde 2010. As principais matérias-primas para fabricação destas resinas são a ureia e o metanol que são 100% importadas. Os preços destas matérias-primas são derivados da cotação internacional destas commodities e estão expostos à variação do dólar. A principal aplicação da ureia está na agricultura (fertilizante) e não na indústria de resinas, o que enfraquece o poder de compra da Dexco e dos atuais fornecedores de resinas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



a. características do processo de produção

Os revestimentos de concreto arquitetônico são produzidos utilizando, a partir do cimento industrializado, aditivos químicos e agregados de acordo com as necessidades de coloração e resistência aplicável. Esses produtos são submetidos a um processo de homogeneização mediante a utilização de água, sendo posteriormente dosados e compactados nos moldes de acordo com os produtos desejados. Na sequência, inicia-se o processo de “cura” (evaporação de água) para adquirirem as características de resistência necessárias. Por fim, após a cura, a grande maioria das linha de produtos de concreto arquitetônica ainda recebem um ou mais tratamentos superficiais para adquirira definição de sua aparência/design e características finais.

b. características do processo de distribuição

Por atender a um nicho de mercado específico, os produtos da marca Castelatto são vendidos sob encomenda, através de lojas especializadas parceiras que representam a marca, em B2C. Uma vez recebido o pedido, todo o fluxo de fabricação, embalagem e expedição é personalizado. O produto adquirido é carregado em Atibaia (SP), unidade fabril onde é produzido, e segue via transporte rodoviário até o cliente – considerando as necessidades individuais de transporte e descarga.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

No mercado nacional de pisos e revestimentos de concreto, onde está inserido, a participação estimada dos produtos é de cerca de 50%.

ii. condições de competição nos mercados

No mercado nacional, onde está inserido, os produtos da Castelatto atuam em duas frentes, sendo elas:

- (a) Varejo (B2C): além da fabricação/serviço personalizado, possuímos uma tabela de preços nacionalizada e oferecemos opções de pagamento como boletos, empréstimo CDC oferecido por meio de financiamento e parcelamento através de cartão de crédito.
- (b) Grandes Projetos (*Corporate*): fornecemos soluções especialmente para áreas comuns de prédios e condomínios, pisos elevados, permeáveis, para arruamento e decorativos.

d. eventual sazonalidade

Percebemos uma queda na demanda nos meses em que são registrados períodos de férias escolares e coletivas, como julho, dezembro e janeiro, quando as famílias estão usufruindo de suas casas e o fluxo de obras em andamento é paralisado.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Não há regulação governamental que impacte o fluxo de suprimentos dos produtos. Com relação a fornecedores, estes mantêm relacionamento de longa data, nos quais o volume consumido pela Castelatto não ultrapassa 10% da produção total do fornecedor.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A matéria-prima mais crítica é o cimento branco, pois a cor afeta a estética final do produto.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Historicamente não há volatilidade significativo de preços que tenha impactado a produção.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



a. características do processo de produção

Os pisos laminados de alta resistência, comercializados sob a marca Durafloor, são produzidos pela Dexco a partir de painéis de HDF, aos quais são adicionados na face principal folha de papel impresso em padrões madeirados e/ou fantasias, e impregnada com resinas amínicas, sobre a qual é aplicado um outro filme de proteção chamado overlay também impregnado com resina, porém, contendo óxidos de alumínio o qual confere ao produto resistência à abrasão.

Na face inferior do painel é aplicado um filme de proteção, também constituído de papel impregnado, com a função de balanço e proteção contra umidade.

Na sequência do processo, todo este conjunto é enviado à prensa onde, sob efeito de pressão e temperatura, ocorre a termo fusão dos papéis no substrato de HDF, gerando então os painéis laminados em padrões e texturas variadas que, posteriormente, após resfriamento e climatização, são recortados nas dimensões finais do piso laminado de alta resistência e processado em linhas de usinagem para a confecção do encaixe click macho e fêmea, garantindo na aplicação excelente desempenho do produto quanto à estabilidade.

b. características do processo de distribuição

Os pisos laminados de alta resistência têm o perfil de distribuição diversificado, atendendo aos diversos canais de segmentação e perfis de consumidores por intermédio de distribuidores, lojas especializadas, Home Centers da construção, construtoras e hotéis.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Os produtos da marca Durafloor tem como mercado de atuação pisos laminados e, com menor participação, LVTs (*Luxury Vinyl Tile* - piso vinílico modular).

Tem sua venda com maior ênfase nos canais:

- Distribuição - Distribuidores com foco em pisos e não atacadistas de material de construção;
- Loja especializada – Lojas de decoração, especializadas na venda de pisos, persianas e papel de parede.
- Construção Civil – Grande participação em construtoras que atuam com subsídio governamental.

ii. condições de competição nos mercados

Para Durafloor, o mercado de atuação não possui barreiras de entrada e, portanto, a competição se dá através da dinâmica de oferta e demanda. O mercado é essencialmente dominado por empresas nacionais e tem margens apertadas, o que o torna pouco atrativo para novos entrantes externos.

d. eventual sazonalidade

De uma maneira geral o mercado se comporta de forma equilibrada, mas o primeiro semestre, em razão do menor número de dias úteis decorrentes do grande número de feriados, impostos e compras de épocas festivas, apresenta menor ritmo, dependendo de fatores externos como pressões de custos ou ligados a preços.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os principais insumos de produção são madeira, resinas e papéis decorativos.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

De uma maneira geral, não há dependência de fornecedores.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Outros insumos são negociados conforme suas estratégias de abastecimento, podendo ser de curto, médio ou longo prazo, e tendem a oscilarem conforme demanda e reajustes inflacionários (quando produção local).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



a. características do processo de produção

O processo de produção de celulose solúvel se assemelha ao processo de produção de celulose kraft convencional (celulose utilizada na fabricação de produtos como papel e embalagens), porém possui peculiaridades que o torna único.

O processo produtivo se inicia na área florestal, em que desde a prospecção de terras para arrendamento seguimos critérios rigorosos para seleção de áreas produtivas sustentáveis, que não tenham sido fruto de desmatamento ou seu uso impacte negativamente em populações vulneráveis.

Nossa matéria prima – madeira – é proveniente de florestas de eucalipto plantadas e certificadas por renomadas instituições internacionais, e seu manejo garante seu desenvolvimento com qualidade até a colheita.

O processo industrial se inicia no Pátio de Madeira, onde a madeira é recebida, pesada, picada em cavacos e selecionada para melhor performance dos digestores. Os restos do processamento da madeira como cascas, cavacos em dimensões não adequadas para os digestores e lascas são enviadas ao silo de biomassa que alimenta nossa caldeira de biomassa para geração de energia de fonte renovável

No Cozimento, os cavacos selecionados são processados digestores que operaram em bateladas, sendo estes tecnologia Lenzing, que através de temperatura, pressão, tempo e reagentes químicos produzidos na ilha de Recuperação Química, separa a lignina das fibras de celulose então chamada de polpa marrom. A polpa de celulose é encaminhada a Linha de Fibras, enquanto a lignina juntamente a químicos exauridos – chamados de licor negro preto – é enviada ao processo de recuperação química.

O licor preto alimenta a caldeira de recuperação química que utiliza sua fração orgânica para geração de vapor e sua fração química para reuso no processo de produção de licor branco. O ciclo de recuperação química é peça fundamental no processo de celulose solúvel, pois associa o uso sustentável de matérias primas à geração de energia de fonte renovável

A polpa marrom passa pela Linha de Fibras, que engloba os processos de depuração, deslignificação e branqueamento. O primeiro processo, a depuração, tem por objetivo a remoção de nós da madeira, areia e excesso de lignina através de depuradores e lavagem.

O processo subsequente, a deslignificação, utiliza oxigênio em reatores e tem como finalidade remover lignina residual presente na polpa depurada.

Por fim, o branqueamento utiliza uma sequência de tratamento químico com ácido sulfúrico, ozônio e peróxido de hidrogênio que demandam rigoroso controle de pH, temperatura e pressão, garantindo a qualidade da celulose solúvel.

A cada etapa da linha de fibras, a celulose é lavada por prensas intermediária que são alimentadas com água reutilizada de diferentes pontos do processo e ao final encontra-se pronta para então alimentar a Máquina de Secagem.

A Máquina de Secagem tem como objetivo separar polpa e água, transformando a celulose solúvel em folhas que são cortadas, prensadas e enfardadas ficando pronta para exportação.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

b. características do processo de distribuição

A LD Celulose tem logística integrada: diretamente do processo produtivo, vagões de trem são carregados dentro da fábrica que transportam a celulose até o porto no Espírito Santo por linha férrea. A partir do porto, navios são carregados e transportam a celulose para diferentes destinos como Ásia e Europa.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A celulose solúvel produzida pela LD Celulose é destinada especificamente ao mercado têxtil, atendendo a produção da Lenzing, dado o offtake agreement para venda dos produtos.

ii. condições de competição nos mercados

As marcas produzidas pela Lenzing se destacam não apenas pela alta qualidade, mas também pela preocupação com o meio ambiente, sendo consumida pelo público interessado em conforto e sustentabilidade.

d. eventual sazonalidade

Como a produção da LD é totalmente destinada a seu acionista majoritário, a única exposição a qual a produção está exposta é a variação do preço das commodities, uma vez que esta segue o que é praticado no mercado.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As principais matérias-primas e insumos são adquiridos através de contratos estabelecidos junto aos fornecedores, nacional e internacionalmente. Estas matérias-primas e insumos são, na sua maioria, regidas pelo mercado de commodities internacional, pela variação do dólar e pelos índices nacionais de inflação.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência de fornecedores para a compra de matérias-primas e insumos.

No entanto, para a logística de expedição de produtos acabados, há um contrato de longo prazo para transporte ferroviário, junto à empresa VLI, e armazenagem portuária com a empresa Portocel.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Como dito anteriormente, as matérias primas e insumos são regidos pelo mercado internacional de commodities, dólar e inflação local, logo, sofrem influência da variação destes itens.

1.5 Principais clientes

1.5 Informações sobre dependência relevante para os negócios do emissor

a. montante total de receitas provenientes do cliente

No exercício de 2024, nenhum cliente individual concentrou 10% ou mais da Receita Líquida Consolidada da Companhia, o que reforça a diversificação da base comercial da Dexco.

O maior cliente¹ respondeu por aproximadamente 2,53% das vendas totais do ano. Mesmo sob a ótica dos segmentos operacionais individualmente, a maior participação observada foi de 6,58%, percentual ainda inferior ao limite definido como critério de concentração relevante.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Considerando que nenhum cliente ultrapassou o limite de 10% da Receita Líquida Consolidada, não há segmentos operacionais com dependência relevante de clientes individuais, conforme os critérios estabelecidos neste item.

¹ Análise feita considerando operações brasileiras, com base de lançamento no sistema SAP

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia estão sujeitas às autorizações governamentais de natureza ambiental, incluindo licenças de operação, essenciais para qualquer tipo de atuação industrial. Além dessas, algumas autorizações específicas são exigidas para determinados produtos e/ou processos de fabricação. Adicionalmente, certas atividades demandam licenças específicas, como aquelas necessárias para o uso de determinados químicos de uso restrito por órgãos de controle (por exemplo, junto à Polícia Civil, Polícia Federal e Exército) licenças específicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes para a movimentação de resíduos perigosos ou de interesse das operações.

A regulação ambiental é particularmente relevante para a Companhia, sendo regida por normas federais (como a Lei nº 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente, e a Resolução CONAMA nº 237/97), estaduais e municipais. Há, ainda, normativas específicas que tratam de resíduos, uso de substâncias químicas e emissões atmosféricas.

No que se refere às atividades de silvicultura, os requisitos legais variam conforme o estado e extensão da área plantada. Em São Paulo, as florestas da Dexco possuem Declarações de Conformidade da Atividade Agropecuária (DCAA). Em Minas Gerais, é exigida licença de operação (LO) ou certidão de dispensa de licenciamento ambiental, a depender do tamanho da área. No Rio Grande do Sul, adota-se abordagem semelhante, exigindo licença de operação ou cadastro florestal para os casos isentos de licenciamento. Já em Alagoas, a atividade de silvicultura requer o cadastramento das florestas por meio do Registro de Plantio.

Para as atividades de fabricação de metais, também são necessárias autorizações específicas para determinados produtos e/ou processos de fabricação, como por exemplo, selo do INMETRO.

Do ponto de vista operacional, essas regulamentações impactam diretamente o planejamento e execução das atividades da Companhia, exigindo adequações contínuas aos processos, instalações e produtos. Há a necessidade de obtenção prévia de licenças e certificações, atendimento a padrões técnicos específicos e monitoramento ambiental contínuo.

Do ponto de vista financeiro, o cumprimento da regulação implica em custos adicionais relacionados a: (i) taxas para emissão e renovação de licenças; (ii) investimentos recorrentes em sistemas de tratamento, controle ambiental e adequação de processos; e (iii) contratação de consultorias especializadas e auditorias técnicas. A não conformidade pode acarretar sanções como multas e, em casos extremos, suspensão de atividades.

Entre os principais riscos associados ao ambiente regulatório, destacam-se: (i) alterações na legislação ambiental que imponham exigências mais restritivas ou novos limites de uso de recursos naturais; (ii) mudanças em normas setoriais com impacto direto nos produtos fabricados; e (iii) atrasos ou dificuldades na obtenção ou renovação de licenças, que possam afetar o cronograma operacional.

Como estratégia de conformidade, a Companhia adota um sistema de gestão ambiental estruturado, com controles internos, realização de auditorias periódicas, treinamentos contínuos às equipes e investimento em tecnologias voltadas à sustentabilidade e à rastreabilidade de processos. Todas as operações seguem rigorosamente os padrões legais vigentes, com histórico de conformidade junto aos órgãos públicos.

A Companhia sempre obedeceu rigorosamente aos procedimentos legais vigentes na obtenção dessas autorizações, não havendo riscos associados ao cumprimento dessas exigências.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A Dexco atua em conformidade com a legislação ambiental aplicável às suas operações industriais e florestais, mantendo um sistema robusto de gestão ambiental e diversas certificações reconhecidas, como ISO 14001 e FSC® (*Forest Stewardship Council*®), esta última mantida desde 1995. Suas unidades também contam com certificações ISO 9001 e ISO 45001, atestando o compromisso com a qualidade e segurança.

A Companhia adota políticas e controles para garantir o uso sustentável de recursos naturais, a prevenção da poluição, a gestão adequada de resíduos e o cumprimento da legislação ambiental em todas as suas unidades. O tema está formalizado em sua Política Ambiental, Social e de Governança Corporativa, que também abrange

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

temas como biodiversidade, mudanças climáticas e avaliação de riscos socioambientais em fusões e aquisições.

Todas as operações são submetidas a processos de licenciamento junto aos órgãos ambientais competentes, com renovações periódicas e controle sobre emissões, resíduos e efluentes. A Companhia também cumpre obrigações como o Cadastro Nacional de Atividades Potencialmente Poluidoras (Ibama) e aplica critérios rígidos para homologação de receptores de resíduos, em conformidade com a NBR 10.004.

A regulação ambiental tem evoluído, com destaque para discussões sobre economia circular, emissões atmosféricas e responsabilidade pós-consumo. Mudanças regulatórias podem exigir investimentos em novas tecnologias e ajustes operacionais, mas também representam oportunidades de diferenciação no mercado e acesso a financiamentos sustentáveis. A Companhia tem adotado postura proativa para antecipar riscos e se adaptar a essas exigências, reforçando sua governança e reputação em sustentabilidade.

No âmbito social, a Dexco mantém uma Política de Direitos Humanos alinhada aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. A Companhia assegura um ambiente de trabalho seguro e psicologicamente saudável, com políticas atualizadas de saúde e segurança ocupacional. Promove a diversidade, equidade e inclusão, implementando ações afirmativas e programas de sensibilização para garantir um ambiente respeitoso e inclusivo para todos os colaboradores.

A Dexco repudia todas as formas de trabalho forçado, escravo, infantil e a prática do tráfico de pessoas, garantindo que suas práticas de contratação estejam em conformidade com as leis nacionais e convenções internacionais. Respeita o direito de associação sindical dos colaboradores e estende esses compromissos à sua cadeia de fornecimento, conforme estabelecido no Guia de Conduta do Fornecedor.

A Companhia também valoriza e respeita a diversidade cultural das comunidades onde opera, engajando-se com as partes interessadas por meio de diálogos ativos para identificar temas relevantes e demandas prioritárias. Por meio de seu Programa de Investimento Social Privado, apoia iniciativas locais que promovem o desenvolvimento comunitário e a melhoria da qualidade de vida.

Adicionalmente, a Dexco dispõe de um Canal de Denúncias acessível a todos os públicos de relacionamento, permitindo o relato de situações em desacordo com o Código de Conduta e demais políticas internas, assegurando a apuração e tratamento adequado de eventuais desvios.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não possui qualquer tipo de dependência de licenças e ativos intangíveis (patentes, marcas, licenças de terceiros, concessões, franquias ou contratos de royalties relevantes) para o desenvolvimento de suas atividades (fabricação e comercialização de produtos madeira, pisos laminados, louças, metais sanitários e revestimentos cerâmicos). Na comercialização dos produtos que fabrica, a Companhia adota como prática, o registro prévio junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) de todas as marcas, patentes e desenhos industriais que utiliza, havendo, portanto, a mitigação de eventuais riscos. Sendo assim, a Companhia incorre em custos com a submissão de novos registros perante o INPI e taxas de renovação de seus registros já existentes.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

A Dexco não realiza contribuições políticas, em conformidade com o Código de Conduta e a Política de Combate à Corrupção, que proíbe gastos e doações a candidatos ou partidos políticos, em atendimento à legislação aplicável. As demais modalidades de doação do Governo somente poderão ocorrer em caráter excepcional, desde que atendam aos seguintes objetivos e critérios:

- (i) cumprimento de exigências ou determinações legais;
- (ii) preservação dos bens/serviços públicos diretamente afetados pelas atividades operacionais da Companhia, mediante justificativa técnica da administração requerente; e
- (iii) apoiar causas alinhadas às atividades e/ou valores da Companhia.

Em qualquer das exceções anteriores, a doação respeitará o disposto na Norma de Doação, atendendo aos requisitos obrigatórios de formalização (ex. Ofício) e mediante análise reputacional prévia e parecer favorável da área de Compliance, além da aprovação da Mesa Diretora e Presidente da Dexco.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A Política de Combate à Corrupção da Dexco está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia e pode ser acessada através do link <https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>.

Relações Institucionais e Governamentais

Para contribuir com o poder público na criação de políticas públicas que promovam os negócios e o ambiente social, a Dexco criou em 2020 uma área de Relações Institucionais e Governamentais, responsável por representar o discurso da Companhia no processo legislativo (federal, estadual e municipal). Esse departamento atua principalmente em conjunto com entidades setoriais conceituadas das quais a Companhia é afiliada (ex. IBÁ, CIESP, ABINEE, ANFACER, entre outras), garantindo uma atuação política impessoal e transparente, sempre pautada por padrões éticos, morais e de acordo com as Leis e a Política Anticorrupção da Dexco.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na Receita Líquida total do emissor

Em 2024, a Receita Líquida proveniente do país sede da Companhia – Brasil – foi de R\$ 6,8 bilhões, ou 82,7% da Receita Líquida Consolidada¹.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na Receita Líquida total do emissor

Em 2024, a Receita da Companhia foi proveniente de 53 países, distribuídos entre os 5 continentes. Entre os mercados mais representativos para a Dexco, destacam-se os países das Américas, com 92,9% dos mercados atendidos.

Quando analisados os dez principais mercados em que a Dexco atuou em 2024, este montante representou 85,6% do total das Receitas com Exportação, com destaque para Colômbia, República Dominicana, Peru e Paraguai.

CLIENTE	% DO TOTAL
COLOMBIA	20,0%
REP. DOMINICANA	14,2%
PERU	13,0%
PARAGUAI	12,6%
EUA	7,3%
BOLIVIA	7,0%
MEXICO	3,6%
EQUADOR	3,0%
ARGENTINA	2,8%
PANAMA	2,0%
TOP 10+	85,6%
Outros	14,4%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

A Companhia possui sociedades controladas no exterior que devem atender à legislação de suas respectivas jurisdições, como, por exemplo, normas locais de natureza concorrencial, societária e anticorrupção. As regulações a que tais sociedades controladas se sujeitam no âmbito das respectivas jurisdições, entretanto, não afetam de forma relevante os negócios da Companhia, observado o disposto no item 4.1 (i) do Formulário de Referência. Nossos produtos podem estar sujeitos a tarifas, tratados e diversos acordos comerciais, bem como leis que afetam a importação de bens de consumo. Monitoramos as alterações em tais leis e consideramos estarmos em conformidade material com todas as leis aplicáveis.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Informações de cunho ASG são divulgadas anualmente em Relato Integrado, e atualizações sobre o tema podem ser realizadas trimestralmente, em conjunto a Divulgação de Resultados, considerando a agenda estratégica da Companhia. Há também publicações específicas a respeito da Estratégia de Sustentabilidade da Companhia, além do Portal ESG (<https://www.dex.co/esg/>), página onde a Companhia centraliza suas principais informações desta natureza.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

As publicações referentes ao ano de 2024 da Dexco foram elaboradas segundo o formato de Relato Integrado, em conformidade com as normas da *Global Reporting Initiative* (GRI), seguindo as diretrizes do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e o framework do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), contemplando os setores de Produtos de Construção & Móveis e Manejo Florestal. O Relato também está alinhado aos critérios da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações do Relato Integrado e das demonstrações financeiras, referentes a 2024, foram asseguradas e auditadas, respectivamente, por terceira parte pela Ernst & Young Auditores Independentes SS Ltda. para garantir conformidade com as Normas GRI, metodologias do Relato Integrado e SASB e para validar o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Desde 2004 a Dexco publica anualmente Relatórios de Responsabilidade Social e Ambiental em seu portal, onde também é possível localizar o Relato Integrado de 2024: <https://www.dex.co/esg/relato/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A matriz de materialidade foi construída em 2021 e revisada em 2022, resultando na seleção de sete temas materiais: Água e efluentes; Cadeia de fornecimento e rastreabilidade; Cultura organizacional e gestão de pessoas; Rentabilidade e desempenho financeiro; Desenvolvimento comunitário local; Mudanças Climáticas e Pesquisa & Inovação. Os temas são endereçados através da Estratégia de Sustentabilidade 2025, que definiu 22 metas correlacionadas aos seus temas materiais. Entre os indicadores acompanhados pela Companhia estão:

- Profissionais envolvidos em nossos programas de engajamento e capacitação;
- Índice de satisfação dos consumidores;
- Índice de transformação digital;
- Balanço de carbono;
- Uso eficiente de insumos e matérias-primas;
- Pegada hídrica na etapa de uso do produto;
- Composição de embalagens;
- Contratação de fornecedores considerando critérios socioambientais;
- Relacionamento e engajamento com a comunidade;

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- Áreas próprias e fomentadas com manejo certificado;
- Diversidade de demografia, com representatividade;
- Produtos da madeira com E1 ou emissão inferior de formaldeído; e
- Índice de engajamento e alinhamento cultural dos colaboradores.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Os ODS prioritários para a Dexco são os de números 8 (Trabalho decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima) e 15 (Vida Terrestre), conforme detalhado ao longo do documento que descreve a Estratégia de Sustentabilidade da Companhia e resumido na pg. 35 do mesmo material, [disponível através deste link](#). Estas informações também estão disponíveis no Relato Integrado 2024.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A Dexco publicou Relatório de Riscos e Oportunidades Relacionados ao Clima, onde deixa claro sua busca pelo alinhamento com as recomendações da TCFD sobre divulgações financeiras relacionadas com o clima. O documento teve sua primeira versão referente ao ano de 2022, e vem sendo atualizado anualmente. O Relatório pode ser acessado no Portal ESG da Dexco, disponível na seção de Relato (<https://www.dex.co/esg/relato/>).

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Desde 2012, a Dexco realiza o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) de suas operações, abrangendo os Escopos 1, 2 e 3. As emissões reportadas estão incorporadas às metas estabelecidas na Estratégia de Sustentabilidade 2025 da Companhia. Em 2024, a Dexco passou a adotar a abordagem de consolidação por controle operacional e tais informações são divulgadas anualmente no Relato Integrado e passam por auditoria externa independente.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

Não se aplica, uma vez que a Dexco faz a publicação de extenso material sobre o tema.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, uma vez que a Dexco não se configura como sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Venda no segmento de chuveiros elétricos e torneiras elétricas. Em 13 de dezembro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, incluindo a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a Dexco Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda. (“Vendedora”), tendo como intervenientes-anuentes a Companhia e a Duratex SPE II Ltda. (“NewCo”), concluíram o processo de alienação da totalidade das quotas representativas do capital da NewCo, detentora dos direitos e obrigações relacionados à operação de industrialização, comercialização e distribuição de chuveiros elétricos e torneiras elétricas para a Zagonel Indústria e Comércio S.A. Dentre outras avenças, a operação compreendeu a venda de 1 unidade industrial localizada em Aracaju (SE), 2 centros de distribuição (Aracaju/SE e Tubarão/SC), com capacidade produtiva anual aproximada de 12 milhões de peças, e a cessão das marcas Thermosystem e Corona. A marca Hydra não foi vendida e permanece sendo utilizada pelo portfólio de outros produtos da Companhia com maior alinhamento estratégico.

A decisão, alinhada ao processo contínuo de avaliação estratégica de portfólio conduzido pela Companhia, teve como fundamentos a baixa sinergia do negócio com os demais canais de venda da Dexco, a baixa utilização da capacidade produtiva e o custo de produção superior ao de outros players, representando a saída definitiva da Dexco do segmento de torneiras e chuveiros elétricos, e garantindo seu compromisso com a maximização do valor para seus acionistas no longo prazo.

Alienação de ativos imobiliários relevantes. A Companhia e suas controladas realizaram alienações de 3 (três) ativos imobiliários relevantes no ano de 2024, classificados como imóveis urbanos, com o objetivo de otimizar o portfólio de ativos da Companhia, concentrando esforços nas unidades estratégicas e alienando imóveis considerados excedentes ou sem uso operacional atual, a saber:

- a) Parte da unidade industrial localizada em Tubarão/SC, correspondente às matrículas nº 75.922 e 75.924 (parcial), adquirida pela empresa Brasil ao Cubo S/A., no valor de aproximadamente R\$4.2MM.
- b) Imóveis localizados na unidade RC3 - Fábrica e Escritório de Urussanga/SC, correspondentes às matrículas nº 12.137, 13.019, 1.879 e 3.489, adquiridos pela Metalúrgica Spillere Ltda., no valor de R\$12MM.
- c) Imóvel situado na Rua São Paulo (antiga Rua C), Lote 05, Quadra 02 – Queimados/RJ, matrícula nº 2.919, adquirido pela empresa Burn Indústria e Comércio Ltda. (Limppano), no valor de R\$ 1.2MM.

As alienações geraram ingresso de recursos financeiros, fortalecendo o caixa da Companhia e promovendo a desalavancagem. Além disso, também contribuíram para a redução de despesas associadas à manutenção de ativos ociosos, sem impacto negativo nas atividades operacionais, uma vez que os imóveis alienados não estavam vinculados à operação principal da Companhia. Todas as transações foram conduzidas em conformidade com a legislação aplicável, observando os procedimentos internos da Companhia, e devidamente aprovadas pelos órgãos de governança competentes.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Evento	Aprovação do “Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Duratex Florestal Ltda. com Incorporação da Parcela Cindida pela Dexco S.A.”
Principais condições do negócio	Em 29.11.2024, os acionistas da Dexco S.A reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram o protocolo e justificação de cisão parcial da Duratex Florestal Ltda. com incorporação da parcela cindida pela Dexco S.A, sem alteração do capital social ou do estatuto social da Dexco S.A.
Partes envolvidas	Dexco S.A e Duratex Florestal Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia.	A incorporação da parcela cindida pela Dexco S.A não implicou em nenhuma alteração do capital social da Companhia, emissão de novas ações, nem diluição dos acionistas da Companhia, não havendo relação de troca aplicada ou avaliada na operação, considerando que a Duratex Florestal Ltda. é uma subsidiária integral da Companhia.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Dexco S.A, realizada em 29.11.2024; Proposta da Administração referentes à Assembleia; e Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Duratex Florestal Ltda. com Incorporação da Parcela Cindida pela Dexco S.A, disponíveis nos websites da Companhia e da CVM.

Evento	Incorporação da subsidiária integral Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. pela Dexco S.A.
Principais condições do negócio	Em 01.04.2024, os acionistas da Dexco S.A reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram a incorporação da Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. pela Dexco S.A. Nessa mesma data, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Dexco Revestimentos Cerâmicos aprovando a incorporação.
Partes envolvidas	Dexco S.A. e Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia.	A incorporação não implicou em nenhuma alteração do capital social da Companhia, emissão de novas ações, nem diluição dos acionistas da Companhia, considerando que a Dexco Revestimentos Cerâmicos era uma subsidiária integral da Companhia.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Dexco S.A, realizada em 01.04.2024.

Demais informações relevantes estão elencadas no item 1.16 deste Formulário de Referência.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

No último exercício social, não foi celebrado, extinto ou modificado o acordo de acionistas da Companhia, mantendo-se inalterado aquele arquivado no seu website e no da CVM.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Em linha com sua estratégia de contínua avaliação e racionalização do portfólio de negócios, a Companhia anunciou, em 29 de agosto de 2024, sua decisão de sair do segmento de chuveiros e torneiras elétricas, operação então conduzida por meio da marca Hydra, integrante da unidade Metais e Louças. A decisão reflete o direcionamento estratégico da Dexco de focar em ativos core com maior sinergia e potencial de geração de valor.

Em 2 de outubro de 2024, foi celebrado contrato vinculante com a Zagonel Indústria e Comércio S.A. para a alienação da operação de chuveiros e torneiras elétricas, incluindo 1 unidade industrial localizada em Aracaju (SE), 2 centros de distribuição (Aracaju/SE e Tubarão/SC) com capacidade produtiva anual de aproximadamente 12 milhões de peças, compreendendo as marcas Thermosystem e Corona.

A operação foi concluída em 16 de dezembro de 2024, conforme Comunicado ao Mercado divulgado na mesma data, e representou a saída definitiva da Companhia desse segmento específico, que, no acumulado de nove meses de 2025, operava com 40% de utilização média de capacidade e respondia por 8% da Receita Líquida Recorrente da unidade Metais e Louças.

A alienação se justifica pela ausência de sinergias relevantes com os demais canais de venda da Companhia e por custos de produção superiores aos de outros players do setor. A marca Hydra, por sua vez, permanece integrada ao portfólio da Dexco, com foco em categorias de produtos com maior aderência estratégica.

Essa operação configura uma alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia, ao representar a reconfiguração de seu escopo de atuação industrial e comercial, reforçando seu compromisso com a alocação eficiente de capital e com o foco em segmentos de maior rentabilidade e aderência ao seu plano estratégico de longo prazo.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

No último exercício social, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia e suas controladas que não estejam diretamente relacionados com as suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações adicionais ao item 1.12

Evento	Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças
Principais condições do negócio	Em 20.12.2024, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”) com uma Timber Investment Management Organization (“Investidor”) e, na qualidade de intervenientes anuentes, com a Duratex SPE I S.A. e a Duratex Florestal Ltda. visando a venda de 50% das ações da Duratex SPE I S.A. por R\$ 200MM recebidos no exercício, resultando em um ganho líquido de R\$ 106.129. O acordo incluiu regras de governança e restrições à transferência de ações.
Partes envolvidas	Dexco S.A., Duratex SPE I S.A. e a Duratex Florestal Ltda. e uma Timber Investment Management Organization (“Investidor”)
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia.	A operação não implicou em alteração do capital social da Companhia, emissão de novas ações, nem diluição dos acionistas da Companhia.
Documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas	Fatos Relevantes divulgados em 06.11.2024 e 23.12.2024, disponíveis nos websites da Companhia e da CVM.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia, que analisam as condições financeiras e patrimoniais dos exercícios findos em 31.12.2022, 31.12.2023 e 31.12.2024. Os saldos apresentados contemplam o padrão contábil IFRS em consonância com a Resolução CVM 155/22.

O endividamento bruto consolidado da Companhia, incluindo instrumentos derivativos relacionados a dívida, apresentou os seguintes saldos ao final dos exercícios de 31.12.2022, 31.12.2023 e 31.12.2024: R\$ 5.809,9 milhões, R\$ 7.121,8 milhões e R\$ 6.726,6, respectivamente. A queda do endividamento bruto em 2024 é explicada principalmente pela amortização de 50% das Debêntures emitidas em 2019 (R\$ 600,0 milhões).

O patrimônio líquido por sua vez, tem apresentado crescimento com o passar dos anos: R\$ 5.872,3 milhões, R\$ 6.403,6 milhões e R\$ 6.976,9 milhões para os períodos de 2022, 2023 e 2024, respectivamente, se desconsiderada a participação dos não controladores. A relação entre o endividamento total (empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos) e o patrimônio líquido passou de 98,9% e 111,2% em 2022 e 2023, para 96,4% em 2024.

Em 2024, foram amortizadas dívidas e pagos juros de dívida e derivativos no montante total de R\$ 1.717,9 milhões e contratados R\$ 425 milhões em novas dívidas. Havia em caixa e aplicações, ao final do período, R\$ 1.753,7 milhões, valor este superior ao total do montante do endividamento e derivativos de curto prazo que somava R\$ 1.332,7 milhões, indicando capacidade de liquidez dos compromissos com credores no curto prazo.

Ao final do ano de 2024, o endividamento líquido, dado por debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos de curto e longo prazo descontado a disponibilidade de caixa era de R\$ 4.972,9 milhões, equivalente a 3,0x o EBITDA Ajustado e Recorrente (lucro antes dos juros, impostos, depreciação, amortização e exaustão), com isso a Companhia mantém sua alavancagem controlada em relação aos valores de 2023 (3,1x), apesar de superior a alavancagem de 2022 (2,3x). Os patamares de alavancagem nos últimos dois anos, reforçam a diligência e compromisso da Dexco com seus planos estratégicos de longo prazo, visto que, foram necessários para fazer frente ao ciclo de investimento 2021-2025. Cabe ainda ressaltar que os contratos financeiros estabelecem que a Companhia pode chegar a uma alavancagem financeira de até 4,0x.

Adicionalmente, a liquidez corrente em 2024, dada pela razão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante, totalizou 1,4 e indica a disponibilidade em R\$(reais) para fazer frente a cada R\$1,00 de obrigações de curto-prazo. O cálculo não contempla a linha de crédito rotativo de R\$ 750 milhões que a Companhia possui disponível para utilização.

Independente da possibilidade de alavancagem financeira, o próprio desempenho operacional dos segmentos de atuação da Companhia deve contribuir para fazer frente às exigências de curto e médio prazos.

b. estrutura de capital

Uma das práticas no âmbito operacional, é a contratação de linhas de crédito para o financiamento das operações. A Companhia possui uma política financeira com base na qual monitora e reporta regularmente alguns indicadores de solidez financeira ao Conselho de Administração tais como: (i) Dívida / (Dívida + Equity); (ii) endividamento líquido / EBITDA Ajustado e Recorrente.

A tabela abaixo confirma a condição equilibrada de capital e o enquadramento às condições estabelecidas na referida política.

(Consolidado em R\$ '000)	2024	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	1.753.720	2.785.454	1.771.730
Endividamento de Curto Prazo ¹	1.332.721	1.228.033	909.622
Endividamento de Longo Prazo ¹	5.393.877	5.893.772	4.900.248
Endividamento Bruto ¹	6.726.598	7.121.805	5.809.870

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Endividamento Líquido ¹	4.972.878	4.336.351	4.038.140
Patrimônio Líquido ²	6.976.900	6.403.611	5.872.342
EBITDA Ajustado e Recorrente	1.649.810	1.393.229	1.731.651
Dívida / (Dívida + Equity)	49%	53%	50%
Endividamento Líquido ¹ / EBITDA Ajustado e Recorrente	3,0	3,1	2,3

¹ Para o cálculo apresentado, estão sendo considerados os valores de empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos derivativos relacionados a dívida.

² Desconsidera parcela atribuída aos acionistas não controladores.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os indicadores de liquidez da Dexco apontam que a Companhia possui capacidade de solvência para fazer frente aos compromissos estabelecidos de curto, médio e longo prazos. Esses indicadores apresentaram melhora significativa, aumentando a solidez financeira da Dexco, conforme se verifica na seguinte tabela:

Indicadores de liquidez	2024	2023	2022
Liquidez corrente	1,4	1,6	1,6
Liquidez seca	0,9	1,2	1,2
Liquidez imediata	0,3	0,8	0,8
Liquidez geral	0,6	0,8	0,8

Da mesma forma, o capital circulante líquido, resultado da diferença do ativo circulante pelo passivo circulante, apresentava um superávit de R\$ 1.424,6 milhões em relação às obrigações de curto-prazo em 2024. Em 2023 o superávit do capital circulante líquido era de R\$ 2.152,7 milhões e em 2022 de R\$ 1.909,0 milhões.

A utilização de capital próprio e de terceiros pode ser encontrada pela razão entre o patrimônio líquido e total do ativo. Este indicador voltou a subir, após redução de anos anteriores, foi de 39,6% ao final do exercício de 2024, 36,3% em 2023 e 38,1% em 2022, está em equilíbrio com os resultados apresentados.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza sua própria geração de caixa operacional como uma de suas principais fontes de financiamento para o capital de giro, além de outras linhas tradicionais obtidas junto aos bancos públicos e privados.

Os investimentos em ativos não-circulantes são financiados por meio de linhas de financiamento adequadas às suas características (BNDES, Finame, 4131, Nota de Crédito à Exportação, Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Debêntures, dentre outras) e geração de caixa próprio.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui Política Financeira aprovada junto ao Conselho de Administração que estabelece um caixa mínimo para suprir as necessidades da empresa por um determinado período. Além disso, possui limites de crédito em aberto para financiamento de capital de giro em diversos bancos e que, devido à sua condição de solvência, não se encontram tomadas, como também, caixa próprio para atender demandas de curto prazo e giro dos negócios. Adicionalmente, existe uma linha contratada de crédito rotativo no valor de R\$ 750,0 milhões para cobrir eventuais necessidades de caixa de curto prazo não previstas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Apresentamos tabela com a totalidade das dívidas financeiras contraídas (em R\$'000) de acordo com informação disponível na Nota Explicativa 19 que acompanha os demonstrativos financeiros auditados de 2024.

Modalidade	Data Contratação	Vencimento	Cláusulas restritivas (1)	Garantias	Encargos	Amortização	31/12/2024		31/12/2023	
							Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Em Moeda Nacional - Controladora										
FINAME DIRETO com Swap	30/03/2021	Fevereiro 2038		Hipoteca e Aval - 67% Itaúsa S.A e 33% Pessoas Físicas	IPCA + 3,8255% até 4,4176% a.a.	vencimento anual após período de carência de acordo com cada tranche	126.938	500.995	60.284	656.615
FINAME	21/02/2014	Janeiro 2024		Alienação Fiduciária	Pre até 3,5% a.a.	no vencimento	-	-	18	-
Nota de Crédito Exportação	24/10/2022	Abril de 2025			CDI + 0,91% a.a.	no vencimento	409.099	-	9.330	400.000
Nota Comercial	31/03/2022	Março de 2028			CDI + 1,7055% a.a.	no vencimento	9.047	299.397	9.371	299.216
Nota Comercial Lastro do CRA com Swap	29/06/2022 e 31/10/2023	Junho 2032 e Outubro 2033	Dívida líquida / EBITDA (2) menor ou igual a 4,0		IPCA + 6,2% até 6,44% a.a.	8º, 9º e 10º ano	52.874	807.393	2.621	895.658
Nota Comercial Lastro do CRA com Swap	14/12/2023	Dezembro 2033			Pre 11,0064% a.a.	8º, 9º e 10º ano	36.034	250.071	-	-
Nota Comercial Lastro do CRA	29/06/2022	Junho 2028			CDI + 0,6% a.a.	no vencimento	960	200.000	635	200.000
FINEX 4131	04/11/2021	Agosto de 2027			CDI + 0,42% até 1,14% a.a.	no vencimento	13.421	395.471	114.858	395.922
Cédula de Crédito Bancário GIRO	29/04/2020	Outubro de 2024			CDI + 1,4455% a.a.	no vencimento	-	-	257.050	-
Total em Moeda Nacional - Controladora							648.373	2.456.327	454.367	2.850.411
Em Moeda Estrangeira - Controladora										
RESOLUÇÃO 4131 com Swap	13/01/2022	Janeiro de 2027	Dívida líquida / EBITDA (2) menor ou igual a 4,0		US\$ + 2,2610% até 4,6580% a.a.	no vencimento	475.318	897.883	8.607	1.065.086
Nota de Crédito Exportação com Swap	02/05/2023	Maio de 2027			US\$ + 5,98% a.a.	no vencimento	1.761	185.973	1.278	144.518
Total em Moeda Estrangeira - Controladora							477.079	1.083.856	9.885	1.210.004
Total - Controladora							1.125.452	3.540.183	464.252	4.060.415
Em Moeda Nacional - Controladas										
Nota Comercial Lastro do CRA com Swap	29/06/2022 e 31/10/2023	Junho 2032 e Outubro 2033		Aval Drexco Flanga Duratex Florestal, hipoteca de terreno e alienação fiduciária de máquinas	IPCA + 6,2% até 6,44% a.a.	8º, 9º e 10º ano	72.935	1.049.759	6.900	1.154.938
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	13/12/2022	Dezembro 2032				Anual				
CPR - Cédula de Produto Rural Financeira	30/04/2024	Abril 2025			Pre 4,71% até 7,53% a.a	no vencimento	3.457	25.694	3.559	27.394
					CDI + 0,80% a.a.		53.808	-	-	-
Total em Moeda Nacional - Controladas							130.200	1.075.453	10.459	1.212.332
Em Moeda Estrangeira - Controladas										
Leasing	16/09/2022	Novembro 2027		Nota Promissória	IBR + 2%	Anual	455	354	451	584
Total em Moeda Estrangeira - Controladas							455	354	451	584
Total - Controladas							130.655	1.075.837	10.910	1.212.916
Total - Consolidado							1.256.108	4.616.020	475.162	5.273.331

Os principais contratos de empréstimos e financiamentos vigentes apresentavam os seguintes saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024:

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: R\$ 627,9 milhões.

Banco Santander: R\$ 411,9 milhões.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil: R\$ 29,2 milhões.

Rabobank: R\$ 409,1 milhões.

Notas Comerciais lastro para emissão de CRA: contratos junto a EcoAgro e True, cujo saldo agregado no final do ano era de R\$ 2.470,0 milhões

1ª Emissão de Nota Comercial: saldo no final do ano de R\$ 308,4 milhões.

Scotiabank: R\$ 1.373,2 milhões.

Banco da China: R\$ 187,7 milhões

Além dos financiamentos acima mencionados a Companhia também possui em sua carteira a 2ª emissão de debêntures da Dexco S.A. As características e saldo da dívida podem ser vistos no quadro abaixo:

Composição	Data de emissão	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Encargos financeiros semestrais	Forma de amortização	Saldo em 31/12/2023			Saldo em 31/12/2022		
									Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
2ª emissão	17/05/2019	Simplex não conversíveis em ações	17/05/2026	120.000	10.000	1.200.000.000	108% CDI base 252 dias úteis, pagos semestralmente no dia 17 dos meses de maio e novembro	De acordo com o prazo da Debênture	616.990	600.000	1.216.990	20.573	1.200.000	1.220.573
Subtotal Debêntures									616.990	600.000	1.216.990	20.573	1.200.000	1.220.573
Custo da transação									Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Total da Debêntures									(394)	(368)	(962)	(394)	(889)	(1.257)
									616.596	599.442	1.216.038	20.205	1.199.111	1.219.316

Modalidade	Emissor	Data de contratação	Tipo de emissão	Vencimento	Quantidade de debêntures	Valor nominal	Valor na data de emissão	Cláusulas restritivas (1)	Encargos (f.a.a)	Amortização	31/12/2024			31/12/2023		
											Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
2ª emissão	Dexco	17/05/2019	simplex não conversíveis em ações	17/05/2026	120.000	10.000	1.200.000.000	Dívida líquida / EBITDA (2) menor ou igual a 4,0;	CDI + 1,08	Juros semestrais pagos dos meses de maio e novembro	8.214	600.000	608.214	616.990	600.000	1.216.990
Subtotal Debêntures											8.214	600.000	608.214	616.990	600.000	1.216.990
Custo da transação											(528)	(220)	(748)	(394)	(558)	(952)
Total da Debêntures											7.686	599.780	607.466	616.596	599.442	1.216.038

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O relacionamento que a Companhia mantém com instituições financeiras é de caráter comercial, sendo que os principais serviços prestados por essas instituições financeiras são: operações de serviços de cobrança de seus títulos, gestão da folha de pagamento de seus colaboradores, Débito Direto Autorizado (DDA), pagamento de títulos a fornecedores, fechamento de operações de câmbio e derivativos, repasse de empréstimos e contratações de financiamentos, intermediação para emissão de dívidas a mercado. Em 2024, os parceiros comerciais nestas modalidades eram Scotiabank, Rabobank, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco, Safra, Santander, Bank of China, dentre outros.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Do endividamento bruto, incluindo os instrumentos derivativos relacionados a dívida, consolidado dos exercícios de 2022, 2023 e 2024 nos montantes de R\$ 5.809,9 milhões, R\$ 7.121,8 milhões e R\$ 6.726,6, respectivamente, apenas R\$ 729,6 milhões (12,6%), R\$ 744,5 milhões (10,5%) e R\$ 704,9 milhões (10,5%), apresentavam garantia real nas modalidades de alienação fiduciária e hipoteca. No caso, estas dívidas foram contraídas para financiamento de máquinas e equipamentos na modalidade FINAME e FNE, e desta forma, no final do ano, aproximadamente 89,5% da dívida consolidada não apresentava garantia real.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos de endividamento da Companhia no geral estão sujeitos a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) não financeiras que podem causar o vencimento antecipado cruzado (*cross default*) de suas dívidas, tais como: (i) inadimplirem qualquer obrigação financeira contraída pela Companhia e/ou qualquer de suas controladas, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 150 milhões; (ii) decretação de falência, pedido de autofalência formulado pela Companhia, pedido de falência formulado por terceiros e não elidido no prazo legal ou no prazo definido contratualmente, pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou qualquer de suas controladas (conforme contratos de dívidas e escrituras de emissão das dívidas); (iii) alteração ou transferência do controle, direto ou indireto da Companhia, com exceções e mitigantes definidos contratualmente; e (iv) redução de capital social da Companhia, exceto se para a absorção de prejuízos.

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures apresentam cláusula de vencimento antecipado (*cross-default*).

A Companhia também se obriga a manter determinados índices de endividamento em seus contratos junto à Ecoagro (Notas Comerciais para lastro de CRA), True (Notas Comerciais para lastro de CRA) e VX Pavarini (2ª Emissão de Debêntures).

Os índices são apurados anualmente, conforme parâmetros abaixo:

		Valor pactuado com os credores	Valor efetivamente performado em 31/12/2024
I. Notas Comerciais para lastro de CRA – Ecoagro / True			
Dívida Líquida / Ebitda (CVM 156/22)	<	4,00	2,3
II. DEBÊNTURES 2ª EMISSÃO – VX PAVARINI			
Dívida Líquida / Ebitda (CVM 156/22)	<	4,00	2,19
III. Scotiabank – Resolução 4131			
Dívida Líquida / Ebitda Ajustado e Recorrente	<	4,00	3,01

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia tem linha de financiamento FNE junto ao Banco do Nordeste, que é utilizado para a realização de plantação de florestas, aquisição de máquinas e equipamentos no estado de Alagoas, no valor total de R\$ 31,3 milhões, dos quais R\$ 28,9 milhões já foram liberados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Demonstração do Resultado					
Demonstração do Resultado do Exercício (em R\$'000)	31/12/2024	Análise Vertical	Variação ref. ano anterior	31/12/2023	Análise Vertical
Receita Líquida de Vendas	8.234.647	100%	11,5%	7.383.409	100,0%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	520.383	6,3%	-32,3%	768.592	10,4%
Custo dos produtos vendidos	(6.303.130)	-76,5%	9,1%	(5.776.134)	-78,2%
Lucro Bruto	2.451.900	29,8%	3,2%	2.375.867	32,2%
Despesas com vendas	(1.225.151)	-14,9%	17,5%	(1.042.414)	-14,1%
Despesas gerais e administrativas	(303.617)	-3,7%	-17,4%	(367.491)	-5,0%
Honorários da administração	(16.716)	-0,2%	-8,5%	(18.278)	-0,2%
Outros resultados operacionais, líquidos	103.021	1,3%	144,2%	42.188	0,6%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(72.903)	-0,9%	-126,1%	279.782	3,8%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	936.534	11,4%	-26,2%	1.269.654	17,2%
Receitas financeiras	424.959	5,2%	-21,7%	543.003	7,4%
Despesas financeiras	(1.017.019)	-12,4%	-4,2%	(1.061.410)	-14,4%
Lucro Operacional Antes do I. Renda e da C. Social	344.474	4,2%	-54,1%	751.247	10,2%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(118.832)	-1,4%	193,6%	(40.469)	-0,5%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(51.267)	-0,6%	-151,0%	100.492	1,4%
Lucro Líquido do Exercício de Operações Continuadas	174.375	2,1%	-78,5%	811.270	11,0%
Lucro Líquido do Exercício	174.375	2,1%	-78,5%	811.270	11,0%
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Companhia	172.414	2,1%	-78,2%	789.601	10,7%
Participação dos Não Controladores	1.961	0,0%	-91,0%	21.669	0,3%
Lucro líquido por ação em R\$:					
Acionistas da Companhia	0,2133			0,9772	
Participação dos Não Controladores	0,2126			0,9742	

Análise Comparativa entre 2024 e 2023

Receita líquida de vendas: a Receita Líquida foi de R\$8.234,6 milhões, um crescimento de 11,5% em relação a 2023. Esse avanço foi impulsionado, principalmente, pela melhoria operacional da Divisão de Metais e Louças e por um mix de produtos mais rico. Além disso, negociações florestais realizadas no 1T24 e no 3T24 contribuíram para os resultados da Divisão Madeira, que também registrou um desempenho sólido nas vendas de painéis de madeira.

Na Divisão Metais e Louças, o ambiente setorial mais favorável, aliado às estratégias voltadas para a recuperação de market share, resultou em um crescimento de 8,6% no volume vendido no 4T24. Esse desempenho foi favorecido pelo aumento da participação de produtos de maior valor agregado, com destaque para a categoria de **Metais**, que apresentou forte aceitação dos produtos com acabamento D-Coat, inovação exclusiva da Dexco lançada em 2023. Como resultado, a **Receita Líquida** do trimestre cresceu 16,7% no trimestre (versus 4T23), totalizando R\$518,4 milhões. No acumulado de 2024, a Receita Líquida atingiu R\$1.990,8 milhões, um avanço de 18,3% em relação a 2023.

Na Divisão Madeira, a Receita Líquida total foi de R\$5.350,9 milhões, avanço de 10,8% frente ao mesmo período do ano anterior, considerando o melhor mix de produtos e os repasses de preço que foram implementados no segundo semestre do ano, além de negociações florestais que foram realizadas no 1T24 e no 3T24 que também acabaram por impulsionar os resultados, assim como os níveis de volume, a Receita Líquida do 4T24 também apresentou resultados similares ao do 4T23 (+2,2%), encerrando o período com o montante de R\$1.326,3 milhões. Na comparação sequencial houve uma queda de 9,1% em decorrência da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

sazonalidade típica do período, considerando as férias coletivas da indústria e as paradas de manutenção programadas.

Na Divisão de Revestimentos: a Receita Líquida total apresentou desempenho positivo em 6,5% no 4T24 em relação ao 4T23 e 2,7% em 2024 comparado a 2023, sendo R\$219,5 milhões no trimestre e R\$ 893,0 no ano, favorecidas por um mix de produtos mais estratégico e um novo patamar de volume. O volume foi de R\$17.376,6 mil m², crescimento de 11,2% quando comparado a 2023. Apesar da aceleração do volume vendido, a Companhia segue reavaliando seu portfólio de produtos, além de tomar ações comerciais mais agressivas considerando a competitividade do setor.

Variação do valor justo dos ativos biológicos: Variação positiva de R\$520,4 milhões, 32,3% inferior em relação a 2023, diante do cenário de aumento de preço da madeira.

Custo dos produtos vendidos: Aumento de 9,1% em decorrência principalmente pelos aumentos de preços de insumos dolarizados e paradas de manutenção programada em todas as Divisões.

Despesas com vendas: As despesas com Vendas totalizaram R\$1.225,2 milhões, um aumento de 17,5% frente a 2023. Esse movimento foi impulsionado pelo fortalecimento de ações comerciais e por investimentos em Publicidade e Propaganda, sobretudo nas divisões de Metais, Louças e Revestimentos. Adicionalmente, a manutenção e expansão da rede de pontos de venda (PDVs) e novos showrooms, além do incremento do preço de fretes, contribuíram para a elevação das despesas ao longo do ano, acompanhando a expansão das operações e o fortalecimento da presença da Companhia no mercado.

Despesas gerais e administrativas: As Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 303,6 milhões, uma redução de 17,4% em relação a 2023. Estas variações estão associadas a uma postura diligente de reavaliação das despesas da Companhia, além dos esforços na otimização da estrutura organizacional após um período de investimentos mais robustos no ano anterior e uma base de comparação mais forte, impactada pelos investimentos na implementação do SAP S/4HANA. Com isso, a representatividade dessas despesas sobre a Receita Líquida reduziu-se para 3,7% em 2024, ante 5,0% em 2023, reforçando ganhos de eficiência operacional.

Outros resultados operacionais, líquidos: A variação positiva de R\$ 60,8 milhões é demonstrada abaixo:

Outros resultados operacionais, líquidos (R\$ '000)	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Amortização de carteira de clientes	(18.729)	(26.501)	7.772
Amortização de mais valia de ativos	(4.205)	(17.968)	13.763
Participações, Stock Option e ILP	(32.226)	(19.136)	(13.090)
Atualizações dos créditos com plano de previdência complementar	(22.123)	1.830	(23.953)
Créditos Prodep - Reintegra	2.963	3.902	(939)
Resultado líquido com venda parcial da controlada Duratrex SPE I	106.129	-	106.129
Resultado líquido com venda da operação de chuveiros e torneiras elétricas	(55.655)		(55.655)
Negociação Crédito Eletrobrás	60.439		60.439
Reversão de provisões de aquisição de empresas	28.518		28.518
Reversão INSS 1/3 férias	17.933		17.933
Exclusão do Icms na base do Pis e da Cofins	-	115.817	(115.817)
Créditos operacionais com fornecedores	7.518	9.335	(1.817)
Impairment de ativo imobilizado - Unidade de Louças Queimados - RJ	-	(22.487)	22.487
Impairment de ativos - Unidade Manezales - Colômbia	-	(29.000)	29.000
Venda de imóveis	6.407	34.050	(27.643)
Resultado na baixa de ativos, e outros operacionais	6.052	(7.654)	13.706
Total	103.021	42.188	60.833

Resultado de equivalência patrimonial: O saldo negativo de R\$72,9 milhões é representado preponderantemente pela participação nos resultados das empresas LD Celulose e LD Florestal.

Receitas financeiras: As receitas financeiras apresentaram uma redução de R\$118,0 milhões em relação a 2023, com as seguintes variações: (i) aumento de R\$37,1 milhões de rendimentos de aplicações financeiras;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(ii) aumento de R\$84,8 milhões de variação cambial; (iii) redução de R\$43,9 milhões nas atualizações monetárias; (iv) R\$194,3 milhões de atualização da exclusão de ICMS na base do PIS e da COFINS, menor em comparação com a atualização do ano anterior; e (v) redução de R\$1,7 milhão de juros e descontos obtidos.

Despesas financeiras: As despesas financeiras apresentaram uma redução de R\$44,4 milhões em relação a 2023, com as seguintes variações: (i) redução de R\$1,9 milhão de encargos sobre financiamentos em moeda nacional; (ii) aumento de R\$14,9 milhões de encargos sobre financiamentos em moeda estrangeira; (iii) redução de R\$25,5 milhões de variação cambial; (iv) redução de R\$32,1 milhões em atualizações monetárias; (v) aumento de R\$2,3 milhões em operações com derivativos; e (vi) redução de R\$2,1 milhões de juros sobre arrendamentos (vii) redução de R\$6,3 milhões de PIS e COFINS sobre resultado financeiro (viii) aumento de R\$6,3 milhões nas demais despesas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos: Variação negativa de R\$ 230,1 milhões nesta despesa quando comparada a 2023, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2024	2023	Var
Imposto de renda e contrib. social sobre o lucro	(117.122)	(255.424)	138.302
Juros sobre o capital próprio	12.708	59.160	(46.452)
Resultado de equivalência patrimonial	(24.787)	95.126	(119.913)
Diferença de tributação de empresa controlada	36.241	38.810	(2.569)
Incentivos fiscais e subvenções governamentais	3.884	47.631	(43.747)
Atualização Selic s/ICMS na base do Pis/Cofins	9.796	74.584	(64.788)
Reversão de prejuízo fiscal (Incorporação Dexco Revestimentos)	(36.461)	-	(36.461)
Reversão de prejuízo fiscal - negócio Chuveiro	(23.892)	-	(23.892)
Não reconhecimento de IR diferido sobre Impairment - negócio Chuveiros	(15.923)	-	(15.923)
Despesas indedutíveis	(2.775)	-	(2.775)
Demais adições e exclusões	(11.768)	136	(11.904)
Imposto de renda e contribuição social	(170.099)	60.023	(230.122)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Análise Comparativa entre 2024 e 2023

	2024	2023
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.283.924	1.345.983
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(1.980.727)	(1.302.983)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(882.555)	960.458
Variação cambial sobre disponibilidades	25.323	10.266
Acréscimos (decréscimos) de caixa e equivalentes de caixa	(1.554.035)	1.013.724
Acréscimos (decréscimos) de caixa e equivalentes de caixa	(1.554.035)	1.013.724
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.785.454	1.771.730
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.231.419	2.785.454

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O fluxo de caixa nas atividades operacionais totalizou R\$1.283,9 milhões em 2024, uma variação negativa de R\$62,1 milhões quando comparada a R\$1.346,0 milhões de 2023. Esta redução foi mitigada pelas ações de Capital de Giro intensificadas pela Companhia com o intuito de equilibrar os resultados do ano, ações de Capital de Giro foram engatilhadas intencionando compensar potenciais necessidades de consumo do Caixa,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

decorrentes principalmente pelos aumentos de preços de insumos dolarizados e paradas de manutenção programada em todas as Divisões da Companhia.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos totalizou R\$1.980,7 milhões em 2024, comparado a uma utilização de R\$ 1.303,0 milhões em 2023. Abaixo temos os principais itens que demandaram recursos no ano de 2024: (i) R\$737,9 milhões na aquisição de ativo imobilizado; (ii) R\$590,9 milhões investidos em ativo biológico; (iii) R\$ 496,9 milhões nas aplicações, líquidas de resgates de LFs e LFTs do fundo de investimentos exclusivo; e (iv) R\$189,2 milhões de aumento de capital em investidas não consolidadas.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos totalizou (R\$882,5) milhões em 2024, comparado a R\$960,5 milhões em 2023. O consumo de caixa em (R\$ 1.843,1) milhões é representado pelas variações de:

	2024	2023	var.
Ingressos de financiamentos	413.295	2.455.295	(2.042.000)
Amortização do valor principal de financiamentos	(393.363)	(942.361)	548.998
Amortização do valor principal de debêntures	(600.000)	-	(600.000)
Pagamentos de derivativos de dívida	(127.548)	(182.072)	54.524
Amortização de passivos de arrendamento	(141.075)	(127.822)	(13.253)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(233.864)	(248.774)	14.910
Recebimento na venda parcial de controlada a não controladores	200.000	-	200.000
Aumento de capital de sócios não controladores	-	6.192	(6.192)
Caixa Líquido Aplicado (Gerado) das atividades de financiamentos	(882.555)	960.458	(1.843.013)

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

A Receita Líquida Consolidada da Companhia em 2024 totalizou R\$ 8.234,6 milhões, crescimento de 11,5% ao consolidado do ano de 2023.

Receita Líquida	2024	%	2023	%	2022	%
Madeira	5.350.908	65%	4.831.341	65%	5.205.392	61%
Metais e Louças	1.990.756	24%	1.682.756	23%	2.136.248	25%
Revestimentos	892.983	11%	869.312	12%	1.145.010	13%
Total	8.234.647	100%	7.383.409	100%	8.486.650	100%

Em 2024, não houve alteração na proporção entre a Receita advinda do mercado interno e do mercado externo, que se manteve em 83% e 17%, respectivamente, assim como em 2023. O crescimento da Receita em ambos os mercados reflete a expansão da demanda doméstica, impulsionada pelo aumento do volume de vendas, e a manutenção da competitividade da companhia no mercado externo, apesar dos desafios do comércio global.

O mercado interno continua sendo o principal motor de crescimento da Companhia, influenciado por fatores como dinâmicas de consumo, disponibilidade de crédito e nível de atividade econômica no país. Já o mercado externo seguiu estável, beneficiado pela consolidação das exportações e pela adaptação da Dexco às condições setoriais e cambiais.

Receita Líquida	2024	%	2023	%	2022	%
Mercado Interno	6.827.653	83%	6.121.947	83%	6.893.156	81%
Mercado Externo	1.406.994	17%	1.261.462	17%	1.593.494	19%
Total	8.234.647	100%	7.383.409	100%	8.486.650	100%

Destacamos os seguintes tópicos por área de atuação de cada divisão de negócio:

Madeira: A receita da divisão provém da comercialização de painéis de MDP e MDF (crus e revestidos), pisos laminados e vinílicos, acabamentos, acessórios e rodapés, sob as marcas Duratex e Durafloor. Além disso, os negócios florestais continuam desempenhando um papel estratégico, acompanhando a valorização da madeira no mercado.

Em 2024, a divisão apresentou crescimento expressivo, impulsionado pelo aumento nos volumes vendidos e pela melhora no mix de produtos. Houve recuperação significativa na demanda por painéis ao longo do ano, refletindo a retomada do setor de construção e mobiliário. A venda de painéis totalizou 3,14 milhões de m³, um aumento médio de 17,3% em relação a 2023, com destaque para o 3T24, que registrou o maior volume expedido do ano.

Apesar do cenário desafiador no primeiro semestre, a divisão se beneficiou da expansão da base florestal e da valorização da madeira, além da melhora gradual nos preços ao longo do ano. Esse desempenho permitiu uma recuperação da margem EBITDA, especialmente a partir do 2T24, consolidando a Madeira como um dos principais motores de crescimento da Dexco em 2024.

Metais e Louças: A receita da divisão é proveniente da venda de louças e metais sanitários, torneiras plásticas, válvulas e acabamentos, comercializados sob as marcas Deca e Hydra. Até o 3T24, também incluía torneiras e chuveiros elétricos, cuja operação foi descontinuada como parte da estratégia de otimização do portfólio da Dexco.

Em 2024, a divisão apresentou um crescimento moderado no volume expedido, refletindo uma recuperação gradual da demanda ao longo do ano. O aumento nas vendas foi impulsionado pelo reposicionamento

2.2 Resultados operacional e financeiro

estratégico da linha de produtos, com destaque para a ampliação da linha de metais premium e o fortalecimento da distribuição *omnichannel*.

A saída do segmento de torneiras e chuveiros elétricos foi anunciada como parte da estratégia de foco em segmentos de maior valor agregado e rentabilidade, permitindo a alocação mais eficiente de recursos. Apesar do impacto da descontinuidade desse portfólio, a Dexco manteve sua liderança de mercado ao reajustar preços estrategicamente e otimizar o mix de produtos, resultando na manutenção da receita unitária.

Além disso, investimentos em eficiência produtiva e automação trouxeram ganhos operacionais, possibilitando um crescimento sustentável da rentabilidade na divisão.

Revestimentos: A receita da divisão provém da comercialização de revestimentos especiais – cerâmicos e cimentícios – e ladrilhos com aplicações diversas (para ambientes secos ou úmidos), porcelanato polido e telhas, sob as marcas Portinari, Ceusa e Castelatto.

Em 2024, a Divisão de Revestimentos apresentou crescimento na receita líquida, impulsionado pelo aumento do volume de vendas, que atingiu 17.376,6 mil m², um crescimento de 11,2% em relação a 2023. Esse resultado refletiu ações comerciais estratégicas voltadas para recuperação de *market share* e fortalecimento do portfólio, especialmente em produtos de maior valor agregado. A evolução na receita foi favorecida por uma melhoria gradual na demanda do setor, além de um reposicionamento estratégico de preços em algumas categorias de produtos. No 4T24, as iniciativas comerciais resultaram em um aumento de 10,3% no volume vendido, totalizando 4.238,5 mil m², reforçando a tendência positiva observada ao longo do ano.

Apesar do crescimento, a divisão seguiu operando em um ambiente competitivo e desafiador, o que limitou a capacidade de repasse integral de preços em determinados segmentos. Para 2025, a Dexco continuará focada na diferenciação do portfólio e na expansão da distribuição, visando sustentar o crescimento da receita e fortalecer sua posição no mercado.

Os resultados da LD Celulose não são apresentados nos números divulgados pela Dexco, uma vez que esta é uma Joint Venture na qual a companhia detém 49% de participação, enquanto a Lenzing AG, parceira neste projeto, detém os 51% restantes. Em 2024, a LD Celulose consolidou-se como um dos principais ativos estratégicos da Dexco, registrando recordes operacionais e financeiros ao longo do ano. O negócio alcançou uma Receita Líquida total de R\$ 2.976 milhões, sendo R\$ 1.458 milhões referentes à participação proporcional da Dexco, evidenciando o crescimento sustentável da operação.

Com operações estáveis e geração consistente de caixa, a LD Celulose manteve sua eficiência operacional e ampliou sua presença no mercado internacional, consolidando-se como uma das referências globais no segmento de celulose solúvel.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia são influenciados por fatores como nível de utilização das plantas, dinâmica da demanda e preferências dos clientes, inflação de custos, sazonalidade e ambiente competitivo.

Em 2024, a Companhia registrou crescimento no volume de vendas em todas as divisões, refletindo a recuperação gradual da demanda. No entanto, os resultados operacionais foram impactados por custos elevados de insumos, menor diluição de custos fixos em algumas unidades e efeitos sazonais típicos do setor. Além disso, paradas de manutenção programadas e não programadas impactaram pontualmente a performance de algumas operações ao longo do ano.

Os principais impactos observados em cada divisão de negócio são descritos a seguir:

Madeira: A divisão apresentou crescimento no volume de vendas, impulsionado pelo fortalecimento da demanda no mercado interno e pelo ajuste estratégico do mix de produtos. A taxa de ocupação fabril permaneceu elevada ao longo do ano, superando 90%, o que favoreceu a diluição dos custos fixos e sustentou as margens. No entanto, no 2T24, a divisão foi impactada por uma parada programada de manutenção em linhas de MDF, que resultou em redução temporária da capacidade produtiva e afetou a diluição dos custos fixos naquele trimestre.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Metais e Louças: Apresentou crescimento gradual da rentabilidade ao longo do ano, impulsionado por ajustes no portfólio de produtos e ganhos operacionais. No entanto, a divisão seguiu impactada por efeitos sazonais, especialmente na comparação entre o 3T e o 4T, devido à concentração de vendas no terceiro trimestre e uma retração natural da demanda no quarto trimestre.

Revestimentos: A divisão enfrentou um ambiente competitivo desafiador, que limitou a capacidade de repasse de preços e pressionou as margens. Além disso, a sazonalidade impactou diretamente os volumes no final do ano, refletindo a redução da atividade no setor da construção civil no último trimestre.

LD Celulose: A parada de manutenção programada no 1T24 impactou temporariamente a produtividade da unidade, mas foi seguida por uma retomada operacional eficiente, que resultou em melhoria de margens e recordes operacionais ao longo do ano.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas da Dexco em 2024 foram impactadas por uma combinação de fatores operacionais e macroeconômicos, incluindo crescimento nos volumes de vendas, ajustes estratégicos de preços e oscilações cambiais.

- **Câmbio:**

Em 2024, o mercado cambial brasileiro enfrentou significativa volatilidade, resultando em uma desvalorização expressiva do real em relação ao dólar, que encerrou o ano cotado a R\$ 6,179, acumulando uma alta de 27,36% no período, tornando o real a moeda mais depreciada entre 27 economias analisadas e registrando seu pior desempenho desde 2020. Esse cenário foi impulsionado por fatores internos, como incertezas fiscais e políticas relacionadas ao arcabouço fiscal e à sustentabilidade das contas públicas, que aumentaram a percepção de risco entre investidores, e fatores externos, como a política monetária mais restritiva nos Estados Unidos, que fortaleceu o dólar globalmente e pressionou ainda mais o câmbio brasileiro. Em resposta, o Banco Central realizou intervenções no mercado, incluindo leilões de dólares à vista, para conter a volatilidade e estabilizar a moeda nacional. Esses movimentos cambiais tiveram impactos significativos na economia, influenciando a inflação, os custos de importação e a balança comercial, exigindo medidas de política econômica para mitigar seus efeitos.

No ano de 2024, 89% da Receita advinda do mercado externo veio da Divisão Madeira, que mantém na unidade da Colômbia um importante canal de distribuição para mercados da América Latina, principalmente. Na Divisão de Acabamentos, Metais e Louças foi responsável por 5%, enquanto Revestimentos por 6% desse resultado.

- **Modificação de preços:**

A Dexco mantém uma estratégia de precificação alinhada ao posicionamento de seus produtos no mercado, buscando equilibrar competitividade e rentabilidade. Em 2024, diante do cenário desafiador de inflação de custos e volatilidade cambial, a Companhia adotou ajustes estratégicos de preços para mitigar os impactos sobre suas margens, garantindo a diferenciação de seus produtos e a sustentabilidade de seus negócios em um ambiente competitivo.

No que tange aos negócios, a Divisão Madeira conseguiu manter um bom repasse de preços, sustentando a rentabilidade dos produtos. Em Revestimentos, o setor continuou pressionado, com dificuldade para repassar integralmente os aumentos de custos ao longo do ano.

- **Volumes:**

O ano de 2024 foi marcado por uma recuperação dos volumes de vendas em todas as divisões da Companhia, impulsionada pelo fortalecimento da demanda e ações estratégicas voltadas para otimização do portfólio e competitividade no mercado.

A Divisão Madeira registrou um crescimento de 13,6% no volume vendido, totalizando 3.074,1 mil m³ de painéis, com destaque para a manutenção da alta taxa de ocupação fabril ao longo do ano, favorecendo a diluição de custos fixos. Do total, 8,4% foram destinados à operação da Colômbia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Na Divisão de Metais e Louças, além do crescimento no volume de vendas, houve um avanço estratégico na qualidade do mix de produtos, com maior participação de itens de maior valor agregado, refletindo na rentabilidade da divisão. O volume total comercializado foi de 20.778 mil peças, um aumento de 7,9% em relação a 2023. Já a Divisão de Revestimentos também apresentou crescimento, com 17.376,6 mil m² vendidos, um avanço de 11,2% em relação ao ano anterior, resultado de ações comerciais e reposicionamento estratégico da linha de produtos.

MADEIRA

Volume Expedido (em m³)	2024	%	2023	%	2022	%
STANDARD (CRU)	1.590.842	52%	1.454.476	54%	1.452.713	50%
REVESTIDOS	1.483.223	48%	1.251.598	46%	1.426.781	50%
Total	3.074.065	100%	2.706.074	100%	2.879.494	100%

METAIS E LOUÇAS

Expedição (em '000 peças)	2024	%	2023	%	2022	%
BÁSICOS	7.934	38%	8.005	42%	8.500	36%
ACABADOS	12.844	62%	11.253	58%	14.897	64%
Total	20.778	100%	19.258	100%	23.397	100%

REVESTIMENTOS

Expedição (em m²)	2024	%	2023	%	2022	%
ACABAMENTOS	17.376.593	100%	15.622.065	100%	19.717.188	100%
Total	17.376.593	100%	15.622.065	100%	19.719.210	100%

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Receita, Custo e Margem		2024	2023	2022
Madeira	Custo Caixa Unitário (em R\$/m³ expedido)	(970,7)	(1.027,0)	(1.135,1)
	Lucro Bruto (em R\$ '000)	1.878.777	1.918.719	1.905.366
	Margem Bruta	35,11%	39,71%	36,60%
	EBITDA Ajustado e Recorrente (em R\$ '000)	1.514.397	1.400.489	1.186.345
Metais e Louças	Custo Caixa Unitário (em R\$/peça expedida)	(69,9)	(67,2)	(63,4)
	Lucro Bruto (em R\$ '000)	446.042	294.099	561.939
	Margem Bruta	22,41%	17,48%	26,30%

2.2 Resultados operacional e financeiro

	EBITDA Ajustado e Recorrente (em R\$ '000)	131.369	(15.636)	310.987
Revestimentos	Custo Caixa Unitário (em R\$/m² expedido)	(40,6)	(41,5)	(34,9)
	Lucro Bruto (em R\$ '000)	184.816	187.473	404.482
	Margem Bruta	14,23%	18,76%	35,30%
	EBITDA Ajustado e Recorrente (em R\$ '000)	4.044	8.376	234.319

Em 2024, a Dexco seguiu priorizando disciplina financeira e controle de custos, equilibrando crescimento operacional e gestão eficiente da estrutura de capital para minimizar os impactos da volatilidade macroeconômica sobre seus resultados.

• Impactos relevantes no resultado operacional

O resultado operacional da Dexco foi impactado por um conjunto de fatores macroeconômicos, incluindo inflação de custos, volatilidade cambial e dinâmica da taxa de juros, que influenciaram o desempenho das suas divisões e a estrutura financeira da Companhia. Em 2024, o EBITDA Ajustado e Recorrente da Dexco apresentou crescimento de 18,4%, totalizando R\$ 1.649,8 milhões, com margem de 20,0%, refletindo uma combinação de fatores operacionais e macroeconômicos que impactaram os resultados ao longo dos trimestres.

Os resultados apresentados foram impulsionados pela maior demanda por painéis de madeira, pela recuperação da Divisão de Metais e Louças, que fortaleceu seu mix de produtos, e pela contribuição consistente da LD Celulose, que registrou um EBITDA recorde no ano. Ao longo dos trimestres, o desempenho foi influenciado por fatores como custos elevados de insumos, oscilações cambiais e efeitos sazonais, com destaque para a parada de manutenção programada na LD Celulose no 1T24, a ausência de negócios florestais no 2T24 e 4T24, e o impacto das férias coletivas e paradas fabris no final do ano, que reduziram a diluição de custos fixos.

• Impactos relevantes no resultado financeiro

Em 2024, o Resultado Financeiro da Dexco foi negativo em R\$ 592 milhões, uma piora de R\$ 74 milhões em comparação a 2023, reflexo principalmente do aumento da taxa de juros e da elevação da dívida líquida. Para mitigar esses efeitos, a Companhia intensificou sua estratégia de *Liability Management*, resultando no alongamento do prazo médio da dívida e na redução do custo médio financeiro, contribuindo para a melhoria do resultado financeiro.

A taxa básica de juros em patamar elevado impactou diretamente os encargos financeiros da Companhia. Ao final de 2023, o prazo médio ponderado da dívida da Dexco era de 4,4 anos, com um custo médio de 103,3% do CDI.

R\$ '000	2024	2023	2022
Receitas Financeiras	424.959	543.003	384.391
Despesas Financeiras	(1.017.019)	(1.061.410)	(916.069)
Resultado Financeiro Líquido	(592.060)	(518.407)	(531.678)

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças significativas em 2024, 2023 e 2022.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há opiniões modificadas, ressalvas e ênfases presentes nos relatórios dos auditores independentes, referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31.12.2024, 31.12.2023 e 31.12.2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2022, 2023 e 2024 ocorreram as seguintes movimentações de encerramento ou suspensão de operações, e alienação de segmento operacional relevante:

Saída da Companhia do negócio de chuveiros e torneiras elétricas

Em 28 de agosto de 2024, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a saída do negócio de chuveiros e torneiras elétricas, iniciativa parte do processo de contínua avaliação estratégica do portfólio de negócios, que busca priorizar segmentos de atuação que apresentem maiores sinergias em seus canais de venda e posicionamento de mercado.

Em 02 de outubro de 2024, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas entre sua subsidiária Dexco Hydra Corona Sistemas de Aquecimento de Água Ltda. e a Zagonel S.A. O acordo envolveu a venda da totalidade das quotas da Duratex SPE II, empresa constituída para receber os ativos e passivos relativos à operação de chuveiros e torneiras elétricas. A operação incluiu unidades fabris e centros de distribuição em Aracaju (SE) e Tubarão (SC), além das marcas Corona e Thermosystem. A marca Hydra não foi incluída na venda e continua sendo utilizada pela Companhia.

Os efeitos contábeis decorrentes dessa operação estão detalhados nas notas explicativas específicas das demonstrações financeiras da Companhia, fornecendo informações sobre o reconhecimento de ativos e passivos, assim como os impactos nos resultados operacionais e financeiros.

Encerramento das operações na Unidade de Louças em Queimados - RJ

Em 21 de junho de 2023, a Companhia encerrou a produção de louças na unidade de Queimados, no estado do Rio de Janeiro. Essa ação faz parte de um plano estratégico de reorganização e consolidação do Negócio Louças, otimizando o uso de seus ativos industriais.

O atendimento aos clientes foi assegurado, uma vez que a produção desta unidade foi suprida pelas unidades industriais de Recife/PE, João Pessoa/PB e Jundiá/SP.

Os ativos operacionais foram oportunamente remanejados para outras unidades, buscando melhor produtividade e eficiência. O dispêndio envolvido no encerramento das atividades da unidade não foi material e está sendo compensado pela redução dos custos fixos e ganhos operacionais no curto prazo.

Suspensão da produção de unidade fabril de Revestimentos Cerâmicos em Criciúma - SC

A partir de 01 de agosto de 2023, a Dexco suspendeu por tempo indeterminado a operação da unidade RC2, a menor de suas unidades fabris em Criciúma/SC. Com esta iniciativa, a Companhia busca a melhoria de eficiência e produtividade das suas operações, adequando-as à atual demanda de mercado. O atendimento aos clientes foi assegurado, uma vez que a produção desta linha foi concentrada nas demais unidades em operação em Santa Catarina. O dispêndio envolvido no encerramento das atividades da unidade não foi material e foi compensado pela redução dos custos fixos e ganhos operacionais no curto prazo.

Encerramento da operação da planta de Manizales (Colômbia).

A partir de 27 de setembro de 2023, a Dexco encerrou as operações da unidade de painéis da sua controlada Duratex Colômbia, localizada em Manizales, na Colômbia. Esta decisão foi tomada para melhorar a competitividade de custo e alocação de capital para investimentos futuros da nossa companhia, integrando o plano estratégico de reorganização e manutenção da operação consolidada do negócio Madeira.

O atendimento aos clientes foi assegurado, uma vez que a produção desta unidade foi concentrada nas unidades de Barbosa e Yarumal, as duas sediadas em Antioquia, na Colômbia. Esta unidade era composta por ativos antigos e não apresentava capacidade representativa. Diante disto, em razão dos dispêndios extraordinários, foram reconhecidos R\$ 30,4 milhões como eventos não recorrentes.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2022, a controlada Duratex Florestal LTDA, aportou capital na Caetex Florestal S.A., adquirindo 10% das ações do capital social, que somadas as ações possuídas anteriormente, totalizou uma participação de 60%. Essa capitalização em conjunto com alterações procedidas no acordo de acionistas, transformaram a sociedade de controle conjunto (*joint operation*) em uma controlada, e consequentemente, seu balanço passou a ser consolidado integralmente no balanço da Companhia. Foram concluídas todas as condições precedentes, dentre elas a aprovação, sem restrições, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A Dexco alienou a totalidade das ações do capital social da Viva Decora Internet Ltda em abril de 2023, sendo que o investimento, feito em 2020, não foi representativo em comparação aos demais negócios da Companhia.

Em 2024, foi aprovada a incorporação da controlada Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. pela Companhia, assim como a Cisão parcial referente a subsidiária integral da Duratex Florestal Ltda. e incorporação do acervo cindido pela Dexco S.A., com o objetivo de transferir ativos florestais, para aumentar a eficiência administrativa e a captação de investimentos. Neste ano, também ocorreu a constituição da controlada Duratex SPE I S.A. e posterior venda de 50% de ações preferenciais por R\$ 200.000 recebidos no exercício, resultando em um ganho líquido de R\$ 106.129. O acordo incluiu regras de governança e restrições à transferência de ações.

c. eventos ou operações não usuais

Em 2022, 2023 e 2024 não foram realizados eventos ou operações não usuais relevantes.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis;

As informações correspondentes a este item foram contempladas no item 2.5.b.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Tendo em vista a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, conforme previsto na Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022, apresentamos, abaixo:

Divulgação do LAJIDA/EBITDA e LAJIR/EBIT (art. 4º da Resolução nº 156/22)

LAJIDA (EBITDA) R\$'000	2024	2023	2022
Lucro líquido do exercício	174.375	811.270	764.922
Imposto de renda e contribuição social	170.099	(60.023)	152.623
Resultado financeiro líquido	592.060	518.407	531.678
LAJIR (EBIT)	936.534	1.269.654	1.449.223
Depreciação, amortização, exaustão	1.221.269	1.165.568	845.355
LAJIDA (EBITDA) de acordo com a CVM 156/22	2.157.802	2.435.222	2.294.578
Margem LAJIDA (EBITDA)	26,2%	33,0%	27,0%
Variação do valor justo do ativo biológico	(520.383)	(768.592)	(586.447)
Combinação de negócios / outros ajustes	21.848	2.181	(8.928)
LAJIDA (EBITDA) ajustado por eventos não caixa	1.659.267	1.668.811	1.699.203
Eventos de natureza extraordinária	(9.457)	(275.582)	32.448
LAJIDA (EBITDA) ajustado recorrente	1.649.810	1.393.229	1.731.651
Margem LAJIDA (EBITDA) ajustada recorrente	20,0%	18,9%	20,4%

Ressalte-se que, pela característica dos negócios da Dexco, este indicador é ajustado pela variação do valor justo dos ativos biológicos, combinação de negócios, benefícios a empregados e, quando é o caso, por eventos extraordinários.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza como medida não contábil o LAJIDA/EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização ou *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) e LAJIR/EBIT (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido ou *Earnings before Interest and taxes*) com a finalidade de apresentar uma medida de seu desempenho econômico operacional, que consiste no resultado líquido do período, acrescido dos tributos, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustão. O LAJIDA/EBITDA é divulgação voluntária, de natureza não contábil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Aquisição da Guarani Florestal S.A. pela Duratex Florestal LTDA.

Em 19 de fevereiro de 2025, a controlada Duratex Florestal realizou a transação de compra de ações da Guarani Florestal S.A., conforme os termos de um contrato de opção de compra previamente estabelecido. O montante pago na aquisição foi de R\$ 86.848,00. Esta aquisição visa suprir a necessidade da Companhia na produção de painéis.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social prevê que juntamente com as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei das S.A. e as disposições seguintes:

- a) antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no Artigo 29; e
- c) saldo terá o destino que for proposto pelo Conselho de Administração, inclusive para a formação das reservas estatutárias (Artigo 30), "ad referendum" da Assembleia Geral.

Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas:

- I. Reserva para Equalização de Dividendos - Será limitada a 40% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos: (a) equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., (b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados; (c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; e, (d) decorrentes do crédito correspondente às antecipados de dividendos;
- II. Reserva para Reforço de Capital de Giro - Será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei das S.A.; e
- III. Reserva para Aumento do Capital de Empresas Participadas - Será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A.

Não houve retenção de lucros com base em orçamento de capital no último exercício social.

i. Valores das retenções dos lucros

Propõe-se que o lucro líquido do exercício constante das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 172.414.757,42, acrescido da realização da reserva de reavaliação no valor de R\$ 393.710,07, seja destinado conforme segue: (a) R\$ 8.620.737,87 à Reserva Legal; (b) R\$ 38.144.487,88 para Reserva de Incentivos Fiscais, conforme Artigo 195-A da Lei 6.404/76; (c) R\$ 82.623.719,22 às Reservas Estatutárias que serão destinados conforme segue: (i) R\$ 33.485.513,36 à Reserva para Equalização de Dividendos, (ii) R\$ 29.482.923,52 à Reserva para Reforço de Capital de Giro e (iii) R\$ 19.655.282,35 à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas; e (d) R\$ 43.419.522,52 de juros sobre o capital próprio e dividendos, sendo (i) R\$ 37.377.000,00 imputados ao valor do juros sobre o capital próprio já declarados e creditados aos acionistas com base na posição acionária final do dia 18.12.2024, correspondentes ao valor líquido de R\$ R\$ 31.770.450,00, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2024, nos termos do art. 2º da Res. CVM n 143/22, e deliberação do Conselho de Administração em 11.12.2024, a serem pagos até 31.12.2025, com fundamento no Artigo 9º da Lei nº 9.249/95; e (ii) R\$ 6.042.522,52 a título de dividendos, a serem pagos até 31.12.2025, já declarados e creditados aos acionistas com base na posição acionária final do dia 17.03.2025, de acordo com a aprovação do Conselho de Administração em 12.03.2025.

ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados

O lucro líquido acima mencionado, acrescido da realização de reserva de reavaliação, foi destinado: (a) 5% à Reserva Legal; (b) 25,1% de juros sobre o capital próprio declarados e dividendos do exercício de 2024, considerando o valor bruto dos juros sobre o capital próprio (30% do lucro líquido ajustado para o cálculo dos dividendos, considerando o valor líquido dos juros sobre o capital próprio); (c) 22% para Reserva de Incentivos

2.7 Destinação de resultados

Fiscais, conforme Artigo 195-A da Lei 6.404/76; e (d) 47,9% às Reservas Estatutárias conforme segue: (i) 19,4% à Reserva para Equalização de Dividendos, (ii) 17,1% à Reserva para Reforço de Capital de Giro e (iii) 11,4% à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

b. regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 30% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei das S.A. e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Obrigatoriamente uma vez por ano ou em períodos intermediários quando deliberado pelo Conselho de Administração.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui na Política Ambiental, Social e de Governança Corporativa o item 18.1, que apresenta a política de destinação de resultados. Os temas tratados estão alinhados à lei vigente e ao previsto no Estatuto Social da Companhia no seu capítulo VI, em especial quanto ao dividendo mínimo obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido ajustado no mesmo exercício.

A Política Ambiental, Social e de Governança Corporativa foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2024 e está disponibilizada no site de Relações com Investidores da Dexco, através do link: <https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos;*
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;*
- iii. contratos de construção não terminada;*
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.*

A Companhia não possui qualquer passivo ou operação não registrada nas demonstrações financeiras para financiar as suas operações e não possui subsidiárias nas quais detém participação majoritária ou controle sobre as operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos que não constam nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não existem quaisquer outros itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b. natureza e o propósito da operação

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes à natureza e propósito da operação.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, referentes à natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Em 2021, durante o Dexco Day, a Companhia anunciou o Novo Ciclo de Investimentos (2021-2025), inicialmente estimado em R\$ 2,5 bilhões, com foco no crescimento orgânico da empresa. Esse plano foi estruturado com projetos distribuídos entre as Divisões da Companhia, de forma a impulsionar sua competitividade e eficiência operacional.

Ao longo da execução desse ciclo, a Companhia obteve ganhos de eficiência nos processos e revisou seus parâmetros de produtividade, considerando o contexto macroeconômico e as negociações conduzidas com fornecedores. Como resultado, foi possível otimizar o investimento total, reduzindo o montante planejado de R\$ 2,5 bilhões para cerca de R\$ 1,8 bilhão, sem comprometer os objetivos estratégicos estabelecidos.

Em 2022, os investimentos totais em projetos somaram R\$ 1.268 milhões, valor 38% superior ao apresentado no ano de 2021, principalmente em decorrência dos projetos relacionados ao Novo Ciclo de Investimentos, dos quais já foram investidos (2021+2022):

- R\$ 215 milhões nos projetos de desgargamento e melhorias de mix da Divisão Madeira;
- R\$ 159 milhões no projeto de melhoria do mix de Deca, dentre outros; e
- R\$ 192 milhões nos projetos de modernização e expansão das fábricas de Revestimentos.

Em adição do total investido, R\$ 838 milhões foram dispendidos em ativos imobilizados e intangíveis e R\$ 430 milhões foram direcionados para manutenção dos ativos florestais.

Durante o ano de 2023, os investimentos totais somaram R\$ 1.404 milhões, valor aproximadamente 10% superior ao apresentado em 2022, principalmente em decorrência dos projetos relacionados ao Novo Ciclo de Investimentos, dos quais já foram investidos (2021-2023):

- R\$ 268 milhões nos projetos de desgargamento e melhorias de mix da Divisão Madeira;
- R\$ 344 milhões no projeto de melhoria do mix de Deca, dentre outros; e
- R\$ 491 milhões nos projetos de modernização e expansão das fábricas de Revestimentos.

O total investido no ano foi de R\$ 1.036 milhões em projetos e ativos imobilizados e intangíveis e R\$ 368 milhões direcionados para manutenção dos ativos florestais.

Em 2024, os investimentos totais somaram R\$ 1.388 milhões, principalmente em decorrência de gastos em sustentação dos negócios e projetos relacionados ao Novo Ciclo de Investimentos, dos quais já foram investidos (2021-2024):

- R\$ 318 milhões nos projetos de desgargamento e melhorias de mix da Divisão Madeira;
- R\$ 452 milhões no projeto de melhoria do mix de Deca, automação e segurança operacional;
- R\$ 722 milhões nos projetos de modernização e expansão das fábricas de Revestimentos.

O total investido no ano foi de R\$ 819 milhões em projetos e ativos imobilizados e intangíveis e R\$ 569 milhões direcionados para manutenção dos ativos florestais.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos são financiados pela estrutura de capital corrente da Companhia, ponderando capital próprio e de terceiros. A contratação de capital de terceiros utiliza-se, preferencialmente, de linhas de longo prazo, considerando as condições de mercado do momento.

A Companhia utiliza-se de dívidas emitidas via mercado de capitais e linhas de financiamento bilaterais de longo prazo para realização de seus investimentos. Através de seu relacionamento com bancos comerciais nacionais e internacionais, assim como agências governamentais e de fomento, a Companhia estrutura suas operações financeiras em modalidades tais quais, mas não se limitando a: FINAME, Nota de Crédito à Exportação, 4131, Certificado de Recebíveis do Agronegócio e Debêntures.

2.10 Planos de negócios

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Desde 2018, a Companhia vem implementando um plano estratégico de reestruturação de sua base de ativos, que inclui vendas de terras e ativos florestais, fechamento, suspensão e reabertura de unidades fabris, além da unificação de operações. Esse movimento busca otimizar a eficiência operacional, reduzir custos e ampliar a ecoeficiência, garantindo maior retorno aos acionistas. Em 2022, a Dexco suspendeu as operações da antiga planta da Ceusa, em Urussanga (SC), transferindo ativos para unidades mais modernas. Em 2023, esse processo continuou com o encerramento das atividades da planta de Louças em Queimados (RJ) e da planta de Manizales, na Colômbia, além da suspensão por tempo indeterminado da unidade de Revestimentos RC2 em Criciúma (SC), que segue sem atividade. Essas ações fazem parte da estratégia da Companhia para otimizar sua base industrial e adequar a operação à dinâmica de mercado, garantindo maior competitividade e sustentabilidade no longo prazo.

Em 2024, a Dexco decidiu sair do segmento de Chuveiros e Torneiras elétricas como parte do processo de contínua avaliação estratégica do portfólio de negócios da Companhia, que busca priorizar segmentos de atuação que apresentem maiores sinergias em seus canais de venda e posicionamento de mercado. A venda foi concluída para a Zagonel S.A em outubro de 2024, compreendendo desinvestimentos em uma unidade fabril com capacidade de produção de aproximadamente 12,0 milhões de peças anuais, um centro de distribuição em Aracaju (SE) e um centro de distribuição em Tubarão (SC), além das marcas Corona e Thermosystem. A marca Hydra não foi vendida e continuará sendo utilizada pelo portfólio de produtos Dexco.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2024, a Companhia não realizou nenhuma ação que influenciou materialmente sua capacidade produtiva. No entanto, alinhada a seu Ciclo de Investimentos, em dezembro foi iniciada a operação da sua nova fábrica de Revestimentos Cerâmicos localizada em Botucatu (SP). A nova planta possui capacidade produtiva de 10 milhões de m² adicionais quando estiver em sua operação plena

Ainda, cabe lembrar que a Dexco anunciou, em 2018, uma joint venture com a Lenzing AG para a construção de uma fábrica de celulose solúvel em Minas Gerais, com capacidade de produção de 500 mil toneladas e investimento total de aproximadamente R\$ 5,2 bilhões. O projeto foi aprovado em 2019, e as operações iniciaram em abril de 2022. Em 2023, dentro do Novo Ciclo de Investimentos, a Companhia seguiu com a expansão de ativos florestais no Nordeste e o desgargalamento da produção de Painéis, além da aquisição de maquinário para ampliar a capacidade de Metais e automatizar a produção de Louças na Deca.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Focada na perenidade dos negócios e na manutenção de sua liderança no mercado, a Dexco investe continuamente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e soluções. A Companhia acompanha tendências de mercado e busca inovação constante, mantendo um portfólio alinhado às necessidades dos consumidores e aos princípios de sustentabilidade. O planejamento anual de desenvolvimento de produtos é conduzido com base em estudos aprofundados do mercado nacional e internacional, garantindo a competitividade e a relevância de suas soluções. Além disso, a Dexco participa ativamente de simpósios, congressos e eventos técnicos, fortalecendo seu relacionamento com empresas do setor e promovendo a incorporação de novas tecnologias.

Como parte de sua estratégia de inovação e aproximação com o consumidor final, a Dexco expandiu sua presença para o varejo em 2024 com o lançamento da Casa Dexco, uma loja conceito que reúne todas as marcas da Companhia em um único espaço. Mais do que uma loja, a Casa Dexco proporciona uma experiência imersiva, permitindo que os clientes interajam com os produtos, explorem diferentes combinações e acompanhem tendências de arquitetura e decoração. Além disso, a Companhia segue avançando na digitalização e no aprimoramento dos serviços oferecidos, consolidando seu compromisso em entregar Soluções para Melhor Viver.

2.10 Planos de negócios

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Divisão Madeira (Duratex e Durafloor): A Companhia está implementando uma plataforma digital para gestão da rotina e da eficiência operacional nas unidades da Divisão Madeira. A iniciativa busca promover uma visão abrangente de excelência operacional, com o apoio de soluções de inteligência artificial (IA) aplicadas ao monitoramento e controle da qualidade dos processos. A IA também vem sendo empregada em manutenção preditiva e prescritiva, com o objetivo de antecipar falhas, otimizar a performance dos equipamentos e reduzir custos operacionais.

Além disso, seguem em curso os investimentos nas linhas de produção de painéis de madeira, com foco na elevação da produtividade e na melhoria dos controles de qualidade. Destaca-se, ainda, a consolidação da produção 100% em baixa emissão de formaldeído (classe E1) e o avanço na otimização dos processos, com base em índices e indicadores operacionais.

Divisão Metais e Louças (Deca e Hydra): Com foco na assertividade dos lançamentos e no alinhamento às preferências de mercado, foram realizadas 30 pesquisas com consumidores, especificadores e colaboradores das marcas Deca e Hydra, por meio de 10 canais internos e externos. As iniciativas visaram validar os lançamentos de produtos planejados para 2024 e contaram com mais de 17 mil interações com potenciais clientes. Os resultados trouxeram insights valiosos sobre aceitação, preferência e percepção de valor, especialmente em relação a cores, acabamentos, funcionalidades e embalagens.

Divisão Revestimentos (Ceusa, Portinari e Castelatto): Com foco no planejamento de lançamentos para 2025, a Companhia realizou 30 pesquisas envolvendo consumidores, especificadores e colaboradores das marcas Ceusa, Portinari e Castelatto, utilizando 10 canais internos e externos. No total, foram testados 88% dos produtos previstos para 2025, permitindo entender com profundidade a aceitação, preferência e percepção de valor por parte dos públicos-alvo.

Em paralelo, para os lançamentos de 2024 das marcas Ceusa, Portinari e Durafloor (Divisão Madeira), foram testados 92% dos produtos, com o objetivo de orientar as decisões estratégicas e reforçar a atratividade comercial das novas linhas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Para os fins de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços foram investidos os montantes aproximados de R\$ 17,3 milhões em 2021, R\$ 21,7 milhões em 2022, R\$ 11,9 milhões em 2023 e R\$ 18,4 milhões em 2024.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Divisão Madeira (Duratex e Durafloor): Em 2024, a Divisão Madeira realizou 33 lançamentos de novos produtos entre padrões de portfólio e itens exclusivos.

Destaca-se a ampliação da coleção Duratex You, com impressão digital diretamente sobre o painel, lançada em 2023, que recebeu 5 novas cores no portfólio e 3 exclusivas, todas com acabamentos especiais nos padrões Cristallo (alto brilho) e Acetinatta (super matte).

Outro destaque foi a criação de duas novas coleções de laminados melamínicos, por meio da introdução de texturas inéditas: Sense, com microtextura, e Thera, com textura madeirada de alta fidelidade à lâmina natural. Essas inovações receberam investimento de R\$ 2,21 milhões, resultando em nove novos produtos.

Além disso, a Companhia promoveu atualizações de cores alinhadas às tendências de mercado, tanto para o portfólio geral quanto para clientes exclusivos, aproveitando os ativos e processos industriais existentes.

Divisão Metais e Louças (Deca e Hydra): Para louças sanitárias, após o sucesso da linha de cubas Slim, a empresa expandiu sua aplicação e apresentou a novidade do duplo deck, uma solução funcional que amplia a área de apoio e reduz respingos na bancada. Também foram lançadas cubas com novos designs e materiais, em parceria com a Castelatto.

2.10 Planos de negócios

A linha de cubas Liquid chegou com um design fluido e bordas infinitas, com válvula click e facilidade de escoamento. Entre as inovações funcionais, está o lançamento do Smart Block, um acessório que impede o entupimento do sifão, sendo acoplado à válvula de escoamento.

No segmento de bacias, destaca-se a linha Single, que integra o reservatório de descarga à peça, resultando em um visual clean e funcional, disponível nas versões Basic, Wash e Extreme, com diferentes níveis de tecnologia.

Já no segmento de metais e acessórios, a linha Deca You foi expandida com lançamentos de toalheiros térmicos (de piso e parede), acabamentos para caixas de descarga embutidas, monocomandos para banheira e barras deslizantes. A nova linha de chuveiros Flex apresenta diferentes tamanhos, formatos (redondo e quadrado) e aplicações (teto e parede), atendendo às necessidades específicas de projetos de arquitetura.

A linha Deca Care, com design assinado, foi lançada com foco em acessibilidade e inclui barras de apoio e acessórios com estética refinada. Os lançamentos também contemplaram a linha de acessórios Versa, projetada para harmonização com diversos estilos. A ducha universal da Deca, com tecnologia exclusiva, passou a contar com novas opções de cores.

Ainda em metais, foi lançada a linha Gama, com design moderno inspirado no sucesso da linha Link. A linha Pérola, de estética clássica, completa os lançamentos com torneiras, misturadores e registros.

Buscando ampliar o market share na categoria de cozinha (atualmente com 23%, frente aos 43% em banheiro), a Deca lançou novas linhas de cubas inox com design adaptado ao mercado brasileiro, além de monocomandos com nova proposta de valor. A marca também ingressou em novas categorias, com destaque para os lançamentos de tanques de inox e trituradores, ampliando o portfólio de soluções completas para ambientes de cozinha.

Divisão Revestimentos (Ceusa, Portinari e Castelatto): Para a Portinari, foi mantida a estratégia de alinhamento com as principais tendências da arquitetura de interiores, com lançamentos em formatos já consolidados (120x120 e 90x90), além da introdução do novo formato 160x160, reforçando a solução completa em grandes formatos. Também foram lançadas peças especiais em novos materiais e formatos — incluindo elementos vazados em concreto arquitetônico e régua em porcelanato 15x120.

Destaca-se a coleção Hana, assinada pelo arquiteto Alex Hanazaki, e a coleção Kit Gales Organic, com formas orgânicas e abordagem estética diferenciada.

Para Ceusa, reforçando seu DNA criativo e inovador, Ceusa apostou no conceito de Deep Design, utilizando técnicas digitais avançadas para imprimir texturas com precisão sobre as peças. A marca firmou parceria com a SOUQ, resultando em uma coleção inspirada na Sicília, com ladrilhos históricos e padronagens geométricas, em tons vibrantes de azul e amarelo queimado.

A marca Castelatto contribuiu com o desenvolvimento de novos materiais em colaboração com a Deca (cubas especiais), além de integrar a ferramenta de especificação de ambientes lançada em 2024.

Os lançamentos do primeiro semestre de 2024 foram apresentados em dois momentos: um evento exclusivo para clientes, com foco em introdução antecipada nos pontos de venda, e, posteriormente, na Feira Revestir, com estandes exclusivos por marca. Ao todo, foram lançados 129 SKUs (32% para Ceusa e 63% para Portinari). No segundo semestre, um novo lançamento voltado a clientes Exclusive trouxe mais 35 SKUs por meio de plataforma online.

Iniciativas Integradas de Inovação: em 2024, a Companhia lançou a ferramenta Dexmood, uma solução de harmonização que integra os portfólios das marcas Deca, Portinari, Ceusa, Duratex, Durafloor e Castelatto. A solução combina um WebApp interativo com uma caixa de amostras física, auxiliando consumidores e especificadores na combinação estética e técnica de produtos para ambientes.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme detalhado no item 2.10 – c – ii, a Companhia aloca anualmente um orçamento específico para investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos produtos e serviços. Em 2022, foram investidos

2.10 Planos de negócios

R\$ 21,7 milhões nesta área, enquanto em 2023 o valor destinado foi de R\$ 11,9 milhões. Para o ano de 2024, o orçamento realizado foi de R\$ 18,4 milhões.

Em 2021, a Companhia anunciou investimentos no DX Ventures – Fundo de Corporate Venture Capital da Dexco – e na ABC da Construção, agora denominada Mysa S.A. Esses investimentos refletem a estratégia da Dexco de se integrar ao ecossistema empreendedor e às inovações digitais no varejo de acabamentos, fortalecendo o relacionamento com clientes e consumidores finais ao longo da jornada de reforma, decoração e construção. Ambos os investimentos já foram efetivados.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Dexco mantém sua Estratégia de Sustentabilidade, que se baseia em três Compromissos Estratégicos, dos quais derivam indicadores e metas com horizonte de atingimento entre 2025 e 2030. Esses compromissos representam oportunidades para o desenvolvimento da agenda ASG na Companhia e são:

- Facilitar a jornada de construção e reforma;
- Assegurar o crescimento sustentável, mantendo o balanço positivo de carbono;
- Promover saúde e bem-estar nos ambientes.

Em 2023, a Dexco revisou sua Estratégia de Sustentabilidade em um movimento de maturidade, garantindo sua aderência ao planejamento estratégico de longo prazo. Apesar dessa revisão, os Compromissos Estratégicos foram mantidos, reforçando a consistência da trajetória da Companhia em temas ASG. No entanto, ajustes foram realizados para simplificar a comunicação e consolidar as metas corporativas, garantindo maior clareza e alinhamento com a evolução do negócio.

Para 2024, a Dexco segue implementando sua estratégia, com foco na execução e mensuração das metas, consolidando os avanços e ampliando a integração da sustentabilidade aos negócios. Entre os principais desenvolvimentos no período, destaca-se a manutenção das metas consolidadas em 2023, que continuam a ser acompanhadas internamente e comunicadas ao mercado de forma corporativa, sem alterações em suas ambições fundamentais.

Ainda neste ciclo, iniciamos a revisão de nosso levantamento de riscos e oportunidades relacionadas ao clima, considerando o contexto atual da Companhia e a evolução de regulações sobre o tema. Como parte do estudo, buscamos identificar oportunidades de negócio advindas da mudança de comportamento da sociedade (clientes, consumidores, investidores e reguladores, por exemplo) com potencial de gerar impacto material nos resultados da Dexco. O trabalho deve ser concluído em 2025.

Além disso, a Companhia continua aprofundando sua atuação em Responsabilidade Social, fortalecendo o engajamento com a comunidade como um pilar estratégico, além de ter aprovado oficialmente a estruturação do Instituto Dexco no ano de 2024, fortalecendo assertividade ao investimento social da Companhia, aumentando o impacto social positivo.

A Dexco reafirma seu compromisso com a transparência e a governança ASG, mantendo a publicação de seus Relatórios Anuais de Sustentabilidade, disponíveis em <https://www.dex.co/esg/>.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Os fatores determinantes para a performance da Dexco foram comentados ao longo desta seção.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 As projeções devem identificar:

a. Objeto da projeção

Em junho de 2021 a Companhia anunciou seu Novo Ciclo de Investimentos, que previa desembolsos entre os anos de 2021 e 2025, com projetos destinados as suas três principais divisões de negócio. O plano previa, inicialmente, o desembolso de R\$ 2,5 bilhões de reais em projetos de automatização, expansão da base florestal e uma nova fábrica de Revestimentos Cerâmicos.

Em outubro de 2022 foi comunicado o ajuste do valor previamente estabelecido, sendo este então ajustado para R\$ 2,1 bilhões. O ajuste foi feito em decorrência de ganhos de eficiência no processo de execução do Plano e de negociações com fornecedores, além da readequação dos ganhos de produtividade buscados diante das previsões de cenários macroeconômicos. A diferença de cerca de R\$ 350 milhões foi reduzida do projeto inicial destinado a Divisão Metais e Louças.

Em agosto de 2023, foi comunicado o ajuste do valor estabelecido em outubro de 2022, sendo este então ajustado para R\$ 1,8 bilhão. O aumento de dispêndio observado na construção da nova fábrica de revestimentos cerâmicos em Botucatu/SP foi compensado parcialmente pelos ganhos nos projetos relativos ao desgargalamento e melhora de mix da Madeira e principalmente pela redução dos investimentos previstos para a divisão Metais e Louças.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

As projeções apresentadas neste item são referentes a atualização anual do Ciclo de Investimentos ora mencionado, válidas para o exercício social de 2025 (janeiro a dezembro).

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As projeções a seguir não constituem promessa de desempenho e seu cumprimento está condicionado ao ritmo de expansão dos mercados de atuação da Companhia, e do ritmo de execução dos projetos previstos. No tocante à aquisição de equipamentos, o tempo entre a solicitação de compra e a entrega, pode impactar no cronograma de pagamento.

Vale ressaltar que a Companhia manterá o mercado e os acionistas informados a respeito de qualquer alteração significativa em suas projeções.

d. Valores dos indicadores que são objetos da previsão

Para o ano de 2025, é previsto o desembolso de cerca de R\$ 1,2 bilhão¹ para o CAPEX total da Companhia. Destes, cerca de R\$ 172 milhões englobam os desembolsos do Novo Ciclo de Investimentos. Ainda, a Companhia prevê que cerca de R\$ 692 milhões sejam destinados a investimentos florestais e mais R\$ 315 milhões para a manutenção de suas operações.

¹ Considerando base de janeiro de 2025.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A Companhia divulga, desde 2021, sua projeção de investimentos (CAPEX), em linha com o Novo Ciclo de Investimentos anunciado naquele ano. Não houve alteração ou inclusão de novos indicadores desta natureza.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Abaixo estão indicados os valores informados nos três últimos exercícios sociais confrontados com o valor real apurado e os devidos comentários:

2024: projeção de R\$ 1.228 milhões de investimentos

O investimento total consolidado 2024 foi de R\$ 1.388 milhões, acima da projeção inicial. Este valor teve como principal investimento aproximadamente R\$ 254 milhões na Expansão de Revestimentos Cerâmicos com a construção da nova unidade em Botucatu.

Em suma, dos quase R\$ 1,4 milhões, foram desembolsados R\$ 743 milhões na formação de ativos biológicos, R\$ 391 foram investidos em projetos estratégicos do Ciclo de Investimentos 2021-2025, e outros R\$ 254 milhões em ativos imobilizados e intangíveis.

2023: projeção de R\$ 1.732 milhões de investimentos

O investimento total consolidado 2023 foi de R\$ 1.404 milhões, abaixo da projeção inicial. Este valor teve como principal/maior investimento aproximadamente R\$ 289 milhões na Expansão de Revestimentos Cerâmicos com a construção da nova unidade em Botucatu.

Em suma, dos quase R\$ 1,4 milhões, foram desembolsados R\$ 489 milhões na formação de ativos biológicos, R\$ 631,3 foram investidos em projetos estratégicos do Ciclo de Investimentos 2021-2025, e outros R\$ 283,7 milhões em ativos imobilizados e intangíveis.

2022: projeção de R\$ 1.655 milhões de investimentos

O investimento total consolidado 2022 foi de R\$ 1.268 milhões, abaixo da projeção inicial. Este valor teve como principal/maior investimento aproximadamente R\$ 129 milhões na Expansão de Revestimentos Cerâmicos com a construção da nova unidade em Botucatu.

Em suma, dos quase R\$ 1,3 milhões, foram desembolsados R\$ 430 milhões na formação de ativos biológicos, R\$ 412,7 foram investidos em projetos estratégicos do Novo Ciclo de Investimentos que foi anunciado junto à mudança de marca corporativa em 2021, e outros R\$ 425,3 milhões em ativos imobilizados e intangíveis.

2021: projeção de R\$ 794 milhões de investimentos

O investimento total consolidado 2021 foi de R\$ 857,3 milhões, acima da projeção inicial. Este resultado deu-se devido principalmente ao investimento de R\$ 102,3 milhões na ABC da Construção ("ABC"), em uma operação exclusivamente primária, adquirindo uma participação minoritária de aproximadamente 10,0% das ações votantes. Ainda, foram desembolsados R\$ 258,1 milhões na formação de ativos biológicos, R\$ 599,1 milhões em ativos imobilizados e intangíveis, sendo que R\$ 145,2 foram investidos em projetos estratégicos do Novo Ciclo de Investimentos que foi anunciado junto à mudança de marca corporativa, como: aquisição de

3.2 Acompanhamento das projeções

equipamento para revestimento de painéis de madeira no total de R\$ 104,2 milhões, além de R\$ 41,0 milhões para o projeto de melhora de mix da Deca.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções relativas a períodos ainda em curso apresentadas nesse Formulário de Referência permanecem válidas na data de entrega do formulário.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversos riscos inerentes aos segmentos em que atuam, que são resultantes de possíveis alterações das condições competitivas, econômicas, políticas, sociais e climáticas que podem prejudicar seus negócios, os resultados das suas operações ou a sua situação financeira. Embora os riscos mencionados a seguir não sejam os únicos que a Companhia e suas controladas possam enfrentar, estes são os com maior grau de relevância e de exposição.

Logo, o investimento em valores mobiliários de emissão da Dexco S.A. envolve, intrinsecamente, a exposição a determinados riscos. Anteriormente à tomada de decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem avaliar meticulosamente todas as informações especificadas neste Formulário de Referência, os riscos citados, as demonstrações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas.

Para os fins exclusivamente desta seção, a menção ao fato de que um risco poderá incorrer em um “efeito adverso” para a Companhia significa que este poderá ou poderia causar efeito negativo relevante nos seus negócios e, consequentemente, no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a. Emissor

Ataques Cibernéticos

Ataques cibernéticos têm sido frequentemente utilizados como forma de sequestro de dados em troca de recursos financeiros, incluindo criptomoeda, potencializando os riscos do ambiente de Tecnologia da Informação da Companhia. Esses ataques podem resultar em acesso não autorizado, apropriação indevida de informações, supressão, perda ou modificação de dados financeiros da Companhia, sobre clientes, fornecedores, parceiros, ou mesmo interrupção das operações de seus negócios.

Adicionalmente, o descumprimento de políticas, normas internas e do Código de Conduta pode comprometer a capacidade da Companhia de identificar e prevenir incidentes de segurança ou impedir fraudes de colaboradores, parceiros, fornecedores ou terceiros. Dessa forma, a Dexco pode estar sujeita a sanções regulatórias, impactos financeiros e riscos à sua reputação.

Segurança da Informação

As operações da Companhia dependem do ininterrupto funcionamento dos sistemas de informação, com acessos e parâmetros adequados de **Segurança da Informação e Gestão de Identidade e Acesso (IAM - Identity and Access Management)**. A ocorrência de problemas de confiabilidade ou violações de informações pode ocasionar paralisações temporárias ou parciais em atividades estratégicas da Companhia. O mau funcionamento, a manutenção inadequada ou a falta de atualização desses sistemas podem afetar o desempenho da Dexco e a confiabilidade de seus relatórios financeiros, resultando em vazamento ou perda de informações críticas e/ou confidenciais, perda de competitividade, ineficiência operacional, impacto reputacional e sanções regulatórias.

Qualquer um desses eventos poderia sujeitar a Companhia a processos judiciais, sanções administrativas e prejuízos, afetando de forma adversa seus resultados operacionais, a situação financeira e sua reputação perante os *stakeholders*.

Privacidade e Confidencialidade de Dados

O acesso não autorizado a dados e informações sigilosas ou a dados pessoais processados pela Companhia e/ou a definição inadequada de parâmetros de segurança, acesso e identidade, e baixa ou nenhuma proteção de informações contra divulgação indevida ou seu vazamento podem afetar adversamente a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, a Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, “LGPD”) que, dentre outras disposições, visa proteger os dados pessoais tratados, dando mais transparência ao titular dos dados, detalhando obrigações para as empresas que os tratam diretamente ou através de operadores por elas contratados, com a inclusão de princípios importantes, entre eles, a transparência, segurança, necessidade e adequação ao uso de dados pessoais. Desta forma, a Companhia poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções, caso não cumpra integralmente com as normas descritas na referida lei.

Dessa forma, falhas na proteção e armazenamento de dados pessoais tratados diretamente pela Companhia ou por operadores por ela contratados poderão afetar negativamente sua reputação e resultados.

Gestão de Crises e Continuidade de Negócios

A impossibilidade de recuperação das operações e/ou obtenção de itens essenciais aos processos produtivos podem impactar os resultados da Companhia. Todas as operações da Companhia estão sujeitas à ocorrência de riscos operacionais, tais como mão de obra não qualificada, mau uso ou funcionamento inadequado de equipamentos, escassez de recursos essenciais ao processo (gestão hídrica e energética), greves, acidentes, incêndios, surtos, epidemias, pandemias, impossibilidade de restauração de dados da Companhia, dentre outros.

Tais eventos podem ocasionar a paralisação, parcial ou temporária, das linhas de produção, resultar em avarias graves aos ativos da Dexco, aumentar os custos de produção, causar danos à reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e expor a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades. Ademais, outras etapas importantes do processo, como a operação logística, podem ser interrompidas por variáveis não controláveis, como desastres naturais, restrições ao transporte de cargas, manifestações sociais e crises sanitárias. A interrupção de qualquer destas etapas da cadeia produtiva pode resultar em danos materiais sobre o resultado operacional da Companhia.

Ademais, a Companhia mantém apólices de seguros, contra danos patrimoniais, de terceiros e mercadorias, nas modalidades de responsabilidade civil geral, riscos operacionais e para florestas. A contratação das apólices pode ser realizada por obrigação legal, melhores práticas, mapeamento de cenários. A materialização de perdas que não estejam cobertas em função de limitação da apólice, prejuízos superiores aos valores definidos ou outras situações que impeçam o recebimento das verbas indenizatórias, podem ocasionar custos adicionais não previstos. Em função de mudanças de legislação, falta de apetite ou capacidade do mercado Segurador ou Ressegurador, a Companhia não pode garantir a renovação de tais apólices, por ocasião de seu vencimento, nem em que condições elas se darão.

Processos Judiciais, Administrativos e Arbitrais

A Companhia é e/ou poderá ser, no futuro, parte em processos judiciais (esferas cível, tributária e trabalhista), em processos administrativos (perante autoridades ambientais, concorrenciais e tributárias, incluindo termos de compromisso ou termos de ajustamento de condutas, dentre outras) ou, ainda, em processos arbitrais, conforme descrito nos itens 4.4 e 4.7 deste formulário. A Companhia não pode garantir que os resultados destes processos sejam favoráveis, sendo que o provisionamento existente é feito para os passivos classificados como perda provável. Assim, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, contrárias aos interesses da Companhia, que eventualmente (i) impeçam a realização dos seus negócios como inicialmente planejados, (ii) alcancem valores substanciais sem provisionamento adequado, ou, (iii) afetem a reputação da Companhia ou de seus administradores, podem causar efeitos adversos aos seus negócios e a sua situação financeira.

Aderência a Regras e Normativos Internos

Falhas na aderência a regras e normativos internos podem ocorrer devido a uma variedade de circunstâncias que estão, em parte, fora do controle da Companhia. Essas falhas podem resultar de mudanças regulatórias inesperadas, desafios na implementação de novos requisitos normativos e dificuldades na manutenção da conformidade em um ambiente empresarial cada vez mais dinâmico.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Tais fatores podem ser eventualidades externas e internas, como questões políticas, socioambientais, novas tecnologias, erros humanos intencionais ou não, desvio de conduta ética, fraude ou violação de leis, códigos e normativos internos e deficiências operacionais. Ademais, a Companhia não pode assegurar que seus mecanismos e processos de governança, *compliance*, gestão de riscos e controles internos serão suficientes para evitar riscos de condutas ilícitas ou irregulares e eventual penalização.

Qualquer um desses eventos poderá sujeitar a Companhia a, entre outras coisas, litígios, investigações, despesas, multas, perda de licenças, operacionais impactando negativamente seus resultados, assim como, sua reputação perante seus públicos de relacionamento.

Arquitetura Tecnológica e Sistemas

A incapacidade de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, o ambiente concorrencial, a mudança de hábitos de consumo, o advento de novos serviços em substituição aos ofertados pela Dexco poderão impactar adversamente nossas operações.

As operações da Dexco dependem de uma infraestrutura tecnológica robusta, incluindo o SAP S/HANA e diversas soluções SaaS (*Software as a Service*), hospedadas sob a responsabilidade do fabricante. Problemas de operação, segurança ou Governança desses sistemas podem gerar interrupções temporárias ou prolongadas, impactando controles operacionais e financeiros. Caso a Dexco não consiga atualizar ou sustentar essas plataformas de forma contínua, seus processos podem ser comprometidos, resultando em impactos financeiros e operacionais adversos.

Além disso, avanços tecnológicos podem afetar a demanda por produtos ou exigir investimentos substanciais para a Companhia manter a sua competitividade. A dependência de fornecedores terceiros na sustentação tecnológica pode representar um risco adicional caso ocorra falha na prestação desses serviços. Quaisquer mudanças tecnológicas significativas que exijam altos investimentos ou reduzam a demanda pelos produtos da Dexco podem impactar negativamente o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

Reputação

Diversos fatores podem causar danos à reputação da Companhia e provocar uma percepção negativa da instituição por parte de seus clientes, fornecedores, acionistas, credores, supervisores, parceiros comerciais e outros *stakeholders*, como o não cumprimento de obrigações legais e de planos de investimentos, desvios éticos e de conduta, publicidade negativa, vazamento de informações de clientes, falhas de terceiros na gestão de riscos, e descumprimento de compromissos públicos, como metas de sustentabilidade, inclusive.

Danos à reputação da Dexco entre seus *stakeholders* podem afetar, adversamente e de maneira relevante, os seus negócios, desempenho financeiro e perspectivas. Ainda, o registro, processamento e reporte de dados inválidos, incompletos ou em desacordo com as necessidades para divulgações de informações e/ou tomada de decisões podem afetar diretamente a reputação e a credibilidade da Companhia.

A dependência de sistemas de informações associada a uma gestão insatisfatória dos dados e a fatores inesperados nas operações, como falhas humanas e/ou de sistemas, vírus, ataques cibernéticos, processos inadequados, entre outros problemas, podem causar a dispersão de dados adulterados, comprometidos ou danificados, o que pode causar efeito adverso relevante sobre o desempenho operacional da Companhia e afetar diretamente sua reputação e credibilidade.

No que se refere à iniciativa de varejo, a empresa estabelece um canal de relacionamento direto com o público, o que aumenta a visibilidade da Companhia e de suas marcas. Essa exposição intensifica os riscos reputacionais, dado que experiências negativas, falhas na prestação de serviços, insatisfação com atendimento ou eventos adversos nas instalações da loja podem ser rapidamente amplificados por meio das redes sociais e das mídias digitais, impactando a imagem institucional da Companhia e a percepção de qualidade de seus produtos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Manutenção e Obsolescência

A Companhia está exposta a danos em equipamentos e/ou redução da produção em função da realização de manutenções inadequadas de seus ativos industriais, como também a dependência de fatores operacionais complexos e sub ou superdimensionamento dos processos de negócio.

As operações das instalações e equipamentos da Companhia envolvem riscos significativos que podem ensejar perda de receita ou aumento de despesas, incluindo: indisponibilidade de equipamentos, interrupções de fornecimento, greves, paralisações trabalhistas, problemas ambientais e de engenharia não previstos.

A gestão da capacidade operacional e da demanda é um dos principais desafios gerenciais. Isto porque o dimensionamento da capacidade afeta o desempenho da Companhia, tendo impacto nos investimentos e nos custos operacionais.

Teste de *Impairment*

As aplicações do teste de *impairment* perante os ativos é especialmente relevante ao processo de gestão patrimonial da Companhia, pois propicia maior precisão na mensuração do real valor destes ativos, bem como o estado do seu patrimônio líquido. Reconhece-se a existência de uma série de critérios subjetivos nas composições de tais testes, tais como projeções econômico-financeiras, taxas de desconto e taxas de crescimento. A Companhia reconhece, também, a existência de diversos fatores de risco que podem incorrer em resultados adversos aos seus interesses, como:

- A mensuração incorreta do ágio (*goodwill*), proveniente de aquisições ou participações em outras sociedades, pode ocasionar a efetivação de negócios não vantajosos para a Companhia;
- Erros no cálculo do valor justo de marcas e licenças, bem como possíveis falhas no processo de amortização, podem provocar a divulgação equivocada de informações ao mercado;
- O não cumprimento da periodicidade mínima dos testes de *impairment* pode gerar distorções no valor contábil dos ativos, gerando reflexos negativos no seu valor de mercado.

Fusões, Aquisições e Desinvestimento

A falha em administrar os riscos provenientes de aquisições ou combinações de negócios pode afetar adversamente o crescimento da Companhia. A realização da avaliação de negócios para aquisições parciais ou integrais de outras sociedades está prevista no Estatuto Social da Companhia e compõe a execução de sua estratégia operacional e financeira. Neste contexto e considerando a existência de oportunidades de aquisição, a Companhia pode se expor a riscos adicionais que incluem, mas não se limitam a:

- O retorno do investimento e as demais métricas de avaliação de projetos, utilizados pela Companhia, pode ser abaixo do esperado;
- Risco de mudanças no contexto macroeconômico, ambiente regulatório, tributário e outros, podem afetar o desempenho do negócio adquirido;
- Eventuais sinergias podem ser superestimadas ou não capturadas por falhas de integração;
- Custos de integração podem ser subestimados ou aumentos por fatores não previstos;
- Risco de choque cultural, perda de pessoas chave e capital intelectual da empresa do negócio adquirido ao longo do processo de integração;
- Risco de passivos ocultos ou não identificados em diligência relacionado a questões cíveis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias, propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos, que não estejam cobertos por instrumentos de garantia e indenizações negociados no contexto de uma transação.

Além disso, as operações de aquisição de participação societária e a constituição de novas sociedades, incluindo por meio de *joint ventures*, podem envolver dificuldades de integração dos negócios, como, por exemplo, de plataformas, sistemas, contabilidade e pessoas, bem como para a obtenção das licenças e autorizações necessárias. Tais eventos podem resultar em maiores custos de integração do que o estimado, e, conseqüentemente, afetar adversamente a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Gestão de Talentos e Propriedade Intelectual

A dependência de pessoa chave para execução de atividades críticas das áreas de negócio ou baixo poder de atratividade de novos talentos podem ter um efeito adverso relevante na Companhia. O desempenho e o sucesso da organização dependem das pessoas, talentos e liderança que transformam suas entregas em resultados de alta performance dos negócios, sustentáveis, perenes e alinhados à estratégia organizacional. Os profissionais devem ser qualificados, capacitados tecnicamente e alinhados à cultura organizacional.

Além disso, há uma preocupação na gestão do conhecimento, uma vez que a Companhia:

- Vive uma renovação profissional nos últimos anos e, alguns negócios dependem de saberes específicos, não encontrados facilmente no mercado e que demandam um tempo razoável de formação;
- Está se transformando digitalmente, o que requer novos saberes (*mindset* digital, centralidade no consumidor e conhecimentos de novas tecnologias, *data analytics*, e outros) também escassos na quantidade e na qualidade necessárias nos nossos mercados;
- Adquiriu novos negócios e/ou reposicionou os negócios atuais, o que poderá gerar um movimento natural de adaptação cultural e de novos processos, que se dará de forma gradual.

Arelados a este cenário, a detenção da propriedade intelectual, o uso de informações e recursos de negócios (exemplos: desenhos, processos, informação e conhecimento, fórmulas, dentre outros), passam a ser críticos uma vez que podem ser utilizados de maneira inadequada ou não aprovados.

A dependência da capacidade de defesa dos direitos de propriedade intelectual, inclusive patentes, marcas, segredos do negócio, indústria e *know-how*, pode comprometer o sucesso da Companhia. Desta forma, a Dexco não pode assegurar que as medidas adotadas para proteção de sua carteira de direitos de propriedade intelectual serão suficientes contra violação ou uso indevido, ou que o tempo hábil para renovação seja adequado.

Política de Remuneração aos Acionistas

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio está sujeita a diversos fatores que podem impactar negativamente a remuneração dos acionistas da Companhia. Embora a legislação societária brasileira exija o pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, este pode ser suspenso caso o Conselho de Administração informe, em Assembleia Geral de Acionistas, que sua distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. O Estatuto Social da Dexco estabelece um dividendo obrigatório mínimo de 30,0% do Lucro Líquido Ajustado, conforme as disposições da Lei das Sociedades por Ações. No entanto, a decisão final sobre a destinação dos lucros cabe à Assembleia Geral, podendo resultar na retenção dos recursos para capitalização, compensação de prejuízos ou outras finalidades, em conformidade com a legislação aplicável. Dessa forma, não há garantia de que os acionistas receberão dividendos ou que estes serão distribuídos de forma regular ou previsível. Além disso, eventuais mudanças na legislação tributária podem impactar adversamente a rentabilidade dos acionistas. A atual isenção de imposto de renda sobre dividendos pode ser alterada, bem como a tributação incidente sobre juros sobre capital próprio, reduzindo o montante líquido distribuído aos investidores. Caso isso ocorra, os acionistas poderão experimentar uma diminuição do retorno sobre seus investimentos.

Por esses motivos, os investidores devem considerar o risco de eventual suspensão, redução ou imprevisibilidade da distribuição de dividendos, bem como a possibilidade de mudanças regulatórias que impactem a tributação da remuneração aos acionistas.

Diluição de Capital

A Companhia pode necessitar de captação de recursos adicionais para financiar sua estratégia de crescimento, expandir suas operações ou fortalecer sua estrutura de capital. Para isso, poderá recorrer a aumentos de capital por meio da emissão de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, resultando na diluição da participação dos acionistas existentes.

Além disso, de acordo com a legislação aplicável, nem todas as emissões conferem aos acionistas o direito de

4.1 Descrição dos fatores de risco

preferência. Caso a Companhia realize uma oferta pública ou privada de ações sem direito de preferência, os investidores atuais poderão ter sua participação reduzida no capital social e sofrer impacto financeiro devido à redistribuição do patrimônio da Companhia.

Outro fator de risco relevante é que a oferta de um volume significativo de novas ações ou instrumentos conversíveis pode pressionar negativamente o preço de mercado das ações da Companhia, seja pelo aumento da oferta no mercado ou pela percepção de necessidade de novos aportes. Caso a Companhia não consiga utilizar esses recursos de forma eficiente, a diluição poderá ser ainda mais prejudicial para os acionistas.

Dessa forma, não há garantia de que futuros aumentos de capital ocorrerão em condições favoráveis aos atuais acionistas, podendo impactar o valor de seus investimentos e a participação no controle da Companhia.

Execução e Retorno de Projetos

Qualquer projeto realizado pela Companhia envolve riscos relacionados à engenharia, construção e montagens, regulamentação, integração das novas máquinas ao processo produtivo existente e disponibilidade de financiamento, entre outros aspectos. Estes riscos têm o potencial de impactar negativamente o resultado do projeto e/ou a imagem da Companhia no mercado, aumentando os custos e investimentos associados. Como resultado, a Companhia pode enfrentar desafios para concluir um projeto dentro do prazo ou do orçamento inicial, e após a conclusão, a operação pode não se dar conforme o planejado (falha na performance).

A iniciativa da “Casa Dexco” representa também um passo inicial na implementação da estratégia de varejo da Companhia, que visa ampliar sua atuação para além dos canais B2B, aproximando-se do consumidor final por meio de uma operação multicanal. Tal estratégia envolve a possibilidade de expansão para novos formatos de lojas físicas, plataformas digitais e até mesmo modelos de franquias, exigindo integração entre sistemas logísticos e comerciais, estruturação de equipes dedicadas, adaptação cultural e capacidade de gestão em ambientes de alta exposição ao consumidor. Caso a Companhia não consiga executar adequadamente esta estratégia, seja por falhas na integração entre os canais, desafios na operação, baixa conversão de vendas, dificuldade de escalar o modelo, limitações operacionais ou financeiras, ou ainda falta de aderência do consumidor, os resultados operacionais e a imagem institucional da Companhia poderão ser impactados negativamente.

Ademais, o retorno de qualquer projeto a ser realizado pela Companhia também pode depender do momento do mercado em que está inserida, mudanças nas premissas do estudo de viabilidade econômica e da sua capacidade de execução. A ocorrência desses riscos, juntamente com outros, pode afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

Compromissos ASG (Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa)

A crescente exigência dos *stakeholders* da Companhia em relação a práticas Ambientais, Sociais e de Governança (“ASG”), amplia a necessidade de cumprimento rigoroso dos compromissos públicos e financeiros assumidos. O descumprimento ou percepção de ineficiência na implementação dessas diretrizes pode acarretar danos significativos à reputação da Dexco, afetando sua posição no mercado e impactando diretamente suas operações e resultados financeiros.

Entre os possíveis impactos, o não cumprimento de compromissos ASG pode levar ao aumento de custos operacionais e regulatórios, seja pela necessidade de adequação a novas exigências ambientais e sociais ou pela aplicação de penalidades em caso de não conformidade. Além disso, pode haver restrição no acesso a crédito e investimentos, especialmente junto a fundos e instituições financeiras que priorizam critérios ASG, reduzindo oportunidades de captação de recursos. A relação com clientes e parceiros comerciais também pode ser afetada, comprometendo contratos e acordos estratégicos caso a Companhia não atenda às expectativas do mercado em relação à sua responsabilidade socioambiental.

Adicionalmente, o cenário regulatório global sobre práticas ASG está em constante evolução, e novas legislações ou padrões mais rigorosos podem exigir adaptações operacionais e estratégicas, aumentando a complexidade na gestão desses temas e elevando os custos associados. Dessa forma, qualquer falha no

4.1 Descrição dos fatores de risco

cumprimento dos compromissos ASG pode impactar adversamente os negócios, a credibilidade da Companhia e sua saúde financeira, comprometendo sua competitividade no mercado.

b. Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Liquidez de Mercado

A liquidez das ações da Companhia pode ser afetada por fatores externos e por decisões de investidores não pertencentes ao Grupo Controlador, administradores ou signatários da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Dexco. A aquisição de uma quantidade expressiva de ações por um investidor ou grupo de investidores relacionados pode reduzir a liquidez da negociação dessas ações no mercado, dificultando operações de compra e venda por outros investidores.

Além disso, a alteração no volume negociado pode gerar flutuações significativas no preço das ações da Companhia, independentemente de sua performance operacional ou financeira. Essas oscilações podem ocorrer devido a fatores como mudanças na composição acionária, estratégias especulativas de mercado ou alterações no interesse dos investidores institucionais.

Dessa forma, os acionistas podem enfrentar dificuldades para negociar suas ações em determinados momentos, impactando a previsibilidade de seus investimentos e podendo resultar em desvalorização ou maior volatilidade nos preços das ações da Companhia.

Conflito de Interesses

A influência na gestão da Companhia pelos acionistas controladores pode ser conflitante com os interesses dos demais acionistas. O Grupo Controlador tem poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, reorganizações societárias, alienações, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo mínimo estatutário.

Embora o investidor seja beneficiado pela obrigação de que qualquer adquirente das ações representativas do controle acionário da Companhia tenha de realizar oferta pública de aquisição das demais ações de sua emissão, nas mesmas condições de aquisição das ações representativas do bloco de controle (*tag along*), e tenha proteções específicas relativas às operações entre a Companhia, o Grupo Controlador e partes relacionadas, o Grupo Controlador poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores.

c. Suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia e sujeitos, também – no caso de empresas localizadas fora do Brasil – aos ambientes regulatórios, fiscais e mercadológicos, dos respectivos países onde operam e mercados que atuam.

d. Seus administradores

Ética e Conduta

A Dexco tem em seu Código de Conduta as principais diretrizes que devem ser seguidas não só por seus administradores e colaboradores, mas por todos os *stakeholders* com os quais a Companhia mantém relacionamento.

Atividades realizadas pelos administradores, colaboradores de todos os níveis ou terceiros atuando em nome da Companhia que violem as diretrizes do Código de Conduta, do Programa de Integridade e das demais políticas e procedimentos internos podem expor a Companhia a sanções administrativas e judiciais, erros ou ajustes contábeis, prejuízos monetários e danos à reputação ou outros efeitos adversos.

A percepção ou as alegações de que a Companhia, seus administradores, colaboradores, coligadas ou outras pessoas ou entidades associadas à Companhia envolveram-se em alguma dessas condutas indevidas, mesmo

4.1 Descrição dos fatores de risco

que sem fundamento, podem causar dano significativo à reputação ou outros efeitos adversos para a Companhia.

Insider Trading

Como companhia aberta listada no segmento Novo Mercado, a Dexco está sujeita às normas e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da B3, que aplicam penalidades rigorosas para casos de uso indevido de informações privilegiadas (*Insider trading*). Nos últimos anos, tem-se observado uma fiscalização mais rígida sobre comunicações e negociações realizadas por administradores de empresas abertas, especialmente quando há potencial de impacto negativo para acionistas minoritários e para o mercado em geral.

Caso qualquer administrador da Companhia seja investigado ou envolvido em inquéritos sobre práticas de Insider trading, isso pode afetar negativamente a reputação da Dexco, bem como comprometer a confiança do mercado e das partes interessadas. Além disso, os administradores envolvidos podem ser sujeitos a penalidades e restrições, prejudicando sua atuação na Companhia e levando a potenciais alterações na governança corporativa.

A Dexco também está exposta a riscos financeiros e regulatórios, uma vez que investigações relacionadas a negociações suspeitas de valores mobiliários podem resultar na imposição de multas, sanções administrativas e restrições operacionais pelos órgãos reguladores.

Dessa forma, qualquer incidente relacionado ao uso indevido de informações privilegiadas pode impactar a percepção do mercado, afetar suas relações comerciais e comprometer sua estrutura de governança e conformidade regulatória.

e. Seus fornecedores

Insumos e Recursos Naturais

Variações nos preços e na disponibilidade de insumos e matérias-primas podem aumentar o custo de produção e impactar negativamente as operações da Companhia.

Os principais insumos de produção são madeira, resinas e papéis, na Divisão Madeira, metais não ferrosos, argilas, embalagens e resinas plásticas, na Divisão Deca e minerais, tintas e esmaltes para a Divisão de Revestimentos. Todas as unidades também têm significativa exposição a matriz energética (em especial ao gás natural para Deca e Revestimentos e energia elétrica para todas as Unidades de Negócio) e custos logísticos.

Qualquer interrupção, atraso ou impacto no fornecimento que represente uma redução relevante na disponibilidade destes insumos e que não for minimizada ou evitada pelas estratégias de gestão de risco (múltiplas fontes de fornecimento, produção própria e/ou contratos de longo prazo), poderá afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia

Os preços de parte dos insumos utilizados pela Companhia estão atrelados ao câmbio e, a sua variação poderá impactar os custos das operações.

Compliance

A Companhia não pode garantir que todos os seus fornecedores cumprirão suas obrigações legais e regulatórias (incluindo, por exemplo, leis contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo) ou regimentos internos/políticas da Companhia as quais estão sujeitos. Diante disso, a Dexco pode ser considerada responsável (subsidiária ou solidária) por eventuais descumprimentos praticados pelos seus terceiros, resultando em multas e outras sanções. Essas situações podem afetar adversamente a imagem da Companhia e seus negócios.

Além disso, a Dexco pode ser considerada responsável (subsidiária e/ou solidária) por eventuais descumprimentos derivados de obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte de prestadores de serviços

4.1 Descrição dos fatores de risco

terceirizados. Essas situações também podem resultar em multas e outras sanções e afetar adversamente os negócios, a imagem e resultados financeiros da Companhia.

Logística e Distribuição

O gerenciamento inadequado da cadeia de logística e distribuição pode fazer com que a Companhia incorra em perda de clientes para concorrentes. Este risco pode ocorrer diante das ausências e/ou falhas de estratégias e planejamentos de malha logística, e do monitoramento de carga.

Nas operações da Dexco, a logística de recebimento, entrega e distribuição de produtos para o território nacional é, majoritariamente, realizada por transporte rodoviário. Tal categoria tem preços atrelados à inflação interna e ao custo de diesel. A Dexco opera com transporte terceirizado e múltiplos fornecedores. Desta forma, este serviço está exposto ao aumento dos preços de serviços de frete, seja este em função da elevação de custos com combustíveis ou por dificuldade de estabelecimento de acordos comerciais.

Ainda, diante da maior exposição da Companhia ao mercado internacional, as operações que envolvem exportações e importações podem enfrentar dificuldades advindas do cenário global de oferta de fretes marítimos, bem como pressão no preço deste serviço, de forma que custos adicionais impactem na estratégia de recebimento de matéria prima e distribuição de seus produtos.

f. Seus clientes

Satisfação do Cliente

Falhas de produto e/ou de prestação de serviços em desacordo com as necessidades dos clientes podem afetar material e negativamente a Companhia.

O processo de planejamento de vendas e operações necessita de uma conjunção de fatores, como áreas integradas, logística, manutenção, e mão de obra treinada e qualificada, para que seja implementado com êxito. Problemas na produção, como programação da fábrica e de previsão de demanda, nível de qualidade e gestão de portfólio e operação, são fatores chaves que podem impactar níveis de rentabilidade e demanda. A gestão ineficiente destes fatores pode repercutir diretamente na reputação, imagem, negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Marketing Digital

Como parte de nossa estratégia, celebramos, de tempos em tempos, contratos com influenciadores digitais (*digital influencers*) com numerosos seguidores, para a divulgação de nossas marcas, produtos e serviços em redes sociais e mídias digitais.

A Dexco não possui controle dos conteúdos das publicações realizadas por influenciadores digitais parceiros e tais publicações podem envolver questões polêmicas, ou até mesmo opiniões repudiadas publicamente, podemos ser vinculados a temas controversos, comprometendo nossa reputação frente aos nossos atuais e potenciais clientes. O vínculo das marcas da Dexco com conteúdo controverso divulgado, ou quaisquer atitudes controversas, por influenciadores digitais poderá enfraquecê-las, afetando adversamente os seus resultados operacionais e financeiros.

Inadimplência

A inadimplência de clientes para os quais tenham sido efetuadas vendas a prazo pode afetar os resultados da Companhia, dado que esta prática é fundamental para a atuação competitiva nos diversos mercados onde opera, sendo que, ao realizar vendas nesta modalidade, a Companhia assume seus riscos de inadimplência. Desta forma, o desempenho da economia, associado à diminuição das linhas de financiamento, alta dos juros e o risco de crédito dos clientes influenciam os níveis de inadimplência, impactando os recebíveis da Companhia. Qualquer deterioração do risco de crédito de clientes ou descasamento entre as taxas e termos pelos quais a Companhia concede crédito poderá causar um efeito adverso relevante sobre o valor dos ativos, patrimônio, resultados e liquidez da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Com relação aos clientes do mercado externo, a Dexco está exposta ao risco de não recebimento desses clientes, podendo impactar negativamente o resultado da Companhia.

g. Setores da economia nos quais o emissor atue

Cenário Macroeconômico

A conjuntura macroeconômica do Brasil pode trazer instabilidade aos negócios da Companhia, impactando a realização do seu planejamento estratégico, impedindo a melhor utilização de ativos e inibindo investimentos no longo prazo. Variáveis como crescimento econômico, inflação, renda disponível para consumo e emprego, taxa de juros, condições de crédito, taxa de câmbio, políticas fiscal, monetária e cambial, liquidez dos mercados domésticos de capitais e de empréstimos, elevação do custo de capital humano, disponibilidade de mão de obra qualificada, aumento no custo de propriedades (compra ou aluguel), infraestrutura deficiente, preço de commodities, entre outros, podem impactar os resultados da Companhia.

Adicionalmente, possíveis cenários de recessão econômica nacional podem levar a degradação do PIB e/ou desvalorização da moeda brasileira, o que pode dificultar o monitoramento de indicadores e a previsibilidade de cenários. Além disso, instabilidades advindas de cenários políticos, com perspectivas desfavoráveis quanto a políticas tributárias e fiscais estabelecidas pelos Governos podem aumentar incertezas e reduzir fluxos de investimentos estrangeiros no país e, conseqüentemente, maiores investimentos na Companhia.

Informações sobre riscos de mercado, como taxa de câmbio, taxa de juros, derivativos e disponibilidades de crédito são apresentados no item 4.3 deste Formulário com maior riqueza de detalhes.

Mercado de Capitais

A volatilidade dos mercados pode impactar negativamente no valor médio e na atratividade das ações da Companhia.

Em certa medida, o mercado de valores mobiliários brasileiro é influenciado pelas condições econômicas de outros países, em especial, dos Estados Unidos e de mercados emergentes, principalmente, os países latino-americanos. A reação dos investidores à evolução econômica de um país pode impactar os mercados de capitais que a Companhia participar e, por vezes, pode resultar em oscilações significativas no preço das ações. O investimento em títulos e valores mobiliários, tais como ações de emissão da Dexco, implica inerentemente em riscos, uma vez que se trata de um investimento em renda variável. Logo, ao adquirir ações de emissão da Companhia, o investidor se sujeitará à volatilidade dos mercados de capitais. Essas características poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito adverso nos preços das ações.

Terras e Ativo Biológico

Apuração do valor justo das florestas pode não refletir o real valor do ativo, causando distorções dos relatórios financeiros da Companhia.

A existência de certa subjetividade e a possível utilização de hipóteses na adoção de critérios para realização do cálculo do valor justo podem comprometer a avaliação do real potencial de geração de riqueza do ativo e a qualidade das informações apresentadas pela Companhia. O valor justo é resultado de preço e custo estimado utilizando evidências provenientes do mercado e que pode sofrer modificações em um curto período. Para o caso das florestas destinadas à utilização na Divisão Madeira, por exemplo, não existe um mercado ativo para as árvores na fase de crescimento, elevando a dificuldade na atribuição do seu valor. Diante dos fatores expostos, existe o risco de o valor justo apurado não refletir, no momento de colheita da madeira, o exato valor do ativo, o que pode gerar também distorções nos relatórios financeiros da Companhia.

Deficiências na gestão fundiária podem resultar no registro de terras próprias com valores desatualizado, não refletindo o valor real das florestas.

Adicionalmente, no caso de o governo desapropriar alguma propriedade da Companhia, o resultado das operações pode ser afetado caso a indenização do governo seja insuficiente para cobrir todas as perdas

4.1 Descrição dos fatores de risco

vinculadas à propriedade em questão. Adicionalmente, a Companhia pode ser obrigada a aceitar títulos da dívida pública com liquidez limitada, em vez de pagamento com entrada de valores e caixa como indenização.

Concorrência

O incremento de oferta, ocasionada por novos entrantes e/ou expansão da capacidade dos concorrentes para os próximos anos, pode impactar na competitividade da Companhia.

A Companhia possui concorrentes relevantes nos principais segmentos de mercado em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação de mercado e sua rentabilidade. Os setores aos quais a Dexco está inserida são extremamente competitivos. Independentemente do segmento (painéis de madeira, metais e louças sanitárias, torneiras e chuveiros elétricos, revestimentos cerâmicos e concreto arquitetônico) a Companhia enfrenta concorrência de um número relevante de empresas, muitas delas com custos de capital menores e amplo acesso a linhas de crédito. No geral, os produtos concorrentes da Dexco são provenientes de empresas brasileiras ligadas a grupos nacionais, sendo ainda baixa a penetração de produtos importados.

Concorrentes da Dexco estão em fase de conclusão de novas unidades de produção de painéis de madeira e revestimentos cerâmicos no Brasil. O eventual desaquecimento do volume de vendas da Dexco, associado ao aumento da capacidade produtiva dos concorrentes pode gerar ociosidade nas operações, desequilíbrio da oferta e demanda, e consequente impacto em preços e margens. A redução da participação da Companhia em participação de capacidade do mercado pode resultar na piora dos seus resultados financeiros e operacionais.

Se a Companhia não for capaz de se manter competitiva em relação aos concorrentes no futuro, sua participação no mercado pode ser afetada adversamente. Ainda, a potencial adição de capacidade produtiva dos concorrentes, aliada a não conformidade da nossa política de *price compliance* pelos clientes pode resultar em deterioração das margens operacionais.

A competitividade da empresa é influenciada por muitos fatores, como eficiência financeira e operacional, qualidade dos produtos, custo dos insumos, logística, entre outros. Os concorrentes da Dexco podem ser mais eficientes na gestão destas variáveis, aumentando a competitividade de seus produtos junto ao mercado consumidor. Além disso, a entrada de novas empresas nos setores de atuação da Companhia, bem como expansões de capacidade da indústria podem ocasionar o desbalanço da relação oferta e demanda.

A iniciativa da Companhia de ingressar no setor varejista representa um novo canal de relacionamento com o consumidor final, com foco em experiência, experimentação e inspiração. Essa mudança estratégica implica na exposição a um setor com dinâmicas operacionais, regulatórias e concorrenciais distintas daquelas tradicionalmente exploradas pela Companhia – como Construção Civil e Florestal –, trazendo riscos relacionados à competição com empresas já consolidadas no varejo, à sensibilidade do setor a ciclos econômicos desfavoráveis, à imprevisibilidade do comportamento do consumidor e à maior exposição da Companhia à avaliação direta de sua proposta de valor. Além disso, o insucesso na execução da proposta da loja conceito, falhas operacionais, baixa aceitação por parte do público ou impactos negativos à reputação podem afetar adversamente os resultados da Companhia e o fortalecimento de suas marcas.

As taxas de crescimento e os resultados operacionais da Companhia dependem de uma série de fatores para se manterem estáveis. Tais fatores incluem a habilidade de contratar e reter mão de obra qualificada, atrair novos clientes e manter os atuais, estabelecer e manter parcerias, expandir para novos mercados, aumentar a capacidade de atuação em mercados existentes, assim como fatores externos como mudanças na economia em geral e inadimplências. Caso esses elementos forem insuficientes, sejam originados por fatores de custos, problemas ou dificuldades competitivas, eles podem limitar a eficiência da Dexco e afetar a sua concorrência no mercado, impactando negativamente os resultados operacionais.

Disponibilidade de Madeira

A madeira é essencial para o processo produtivo de painéis e pisos de madeira, sendo que qualquer volatilidade no seu fornecimento, poderá impactar de forma direta o ritmo de produção destes produtos, assim como, as variações do preço do insumo têm efeito direto no custo de produção. Além disso, a redução de oferta de madeira também poderá limitar expansões de capacidade da Companhia devido à indisponibilidade da matéria-prima.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O fornecimento de madeira é dependente da produção de florestas, sejam elas próprias da Dexco ou de terceiros. Diante disso, a distância e disponibilidade de florestas maduras e disponíveis para o suprimento das operações da Companhia podem impactar os custos da Divisão Madeira.

A maior parte da madeira utilizada nos processos de produção é fornecida pelas próprias operações florestais, que incluem áreas florestais plantadas, localizadas nas proximidades das instalações industriais. Todavia, a Companhia também possui fornecedores com os quais celebra contratos de compra e venda de madeira em pé ou compra de madeira a ser entregue em suas unidades industriais. As condições de preço destes contratos estão sujeitas às variações cíclicas e circunstanciais da demanda de madeira nas diferentes regiões onde a Companhia atua.

Recentemente, observou-se um crescente aumento em projetos industriais que utilizam ativos florestais como matéria-prima, sendo estes não só destinados a produção de painéis, mas também a produção de produtos advindos da celulose e aos setores agropecuários. Neste sentido, ratificando os pontos citados, a Companhia está sujeita a diminuição da oferta de florestas e aumento significativo do preço dos ativos.

Mercado de Construção Civil e Indústria Moveleira

A Companhia está exposta aos riscos relacionados ao desempenho da Indústria Moveleira e da Construção Civil, setores que têm papel relevante em suas operações. Uma eventual deterioração no ritmo desses mercados pode impactar negativamente os volumes de venda, afetando a receita da Companhia.

Em 2024, por exemplo, cerca de 46% da receita da Divisão Madeira teve origem nas vendas destinadas a fabricantes de móveis e outros 40% em canais especializados, como revendas madeireiras, com destaque para grandes redes de varejo. Essa concentração de receitas em segmentos específicos reforça a dependência da Companhia em relação à saúde financeira desses setores. Mudanças no cenário macroeconômico, restrições ao crédito ou uma desaceleração da economia podem comprometer o desempenho desses mercados e, por consequência, o nível de atividade da Companhia.

Da mesma forma, os negócios de Metais, Louças e Revestimentos possuem exposição relevante ao setor da Construção Civil, que respondeu, em média, por 22% das vendas desses segmentos em 2024. Assim, a condição financeira e os resultados operacionais dessas unidades estão diretamente relacionados ao ritmo de obras e lançamentos imobiliários, tradicionalmente influenciados por políticas econômicas e disponibilidade de crédito, especialmente por meio de bancos públicos.

h. Regulação dos setores em que o emissor atue

Ambiental

As instalações e operações da Companhia, de suas subsidiárias e sua base florestal estão sujeitas a diversas leis federais, estaduais e municipais, assim como aos regulamentos e autorizações exigidos no que diz respeito à proteção do meio ambiente e saúde da população. As atividades da Companhia a expõem à constante fiscalização por órgãos governamentais de proteção ao meio ambiente acerca do cumprimento da regulamentação ambiental aplicável.

A possibilidade de as agências governamentais definirem novas diretrizes ou regulamentos substancialmente diferentes que os aplicados atualmente, poderia demandar da Companhia o dispêndio de recursos superiores aos atuais ou limitar a capacidade da empresa de atuar com os mesmos processos e desempenhos já aplicados. Da mesma forma, para o desempenho normal de suas atividades, a Companhia e suas subsidiárias precisam obter autorizações, licenças e alvarás junto aos órgãos ambientais. A não obtenção ou a impossibilidade em renovar qualquer destas autorizações, licenças e alvarás poderá impactar negativamente a capacidade de exercer suas atividades e, consequentemente, o atingimento de seus resultados.

Adicionalmente, os temas de resíduos, ruído e poluição sonora, efluentes e recursos hídricos, emissões atmosféricas e de gases de efeito estufa, e consumo de energia, além da gestão e engajamento com as comunidades ao redor das fábricas e florestas podem resultar em processos de órgãos ambientais, caso não tenham uma boa gestão.

Vale destacar que o ordenamento jurídico brasileiro prevê a responsabilidade nas esferas administrativa, civil

4.1 Descrição dos fatores de risco

e criminal para os infratores das normas de proteção ao meio ambiente, independentes entre si – a isenção de responsabilidade em uma delas não necessariamente isenta o agente de responsabilização nas demais. Assim, a ocorrência de um mesmo evento ou fato que incorra em degradação ambiental pode ensejar a responsabilidade (i) administrativa, que envolve sanções previstas no Decreto nº 6.514/08, incluindo multa, embargo e suspensão da atividade; (ii) civil, que consiste na obrigação de reparar o dano causado ao meio ambiente por meio de medidas reparatórias, compensatórias e indenizatórias; e (iii) criminal, de acordo com o previsto na Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais). Cumpre ressaltar que o regime de responsabilidade ambiental adota a responsabilidade civil objetiva, extracontratual e solidária, para danos ambientais, o que torna o causador da poluição responsável, independentemente de culpa ou dolo, e tornaria a Companhia, isolada e solidariamente, responsável pelas obrigações de seus fornecedores.

Legislação e Jurídico

A Companhia está sujeita a uma extensa legislação federal, estadual e municipal, e regulação de agências governamentais e associações do setor dentro das indústrias em que atua. As normas referentes à qualidade de produtos, dias de armazenagem de produtos, regime de trabalho, entre outros, podem tornar-se mais rígidas ou serem alteradas com o passar do tempo, e exigirem novos investimentos ou o aumento das despesas para adequar as operações. As alterações em leis e regulamentos específicos nos setores em que a Companhia atua podem afetar negativamente as condições sob as quais opera, de tal forma que podem trazer um efeito substancialmente negativo aos negócios e resultados.

Ademais, historicamente o governo federal brasileiro promove modificações em suas políticas, desde simples alterações de alíquotas e/ou base de cálculo até a criação de novos tributos, que podem ser temporários ou definitivos. Estas alterações podem resultar no aumento do pagamento de tributos pela Dexco, ocasionando impacto negativo nos setores em que a empresa atua, como aumento dos preços dos produtos, redução das margens e diminuição do volume de negócios. Como não é possível prever os impactos dessas alterações, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter o nível de desempenho financeiro e operacional planejados.

i. Países estrangeiros onde o emissor atue

Exportação

A volatilidade do cenário internacional pode impactar diretamente o ambiente de negócios e o resultado financeiro/operacional da Companhia. Este tema ganha relevância para os negócios da Dexco dada a oportunidade estratégica que o canal de exportação detém diante de cenários locais adversos, sendo um importante gerador de receita.

Tal instabilidade pode estar ligada a: dinâmica das economias destino dos produtos exportados, preços e prazos de fretes marítimos, gargalos logísticos do Brasil em portos, aumento nas taxas de juros, atos de terrorismo, conflitos armados, sanções, mudanças de legislações, flutuações cambiais, pandemias e as respectivas medidas restritivas, volatilidade nos preços de commodities e custos logísticos internacionais, junto à redução de disponibilidade de transporte e imposição de barreiras comerciais, podem ter impactos diretos nos custos e nos volumes de exportação da Companhia.

Operações Internacionais

A Companhia mantém operações em diversos países, sendo a Colômbia seu principal mercado de exportação e local de importantes atividades industriais. Assim, a evolução das condições econômicas, políticas e sociais nesse país pode impactar significativamente seus negócios.

Para os próximos exercícios, identificam-se riscos associados ao ambiente de instabilidade política na Colômbia, que pode resultar em protestos sociais e greves, afetando a continuidade operacional e logística. Em âmbito global, a inflação resiliente em diversos países tem dificultado a redução das taxas de juros por parte dos bancos centrais, o que contribui para um ambiente macroeconômico desafiador. Além disso, eventuais mudanças na política comercial dos Estados Unidos, a depender das diretrizes da nova administração americana e de possíveis medidas tarifárias, podem gerar impactos nos fluxos internacionais de

4.1 Descrição dos fatores de risco

comércio. Nesse contexto, também se observa potencial intensificação das relações entre a China e países latino-americanos, o que pode alterar o equilíbrio comercial na região e afetar as operações da Companhia.

Não obstante os desafios mencionados, a Companhia possui uma presença relevante nos mercados da América Latina, sustentada por uma base sólida de clientes recorrentes e de longo prazo. Adicionalmente, muitos desses mercados apresentam demanda crescente por painéis de madeira, o que representa uma oportunidade relevante para a expansão das operações da Dexco na região, com potencial de ganho de participação de mercado e fortalecimento de sua posição competitiva.

j. Questões sociais

Relacionamento com Comunidades e Movimentos Sociais

A deterioração das relações com as comunidades do entorno e com as entidades de classe pode incorrer em danos à reputação e ao patrimônio, além de interrupção das atividades da Companhia. Em todas as regiões onde Dexco possui unidades de produção existe o relacionamento com grupos que defendem os interesses de uma determinada classe ou de uma comunidade. A Companhia não pode garantir que não ocorrerão ações desses grupos, como invasões de propriedades ou bloqueio ao acesso às unidades, o que pode interromper as atividades industriais da Companhia. Além disso, tais eventos poderiam ser divulgados pela mídia, em termos não administráveis pela Companhia, o que poderia ter impacto na reputação da Dexco e de seus produtos junto aos seus clientes e fornecedores.

Diferentes movimentos sociais podem, de forma legítima, exigir mudanças no que diz respeito à preservação ambiental, condições de trabalho ou inclusão social, por exemplo. A pressão por mudanças pode acarretar custos adicionais e alterar estratégias comerciais ou operacionais da empresa.

Existem diversos grupos ativistas que defendem a redistribuição de propriedades por meio da invasão e ocupação de terras privadas, o que poderia impactar as operações da Companhia nos locais afetados. Além disso, o Governo Federal possui a prerrogativa de, mediante indenização, desapropriar terras que não estejam em conformidade com suas obrigações sociais, como a utilização de recursos naturais, preservação do meio ambiente, cumprimento de leis trabalhistas, entre outros.

Em se tratando de relacionamento com as comunidades, a forma como a Companhia lida com as preocupações e reivindicações das comunidades e movimentos sociais pode afetar sua reputação pública. Além disso, a falta de iniciativas concretas de engajamento com comunidades, ou ações percebidas como insuficientes, pode resultar em críticas negativas que impactam a relação com os consumidores, investidores e outros grupos de interesse.

Vida, Saúde e Segurança

Considerando a dinâmica das operações da Dexco, são identificados riscos à saúde e segurança dos colaboradores e terceiros. Ao longo do processo produtivo para a fabricação de seus produtos, podem ocorrer incidentes e acidentes, que coloquem em perigo o colaborador e terceiros, afetando sua saúde e segurança.

O mapeamento desses riscos está considerado dentro de Programas como Ações de Promoção e Prevenção de saúde e bem-estar, Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), onde são considerados riscos Físicos, Químicos, Biológicos, Ergonômicos, Psicossociais e exemplos de fontes geradores de acidentes podem ser consideradas como máquinas e equipamentos sem proteção, utilização de ferramentas inadequadas, não cumprimento de regras de segurança do trabalho, animais, incêndios e explosões. Estes episódios podem deixar a Dexco vulnerável a ações judiciais e impactos ao seu negócio e imagem.

k. Questões ambientais

Conservação do Solo e Uso da Terra

A Dexco possui uma robusta operação florestal, que fornece a principal matéria-prima para produção de painéis e pisos de madeira. Nos últimos anos, com a crescente preocupação mundial com o aumento das emissões de gases de efeito estufa e das mudanças climáticas, as operações relacionadas ao uso da terra ganharam

4.1 Descrição dos fatores de risco

maior foco de fiscalização e controle, buscando combater o uso indevido de recursos naturais, como queimadas, exploração ilegal de madeira em áreas de conservação e degradação da biodiversidade. As práticas de manejo florestal responsável adotadas pela Companhia contribuem diretamente para os cuidados com o solo, recurso fundamental para a manutenção dos níveis de produtividade das florestas.

A Companhia não possui operações próximas a áreas indígenas, tampouco no interior de unidades de conservação de proteção integral, porém, dada a abrangência de suas operações no território nacional, a Companhia pode ser questionada sobre possíveis atos irregulares ou implicação de regras estabelecidas por órgãos governamentais que tentam mitigar ações ilegais.

A Companhia pode estar sujeita a ajustes de operações e estratégias, de forma a adequar-se a possíveis mudanças em legislações ambientais mais severas diante da mudança na dinâmica de mercado.

Resíduos e Efluentes

No curso normal de suas operações, as fábricas da Dexco geram resíduos e efluentes que são gerenciados seguindo normas técnicas específicas e regulamentações ambientais pertinentes ao tipo de operação e localidade. É possível que haja falhas em sistemas de gestão e operação, de forma que a Companhia seja penalizada pelo não cumprimento de tais obrigações, bem como haja mudança de legislação específica que impacte as operações e, conseqüentemente, níveis de qualidade e produtividade.

I. Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Riscos Climáticos

Os riscos climáticos são riscos em escala global, para todos os negócios, e está no centro das discussões sobre os impactos socioambientais das atividades econômicas. A Companhia apresenta uma base florestal robusta e unidades industriais em diversas localizações geográficas no Brasil e Colômbia. Essas operações estão, em diferentes escalas, expostas a riscos climáticos, que podem afetar a sua produtividade. Entre os riscos aos quais a Dexco está exposta, listamos:

- Incêndios florestais: Risco físico de ocorrência de incêndios florestais nas áreas em que atuamos, podendo ocasionar perda de ativos florestais, em especial nos períodos de seca.
- Temperaturas extremas: Risco físico de variações extremas de temperaturas (máximas e mínimas com grandes oscilações), afetando as operações florestais.
- Riscos hídricos e secas: Risco físico de indisponibilidade dos recursos hídricos e períodos de estiagem, afetando produção florestal e possíveis interrupções das operações industriais por falta desse recurso.
- Precipitações extremas: Risco físico de aumento ou diminuição no grau de precipitação, alterando os padrões de precipitações nas florestas e ocasionando ocorrência de inundações nas instalações da Companhia.
- Vendavais: Risco físico que pode ocasionar danos significativos às instalações, estruturas e ativo florestal.

m. Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Os riscos adicionais estão contemplados no item 4.3 deste Formulário.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Alinhada as definições do Mapa de Riscos atualizado pela Dexco em 2024, abaixo estão listados os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos:

1. Ataques Cibernéticos

Ataques cibernéticos provenientes de vulnerabilidades da cadeia de informações e protocolos de segurança, resultando em risco de parada operacional ou sequestro de informações estratégicas para empresa.

2. Segurança da Informação

Alteração, processamento incorreto de operações e divulgação indevida de informação confidencial ou estratégica da Companhia.

3. Cenário Macroeconômico

Alteração das condições macroeconômicas impactando diretamente as operações e os resultados da Companhia.

4. Privacidade e Confidencialidade de Dados

Acesso não autorizado a dados e informações sigilosas da Companhia e/ou definição inadequada de parâmetros de segurança, acesso e identidade, e baixa ou ausência de proteção de informações contra divulgação bem como seu vazamento.

5. Gestão de Crises e Continuidade de Negócios

Rupturas na operação e no fornecimento com impacto na continuidade das operações em função da ausência de plano de continuidade de negócios formalizados da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Riscos de Mercado: exposição relevante e mecanismos de mitigação

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à atividade econômica, flutuação das taxas de juros, de variações cambiais e de crédito. A seguir, os riscos de mercado são apresentados por ordem de relevância para as operações da Companhia, considerando seu potencial de impacto nos resultados financeiros e operacionais.

A gestão de riscos financeiros é realizada por área especializada, que reporta periodicamente aos Comitês de Finanças e à Diretoria Executiva. Os limites operacionais e de exposição são monitorados com frequência mínima mensal, conforme definido na Política Financeira.

Riscos Cambiais

O ambiente macroeconômico do país e o cenário global têm gerado variações significativas nas taxas de câmbio nos últimos anos, que podem impactar a *performance* financeira da Companhia e, em situações em que novas instabilidades sejam identificadas, tal cenário pode impactar negativamente os investimentos e resultados financeiros e operacionais da empresa, uma vez que tais oscilações podem também reduzir o poder aquisitivo da moeda local.

Majoritariamente os custos e receitas da Dexco são realizados em reais, contudo, a Companhia também possui saídas (aquisições de ativos e insumos) e entradas (receita de exportações) de recursos em moeda estrangeira. Além disso, também possui insumos que, embora sejam adquiridos em moeda local, seu preço é afetado pelas variações cambiais.

Neste sentido, a Companhia e suas controladas possuem uma Política Financeira formalmente aprovada pelo Conselho de Administração – que é revisada a cada 3 (três) anos ou a qualquer tempo, sempre que necessário – que estabelece o montante máximo em moeda estrangeira a que a Companhia pode estar exposta a variações da taxa de câmbio. Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial da Companhia e de suas controladas, são contratados e mantidos instrumentos de *hedge* que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

Taxas de Juros

O risco de taxas de juros é aquele proveniente de efeitos e mudanças adversas das taxas de juros e índices em ativos e passivos financeiros, que podem acarretar perdas econômicas a Companhia. Além disso, as oscilações dessas taxas podem implicar em efeitos de aumento do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

As reduções significativas no CDI, por exemplo, podem afetar negativamente as receitas financeiras da Companhia oriundas de atividades de investimento, uma vez que uma parcela significativa de seu caixa é investida em instrumentos do mercado monetário brasileiro que estão vinculados ao CDI.

A Dexco e suas controladas possuem empréstimos indexados ao CDI, IPCA e PRÉ (prefixadas) e aplicações financeiras indexadas ao CDI. Atualmente, as empresas possuem contratos de *swaps* de taxa IPCA para CDI e de USD prefixado para BRL em CDI. A contratação destes derivativos tem como objetivo converter dívidas com diversos indexadores de juros e moedas estrangeiras em dívidas indexadas a BRL e CDI. Ao final de 2024, o custo médio ponderado da dívida da Dexco correspondia a 103,3% do CDI.

Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros

Considerando as aplicações, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos existentes na Companhia, apresentamos a seguir a análise de sensibilidade das variações cambiais e de taxa de juros. A Companhia está exposta a risco cambial do dólar, assim como taxas em CDI. Para o cenário de sensibilidade adotamos as projeções para os próximos 12 meses de resultado e usamos como referência as curvas futuras da B3.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Consolidado				Ganho (Perda)	
	Indexador	Taxa Projetada	Saldo em 31/12/2024	Cenário base	Cenário possível
Aplicações financeiras	CDI	14,66%	1.495.568	168.612	213.226
Empréstimos e financiamentos					
Moeda nacional	CDI	16,0%	1.414.196	154.039	188.952
Moeda nacional com swap	IPCA	16,2%	2.612.099	347.506	436.368
Moeda nacional com swap	PRÉ	17,4%	284.899	48.083	60.513
Moeda estrangeira com swap	USD	16,8%	1.560.934	180.425	223.240
Debêntures	CDI	16,9%	607.466	76.277	95.835
Total			7.975.162	974.942	1.218.135
Efeito no Resultado			3.517.230	398.928	498.013
Efeito no Patrimônio Líquido			2.612.099	347.506	436.368

Instrumentos Financeiros e Fluxo de Caixa

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia possui contratos de dívida com derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa, cujos vencimentos vão até outubro de 2035.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 1 (um) contrato de dívida com derivativo de valor nominal de US\$ 75.000, sendo que os derivativos estão designados como *hedge* de fluxo de caixa com posição ativa em dólar + taxa prefixada e posição passiva em reais de CDI + 1,7% a.a., além de 4 (quatro) contratos de dívida com derivativos de valor nominal de US\$ 175.000 designados como *hedge* de fluxo de caixa com posição ativa em dólar + taxa prefixada e posição passiva média em reais de 112,2% do CDI.

Hedge de valor justo

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía 6 (seis) contratos de dívida com derivativos designados como *hedge* de valor justo, sendo:

- 1 (um) contrato de dívida com derivativos de valor nominal agregado de R\$ 697.000, sendo que os derivativos estão designados como *hedge* de valor justo trocando taxas em IPCA + taxa prefixada (ponta ativa) por uma posição passiva média em 96,3% do CDI.
- 2 (dois) contratos de dívida com derivativos de valor nominal agregado de R\$ 941.964, sendo que os derivativos estão designados como *hedge* de valor justo trocando taxa prefixada + atualização monetária em IPCA (ponta ativa) por uma posição passiva média em 104,1% do CDI.
- 1 (um) contrato de dívida com derivativo de valor nominal de R\$ 375.000, sendo que o derivativo está designado como *hedge* de valor justo trocando taxa prefixada por uma posição passiva em 108,5% do CDI.

Ao final do exercício, a controlada Duratex Florestal possuía 2 (dois) contratos de dívida com derivativos, sendo que os derivativos estão designados como *hedge* de valor justo, com o valor nominal agregado de R\$ 1.217.753, trocando a taxa prefixada + atualização monetária em IPCA (ponta ativa) por uma posição passiva em 106,7% do CDI.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas posições gera o valor de mercado.

Os derivativos têm como finalidade exclusiva mitigar a exposição a indexadores de taxas juros e/ou a exposição cambial. A contratação de derivativos é utilizada somente como instrumento de proteção (*hedge*), sendo

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

vedadas operações com caráter especulativo. A gestão dos riscos financeiros e derivativos é realizada conforme estratégia e diretrizes estabelecidas na política financeira da Companhia e suas controladas.

							Consolidado							
							31/12/2024				31/12/2023			
							Valor justo		Ganhos (Perdas)		Valor justo		Ganhos (Perdas)	
Instrumento derivativo	Obejto de proteção	Risco	Taxas		Vencimento	Valor de referência (Nocional)	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
			Ponta ativa	Ponta passiva										
Hedge de valor justo														
Swap	Empréstimo	Juros	IPCA+ 3,8% a 6,4%	95,0% a 108,6% CDI	out/35	2.856.717	1.458	283.189	(7.148)	-	-	-	-	-
Swap	Empréstimo	Juros	Pré 11,0%	108,5% CDI	dez/33	375.000	-	80.303	(179)	-	-	-	-	-
							1.458	363.492	(7.327)	-	-	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa														
Swap	Empréstimo	Juros	IPCA+ 3,8% a 6,4%	95,0% a 108,6% CDI	out/35	2.856.717	-	-	-	-	105.575	47.834	14.685	43.056
Swap ME	Empréstimo	Juros	USD+ 2,3% a 6,0%	CDI+ 1,7% e 110,9% a 115,0% CDI	mai/27	1.336.349	204.284	89.254	189.236	74.205	443	215.458	(157.497)	(57.518)
Total							205.742	452.746	181.909	74.205	443	215.458	(157.497)	(14.462)
</														

Commodities

Parte dos custos da empresa pode ser afetada por fatores exógenos, tais como o preço das commodities presentes na composição do custo de produção dos itens comercializados pela Companhia.

A produção de painéis de madeira, por exemplo, tem entre suas principais matérias-primas a utilização de resinas. A Dexco, além de comprar resinas de terceiros, possui uma unidade produtora de resina própria desde 2010. As principais matérias-primas para fabricação destas resinas são a ureia e o metanol que são 100,0% importados. Os preços destas matérias-primas são derivados da cotação internacional destas *commodities* e estão expostos à variação do dólar. A principal aplicação da ureia está na agricultura (fertilizante) e não na indústria de resinas, o que enfraquece o poder de compra da Dexco e dos atuais fornecedores de resinas.

O mercado fornecedor de resinas, para o processo de fabricação de painéis, é caracterizado por poucos fornecedores com alto grau de especialização e dependência do preço internacional de *commodities*. Esta situação pode acarretar períodos de maior dificuldade financeira para o fornecedor podendo colocar em risco o fornecimento do insumo.

Ainda, os painéis produzidos podem passar por processo de revestimento, o qual utiliza papéis especiais, comercializados por empresas nacionais e estrangeiras, tendo seu preço atrelado da celulose internacional e do dióxido de titânio, insumo imprescindível usado no processo de produção de papéis decorativos, cuja produção está concentrada em poucos fabricantes no mundo.

Para a produção de Acabamentos para Construção são utilizadas, matérias-primas não ferrosas na produção de metais e louças, que possuem mercado organizado e têm seus preços atrelados às *commodities* negociadas na LME (*London Metal Exchange*) e dólar. O principal insumo é o cobre na forma de barras, tubos e fitas de latão.

Análise de sensibilidade – exposição aos preços de commodities

A Companhia realiza a avaliação de sensibilidade para os seus insumos vinculados a *commodities*, como ureia, metanol, cobre, polipropileno e outros. Tal análise visa validar as projeções internas de custos que compõem o orçamento da Companhia, tomando por base informações disponibilizadas por empresas de serviços de *reports* internacionais que fazem o acompanhamento de tais indicadores.

Para mitigar a sua exposição as commodities cobre e ureia, a Companhia optou por contratar operações de *non-deliverable forward* (NDF) com o objetivo de reduzir a sua exposição a uma eventual volatilidade de preço. Com isso, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia se encontrava em posição comprada, cujos vencimentos se estendem até julho de 2025. Na operação de cobre, o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando a diferença entre a cotação contratada da *commodity* e a média das cotações negociadas em bolsa ao longo do mês anterior ao seu vencimento. Na operação de ureia, o contrato também é liquidado no respectivo vencimento e a formação do preço é baseada na cotação média do preço negociado em bolsa. Cabe destacar que, o montante considerado nestas contratações não representa valor relevante em relação à necessidade da Companhia.

Em relação ao tema de instrumentos derivativos de *commodities*, a Companhia entende que eventuais oscilações de mercado são imateriais, portanto, não tem efeito significativo em seus resultados financeiros.

Captação de Recursos e Rating de Crédito

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A redução da oferta ou o aumento das exigências para obtenção de linhas de crédito podem afetar adversamente a disponibilidade de novos financiamentos e, consequentemente, elevar o custo de capital da Companhia. Adicionalmente, uma eventual redução na classificação de risco de crédito ("Rating") pode impactar negativamente o custo de captação e os resultados financeiros da Dexco.

Situações de restrição de oferta de crédito podem tornar as linhas excessivamente onerosas ou sujeitas a exigências incompatíveis com a realidade operacional da Companhia, dificultando a obtenção de financiamentos competitivos ou de refinanciamentos em condições vantajosas. Nessas circunstâncias, existe o risco de indisponibilidade de recursos no mercado para honrar obrigações financeiras, o que pode afetar de forma relevante e adversa os resultados da Companhia.

A classificação de risco de crédito ("Rating") expressa a avaliação das agências sobre a capacidade da Companhia de honrar suas dívidas e demais compromissos financeiros pontualmente. Essa avaliação pode variar conforme fatores macroeconômicos e critérios próprios de cada agência, sendo suscetível a elevações, manutenções ou rebaixamentos. A Companhia não pode assegurar que sua classificação atual será mantida, tampouco evitar uma possível revisão negativa ou cancelamento.

O rating influencia diretamente a capacidade da Companhia de acessar o mercado de capitais e obter financiamentos em condições competitivas. Rebaixamentos ou alterações na perspectiva da nota atribuída podem resultar em aumento do custo da dívida e deterioração da percepção de risco por parte dos agentes de mercado, afetando adversamente os resultados financeiros.

Agências de Classificação de Risco

Em outubro de 2024, a Moody's reafirmou o rating de emissor "AAA.br" da Dexco, mas alterou a perspectiva de "Estável" para "Negativa". Segundo relatório da agência, essa mudança "reflete a frustração da trajetória de melhora de seus resultados e de sua geração de caixa. Além disso, reflete a menor visibilidade de recuperação operacional, especialmente do segmento de revestimentos cerâmicos. Apesar de reconhecermos que o processo de reestruturação interna da Companhia já refletiu em redução de despesas e otimização do mix de produtos, esperamos que o ritmo de recuperação das métricas de crédito será mais lento do que anteriormente esperado. Ao mesmo tempo, a afirmação reflete sua sólida posição competitiva como líder dos mercados de painéis de madeira e metais e louças; além de ser vice-líder no mercado de revestimentos cerâmicos. A Companhia possui forte escala, que em conjunto a vasta base de ativos florestais, seu amplo e reconhecido portfólio de produtos e diversificada base de clientes, constituem importantes vantagens competitivas. O rating também incorpora a prudente gestão financeira, além do compromisso de manutenção de sólida posição de liquidez".

Já no início de março de 2024, a Fitch Ratings reafirmou o rating nacional de longo prazo "AAA (bra)" com perspectiva "Estável", mas rebaixou o rating corporativo global da Companhia de "BB+" para "BB", alterando a perspectiva global de "Negativa" para "Estável". Segundo a Fitch, "o rebaixamento reflete as margens operacionais e a geração de fluxo de caixa mais fracas do que o esperado da Dexco, pressionadas pela deterioração da divisão de Acabamento nos últimos dois anos em meio a um ciclo agressivo de investimentos de capital". Ainda de acordo com o relatório, "os ratings da Dexco continuam refletindo sua forte posição de negócios nas indústrias de painéis de madeira e materiais de construção, além de seu compromisso com a manutenção de liquidez robusta".

Covenants

Os contratos de endividamento da Companhia, no geral, estão sujeitos a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*), prática comum dos agentes financiadores como forma de garantir a manutenção de indicadores financeiros que permita a liquidez da Companhia. A violação de obrigações contratuais previstas em contratos de financiamento pode ocasionar efeitos adversos às condições financeiras da Companhia.

Os *covenants* quando não observados podem acionar cláusulas de vencimento antecipado das linhas de crédito assumidas, se assim desejarem as contrapartes que possuam contratos com tais cláusulas.

Além disso, os contratos financeiros celebrados pela Companhia podem conter cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplemento em outros contratos celebrados com aquela instituição financeira ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*), o que também pode vir a afetar de maneira adversa o fluxo de caixa e a condição financeira da Dexco.

Finalmente, a Companhia possui times específicos que fazem a gestão, acompanhamento e reporte dos contratos financeiros e suas cláusulas restritivas aos Administradores da Companhia que, por sua vez, acompanham diligentemente a evolução desses contratos para que não ocorram eventos de vencimentos

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

antecipados.

Para mais informações a respeito do tema, vide seção 2.1.f deste Formulário de Referência.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Processos não sigilosos relevantes

Para efeitos deste item, a Companhia destaca processos judiciais, administrativos e arbitrais de natureza tributária, previdenciária e cível, que merecem destaque por sua relevância estratégica ou relevância pela sua classificação de probabilidade de perda: (i) perda provável, cuja demanda supere o valor de R\$ 10.000 mil (dez milhões de reais); (ii) perda possível cuja demanda supere o valor de R\$ 20.000 mil (vinte milhões de reais) e; (iii) demandas e teses de interesse estratégico da Companhia. A ordem desses processos levou em consideração as teses discutidas e, posteriormente, o valor envolvido de acordo com a tese.

Já os processos judiciais e administrativos ambientais, conforme o caso, merecem destaque por sua relevância estratégica ou por superar o valor de US\$10.000,00 (dez mil dólares), indicados em item específico abaixo (“iii”).

A variação entre os valores provisionados neste Formulário de Referência, em comparação ao Formulário anterior, se deu pela incidência de juros no período (dez/24 vs dez/23), dos prognósticos atualizados e de entradas e encerramentos de processos.

i) Perda provável, cuja demanda ou tese supere o valor de R\$ 10.000 mil;

Autuação IRPJ / CSLL Processo Administrativo 10340.721054/2021-48 (Tributário)	
a. juízo	Receita Federal do Brasil em Criciúma / SC
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
c. data de instauração	27/08/2021
d. partes no processo	Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. x Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 22.321 mil em dez/2024.
f. principais fatos	Indedutibilidade de multas e encargos Glosa de crédito tributário decorrente da desconsideração da dedutibilidade do IR/CS de multas e encargos realizada no ano de 2017, de débitos da Ceusa reconhecidos e provisionados contabilmente no ano de 2016, sendo a referida provisão contábil revertida no ano de 2017 quando os débitos da Ceusa foram quitados. 27/08/2021 – Ciência do auto de infração. 28/09/2021 – Impugnação apresentada. 27/12/2021 – Ciência da decisão da DRJ que julgou a impugnação improcedente. 24/01/2022 – Apresentado Recurso Voluntário contra decisão da DRJ.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	O entendimento da decisão da DRJ de 27/12/2021 foi de que os juros e multas sobre os tributos poderiam ser contabilizados, pelo regime de competência, no mês/exercício de sua apuração e não no momento de seu pagamento (2017).
h. estágio do processo	Processo Administrativo em trâmite no CARF (2ª instância administrativa), para julgamento de recurso voluntário.
i. chance de perda	R\$ 22.321 mil, classificado como provável em dez/2024.
j. motivo pelo qual o processo	Valor provisionado superam os R\$ 10.000 mil.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Autuação IRPJ / CSLL Processo Administrativo 10340.721054/2021-48 (Tributário)	
é considerado relevante	
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 22.321 mil em dez/2024, classificado como provável (saída de caixa sem influência no resultado).

PIS/COFINS sobre venda de florestas 2011 AA 5009315-43.2021.4.03.6100 (Tributário)	
a. juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. instância	17ª Vara Cível Federal da Subseção de São Paulo
c. data de instauração	28/04/2021
d. partes no processo	Duratex Florestal Ltda. x União Federal (Fazenda Nacional)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	PIS/COFINS = R\$ 12.547 mil em dez/2024.
f. principais fatos	PIS/COFINS sobre florestas Autuação lavrada em nov.2015 (P.A 10314-727.974/2015-49), para cobrança de PIS/COFINS sobre as vendas de florestas (ativo imobilizado), realizados no exercício de 2011. 28/04/2021 - Distribuição da Ação Anulatória 26/05/2021 - Liminar Indeferida 01/07/2021 - Depósito Judicial para garantir o débito e suspender a exigibilidade 03/05/2023 - Sentença improcedente para a empresa 15/05/2023 - Embargos de declaração da Companhia 21/11/2023 - Apelação da Companhia
g. resumo das decisões de mérito proferidas	03/05/2023 - Sentença improcedente para a empresa, pelo entendimento de que as vendas realizadas seriam de 'madeira em pé', estando, assim, a operação dentro do campo de incidência do PIS e da COFINS.
h. estágio do processo	2ª INSTÂNCIA
i. chance de perda	R\$ 12.547 mil classificado como provável em dez/2024.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores provisionados superam R\$ 10.000 mil
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 12.547 mil em dez/2024, classificado como provável (saída de caixa sem influência no resultado).

PIS/COFINS sobre venda de florestas – 2017 Processo Administrativo 15746-720395/2021-57

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(Tributário)	
a. juízo	Receita Federal do Brasil em São Paulo/SP
b. instância	Delegacia Regional de Julgamento da RFB - DRJ
c. data de instauração	26/03/2021
d. partes no processo	Duratex Florestal Ltda. x Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	PIS/COFINS = R\$ 11.151 mil em dez/2024.
f. principais fatos	PIS/COFINS sobre florestas Autuação lavrada para cobrança de PIS/COFINS sobre as vendas de florestas (ativo imobilizado), realizados no exercício de 2017. 26/03/2021 – Ciência do auto de infração. 22/04/2021 – Impugnação apresentada. 12/04/2024 – Decisão da DRJ manteve o auto de infração. 14/05/2024 – Apresentado recurso voluntário.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	12/04/2024 – Decisão da DRJ com o entendimento de que as vendas realizadas seriam de ‘madeira em pé’, estando, assim, a operação dentro do campo de incidência do PIS e da COFINS.
h. estágio do processo	Processo em trâmite no CARF (2ª instância), no aguardo de decisão sobre o recurso voluntário apresentado
i. chance de perda	R\$ 11.151 mil, classificado como provável em dez/2024.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores provisionados superam os R\$ 10.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 11.151 mil em dez/2024, classificado como provável (saída de caixa sem influência no resultado).

Tese - DIFAL (Princípio da anterioridade no recolhimento de 2022) MS: 5017704-60.2022.8.13.0024 (MG); 5054758-87.2022.8.09.0051 (GO); 0000272-52.2022.8.16.0179 (PR); 8012536-20.2022.8.05.0001 (BA); 5055403-15.2022.8.09.0051 (GO); 5014574-12.2022.8.21.0001 (RS); 8012453-04.2022.8.05.0001 (BA); 0700839-89.2022.8.07.0018 (DF); 0023706-38.2022.8.19.0001 (RJ); 0023706-38.2022.8.19.0001 (RS); 5023943-77.2022.8.24.0023 (SC); 5017547-87.2022.8.13.0024 (MG); 1004621-92.2022.8.26.0053 (SP); 0023302-84.2022.8.19.0001 (RJ); 0700822-53.2022.8.07.0018 (DF); 0005421-29.2022.8.25.0001 (SE); 0804917-07.2022.8.10.0001 (MA); 0803020-84.2022.8.12.0001 (MS); 0803822-95.2022.8.20.5001 (RS); 0803822-95.2022.8.20.5001 (PR) (Tributário)	
a. juízo	Tribunais de Justiça
b. instância	STF
c. data de instauração	01/02/2022
d. partes no processo	Dexco S.A. x Fazendas Públicas Estaduais
e. valores, bens ou direitos envolvidos	ICMS DIFAL = R\$ 32.026 em dez./2024

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	ICMS DIFAL - Aplicação do Princípio da Anterioridade Anual para o recolhimento do ICMS DIFAL após a promulgação da LC 190/2022. 01/02/2022 – Impetrados os Mandados de Segurança em nome da Dexco S.A. e da antiga Dexco Revestimentos Cerâmicos para que as cobranças fossem exigidas em jan./2023. 29/11/2023 – STF em julgamento das Adin 7.066, 7.070 e 7.078 decidiu pela aplicação da anterioridade nonagesimal (art. 150, III 'c' da CF), validando a cobrança do ICMS-DIFAL a partir de abr./2022. STF definiu pela Repercussão Geral do Tema 1266, o qual aguarda julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão do STF em Adin, com o reconhecimento da aplicação da Anterioridade Nonagesimal para o recolhimento do ICMS-DIFAL.
h. estágio do processo	STF
i. chance de perda	R\$ 21.193 mil classificado como provável em dez/2024 e R\$ 10.833 mil classificado como perda possível em dez/2024.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores provisionados superam os R\$ 10.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 21.193 mil em dez/2024, classificado como provável (sem efeito no resultado) e R\$ 10.833 mil em dez./2024, classificado como perda possível (efeito no resultado). Sem impacto no caixa já que os valores estão depositados judicialmente.

PIS/COFINS glosa de créditos - 2015 Processo Administrativo 10314720530/2019-14 (Tributário)	
a. juízo	Receita Federal do Brasil em São Paulo/SP
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
c. data de instauração	08/10/2019
d. partes no processo	Dexco S.A. x Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	PIS/COFINS = R\$ 17.012 mil em dez/2024.
f. principais fatos	PIS/COFINS – glosa de crédito Autuação lavrada, após procedimento fiscalizatório que glosou créditos de bens e serviços tomados pelas unidades industriais 06/09/2019 – Ciência do auto de infração. 08/10/2019 – Impugnação apresentada. 04/06/2020 – Decisão da DRJ parcialmente favorável. 06/07/2020 – Recurso Voluntário apresentado.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão da DRJ parcialmente favorável, desconstituindo a glosa sobre: locação de caminhões, andaimes e contêineres; vale pedágio e sobre notas fiscais que não foram objeto da fiscalização, mantendo-se a glosa sobre: manutenção de ativo permanente; frete e armazenagem; locação de galpão estruturado; crédito extemporâneo e por falta de comprovação documental.
h. estágio do processo	Processo em trâmite no CARF (2ª instância), no aguardo de decisão sobre o recurso voluntário apresentado.
i. chance de perda	R\$ 12.507mil em dez./2024, classificado como perda provável e R\$ 4.505 mil em dez./2024, classificado como perda remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores provisionados superam os R\$ 10.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 12.507 mil em dez./2024, classificado como provável (saída de caixa sem influência no resultado) e R\$ 4.505 mil em dez./2024, classificado como remoto, pela decisão favorável na DRJ (Saída de caixa com efeito no resultado).

ii) perda possível cuja demanda supere o valor de R\$ 20.000 mil:

70277981 – Bolívia (Cível)	
a. juízo	Público Civil Comercial 27 de La Capital
b. instância	2º instância
c. data de instauração	12/12/2019
d. partes no processo	Importaciones Y Representaciones Weidling S.A x Dexco
e. valores, bens ou direitos envolvidos	USD\$ 9.872 mil em dez./2024
f. principais fatos	Indenização por rescisão contratual de alegada exclusividade de forma imotivada. 22/10/2024 - Recurso de cassação 09/10/2024 - Acórdão de Apelação manteve a sentença 05/03/2024- Recurso de Apelação 19/02/2024 - Sentença desfavorável para Companhia que condenou no valor de USD\$ 9.872.791,45 29/01/2024 - Impugnação do Laudo pela Dexco 17/01/2024 - Laudo Pericial identificou o valor indenizatório de USD\$ 10.799.249,93 28/05/2021 - Contestação da Dexco 12/12/2019 - Distribuição

4.4 Processos não sigilosos relevantes

70277981 – Bolívia (Cível)	
g. resumo das decisões de mérito proferidas	09/10/2024 - Acórdão de Apelação manteve a sentença 19/02/2024 - Sentença desfavorável para Companhia que condenou no valor de USD\$ 9.872.791,45
h. estágio do processo	2º instância
i. chance de perda	Provável de USD\$ 1.000 em dez/2024 Possível de USD\$ 8.872 em dez/2024
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo cujo valor supera \$ 20.000 com prognóstico de Possível.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa de USD\$ 9.872 e impacto no resultado de USD\$ 8.872.

Estrela do Sul – (Autuação 2006 – terras) Ação Anulatória 1007709-59.2018.4.01.3400 (Tributário)	
a. juízo	Justiça Federal do Distrito Federal – TRF da 1ª Região
b. instância	4ª Vara Federal do Distrito Federal
c. data de instauração	17/04/2018
d. partes no processo	Estrela do Sul Participações Ltda. X União Federal (Fazenda Nacional)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 317.786 mil, em dez/2024.
f. principais fatos	IRPJ/CSLL ano calendário 2006: a) Cisão parcial da Satipel Florestal Ltda. (atual Estrela do Sul Participações Ltda.), com incorporação dos ativos (terras) na Satipel Industrial S.A. (atual Dexco S.A., anteriormente denominada Duratex S.A.); b) Lucro Presumido - Tributação da Reserva de Reavaliação - Ganho de Capital. Autuação, por suposto ganho de capital, em operação de cisão parcial da Satipel Florestal Ltda. (atual Estrela do Sul Participações Ltda.), tributada então pelo lucro presumido, através da qual bens imóveis (terras), foram vertidos à Satipel Industrial S.A. (atual Dexco S.A., anteriormente denominada Duratex S.A.), com a respectiva reserva de reavaliação. Demonstrou-se na Impugnação ao Auto de Infração a não ocorrência de ganho de capital na operação, pelos seguintes motivos: i) na cisão realizada os bens foram avaliados pelo valor contábil, sendo que o ganho de capital ocorre somente quando a avaliação for realizada a valor de mercado; ii) a reserva de reavaliação somente poderia ser computada em conta de resultado, ou na determinação do lucro real (base de cálculo do IRPJ) e da base de cálculo da CSLL, quando de sua realização (alienação, depreciação, amortização), o que não ocorreu por força da cisão, havendo, simplesmente, a transferência da reserva de reavaliação da sociedade cindida (Satipel Florestal Ltda., atual Estrela do Sul Participações Ltda.) para a sociedade receptora da parcela vertida (Satipel Industrial S.A., atual Dexco S.A., anteriormente denominada Duratex S.A.); iii) não houve acréscimo patrimonial, mas apenas uma operação societária entre controladora e controlada; iv) extinção do crédito tributário pela decadência,

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Estrela do Sul – (Autuação 2006 – terras) Ação Anulatória 1007709-59.2018.4.01.3400 (Tributário)	
	considerando o termo inicial de contagem do prazo a tributação por ocasião da mudança do Regime de Lucro Real para o Presumido em 2004; Decisão de 1ª instância administrativa manteve o auto de infração. Foi apresentado Recurso Voluntário em 20/04/2012. Em julgamento realizado pela 2ª Turma Ordinária da 1ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF, foi negado provimento ao Recurso Voluntário, por maioria de votos. Negado provimento ao Recurso Especial pelo voto de qualidade (julgamento em 19/01/2018). 17/04/2018 – Distribuída Ação Anulatória. 19/04/2018 – antecipação de tutela deferida para suspender a exigibilidade do débito sem o oferecimento de garantia (decisão mantida pelo TRF1). 26/10/2020 – Sentença que julgou procedente a ação, anulando o débito fiscal, por força da manutenção da autuação na esfera administrativa por força do voto de qualidade. 30/10/2020 – Apresentados Embargos de Declaração pela Estrela do Sul, discutindo verba sucumbencial, e pela Fazenda Nacional, discutindo a nulidade do julgamento no CARF. 26/10/2021 – Embargos Declaratórios da Fazenda rejeitados, enquanto os Embargos da Estrela do Sul foram acolhidos 07/12/2021 – Recurso de Apelação apresentado pela Fazenda Nacional, o qual aguarda julgamento.
h. estágio do processo	Julgamento da Apelação da União no TRF1
i. chance de perda	R\$ 317.786 mil classificado como possível em dez/2024.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores em discussão superam R\$ 20.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado no montante de R\$ 317.786 mil em dez/2024.

Estrela do Sul – (Autuação 2009 - florestas) Ação Anulatória 0073514-44.2016.4.01.3400 (Tributário)	
a. juízo	Justiça Federal do Distrito Federal – TRF da 1ª Região
b. instância	4ª Vara Federal do Distrito Federal
c. data de instauração	12/12/2016
d. partes no processo	Estrela do Sul Participações Ltda. e Duratex Florestal Ltda. (solidária) x União Federal (Fazenda Nacional)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 41.288 mil, em dez/2024
f. principais fatos	IRPJ/CSLL ano calendário 2009: a) Cisão parcial da

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Satipel Florestal Ltda. (atual Estrela do Sul Participações Ltda.) com incorporação dos ativos (florestas) na Duratex Florestal Ltda.; b) Lucro Presumido - Tributação da reserva de reavaliação - Ganho de capital. Autuação por suposto ganho de capital em operação de cisão parcial da Satipel Florestal Ltda. (atual Estrela do Sul Participações Ltda.), tributada então pelo lucro presumido, através da qual bens (florestas) foram vertidos à Duraflora S.A (atual Duratex Florestal Ltda.), junto com a respectiva reserva de reavaliação. Defendeu-se, na esfera administrativa, a não ocorrência de ganho de capital na operação, pelos seguintes motivos: i) na cisão realizada os bens foram avaliados pelo valor contábil, sendo que a determinação legal para se apurar ganho de capital ocorre, somente, quando a avaliação for realizada a valor de mercado; ii) a reserva de reavaliação somente poderia ser computada em conta de resultado, ou na determinação do lucro real (IRPJ) e da base de cálculo da CSLL quando de sua realização (alienação ou exaustão), o que não ocorreu por força da cisão, havendo, simplesmente, a transferência das reservas florestais da sociedade cindida (Satipel Florestal Ltda., atual Estrela do Sul Participações Ltda.) para a sociedade receptora da parcela vertida (Duratex Florestal Ltda.); iii) não houve acréscimo patrimonial na operação societária; iv) decadência com termo inicial para tributação da mudança do Regime de Lucro Real para o Presumido em 2004; v) se devido fosse o AI, o cálculo do IR/CS deveria se dar nas regras do lucro presumido (34% de 8% da base de cálculo) e não como ganho de capital; iv) o valor do AI está superestimado pois não levou em conta os valores do IR/CS já recolhidos quando da exaustão dos ativos florestais, integralmente já realizada. A Duratex Florestal Ltda. (anterior Duraflora S.A.), constou como solidária no processo tendo em vista que em 31/10/2009, Satipel Florestal Ltda. (atual Estrela do Sul Participações Ltda.) verteu significativa parte de seu patrimônio para a mesma. Processo Administrativo 10880.731573/2011-35 julgado desfavoravelmente à Estrela do Sul em definitivo, pelo voto de qualidade. 12/12/2016 – Ajuizada Ação Anulatória, tendo sido concedida tutela antecipada para suspender a exigibilidade do crédito tributário, sem o oferecimento de nenhuma garantia por parte das empresas. 03/11/2020 – Sentença procedente, analisando o mérito da demanda e confirmando a tutela antecipada.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	03/11/2020 – Sentença procedente, analisando o mérito da demanda e confirmando a tutela antecipada. 09/08/2021 – Recurso de Apelação pela Fazenda Nacional

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. estágio do processo	Julgamento da Apelação da União no TRF1.
i. chance de perda	R\$ 41.288 mil classificado como possível em dez/2024.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores em discussão superam R\$ 20.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado no montante de R\$ 41.288 mil em dez/2024.

Manifestação de Inconformidade P.A 16327.919.096/2024-14 saldo negativo de IRPJ - 2020 (divergências no IR pago no exterior - Colômbia) (Tributário)	
a. juízo	Receita Federal o Brasil em São Paulo / SP
b. instância	Delegacia Regional de Julgamento da RFB - DRJ
c. data de instauração	13/11/2024
d. partes no processo	Dexco S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ = R\$ 43.838 mil em dez./2024
f. principais fatos	Saldo Negativo de IRPJ/2020 Homologação parcial das compensações realizadas, pela RFB entender pela inviabilidade da documentação que demonstrava o crédito não reconhecido (IR pago no exterior). 15/10/2024 – Ciência do Despacho Decisório. 13/11/2024 – Apresentado Manifestação de Inconformidade.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Processo em trâmite na DRJ (1ª instância administrativa), no aguardo de decisão sobre a Manifestação de Inconformidade apresentada.
i. chance de perda	R\$ 43.838 mil, classificado como possível em dez/2024.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores em discussão superam R\$ 20.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado. R\$ 43.838 mil em dez/2024.

Manifestação de Inconformidade P.A 10880-931.588/2021-73 saldo negativo de IRPJ - 2016 (divergências na declaração de receitas financeiras e IR pago no exterior - Colômbia) (Tributário)	
a. juízo	Receita Federal o Brasil em São Paulo / SP
b. instância	Delegacia Regional de Julgamento da RFB - DRJ
c. data de instauração	08/06/2021
d. partes no processo	Dexco S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ = R\$ 22.527 mil em dez./2024
f. principais fatos	Saldo Negativo de IRPJ/2016 Homologação parcial das compensações realizadas, pela RFB entender que o crédito (saldo negativo de 2016), tinha as seguintes inconsistências: a) retenções fontes: não teria sido comprovada a tributação integral dos rendimentos, objeto de retenções na fonte, pela divergência entre a DIRF

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	e a Escrituração Contábil – ECF e; b) parte do valor de imposto pago na Colômbia não teria sido suficiente para compensação do imposto no Brasil. 10/05/2021 – Ciência do Despacho Decisório. 08/06/2021 – Apresentado Manifestação de Inconformidade 15/09/2022 – Apresentado laudo elaborado pela EY, que corrobora os argumentos apresentados na Manifestação de Inconformidade.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Processo em trâmite na DRJ (1ª instância administrativa), no aguardo de decisão sobre a Manifestação de Inconformidade apresentada.
i. chance de perda	R\$ 22.527 mil, classificado como possível em dez/2024.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores em discussão superam R\$ 20.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa com impacto no resultado. R\$ 22.527 mil em dez/2024.

Manifestação de Inconformidade P.A 10880-931.589/2021-18 Base de cálculo negativa de CSLL - 2016 (divergências na declaração de receitas financeiras e IR pago no exterior - Colômbia) (Tributário)	
a. juízo	Receita Federal o Brasil em São Paulo / SP
b. instância	Delegacia Regional de Julgamento da RFB - DRJ
c. data de instauração	08/06/2021
d. partes no processo	Dexco S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	CSLL = R\$ 6.553 mil em dez./2024
f. principais fatos	Base de Cálculo Negativa de CSLL/2016 Homologação parcial das compensações realizadas, pela RFB entender que o crédito (BCN de 2016), tinha as seguintes inconsistências: a) retenções fontes: não teria sido comprovada a tributação integral dos rendimentos, objeto de retenções na fonte, pela divergência entre a DIRF e a Escrituração Contábil – ECF e; b) parte do valor de imposto pago na Colômbia não teria sido suficiente para compensação do imposto no Brasil. 10/05/2021 – Ciência do Despacho Decisório. 08/06/2021 – Apresentado Manifestação de Inconformidade 15/09/2022 – Apresentado laudo elaborado pela EY, que corrobora os argumentos apresentados na Manifestação de Inconformidade.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. estágio do processo	Processo em trâmite na DRJ (1ª instância administrativa), no aguardo de decisão sobre a Manifestação de Inconformidade apresentada.
i. chance de perda	R\$ 6.553 mil, classificado como possível em dez/2024.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores em discussão superam R\$ 20.000 mil em conjunto com o processo relacionado P.A 10880-931.588/2021-73.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado. R\$ 6.553 mil em dez/2024.

Autuação– ICMS Imobilizado Ação Anulatória 1058637-98.2019.8.26.0053 (Tributário)	
a. juízo	Justiça do Estado de São Paulo
b. instância	13ª Vara da Fazenda Pública do Estado de São Paulo
c. data de instauração	29/10/2019
d. partes no processo	Dexco S.A. x Estado de São Paulo
e. valores, bens ou direitos envolvidos	ICMS = R\$ 29.704 mil, em dez/2024
f. principais fatos	Auto de Infração originário da DRI, decorrente de créditos de ICMS sobre imobilizado. A Companhia é atuante no ramo de fabricação de painéis de MDF e MDP, de forma que para consecução de suas atividades encomenda materiais do exterior, seja para seu ativo imobilizado ou insumos. Nesse contexto, ao adquirir bens nacionalizados, foi autuada (AIIM nº 4.044.158-1) em razão do creditamento supostamente indevido de ICMS, no montante de MMR\$ 5,5, decorrente da aquisição de ativo imobilizado no período de outubro e novembro de 2009 (item I.1 do AIIM) e dezembro de 2009 a janeiro de 2014 (item II.2 do AIIM), cujos bens foram importados, sob encomenda, pela empresa TCI TRADING S/A situada no Estado do Espírito Santo. A Impugnação Administrativa apresentada foi julgada parcialmente procedente em relação ao item II.2. O TIT negou o Recurso de Ofício da Fazenda e deu provimento ao Recurso Ordinário da Companhia. Em Recurso Especial da Fazenda, foi determinada a devolução para novo julgamento no TIT, o qual ainda não ocorreu. Contudo, a despeito da ausência de encerramento administrativo, o Fisco Paulista inscreveu em Dívida Ativa parte do suposto débito de ICMS. 29/10/2019 – Distribuída ação anulatória. 05/11/2019 – Concedida parcialmente a tutela antecipada para suspender a exigibilidade do crédito tributário até a adequação dos juros lançados. 25/09/2020 – Acórdão em sede de agravo de instrumento, suspendendo a exigibilidade do crédito tributário até o julgamento do recurso administrativo. 17/08/2021 - Intimação para as partes apresentarem quesitos e Assistente Técnico

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Autuação– ICMS Imobilizado Ação Anulatória 1058637-98.2019.8.26.0053 (Tributário)	
	03/09/2021 - Apresentação de Quesitos e Assistente pela Dexco e FESP 07/08/2023 - Laudo Pericial Favorável. 08/03/2024 – Sentença favorável à Companhia. 08/04/2024 – Apelação apresentada pela FESP.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	2ª INSTÂNCIA
i. chance de perda	R\$ 29.704 mil, classificado como perda possível em dez/2024.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores em discussão superam R\$ 20.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado no montante de MR\$ 29.704 mil em dez/2024.

Dexco S.A. Ação Anulatória 0053745-23.2019.8.19.0001 (Tributário)	
a. juízo	Justiça Estadual do Rio de Janeiro
b. instância	17ª Vara da Fazenda Pública
c. data de instauração	08/03/2019
d. partes no processo	Dexco S.A. X Estado do Rio de Janeiro
e. valores, bens ou direitos envolvidos	ICMS = R\$ 22.219 mil em dez/2024.
f. principais fatos	Aproveitamento de Crédito de exportação oriundo da Ideal Standard (atual DX Queimados) Decisão do Conselho de Contribuintes que cancelou a autuação, em sede de Revisão pelo Secretário da Fazenda, a multa de 50% sobre o crédito de ICMS foi mantida na esfera administrativa. 08/03/2019 Distribuição. 06/09/2019 Contestação pela Fazenda 01/03/2024 – Sentença proferida reduziu o débito fiscal, com a incidência de multa de 15% sobre o valor atualizado do crédito escriturado. 04/04/2024 – Companhia opôs embargos de declaração. 03/06/2024 – Embargos de declaração foram rejeitados. 09/07/2024 – Apelação apresenta pela Companhia
g. resumo das decisões de	01/03/2024 – Sentença definiu pela inaplicabilidade do

4.4 Processos não sigilosos relevantes

mérito proferidas	procedimento de transferência de crédito, mesmo se tratando de processo de incorporação, reduzindo-se o percentual da multa pela não ocorrência de conduta lesiva.
h. estágio do processo	2ª INSTÂNCIA
i. chance de perda	R\$ 6.665 mil, classificado como perda possível em dez/2024 e R\$ 15.553 mil classificado como perda remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valores em discussão superam R\$ 20.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de caixa com efeito no resultado no montante de R\$ 22.219 mil em dez/2024.

(iii) Demandas ambientais que superem o valor de USD\$ 10 mil:

Notificação nº 1944/24 (Ambiental)	
a. juízo	Prefeitura do Município de Jundiaí - SP
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	13/06/2024
d. partes no processo	Prefeitura de Jundiaí x Dexco
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.482 mil em dez/2024
f. principais fatos	Limpeza do terreno. Capina e retirada de material. 13/06/2024 - Notificação recebida da Prefeitura
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Administrativo
i. chance de perda	Possível em dez/2024
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de USD\$ 10 mil
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa com impacto no resultado.

Ação Civil Pública 0002464-37.2016.4.01.3503 (Ambiental)	
a. juízo	Vara Federal de Rio Verde - GO
b. instância	5ª Turma – TRF1
c. data de instauração	22/09/2016
d. partes no processo	Colorminas e Cecrisa x MPF-GO
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 183 mil em dez./2024
f. principais fatos	Suposta Extração ilegal de Siltito 22/09/2016 – Distribuição 28/07/2017 – Contestação da Cecrisa 28/11/2018 – Sentença julgou procedente a ACP 27/06/2019 – Apelação da Cecrisa

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	29/01/2020 – Autos subiram ao TRF1
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença condenou as Rés a proceder com a reparação ambiental da área de exploração de silito, mediante PRAD, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 reais/dia.
h. estágio do processo	2ª instância
i. chance de perda	R\$ 183 mil em dez/2024 classificado como possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de U\$ 10.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa com impacto no resultado.

Ação Civil Pública 0003252-87.2017.4.01.3803 (Ambiental)	
a. juízo	2ª Vara Federal de Uberlândia - MG
b. instância	3ª Turma – TRF6
c. data de instauração	23/03/2017
d. partes no processo	Cecrisa x MPF-mg
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 927 mil em dez./2023
f. principais fatos	Tráfego com excesso de peso em Rodovia Federal. 23/03/2017 – Distribuição. 07/07/2017 – Contestação da Cecrisa. 11/05/2018 – Sentença julgou procedente a ACP 05/07/2018 – Apelação da Cecrisa 16/03/2021 – Autos subiram ao TRF6
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença condenou a Cecrisa no pagamento de danos materiais em R\$ 300 mil e danos morais coletivos em R\$ 100 mil.
h. estágio do processo	2ª instância
i. chance de perda	R\$ 927 mil em dez/2023 classificado como possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de U\$ 10.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa com efeito no resultado.

Ação Civil Pública 0005677-25.2010.4.01.3806 (Ambiental)	
a. juízo	2ª Vara Federal de Patos de Minas - MG
b. instância	5ª Turma – TRF6
c. data de instauração	16/12/2010
d. partes no processo	Dexco e Valdir x MPF-MG
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 179 mil em dez./2023

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	Tráfego com excesso de peso em Rodovia Federal. 16/12/2010 – Distribuição. 12/04/2011 – Contestação da Dexco. 13/11/2013 – Sentença julgou improcedente a ACP 07/01/2014 – Apelação do MPF-MG 08/05/2014 – Acórdão julgando procedente a Apelação do MPF-MG 25/09/2014 – Resp e Rext da Dexco. 13/05/2015 – Ambos os recursos não admitidos 03/06/2015 – Agravo em REsp e RExt
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Acórdão reverteu a decisão para determinar que se abstenham de trafegar com carga excessiva, sob pena de pagamento de multa no valor da carga transportada, bem assim, para condenar os promovidos no pagamento de indenização, a título de danos materiais (cujo montante deverá ser apurado na fase de liquidação do julgado) e danos morais coletivos, no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pro-rata.
h. estágio do processo	Tribunais Superiores
i. chance de perda	R\$ 179 mil em dez/2023 classificado como provável.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de U\$ 10.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa sem influência no resultado.

Ação Civil Pública 1007240-26.2022.4.01.3803 (Ambiental)	
a. juízo	Vara Federal de Uberlândia - MG
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	07/07/2022
d. partes no processo	Massima x MPF-MG
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.569 mil em dez./2023
f. principais fatos	Tráfego com excesso de peso em Rodovia Federal. 07/07/2022 – Distribuição. 17/08/2022 – Sobrestamento pelo Tema 1.104 do STJ
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	1ª Instância
i. chance de perda	R\$ 14.569 mil em dez/2023 classificado como possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de U\$ 10.000,00.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa com influência no resultado.

Ação Anulatória nº 5160278-09.2022.8.13.0024 (Ambiental)	
a. juízo	3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte
b. instância	1º Instância

4.4 Processos não sigilosos relevantes

c. data de instauração	28/07/2022
d. partes no processo	Dexco S.A. x FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 262 mil em dez./2023 R\$ 303 mil em dez./2024
f. principais fatos	Suposta falha pontual na bomba de recirculação do lodo da estação de tratamento de efluentes, que levou ao entupimento da rede e posterior transbordamento do efluente da rede de esgoto para uma caixa de passagem 28/07/2022 – Distribuição da Ação Anulatória 16/05/2023 – Sentença procedente para a Companhia (reconheceu a prescrição). 10/07/2023 – Apelação da Fundação. 05/12/2023 – Acórdão deu parcial provimento para apelação, a fim de anular a sentença. 18/12/2023 - Embargos Declaratórios da Companhia 09/05/2024 - Embargos Rejeitados 17/06/2024 - REsp da Companhia 04/10/2024 - REsp admitido
g. resumo das decisões de mérito proferidas	16/05/2023 – Sentença procedente para a Companhia (reconheceu a prescrição). 05/12/2023 – Acórdão deu parcial provimento para apelação, a fim de anular a sentença.
h. estágio do processo	TJMG
i. chance de perda	REMOTO
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de U\$ 10.000
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa com influência no resultado.

1007240-26.2022.4.01.3803 (Ambiental)	
a. juízo	Vara Federal de Uberlândia - MG
b. instância	1º instância
c. data de instauração	07/07/2022
d. partes no processo	Massima x MPF-MG
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.789 mil em dez/2024

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	Tráfego com excesso de peso em Rodovia Federal. 07/07/2022 – Distribuição. 17/08/2022 – Sobrestamento pelo Tema 1.104 do STJ
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	1º instância
i. chance de perda	Possível em dez/2024
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de USD\$ 10 mil
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa com impacto no resultado.

Ação Civil Pública 0003252-87.2017.4.01.3803 (Ambiental)	
a. juízo	2ª Vara Federal de Uberlândia - MG
b. instância	3ª Turma – TRF6
c. data de instauração	23/03/2017
d. partes no processo	Cecrisa x MPF-MG
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.059 mil em dez/2024
f. principais fatos	Tráfego com excesso de peso em Rodovia Federal. 23/03/2017 – Distribuição. 07/07/2017 – Contestação da Cecrisa. 11/05/2018 – Sentença julgou procedente a ACP 05/07/2018 – Apelação da Cecrisa 16/03/2021 – Autos subiram ao TRF6 26/03/2024 - Sobrestamento pelo Tema 1104 do STJ
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença condenou a Cecrisa no pagamento de danos materiais em R\$ 300 mil e danos morais coletivos em R\$ 100 mil.
h. estágio do processo	2º instância
i. chance de perda	Provável em dez/2024
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de USD\$ 10 mil
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa sem impacto no resultado.

Ação Civil Pública 0005677-25.2010.4.01.3806 (Ambiental)	
a. juízo	2ª Vara Federal de Patos de Minas - MG
b. instância	5ª Turma – TRF6
c. data de instauração	16/12/2010
d. partes no processo	Dexco e Valdir x MPF-MG

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Ação Civil Pública 0005677-25.2010.4.01.3806 (Ambiental)	
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 204 mil em dez/2024
f. principais fatos	Tráfego com excesso de peso em Rodovia Federal. 16/12/2010 – Distribuição 12/04/2011 – Contestação da Dexco 13/11/2013 – Sentença julgou improcedente a ACP 07/01/2014 – Apelação do MPF-MG 08/05/2014 – Acórdão julgando procedente a Apelação do MPF-MG 25/09/2014 – Resp e Rext da Dexco 13/05/2015 – Ambos os recursos não admitidos 03/06/2015 – Agravo em REsp e RExt 26/03/2024 – Sobrestamento pelo Tema 1104 do STJ
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Acórdão reverteu a decisão para determinar que se abstenham de trafegar com carga excessiva, sob pena de pagamento de multa no valor da carga transportada, bem assim, para condenar os promovidos no pagamento de indenização, a título de danos materiais (cujo montante deverá ser apurado na fase de liquidação do julgado) e danos morais coletivos, no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pro-rata.
h. estágio do processo	Tribunais Superiores
i. chance de perda	Provável em dez/2024
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de USD\$ 10 mil
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa sem impacto no resultado.

Ação Civil Pública 0002464-37.2016.4.01.3503 (Ambiental)	
a. juízo	Vara Federal de Rio Verde - GO
b. instância	5ª Turma – TRF1
c. data de instauração	22/09/2016
d. partes no processo	Colorminas e Cecrisa x MPF-GO
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 183 mil em dez/2024

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	Suposta Extração ilegal de Siltito 22/09/2016 – Distribuição 28/07/2017 – Contestação da Cecrisa 28/11/2018 – Sentença julgou procedente a ACP 27/06/2019 – Apelação da Cecrisa 29/01/2020 – Autos subiram ao TRF1
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença condenou as Rés a proceder com a reparação ambiental da área de exploração de siltito, mediante PRAD, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 reais/dia.
h. estágio do processo	2ª Instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de USD\$ 10 mil
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa com impacto no resultado.

Ação Anulatória 5160278-09.2022.8.13.0024 (Ambiental)	
a. juízo	3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte
b. instância	7ª Câmara Cível - TJMG
c. data de instauração	28/07/2022
d. partes no processo	Dexco x Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 303 mil em dez/2024
f. principais fatos	Suposta falha pontual na bomba de recirculação do lodo da estação de tratamento de efluentes, que levou ao entupimento da rede e posterior transbordamento do efluente da rede de esgoto para uma caixa de passagem. 28/07/2022 – Distribuição da Ação Anulatória 16/05/2023 – Sentença procedente para a Companhia (reconheceu a prescrição). 10/07/2023 – Apelação da Fundação 05/12/2023 – Acórdão deu parcial provimento para apelação, a fim de anular a sentença 18/12/2023 - Embargos Declaratórios da Companhia 09/05/2024 - Embargos Rejeitados 17/06/2024 - REsp da Companhia 04/10/2024 - REsp admitido
g. resumo das decisões de mérito proferidas	16/05/2023 – Sentença procedente para a Companhia (reconheceu a prescrição).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	05/12/2023 – Acórdão deu parcial provimento para apelação, a fim de anular a sentença.
h. estágio do processo	STJ
i. chance de perda	Remoto
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de USD\$ 10 mil
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa com impacto no resultado.

2090.01.0008950/2024-42 (Ambiental)	
a. juízo	Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) - Minas Gerais
b. instância	Administrativo
c. data de instauração	19/01/2024
d. partes no processo	FEAM x Dexco
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 118 mil em dez/2024
f. principais fatos	Serviços para execução da Investigação Detalhada e da Avaliação de Risco na área da FACSAL. 10/05/2024 - Protocolada resposta da Dexco. 06/05/2024 - FEAM estipulou o prazo de 30 dias para a Dexco apresentar o contrato de prestação de serviços para execução da Investigação Detalhada e da Avaliação de Risco. 02/05/2024 - Protocolo da Defesa da Dexco. 25/04/2024 - Devolutiva da FEAM, não aceitando totalmente a resposta da Dexco. 29/01/2025 - Resposta da Dexco aos ofícios. 19/01/2024 - Ofícios recebidos da FEAM.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A
h. estágio do processo	Administrativo
i. chance de perda	Possível em dez/2024
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Supera o valor de USD\$ 10 mil
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Saída de Caixa com impacto no resultado.

(iv) demandas e teses de interesse estratégico da Companhia

Lucro no Exterior 1996 a 2002 Ação Anulatória 0021541-20.2011.4.03.6100

4.4 Processos não sigilosos relevantes

(Tributário)	
a. juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. instância	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
c. data de instauração	23/11/2011
d. partes no processo	Dexco S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 6.662 mil em dez./2024.
f. principais fatos	Lucros no Exterior Refere-se à Ação Anulatória que busca anular o crédito tributário discutido nos autos do Processo Administrativo nº 16327.000276/2006-49 - Lucros auferidos por subsidiárias no exterior, nos anos calendários de 1996 a 2001 e 2002, disponibilizados em 31.12.2002, nos termos do artigo 74, parágrafo único da MP nº 2.158-35/01, quanto ao direito à compensação, pela Companhia, dos tributos pagos no exterior pelas empresas subsidiárias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 9.249/95. Valores depositados integralmente. 04/04/2014 – Sentença julgando parcialmente procedente a ação anulatória. Reversão parcial da provisão em jun./14, tendo em vista decisão favorável em sede de repercussão geral no STF que afastou a exigência de IR e CS sobre os lucros apurados de 1996 a 2001 pela irretroatividade da Lei. 24/07/2019 – PGFN retificou o valor em cobrança, com base no entendimento do STF. Assim, do valor inicialmente depositado (R\$ 16.600 mil), R\$ 11.100 mil encontra-se em excesso. 29/05/2020 - Decisão em sede de apelação da União, julgando parcialmente procedente tão somente para alterar os honorários advocatícios, mantendo os termos da sentença que julgou procedente a ação para anular o crédito tributário. 19/07/2020 - Agravo Interno interposto pela União em face da decisão monocrática que deu parcial provimento ao recurso de apelação. 22/07/2020 – Agravo Interno interposto pela empresa em relação à parte da decisão monocrática que alterou o valor dos honorários de sucumbência 12/11/2020 - Acórdão do Agravo Interno em que a sentença favorável foi mantida para anular o crédito tributário discutido no processo 16.327.000276/2006-49, tendo em vista o direito à compensação dos tributos pagos no exterior pelas empresas controladas, bem como pelo afastamento da cobrança de multa moratória. Porém, o Relator não autorizou o levantamento do depósito, procedimento que será executado após o trânsito em

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	julgado. 25/05/2021 – Recurso Especial interposto pela Companhia e pela União. 16/09/2024 – Negado provimento ao RESp da União e dado provimento ao RESp da Companhia para anular o acórdão do TRF3, determinando-se um novo julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	04/04/2014 – Sentença julgando parcialmente procedente a ação anulatória. Provisão mantida refere-se à indisponibilidade e à compensação do IR pago no exterior.
h. estágio do processo	STJ
i. chance de perda	R\$ 3.979 mil em dez/2024 classificado como provável R\$ 2.683 mil em dez/2024 classificado como remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Demanda de interesse estratégico para a companhia, tendo em vista o impacto financeiro da tese, em conjunto com a discussão judicial sobre o tema (Processo Administrativo 16327.000277/2006-93 e MS 0000024-37.2003.4.03.6100).
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 3.979 mil em dez/2024 classificado como provável sem efeito (valor provisionado e depositado); R\$ 2.683 mil em dez/2024 classificado como remota com efeito no resultado e sem efeito caixa.

Lucro no Exterior 1996 a 2002 Mandado de Segurança 0000024-37.2003.4.03.6100 (Tributário)	
a. juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. instância	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
c. data de instauração	07/01/2003
d. partes no processo	Dexco S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 5.833 mil, em dez/2024.
f. principais fatos	Lucros no Exterior Refere-se à ação que busca afastar a tributação do IRPJ e da CSLL dos lucros auferidos no exterior por subsidiárias, apurados em 2002 e nos exercícios de 1996 a 2001, enquanto não disponibilizados (e a respectiva não tributação da equivalência patrimonial), auferidos por subsidiárias no exterior para a composição da base de cálculo do IRPJ e CSLL. 06/07/2007 – Sentença desfavorável à empresa, apresentado recurso de apelação em 24/07/2007. Valores depositados integralmente. 27/10/2011 – Dado provimento parcial à Apelação 28/08/2014 – Julgamento da Apelação pelo Órgão Especial do TRF manteve a decisão de provimento parcial do recurso.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	17/11/2015 – União apresentou Recurso Extraordinário e Recurso Especial. 07/12/2017 – Inadmissão dos Recursos da União. 07/03/2019 – Recurso Especial da União rejeitado no STJ. 09/09/2019 – Agravo Interno interposto pela União. 21/09/2023 - Agravo Interno da Fazenda negado. 13/10/2023 - Embargos Declaratórios pela Fazenda 27/11/2023 - Embargos não acolhidos20/03/2024 – Autos encaminhados ao STF.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	06/07/2007 – Sentença desfavorável à empresa, apresentado recurso de apelação em 24/07/2007. Valores depositados integralmente. 28/08/2014 – Julgamento da Apelação pelo Órgão Especial do TRF manteve a decisão de provimento parcial do recurso.
h. estágio do processo	STJ
i. chance de perda	R\$ 5.833 mil em dez/2024 classificado como possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Demanda de interesse estratégico para a companhia, tendo em vista o impacto financeiro da tese, em conjunto com a discussão judicial sobre o tema (Processo Administrativo 16327.000277/2006-93 e AA 0021541-20.2011.4.03.6100).
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 5.833 mil em dez/2024 classificado como possível, efeito no resultado e sem efeito caixa (valor está depositado).

Lucro no Exterior 2003 Processo Administrativo 16327.000277/2006-93 (Tributário)	
a. juízo	Receita Federal do Brasil em São Paulo/SP
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
c. data de instauração	09/03/2006
d. partes no processo	Dexco S.A. x Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 5.796 mil em dez/2024.
f. principais fatos	Lucros no Exterior- 2003 Refere-se à Autuação recebida pela RFB requerendo o pagamento de IRPJ e CSLL decorrente de lucro de subsidiárias no exterior em 2003. Impugnado o AIIM face a ilegalidade da tributação tendo por base a equivalência patrimonial e a inconstitucionalidade da presunção de disponibilidade do lucro (art. 74 da MP 2.158-35). A provisão refere-se à possibilidade de compensação do

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	IR pago no exterior. 20/02/2009 – Decisão da DRJ desfavorável. 11/08/2009 – Apresentado Recurso Voluntário ao CARF. 18/03/2024 – P.A distribuído à relatora do CARF.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Processo em trâmite no CARF (2ª instância administrativa) para julgamento de recurso voluntário da empresa.
h. estágio do processo	Em decisão da DRJ, proferida em fev./2009 o lançamento foi julgado procedente pelos seguintes fundamentos: a) os lucros auferidos no exterior sujeitam-se à incidência do IRPJ; b) a contrapartida do ajuste do valor de investimento no exterior, avaliado pelo método da equivalência patrimonial deverá ser registrado para apuração do lucro contábil no Brasil.
i. chance de perda	R\$ 1.824 mil em dez/2024, classificado como provável R\$ 3.973 mil em dez./2024, classificado como remota ³
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Demanda de interesse estratégico para a companhia, tendo em vista o impacto financeiro da tese, em conjunto com a discussão judicial sobre o tema (MS 0000024-37.2003.4.03.6100 e AA 0021541-20.2011.4.03.6100).
k. análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 1.824 mil em dez/2024, classificado como provável (saída de caixa sem influência no resultado) e R\$ 3.973 mil em dez./2024, classificado como remota (saída de caixa com influência no resultado).

Salário Maternidade, 1/3 de férias e API (Dexco) Ação Declaratória nº 0012347-30.2010.4.03.6100 (Tributário)	
a. juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. instância	Tribunal Regional Federal da 3ª Região
c. data de instauração	07/06/2010
d. partes no processo	Dexco S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não recolhimento da Contribuição Patronal e de Terceiros sobre as verbas previdenciárias (Sal. Maternidade, 1/3 de férias e API) = R\$ 0, em dez./2024.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	Desobrigar ao recolhimento das contribuições previdenciárias referentes: salário maternidade, licença paternidade, adicional de 1/3 de férias e aviso prévio indenizado. 07/06/2010 - Distribuída Ação Declaratória. 07/01/2011 - Sentença parcialmente favorável, afastando a obrigatoriedade de recolhimento de contribuição sobre 1/3 de férias, declarando o direito da autora em compensar os valores indevidamente recolhidos. 05/09/2012 - acórdão manteve a decisão sobre o não recolhimento da contribuição sobre 1/3 de férias e incluiu a desoneração sobre o API. 05/03/2013- protocolizada petição informando que se deixará de depositar o valor das contribuições sobre 1/3 e API, face a suspensão de exigibilidade concedida no A.I 0025358-93.2010.4.03.0000. 02/06/2016 - NOTAPGFN/CRJ/Nº 485/2016 reconhecendo a não incidência de contribuição previdenciária na verba de Aviso Prévio Indenizado. 31/08/2020 - STF julgou a tese do 1/3 de férias sob o rito de Repercussão Geral (RE 1.072.485) desfavoravelmente aos contribuintes. 05/07/2022 - Juízo de Retratação, revertendo o julgamento favorável à companhia do 1/3 de férias. 09/08/2022 – Rext interposto pela companhia. 21/09/2022 – Embargos Declaratórios apresentados pela União. 29/07/2022 – Depósito realizado pela Companhia no valor de MMR\$ 9,7 (jan. a dez./16 e jun./17 a jul./20), a fim de aguardar eventual modulação dos efeitos. 03/08/2022 – Depósito realizado pela Companhia no valor de MMR\$ 3,5 (ago./20 a mai./22), a título de pagamento pelo período posterior a decisão do <i>leading case</i> do STF. 12/06/2024 - STF definiu que a tributação do terço de férias é válida a partir de set./2020. Reversão total da provisão constituída para períodos anteriores a set./2020. 31/12/2024 – Em processo de levantamento do depósito judicial do período sem exigência da contribuição.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	07/01/2011 - Sentença parcialmente favorável, afastando a obrigatoriedade de recolhimento de contribuição sobre 1/3

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Salário Maternidade, 1/3 de férias e API (Dexco) Ação Declaratória nº 0012347-30.2010.4.03.6100 (Tributário)	
	de férias, declarando o direito da autora em compensar os valores indevidamente recolhidos. 05/07/2022 - Juízo de Retratação, revertendo o julgamento favorável à companhia do 1/3 de férias.
h. estágio do processo	Aguarda-se juízo de admissibilidade do RExt da Companhia pela Vice-Presidência do TRF3.
i. chance de perda	Tendo em vista que a modulação da decisão dada pelo STF não atinge os períodos das contribuições que foram depositadas no processo e serão levantadas pela empresa, não há chance de perda do processo..
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da provisão em dez/2023, revertida em dez./2024 superava R\$ 10.000 mil.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	N/A

Autuação IRPJ / CSLL – P.A 11516-722.840/2014-47 (Tributário)	
a. juízo	Receita Federal do Brasil de Criciúma/SC
b. instância	Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
c. data de instauração	24/09/2014
d. partes no processo	Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A. x União Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	IRPJ/CSLL = R\$ 0, em dez/2024.
f. principais fatos	Cobrança de IRPJ e CSLL no calendário 2009 por suposta i) omissão de receita por suposta liquidação de débitos em anistia com prejuízo fiscal (MP 470); ii) não adição ao lucro real de despesas de passivos financeiros (empréstimos e debêntures); e iii) compensação a maior de saldo negativo de IRPJ/CSLL em 2013 pela desconsideração do saldo negativo de 2009, indicado no item i. 03/10/2014 – Ciência do Auto de Infração. 03/11/2014 – Impugnação apresentada para anulação total do auto de infração, pois: i) o pagamento dos débitos, com a utilização de prejuízos fiscais, possibilidade trazida pela MP 470, não caracteriza uma omissão de receita, já que o contribuinte realizou um sacrifício patrimonial – diminuição de seu prejuízo fiscal – para a quitação dos débitos; ii) a existência de passivos financeiros onerados a taxa mais alta do que aquelas aplicadas a ativos financeiros, não caracteriza qualquer hipótese de glosa das despesas financeiras; iii) a existência de passivos financeiros, com taxa de juros, concomitantes a créditos contra empresas relacionadas, sem a cobrança de juros, também não é hipótese de

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	glosa das despesas financeiras; e iv) a compensação de 2013 teve como crédito um direito legítimo, apurado em 2009. 30/03/2017 – Decisão da DRJ foi totalmente procedente à Companhia. 25/07/2018 – Decisão do CARF negou provimento ao recurso de ofício da RFB, por unanimidade aos itens i, ii e iv do AIIM e por maioria de votos ao item iii. 15/02/2019 – Decisão do CARF admitiu o Recurso Especial da União para o julgamento dos itens i e iv da autuação. 27/11/2023 – Redistribuição do processo para julgamento na 1ª Turma da Câmara Superior do CARF. 05/11/2024 – P.A arquivado.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	As decisões proferidas pela DRJ (1ª instância) e CARF (2ª instância) foram integralmente favoráveis à Dexco Revestimentos Cerâmicos (antiga Cecrisa), desconstituindo-se a integralidade do auto de infração.
h. estágio do processo	P.A arquivado com o cancelamento da cobrança.
i. chance de perda	Tendo em vista a improcedência definitiva do auto de infração, não há chance de perda em dez./2024
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em dez/2023 o valor da perda possível superava R\$ 20.000 mil, até o julgamento em definitivo do auto de infração em dez/2024.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	N/A

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4**

O valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4 corresponde a R\$ 85.522 mil relativos a processos tributários e previdenciários; R\$ 1.263 mil relativos a processos ambientais, e R\$ 5.817 mil relativos a processos cíveis.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Processos sigilosos relevantes

A Companhia possui um processo confidencial arbitral relevante, em que busca, principalmente, a recuperação de valores despendidos em razão de perdas indenizáveis sob um contrato de aquisição de controle de uma empresa, no valor de R\$16mi.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes

A Companhia e suas controladas não possuem outras contingências relevantes além daquelas indicadas no item 4.4. acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia dispõe de uma Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 09 de dezembro de 2011 e vigente desde a referida data. A última revisão da política ocorreu em reunião do Conselho de Administração em 10 de março de 2024.

Além da Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos, a Companhia adota uma série de ações e procedimentos de forma a mitigar os riscos aos quais está exposta.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos da Dexco tem como objetivo estabelecer as diretrizes deste Sistema através da identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos inerentes aos processos da Dexco, de forma a manter os riscos residuais em níveis de tolerância apropriados, assim como um ambiente de controles adequado, visando o alcance dos objetivos e metas organizacionais.

Os procedimentos utilizados para a definição do *Apetite e Tolerância a Riscos* da Dexco estão formalizados na Metodologia de *Apetite e Tolerância a Riscos*.

i. os riscos para os quais se busca proteção

Como parte do Sistema de Gestão de Riscos da Dexco, durante o ano de 2024, a área de gerenciamento de riscos, atuou na atualização e acompanhamento dos riscos classificados como Críticos, Altos e Médios no Mapa de Riscos da Dexco, realizando entrevistas com 60 *risk owners*, apurando quais atividades são realizadas e quais os planos de ação existentes para manutenção dos riscos residuais em níveis de apetite e tolerância apropriados, assim como um ambiente de controle adequado, apoiando no atingimento do plano estratégico da Dexco.

O *Apetite a Riscos* é o nível “confortável aceitável” de risco que a Companhia está disposta a assumir no desenvolver de suas atividades. A *Tolerância a Riscos*, por sua vez, é o nível máximo de risco que a Companhia está disposta a assumir no desenvolver de suas atividades como forma de alcançar seus objetivos estratégicos. Os procedimentos utilizados para a definição do *Apetite e Tolerância a Riscos* da Dexco estão formalizados na Metodologia de *Apetite e Tolerância a Riscos* aprovada pelo Conselho de Administração.

A régua de riscos possibilita a visualização do quanto determinado risco pode ser relevante e/ou o quanto a Dexco está propensa a sua materialização, para uma melhor classificação e comparação entre os riscos, de forma a criar uma referência corporativa. Já o mapa de riscos é o conjunto de riscos a que a Companhia está exposta (incluindo os seus respectivos níveis de criticidade e as unidades de Negócios responsáveis), de acordo com os processos e metodologias empregados para a identificação e avaliação de riscos e controles.

O Dicionário de riscos é a formalização individual dos tipos de riscos a que a Companhia está exposta, conforme metodologia *framework* COSO e subcategorizada em níveis de acordo com suas características: **Estratégicos, Financeiros, Operacionais, Cibernéticos e Regulatórios**, conforme descritos a seguir:

Riscos Estratégicos: grupo de riscos que afetam os objetivos estratégicos, modelo de negócio, inteligência competitiva e governança da empresa considerando ambiente interno e externo associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à tomada de decisão pela Alta Administração e/ou decorrentes da falta de capacidade da empresa para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. São gerenciados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, com o apoio dos comitês executivos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Riscos de Governança:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à execução de atividades em desacordo com, ou inexistência de normas, políticas e procedimentos de controle; à definição de aspectos que podem levar à realização de ações não compatíveis com estratégias, valores ou objetivos da Companhia; ao planejamento não adequado ou inexistência de planejamento relativo a aspectos sucessórios, de executivos e acionistas da Companhia; entre outros relacionados à estrutura de Governança.
- **Riscos de Modelo de Negócios:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à informação insuficiente para tomadas de decisão de investimentos de curto e longo prazos, realização de projetos com prazos e custos maiores que os previstos ou investimentos que não agreguem valor às atividades da Companhia; a fatores relacionados a fusões e aquisições sem planejamento e execução apropriados, em tempo inadequado e desalinhados com as metas e os objetivos da Companhia; ao desenvolvimento e acompanhamento de inovações tecnológicas que não atendam às diversas áreas e necessidades de atuação da Companhia; entre outros relacionados à estrutura do Modelo de Negócios da Companhia.
- **Fatores Externos:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à mudança na política governamental e ao monitoramento inadequado ou alteração das políticas macroeconômicas que possam impactar diretamente a operação e o funcionamento da Companhia, bem como aqueles relacionados ao conjunto de ações públicas que não assegurem direitos sociais e de infraestrutura (segurança, transporte, saúde e meio-ambiente) e que impactem o atendimento aos objetivos da Companhia.
- **Imagem e Reputação:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido a fragilidades com divulgações ao Mercado, Mídias Sociais, Comunicação Interna e Institucional, Marcas e Patentes, Satisfação de Clientes e Propriedade Intelectual.
- **Inteligência Competitiva:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à transformação digital, design e customização, precificações e margens operacionais, inovação tecnológica, jornada do cliente, estratégia de vendas e marketing e Terrenos e Ativos Biológicos.

Riscos Financeiros: grupo de riscos relacionados à confiabilidade do balanço patrimonial e à exposição das operações financeiras da Companhia associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à exposição das operações financeiras (mercado, crédito e liquidez). Trata-se dos riscos de fluxos de caixa para maximizar a geração de caixa operacional.

- **Riscos de Mercado:** Riscos cuja materialização resulte em perdas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de commodities.
- **Riscos de Crédito:** Riscos cuja materialização resulte em perda de valores acordados com tomadores de empréstimos ou clientes de produtos vendidos a prazo.
- **Riscos de Liquidez:** Riscos cuja materialização resulte em incapacidade de realizar transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor; ou na falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos disponíveis e passivos vencidos.

Riscos Operacionais: grupo de riscos relacionados à infraestrutura da Companhia (processos, pessoas), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos. Riscos associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de ativos, de clientes e de receitas) resultantes de falhas, fraudes, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de fatores socioambientais e externos (catástrofes, greves, atos terroristas, pandemias etc.).

- **Riscos de Operação e Produção :** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido a canais de distribuição inadequadamente posicionados e com custos não competitivos, o que pode impactar a execução e o gerenciamento dos aspectos logísticos da Companhia; à obtenção de resultados que não atendam aos objetivos de negócio definidos; a custos desnecessários devido às características do fluxo de informações e à forma de execução dos processos de negócio; ao excesso, obsolescência ou perda de estoque ou outros ativos utilizados ou consumidos nos processos de negócio; entre outros relacionados aos processos da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Riscos de Pessoal:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido a procedimentos executados por funcionários sem conhecimento necessário, treinamento ou experiência suficientes para realizar as atividades de negócio definidas; à dependência de pessoa chave para execução de atividades críticas das áreas de negócio da Companhia; às atividades executadas em desacordo com os níveis/limites de alçada estabelecidos pela Companhia ou falta de definição destes, bem como aqueles relacionados a mecanismos inadequados para contratação e retenção de talentos em linha com os objetivos da Companhia.
- **Riscos Socioambientais:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido a procedimentos nocivos ao meio ambiente e à comunidade que podem expor a Companhia a processos de órgãos ambientais; à escassez ou falta de recursos naturais usados nas operações, podendo afetar a capacidade de a Companhia prover produtos e serviços demandados pelos clientes, bem como aqueles relacionados a atividades inadequadas referentes à saúde e segurança dos colaboradores que podem expor a Companhia a passivos trabalhistas.
- **Riscos Corporativos:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido a dependência de fornecedores, práticas comerciais, Suprimentos, Novos Canais e Atendimento e Suporte Pós-Venda.

Riscos Cibernéticos: grupo de riscos associados aos sistemas aplicativos, ferramentas, tecnologias e informações/dados:

- **Tecnologia e Segurança:** associados à possibilidade de ocorrência de perda devido a acessos não autorizados a dados e informações, definição inadequada de parâmetros de segurança e informações críticas não protegidas contra divulgação; a informações não confiáveis ou falta de informações para acompanhamento dos negócios e tomadas de decisão; à impossibilidade de obter informações devido a falhas de comunicação, perda da capacidade de processamento ou dificuldade na operação dos sistemas, bem como aqueles relacionados ao registro, processamento e reporte de dados inválidos, incompletos ou em desacordo com as necessidades para tomada de decisões, assim como ataques cibernéticos e privacidade e confidencialidade da informação.

Riscos Regulatórios: grupo de riscos relacionados ao cumprimento de legislação trabalhista, cível, tributário/fiscal, ou que envolvem procedimentos relacionados à órgãos reguladores, como contábil, CVM/B3, entre outros associados à possibilidade de ocorrência de perda devido à exposição da empresa ou de seus ativos a possíveis medidas, alterações legais e/ou de atuação em desacordo com regulamentações em vigor que possam ter impacto negativo sobre a sua atividade ou rentabilidade. Assim como riscos ligados à Corrupção, Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo.

De forma a gerir adequadamente seus riscos, a Dexco aplica o Modelo das 3 (três) Linhas, desenvolvido pelo Instituto de Auditores Internos (IIA), que consiste em um modelo que visa estabelecer Papéis e Responsabilidades de gestão de riscos às diversas áreas da Companhia, conforme elencado abaixo:

1ª linha: São os gestores operacionais e/ou de negócios que têm por responsabilidade o conhecimento e a gestão dos seus próprios riscos, assim como operação de seus controles internos. Devem implementar e executar ações mitigatórias (planos de ação) garantindo a conformidade das operações e estratégias.

2ª linha: São as áreas de Controles Internos, Riscos e Compliance, componentes da Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, que auxiliam a 1ª linha de forma consultiva na identificação das causas e consequências associadas aos riscos. Ademais, orquestram no ambiente corporativo a integração dos controles internos e gestão de riscos.

3ª linha: É a área de Auditoria Interna, componente da Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, que possui independência para avaliar e certificar os controles implementados pela 1ª linha, conforme previsto na Política PO.22 Auditoria Interna.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Adicionalmente às diretrizes existentes na Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos, a Dexco adota procedimentos complementares para controle e mitigação de riscos, como:

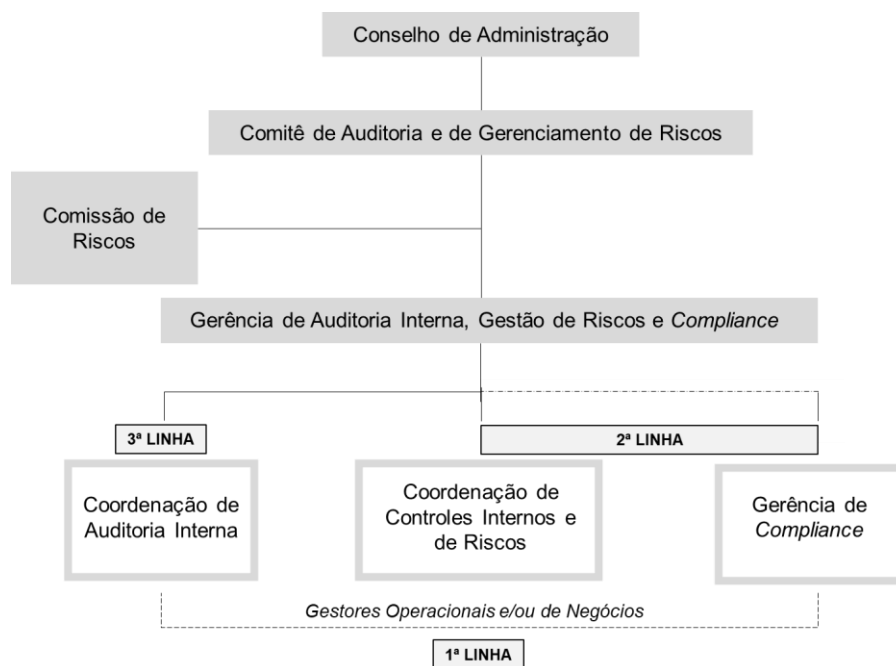
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Políticas e normas corporativas para orientar e direcionar seus públicos de relacionamento para alcançar os objetivos definidos pela Companhia;
- Apólices de seguros ativas para os principais riscos;
- Programa de Gestão de Fornecedores (GFD) com avaliação anual, financeira e socioambiental, dos parceiros considerados estratégicos pela Companhia;
- Auditoria Interna independente para aferição da efetividade nos processos administrativos, operacionais e ambientais;
- Áreas de *Compliance* e Ouvidoria para garantir a aplicação das diretrizes descritas no Código de Conduta da Dexco;
- Plano Orçamentário Anual com validação do Conselho de Administração e acompanhamento periódico;
- Realização de procedimentos de manutenção contínua e preventiva dos ativos industriais e florestais.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em setembro de 2019, foi estruturada a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, que engloba a gestão das áreas que a compõem com equipes independentes.

Além disso, e como já descrito no ano anterior, as responsabilidades na gestão dos riscos estão dispostas conforme abaixo, o que demonstra a constante gestão e preocupação com os riscos em nossa Companhia:



Conselho de Administração

- Aprovar os Limites de Appetite e Tolerância a Riscos da Dexco;
- Analisar e Aprovar a Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos da Dexco e suas futuras revisões, quando houver.

Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos

Órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter estatutário e permanente, que tem como finalidade:

- Aprovar as metodologias das 2ª e 3ª linhas;
- Validar os Limites de Appetite e Tolerância a Riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Informar os resultados dos acompanhamentos do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos ao Conselho de Administração.

Comissão de Riscos

- Validar a Metodologia de Apetite e Tolerância a Riscos;
- Propor e validar os Limites de Apetite e Tolerância a Riscos;
- Obter ciência e avaliar os riscos que compõem o Dicionário de Riscos;
- Propor ações mitigatórias (planos de ação) a serem adotadas para os riscos identificados, a partir dos limites definidos para Apetite e Tolerância a Riscos da Dexco;
- Acompanhar a execução das ações mitigatórias (planos de ação);
- Conscientizar a 1ª linha sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente a cada colaborador.

Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance:

Coordenação de Auditoria Interna (3ª Linha)

Área com estrutura própria, que possui independência para avaliar e certificar os controles implementados pela 1ª linha, conforme apresentado na Política PO.22 Auditoria Interna aprovada pelo Conselho de Administração em março de 2023. O reporte da área é realizado direto ao Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos, órgão estatutário, que aprova o planejamento anual das atividades da Auditoria Interna e seu orçamento. Além disso, o Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, órgão colegiado de assessoramento e instrução vinculado ao Conselho de Administração, em 17.02.2025: considerou suficiente o orçamento apresentado para o regular funcionamento do referido Comitê e da área de auditoria interna para 2025, assim como aprovou o plano anual da auditoria interna para 2025, cujas atribuições estão registradas na PO. 22 Política da Auditoria Interna da Companhia.

Coordenação de Controles Internos e de Gestão de Riscos e Gerência de Compliance (2ª Linha)

Auxilia a 1ª linha de forma consultiva na identificação das causas e consequências associadas aos riscos.

A Coordenação de Controles Internos e Gestão de Riscos, pertencente à estrutura da Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance e com reporte funcional ao Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos e administrativo à Presidência, busca de forma prioritária mapear os processos da Companhia identificando tanto os controles existentes quanto inexistentes com o objetivo de identificar os riscos residuais dos processos e prover a atualização constante do Mapa de Riscos da Dexco. O planejamento anual das atividades de Controles Internos e Gestão de Riscos é aprovado pelo Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos o qual recebe um status trimestral das atividades executadas.

Gestores Operacionais e/ou de Negócios (1ª Linha)

- Conhecimento e a gestão dos seus próprios riscos;
- Implementar e executar ações mitigatórias (planos de ação) garantindo a conformidade das operações;
- Realizar reporte proativo das mudanças de processos e de controles internos aos riscos identificados, a fim de garantir a constante atualização de identificação dos riscos à 2ª linha de defesa.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Para averiguação da efetividade da Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos, a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance presta esclarecimentos trimestralmente sobre a evolução dos trabalhos de mapeamento e mitigação dos riscos ao Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Como mencionado no item 5.1, visando o atingimento dos objetivos da Companhia e dar maior robustez ao tema riscos e controles internos, em setembro de 2019, foi estruturada a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, com a abrangência de gestão com equipes independentes. A metodologia de Controles Internos e Gestão de Riscos foi revisada e atualizada, seguindo o *framework* COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) para direcionar e estruturar os mapeamentos de processos, identificação de controles e riscos associados a eles, bem como a atualização dos riscos por processo chave da companhia.

Além disso, para aferir a eficácia destes controles, a Companhia recorre aos diagnósticos provenientes de auditorias internas e externas, que contribuem para seu aprimoramento e o direcionamento das oportunidades de melhoria.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Dexco possui a seguinte estrutura voltada para a correta estruturação, implantação e manutenção dos seus sistemas de controles internos:

- Áreas de Controle (incluindo as controladorias corporativa e de negócios);
- Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Auditoria Interna;
- *Compliance*;
- Comissão de Gestão de Riscos e *Compliance*.

O Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, é o responsável por supervisionar as atividades desta estrutura, composta pelas áreas responsáveis pelos processos de controles internos, de conformidade com leis, regulamentos e normativos internos e de gerenciamento dos riscos inerentes às atividades da Companhia e de suas controladas, bem como pelos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna. Adicionalmente, averigua os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente; e avalia a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

Ainda, seguindo às exigências do regulamento do Novo Mercado da B3, em Assembleia Geral de Acionistas Ordinária e Extraordinária do ano de 2022, passou a ser um órgão de caráter estatutário e permanente.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia vem aprimorando suas estruturas e metodologia de mapeamento e gerenciamento de riscos e controles. Atualmente a área de Gestão de Riscos e Controles Internos, conduz os trabalhos voltados para gestão de riscos baseando-se na metodologia COSO. Todos os trabalhos desenvolvidos são supervisionados pela gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance. Além disso, são reportados, no mínimo, trimestralmente para o Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos.

Adicionalmente, os procedimentos utilizados para a definição do *Apetite* e *Tolerância a Riscos* estão formalizados na Metodologia de *Apetite* e *Tolerância a Riscos*, como parte da Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos da Dexco.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras (relatório circunstanciado), foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. O

5.2 Descrição dos controles internos

resultado deste relatório não apresentou nenhuma deficiência significativa, porém, foram apresentados à Companhia, com sugestões de aprimoramento dos apontamentos controles internos inerentes aos seguintes processos:

- Fragilidade no processo de conciliações contábeis e financeiras;
- Necessidade de atualização de políticas internas e elaboração de memorandos técnicos;
- Necessidade de aprimoramento na análise de demonstrações financeiras de empresas investidas e controles sobre ativos biológicos;
- Divergências entre saldos da ECF e saldos contábeis; e
- Crédito de insumos e análise de recuperabilidade de impostos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Dexco possui uma jornada de melhoria contínua de seu ambiente de controle. A companhia vem atuando fortemente na identificação e correção de possíveis fragilidades de controle, visando garantir as melhorias necessárias para mitigar impactos de seus processos críticos.

A Administração está comprometida com a constante revisão e aprimoramento dos processos e procedimentos existentes na Companhia, além da criação de normas e memorandos técnicos para promover o suporte necessário para execução dos processos internos. Visando garantir que os colaboradores executem suas atividades de maneira íntegra, rápida e eficiente, integrada com outras áreas e alinhadas tanto com as regulamentações e normas vigentes quanto com as expectativas e padrões de Dexco.

Com relação ao processo de contábeis e financeiros, a Dexco vem estruturando controles internos mais robustos de acompanhamento e validação das informações. Visando melhoria e redução de fragilidades nos processos de inventário e aferição de ativos imobilizados e biológicos, a empresa tem se dedicado a realizar análises mais detalhadas dos contratos de compra e custo de formação de floresta, além da aplicação de testes de *impairment* em marcas em desuso e unidades geradoras de caixas (UGCs) com o intuito de assegurar a contabilização precisas de seus ativos.

Desde 2021, a Dexco vem implantando melhorias do processo fiscal. Seguindo sua jornada de melhoria contínua, foi implantado em 2023 uma nova ferramenta para captura de notas fiscais eletrônicas, otimizando o processo de escrituração tempestiva de documentos fiscais e mantendo o compromisso de melhoria nos processos e mitigação de riscos. A ferramenta também auxilia nas questões relacionadas à provisão de tributos e análise de impostos diretos e indiretos, o que reflete em uma maior conformidade não apenas com a legislação brasileira, mas também um maior alinhamento com o escopo IFRS 16, além de fortalecimento da Governança e eficiência operacional.

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
 - i. *os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas*

A Dexco se preocupa em atuar com integridade e em conformidade com as legislações vigentes e boas práticas de governança corporativa. Como forma de combater possíveis fraudes ou ilícitos contra a Administração Pública, a Dexco possui e aplica os seguintes regramentos internos, todos disponíveis publicamente no site da Companhia (<https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>):

- Código de Conduta: em vigor desde 2008, estabelece os direitos e deveres dos administradores e colaboradores da Dexco e as regras para interação com seus públicos de relacionamento, em especial, neste caso, com o Poder Público. Neste documento também é institucionalizado o Programa de Integridade da Dexco. O Código de Conduta abrange diversos públicos de relacionamento, ajudando a entender as diferentes perspectivas: Acionistas e Investidores, Administradores e Colaboradores, Clientes e Consumidores, Concorrentes, Fornecedores, Comunidades e Poder Público. Este Código foi atualizado pela última vez em agosto de 2024.
- Código de Conduta do Fornecedor e demais Terceiros: estabelece direitos, deveres e condutas esperadas dos nossos fornecedores, prestadores de serviços e demais terceiros que eventualmente atuem com a Companhia, inclusive em relação a qualquer tipo de prática de corrupção, suborno, propina, favorecimento pessoal, fraude ou demais formas de atos ilícitos ou criminosos na sua cadeia produtiva. Este Código foi atualizado em set/2023 e disponibilizado ao público pelo site institucional da Dexco, além de incluso para consulta na plataforma digital de gestão de terceiros LEVEL.
- Política de Combate à Corrupção: em vigor desde 2015, traz os pilares que compõem o Programa de Integridade da Companhia, além dos princípios, obrigações, violações e penalidades para os administradores, colaboradores e, na medida do aplicável, aos clientes, fornecedores e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem em nome da Dexco perante a Administração Pública no âmbito comercial, administrativo ou judicial. Em 2022, esta Política foi atualizada para refletir as novas obrigações trazidas pelo Decreto Federal nº 11.129/2022, além de outros cuidados importantes envolvendo a interação com órgãos públicos. Esta Política foi atualizada pela última vez em agosto de 2024.
- Política de Auditoria Interna: estabelece diretrizes, regras básicas e procedimentos para a função de Auditoria Interna da Dexco e suas subsidiárias, cujo conteúdo também abrange a realização de investigações internas para apuração de denúncias que envolvem fraudes, corrupção e demais desvios. Esta Política foi atualizada em mar/2023.
- Política de Compliance e Canal de Denúncias: foi criada em 2020 e atualizada em nov/2023, oportunidade em que houve unificação dos normativos. Esta Política consolida traz os mecanismos, papéis e responsabilidades e procedimentos internos de Compliance e do Canal de Denúncias da Dexco.

Os mecanismos e procedimentos de promoção da ética da Dexco estão abarcados pelo Programa de Integridade, que atende às exigências da Lei e do Decreto Federal Anticorrupção (nº 12.846/2013 e nº 11.129/2022, respectivamente), cujo objetivo é consolidar as ações e os mecanismos de integridade e prevenção à corrupção adotados pela Companhia para preservar a nossa marca, contribuindo para uma atuação ética, transparente e sustentável com seus públicos de relacionamento. A estrutura de seu Programa de Integridade busca assegurar a prevenção e detecção de riscos de corrupção nas áreas que possuem interação direta ou indireta com autoridades públicas.

5.3 Programa de integridade

Em 2020, implementamos formalmente o Programa de Integridade na Companhia, que conta com 8 pilares: i) Comprometimento da Alta Administração; ii) Monitoramento e Reporte; iii) Conformidade Legal; iv) Políticas e Procedimentos; v) Treinamentos e Comunicação; vi) Riscos e Controles; vii) *Due-diligence*; viii) Canal de Denúncias e Medidas de remediação.

O referido Programa de Integridade segue as diretrizes apresentadas pela Diretoria e aprovadas pelo Conselho de Administração da Dexco, cujos objetivos centrais são:

- Zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Dexco.
- Apoiar as áreas de negócio na prevenção de riscos legais e implementação de controles.
- Conscientizar e orientar os colaboradores sobre temas envolvendo ética, conduta, *compliance* e governança.
- Gerir as políticas e outras normas internas que consolidam procedimentos e diretrizes da empresa.

A área de *Compliance* realiza a gestão do Programa de Integridade, porém outras estruturas auxiliam no cumprimento e monitoramento das ações, a exemplo de Riscos e Controles Internos, Auditoria Interna, Canal de Denúncias, Recursos Humanos, Jurídico, dentre outras. Todos os procedimentos de integridade estão sujeitos à Auditoria Interna da Companhia, para verificação da sua efetividade e aderência à Lei Anticorrupção, sempre que necessário.

Isto posto, a Dexco adota como mecanismos essenciais de integridade:

- A disponibilização de canal de denúncias externo seguro, confidencial e que assegure o anonimato e a não-retaliação ao denunciante de boa-fé, além da existência de mecanismos destinados à apuração interna, ao tratamento das denúncias e aplicação de medidas disciplinares, quando pertinente.
- O Código de Conduta e as Políticas de Integridade, a exemplo das Políticas de Compliance e Canal de Denúncias e de Combate à Corrupção, divulgadas a todos os colaboradores e disponíveis ao público.
- A divulgação de comunicados periódicos sobre temas de Governança, além da realização de treinamentos que abordam as principais diretrizes do Código de Conduta e outros temas relevantes de compliance aos funcionários da Companhia, de forma a conscientizar os colaboradores sobre a conduta íntegra.
- O mapeamento de eventuais conflitos de interesses entre colaboradores, fornecedores e demais parceiros.
- Os procedimentos de *due-diligence* prévios à contratação de terceiros e outros públicos de risco, a exemplo das análises reputacionais, além de verificações acerca de eventuais vulnerabilidades antes de realizar fusões e aquisições.
- A realização de procedimento formal de doações e de patrocínios com utilização de renúncia fiscal.
- A garantia da independência dos processos de gestão de riscos e controles internos, compliance, auditoria e ouvidoria.
- A matriz de riscos de compliance, definida conforme metodologia de gestão de riscos da Companhia, contemplando os principais fatores de riscos de compliance aos quais a empresa está sujeita. Esta matriz foi aprovada pelo Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos em 16.08.2022 e pela Comissão de Ética em 05.09.2022.

Conforme previsto na Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos, atualizada em mar/2023, os riscos são monitorados constantemente, assim como seus controles, e o Mapa de Riscos da Dexco é revisado, no mínimo, anualmente, a fim de identificar a necessidade de adoção de eventuais melhorias e/ou planos de ação. As políticas e procedimentos da Dexco são revisados conforme a necessidade de atualização dos processos e/ou data de vencimento do documento (Políticas e Regimentos – 3 anos e Normas Internas – 2 anos). A área de Compliance é responsável pelo monitoramento dos prazos de vencimento das Políticas e Normas e realiza o reporte semestral do status ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

Vale ressaltar que, como posicionamento institucional, a Dexco participa de uma série de compromissos públicos de fomento à integridade, como o Pacto Global da ONU, e o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos, além de participarmos do Grupo de Trabalho pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos.

5.3 Programa de integridade

Em 2023, a Dexco conquistou o Selo Pró-Ética, concedido pela Controladoria Geral da União, demonstrando a robustez do Programa de Integridade da Companhia e o seu compromisso na adoção de ações de prevenção e combate à corrupção e na manutenção de uma conduta empresarial ética e responsável.

Em evolução ao Mês do Compliance, realizado no ano anterior, em 2024 promovemos o Mês da Integridade, com a participação de diversas áreas da empresa, que se uniram para reforçar o debate e a conscientização de mais de 10 diferentes temas ao longo do período, a exemplo de prevenção ao assédio, ética e canal de denúncias, gerenciamento de riscos, antissuborno, concorrencial e antitruste, proteção de dados e AI, segurança da informação, entre outros. Duante o mês de agosto, foram mais de 3.495 presentes em palestras e treinamentos. Aos membros do Comitê Executivo (Presidência, Vice-Presidências e Diretorias) foram aplicados, por consultoria especializada, treinamentos presenciais sobre gestão de riscos e prevenção ao assédio. Ademais, foram aplicados treinamentos a públicos específicos, considerando o risco envolvido, como cipeiros e aos times das áreas de novos negócios, comercial, inovação e representantes em associações.

O tema anticorrupção foi abordado em treinamentos de integração aos novos colaboradores e no web-aula de ética e conduta, divulgado em setembro de 2024 a todos os colaboradores e disponível na plataforma de educação UniDexco, contendo diretrizes de ética e conduta, antissuborno, prevenção ao assédio, regras para negociação de ações, conflito de interesses, entre outros. Ao público da operação, foi aplicada multiplicação do conteúdo de ética e conduta via gestores e instrutores de treinamentos.

A cada dois anos, o Programa de Integridade é submetido à realização de assessment externo, conduzido por empresa independente e especializada no mercado, a fim de avaliar nossas ações e o nível de maturidade em comparação com o mercado e as boas práticas de Governança. Em 2024, obtivemos aderência de 89,9% aos critérios avaliados para o Programa de Integridade.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Conforme estabelecido nas Políticas de *Compliance* e Canal de Denúncias, Combate à Corrupção e demais normas da Companhia, constituem a estrutura de combate à corrupção e de integridade corporativa da Dexco, juntamente com todos os níveis executivos da Companhia:

- Compliance, vinculada à Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, é responsável por instituir e zelar pelo Programa de Integridade e pelo Código de Conduta, conscientizar os colaboradores sobre temas de integridade e conformidade, a exemplo de práticas anticorrupção, realizar análises reputacionais de terceiros, avaliar eventuais conflitos de interesses e monitorar riscos de *compliance*. Também é a área responsável pela gestão do Canal de Denúncias da Companhia, destinado para comunicar situações que estejam em desacordo com o Código de Conduta, demais políticas e normas internas da Dexco e/ou ao descumprimento de legislações e prática de atos ilícitos, inclusive os previstos no escopo da Lei Anticorrupção.
- Grupo Técnico de Ética: é responsável por identificar/receber e levar os assuntos para deliberação, com a devida recomendação, objetivando consolidar o posicionamento da Dexco sobre os temas de ética e de necessidade corporativa, composto por membros efetivos das áreas: *Compliance*, Gente, Jurídico e Relações Trabalhistas, além de outros convidados quando pertinente.
- Comissão de Ética, formado pela Presidência e membros da Diretoria, é responsável por estabelecer as diretrizes estratégicas do Programa de Integridade e do sistema de combate à corrupção da Companhia, além de deliberar e decidir a respeito de situações que envolvam a prática de desvios de conduta, após apurações internas.
- Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, responsável por receber o reporte das atividades das áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e Gestão de Riscos e Compliance, de forma a assessorar o Conselho de Administração (i) na supervisão dos controles internos, em conformidade com leis, regulamentos e normativos internos, e (ii) no gerenciamento dos riscos inerentes às atividades da Companhia e de suas controladas. A maioria de seus membros são membros independentes, inclusive em sua presidência.
- Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, responsável, dentre outras, por garantir a supremacia da ética na Companhia e assegurar o aconselhamento e a tomada de decisão em questões éticas relevantes, assessorando o Conselho de Administração na condução dos

5.3 Programa de integridade

negócios. Este Comitê é presidido por membro independente para assegurar a imparcialidade dos processos e decisões que tramitem em seu âmbito.

- Conselho de Administração, responsável, entre outras atribuições, pela decisão sobre questões estratégicas, zelando pela perenidade da Companhia, com uma perspectiva de longo prazo e de sustentabilidade, que incorpore considerações de ordem econômica, social, ambiental e de boa governança corporativa.

Adicionalmente, a Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance garante a sua independência com reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e hierárquico à Presidência da Dexco.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados; e as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Código de Conduta da Dexco traz diretrizes e regras de conduta aplicáveis a todos os seus administradores e colaboradores, o que inclui proibição à discriminação, ao assédio, a formas indevidas de trabalho, ao suborno, à fraude e a outras formas de favorecimento, conflito de interesses, dentre outros. O não cumprimento ou a violação das premissas existentes no Código pode implicar em sanções administrativas, conforme descrito na NO.44 Aplicação de Medidas Disciplinares, as quais são recomendadas e aplicadas a depender da gravidade do descumprimento ou do ato praticado, podendo chegar ao desligamento de um colaborador ou à rescisão contratual, em caso de empresas contratadas, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis. O Código de Conduta está disponível publicamente no site da Companhia (<https://www.dex.co/esg/etica/>).

Adicionalmente, a Dexco possui um Código de Conduta aplicável aos fornecedores e demais terceiros contendo os valores e diretrizes que devem ser seguidos por este público, compromisso este firmado via cláusula contratual. Este documento também se encontra disponível publicamente pelo site da Companhia (<https://www.dex.co/fornecedores/guia/>). Conforme previsão no próprio Código, descumprimentos às suas diretrizes estão sujeitos à aplicação de medidas disciplinares e/ou judiciais.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta da Companhia é aprovado por várias instâncias da Alta Administração (Comitê Executivo, Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos e Conselho de Administração), sendo a sua última versão aprovada em agosto de 2024. O Código de Conduta é entregue a todos os colaboradores no momento da admissão e está disponível publicamente no site da Companhia (<https://www.dex.co/esg/etica/>) para consulta.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; e

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

A Companhia possui, desde 2012, Canal para recebimento de denúncias, inclusive de forma anônima e sigilosa, acessível por telefone, site e e-mail, disponível para o público interno e externo. Em linha com as melhores práticas, o canal atua de forma isenta e independente, sendo que o anonimato do denunciante é assegurado e o denunciante de boa-fé é sempre protegido contra retaliações. As diretrizes relacionadas ao Canal estão previstas na Política de Compliance e Canal de Denúncias.

As denúncias são recebidas por uma empresa independente e especializada, responsável pela triagem, registro e encaminhamento da denúncia à área de Compliance, assegurando sigilo e tratamento adequado para cada situação.

Em 2024, reforçamos a conscientização sobre o funcionamento e a importância do Canal de Denúncias entre nossos colaboradores, por meio de diferentes atividades ao longo do ano e, principalmente, durante o Mês da Integridade.

5.3 Programa de integridade

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Todas as denúncias são devidamente apuradas pela área de Compliance e tratadas sob o mais alto nível de sigilo e, caso pertinente, os infratores estarão sujeitos à aplicação de medidas disciplinares e judiciais, conforme previsto na Norma de Aplicação de Medidas Disciplinares (NO.44), e planos de ação podem ser recomendados, visando a tempestiva interrupção das irregularidades encontradas.

Sempre que necessário, denúncias críticas envolvendo desvios éticos e de conduta, conflitos de interesses e demais violações ao Código de Conduta podem ser submetidas à Comissão de Ética para deliberação e eventual aplicação das medidas pertinentes ou, se envolver membro da Alta Administração, pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação. Os trabalhos são reportados periodicamente à Alta Administração por meio da Comissão de Ética e do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos.

Informações adicionais sobre o Canal de Denúncias podem ser adquiridas por meio do site <https://www.canalconfidencial.com.br/dexco/>.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não foram registrados, nos últimos três exercícios sociais, casos confirmados de corrupção, desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, uma vez que a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não foram detectadas, no último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou na Política do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos vigente.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia não possui outras informações que julgue relevante a ser disponibilizada.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO						
066.530.838-88	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
6.012.228	0,733	0	0,000	6.012.228	0,733	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ALFREDO EGYDIO SETUBAL						
014.414.218-07	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
304.717	0,037	0	0,000	304.717	0,037	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA						
066.530.828-06	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
6.011.057	0,733	0	0,000	6.011.057	0,733	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ANDREA LASERNA SEIBEL						
140.725.018-32	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
9.597.627	1,170	0	0,000	9.597.627	1,170	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CAROLINA MARINHO LUTZ SETUBAL						
077.540.228-18	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
11.607	0,001	0	0,000	11.607	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DANIELA LASERNA SEIBEL						
221.998.868-67	Brasil	Sim	Sim	02/09/2024		
Não						
9.597.627	1,170	0	0,000	9.597.627	1,170	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FIA Jequitibá						
38.658.204/0001-97	Brasil	Sim	Sim	17/03/2023		
Não						
83.705.922	10,201	0	0,000	83.705.922	10,201	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
GUILHERME SETUBAL SOUZA E SILVA						
269.253.728-92	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
301.478	0,037	0	0,000	301.478	0,037	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Itaúsa S.A						
61.532.644/0001-15	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
305.897.334	37,279	0	0,000	305.897.334	37,279	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL						
011.785.508-18	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
443.613	0,054	0	0,000	443.613	0,054	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JULIA GUIDON SETUBAL WINANDY						
336.694.358-08	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
11.607	0,001	0	0,000	11.607	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LIGNA II FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES						
53.294.108/0001-09	Brasil	Sim	Sim	16/02/2024		
Não						
5.228.146	0,637	0	0,000	5.228.146	0,637	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OE Setubal S.A.						
61.074.456/0001-90	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
3.885	0,000	0	0,000	3.885	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OES Participações S.A.						
07.594.905/0001-86	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
3.056.871	0,373	0	0,000	3.056.871	0,373	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR						
006.447.048-29	Brasil	Não	Sim	21/12/2022		
Não						
509.185	0,062	0	0,000	509.185	0,062	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PAULO EGYDIO SETUBAL						
336.694.318-10	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
11.607	0,001	0	0,000	11.607	0,001	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PSN Participações Ltda.						
71.735.104/0001-92	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
23.765	0,003	0	0,000	23.765	0,003	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RICARDO EGYDIO SETUBAL						
033.033.518-99	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
301.485	0,037	0	0,000	301.485	0,037	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RICARDO VILLELA MARINO						
252.398.288-90	Brasil	Sim	Não	21/12/2022		
Não						
5.753.203	0,701	0	0,000	5.753.203	0,701	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO EGYDIO SETUBAL						
007.738.228-52	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
301.478	0,037	0	0,000	301.478	0,037	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODOLFO VILLELA MARINO						
271.943.018-81	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
5.753.199	0,701	0	0,000	5.753.199	0,701	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rudric ITH Participações Ltda						
67.569.061/0001-45	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
113.828	0,014	0	0,000	113.828	0,014	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SALO DAVI SEIBEL						
047.345.997-34	Brasil	Não	Sim	02/09/2024		
Não						
59.282.522	7,225	0	0,000	59.282.522	7,225	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Tide Participações Ltda.						
44.392.785/0001-60	Brasil	Sim	Sim	21/12/2022		
Não						
1.537	0,000	0	0,000	1.537	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
11.855.381	1,445	0	0,000	11.855.381	1,445	
OUTROS						
306.475.337	37,349	0	0,000	306.475.337	37,349	
TOTAL						
820.566.246	100,000	0	0,000	820.566.246	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FIA Jequitibá				38.658.204/0001-97		
Fundo de Investimento em Ações Veritas – Investimentos no Exterior						
10.918.523/0001-75	Brasil	Sim	Não	08/02/2024		
Não						
83.705.922	100,000	0	0,000	83.705.922	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
83.705.922	100,000	0	0,000	83.705.922	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Itaúsa S.A				61.532.644/0001-15		
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO						
066.530.838-88	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
483.333.114	12,793	283.409.975	3,928	766.743.089	6,974	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ALFREDO EGYDIO NUGENT SETUBAL						
407.919.708-09	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
2.720	0,000	276	0,000	2.996	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ALFREDO EGYDIO SETUBAL						
014.414.218-07	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
135.428.159	3,585	54.148.287	0,750	189.576.446	1,724	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Itaúsa S.A			61.532.644/0001-15		
ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA					
066.530.828-06	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025	
Não					
483.333.078	12,793	264.393.833	3,664	747.726.911	6,801
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BEATRIZ DE MATTOS SETUBAL					
316.394.318-70	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025	
Não					
8.788.102	0,233	391.355	0,005	9.179.457	0,083
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BlackRock Inc.					
00.000.000/0000-00	Estados Unidos	Não	Não	02/05/2025	
Sim	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Jurídica	33.868.597/0001-40	
0	0,000	361.049.971	5,004	361.049.971	3,284
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Itaúsa S.A				61.532.644/0001-15		
BRUNO RIZZO SETUBAL						
299.133.368-56	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
40.959.536	1,084	97.472	0,001	41.057.008	0,373	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CAMILA SETUBAL LENZ CESAR						
350.572.098-41	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
40.959.537	1,084	100.349	0,001	41.059.886	0,373	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CAROLINA MARINHO LUTZ SETUBAL						
077.540.228-18	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
51.421.530	1,361	17.655.492	0,245	69.077.022	0,628	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A				61.532.644/0001-15	
Companhia ESA					
52.117.397/0001-08	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025	
Não					
34.363.487	0,910	292.862	0,004	34.656.349	0,315
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FERNANDO SETUBAL SOUZA E SILVA					
311.798.878-59	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025	
Não					
27.964.891	0,740	13.794.279	0,191	41.759.170	0,380
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Fundação Antonio e Helena Zerrener Instituição Nacional de Beneficência					
60.480.480/0001-67	Brasil	Sim	Não	29/05/2025	
Não					
581.825.725	15,400	146.466.917	2,030	728.292.642	6,625
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Itaúsa S.A			61.532.644/0001-15		
FUNDAÇÃO ITAÚ					
59.573.030/0001-30	Brasil	Não	Não	04/12/2024	
Não					
429.996.161	11,381	52.811.594	0,732	482.807.755	4,392
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GABRIEL DE MATTOS SETUBAL					
348.338.808-73	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025	
Não					
8.788.102	0,233	391.355	0,005	9.179.457	0,083
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GUILHERME SETUBAL SOUZA E SILVA					
269.253.728-92	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025	
Não					
27.965.030	0,740	13.030.265	0,181	40.995.295	0,373
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Itaúsa S.A			61.532.644/0001-15		
JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL					
011.785.508-18	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025	
Não					
109.007.641	2,885	51.963.619	0,720	160.971.260	1,464
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JULIA GUIDON SETUBAL WINANDY					
336.694.358-08	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025	
Não					
51.421.530	1,361	17.655.492	0,245	69.077.022	0,628
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
LUIZA RIZZO SETUBAL KAIRALLA					
323.461.948-40	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025	
Não					
40.959.542	1,084	109.200	0,002	41.068.742	0,374
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Itaúsa S.A				61.532.644/0001-15		
MARCELO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL						
230.936.378-21	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
2.761	0,000	381.724	0,005	384.485	0,003	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARIANA LUCAS SETUBAL						
227.809.998-10	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
32.209.962	0,853	12.030.570	0,167	44.240.532	0,402	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARINA NUGENT SETUBAL						
384.422.518-80	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
2.720	0,000	276	0,000	2.996	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Itaúsa S.A				61.532.644/0001-15		
OLAVO EGYDIO MUTARELLI SETUBAL						
394.635.348-73	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
8.788.102	0,233	391.355	0,005	9.179.457	0,083	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR						
006.447.048-29	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
13.710.477	0,363	55.261.510	0,766	68.971.987	0,627	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PATRICIA RIBEIRO DO VALLE SETUBAL						
230.936.328-62	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
2.761	0,000	381.724	0,005	384.485	0,003	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Itaúsa S.A				61.532.644/0001-15		
PAULA LUCAS SETUBAL						
295.243.528-69	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
32.209.962	0,853	12.030.570	0,167	44.240.532	0,402	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PAULO EGYDIO SETUBAL						
336.694.318-10	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
51.421.530	1,361	17.655.492	0,245	69.077.022	0,628	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PAULO SETUBAL NETO						
638.097.888-72	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
41.295	0,001	517.984	0,007	559.279	0,005	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Itaúsa S.A				61.532.644/0001-15		
RICARDO EGYDIO SETUBAL						
033.033.518-99	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
135.366.135	3,583	54.644.088	0,757	190.010.223	1,728	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RICARDO VILLELA MARINO						
252.398.288-90	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
241.940.736	6,404	187.614.375	2,600	429.555.111	3,907	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO EGYDIO SETUBAL						
007.738.228-52	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
71.637.561	1,896	27.271.077	0,378	98.908.638	0,900	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Itaúsa S.A				61.532.644/0001-15		
RODOLFO VILLELA MARINO						
271.943.018-81	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
242.012.549	6,406	187.731.924	2,602	429.744.473	3,909	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODRIGO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL						
230.936.298-02	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
2.761	0,000	355.627	0,005	358.388	0,003	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Rudric ITH Participações Ltda						
67.569.061/0001-45	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
3.156.066	0,084	2.501.468	0,035	5.657.534	0,051	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Itaúsa S.A				61.532.644/0001-15		
TIDE SETUBAL SOUZA E SILVA NOGUEIRA						
296.682.978-81	Brasil	Sim	Sim	29/05/2025		
Não						
27.965.465	0,740	14.542.859	0,202	42.508.324	0,387	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	2.574.310	0,036	2.574.310	0,023	
OUTROS						
361.083.833	9,557	5.362.088.546	74,311	5.723.172.379	52,058	
TOTAL						
3.778.072.561	100,000	7.215.738.072	100,000	10.993.810.633	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LIGNA II FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES				53.294.108/0001-09		
SALO DAVI SEIBEL						
047.345.997-34	Brasil	Sim	Sim	19/04/2024		
Não						
380	100,000	0	0,000	380	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
380	100,000	0	0,000	380	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OE Setubal S.A.				61.074.456/0001-90		
ALFREDO EGYDIO SETUBAL						
014.414.218-07	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017		
Não						
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL						
011.785.508-18	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017		
Não						
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARIA ALICE SETUBAL						
570.405.408-00	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017		
Não						
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OE Setubal S.A.				61.074.456/0001-90		
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR						
006.447.048-29	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017		
Não						
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PAULO SETUBAL NETO						
638.097.888-72	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017		
Não						
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RICARDO EGYDIO SETUBAL						
033.033.518-99	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017		
Não						
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OE Setubal S.A.				61.074.456/0001-90		
ROBERTO EGYDIO SETUBAL						
007.738.228-52	Brasil	Sim	Sim	28/04/2017		
Não						
100.000	14,286	0	0,000	100.000	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
700.000	100,000	0	0,000	700.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OES Participações S.A.				07.594.905/0001-86		
ALFREDO EGYDIO NUGENT SETUBAL						
407.919.708-09	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
2.684	0,000	0	0,000	2.684	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ALFREDO EGYDIO SETUBAL						
014.414.218-07	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
133.551.996	14,768	0	0,000	133.551.996	14,768	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BEATRIZ DE MATTOS SETUBAL						
316.394.318-70	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
8.666.363	0,958	0	0,000	8.666.363	0,958	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OES Participações S.A.				07.594.905/0001-86		
BRUNO RIZZO SETUBAL						
299.133.368-56	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
40.392.109	4,467	0	0,000	40.392.109	4,467	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CAMILA SETUBAL LENZ CESAR						
350.572.098-41	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
40.392.110	4,467	0	0,000	40.392.110	4,467	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CAROLINA MARINHO LUTZ SETUBAL						
077.540.228-18	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
50.709.163	5,607	0	0,000	50.709.163	5,607	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
OES Participações S.A.			07.594.905/0001-86		
FERNANDO SETUBAL SOUZA E SILVA					
311.798.878-59	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024	
Não					
27.577.482	3,050	0	0,000	27.577.482	3,050
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GABRIEL DE MATTOS SETUBAL					
348.338.808-73	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024	
Não					
8.666.363	0,958	0	0,000	8.666.363	0,958
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GUILHERME SETUBAL SOUZA E SILVA					
269.253.728-92	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024	
Não					
27.577.620	3,050	0	0,000	27.577.620	3,050
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
OES Participações S.A.			07.594.905/0001-86		
JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL					
011.785.508-18	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024	
Não					
107.497.497	11,887	0	0,000	107.497.497	11,887
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JULIA GUIDON SETUBAL WINANDY					
336.694.358-08	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024	
Não					
50.709.163	5,607	0	0,000	50.709.163	5,607
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
LUIZA RIZZO SETUBAL KAIRALLA					
323.461.948-40	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024	
Não					
40.392.116	4,467	0	0,000	40.392.116	4,467
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OES Participações S.A.				07.594.905/0001-86		
MARCELO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL						
230.936.378-21	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
2.724	0,000	0	0,000	2.724	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARIANA LUCAS SETUBAL						
227.809.998-10	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
32.023.315	3,541	0	0,000	32.023.315	3,541	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARINA NUGENT SETUBAL						
384.422.518-80	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
2.684	0,000	0	0,000	2.684	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OES Participações S.A.				07.594.905/0001-86		
OLAVO EGYDIO MUTARELLI SETUBAL						
394.635.348-73	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
8.666.363	0,958	0	0,000	8.666.363	0,958	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR						
006.447.048-29	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
13.520.543	1,495	0	0,000	13.520.543	1,495	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PATRICIA RIBEIRO DO VALLE SETUBAL						
230.936.328-62	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
2.724	0,000	0	0,000	2.724	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OES Participações S.A.				07.594.905/0001-86		
PAULA LUCAS SETUBAL						
295.243.528-69	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
32.023.315	3,541	0	0,000	32.023.315	3,541	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PAULO EGYDIO SETUBAL						
336.694.318-10	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
50.709.163	5,607	0	0,000	50.709.163	5,607	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PAULO SETUBAL NETO						
638.097.888-72	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
40.724	0,005	0	0,000	40.724	0,005	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OES Participações S.A.				07.594.905/0001-86		
RICARDO EGYDIO SETUBAL						
033.033.518-99	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
133.490.831	14,761	0	0,000	133.490.831	14,761	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO EGYDIO SETUBAL						
007.738.228-52	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
70.125.984	7,755	0	0,000	70.125.984	7,755	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODRIGO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL						
230.936.298-02	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
2.724	0,000	0	0,000	2.724	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OES Participações S.A.				07.594.905/0001-86		
TIDE SETUBAL SOUZA E SILVA NOGUEIRA						
296.682.978-81	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
27.578.048	3,050	0	0,000	27.578.048	3,050	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
904.323.808	100,000	0	0,000	904.323.808	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PSN Participações Ltda.				71.735.104/0001-92		
PAULO SETUBAL NETO						
638.097.888-72	Brasil	Não	Sim	23/12/2021		
Não						
374.041	100,000	0	0,000	374.041	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO EGYDIO SETUBAL						
007.738.228-52	Brasil	Não	Não	23/12/2021		
Não						
1	0,000	0	0,000	1	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PSN Participações Ltda.				71.735.104/0001-92		
374.042	100,000	0	0,000	374.042	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rudric ITH Participações Ltda				67.569.061/0001-45		
RICARDO VILLELA MARINO						
252.398.288-90	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODOLFO VILLELA MARINO						
271.943.018-81	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rudric ITH Participações Ltda				67.569.061/0001-45		
75.015.448	100,000	0	0,000	75.015.448	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Tide Participações Ltda.				44.392.785/0001-60		
PAULO SETUBAL NETO						
638.097.888-72	Brasil	Não	Sim	20/07/2015		
Não						
1.399.965	99,998	0	0,000	1.399.965	99,998	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO EGYDIO SETUBAL						
007.738.228-52	Brasil	Não	Não	20/07/2015		
Não						
35	0,002	0	0,000	35	0,002	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Tide Participações Ltda.				44.392.785/0001-60		
1.400.000	100,000	0	0,000	1.400.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO						
066.530.838-88	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
476.637.215	20,387	0	0,000	476.637.215	20,387	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ALFREDO EGYDIO NUGENT SETUBAL						
407.919.708-09	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
2.684	0,000	0	0,000	2.684	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ALFREDO EGYDIO SETUBAL						
014.414.218-07	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
133.551.996	5,712	0	0,000	133.551.996	5,712	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA						
066.530.828-06	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
476.637.180	20,387	0	0,000	476.637.180	20,387	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BEATRIZ DE MATTOS SETUBAL						
316.394.318-70	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
7.116.363	0,304	0	0,000	7.116.363	0,304	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BRUNO RIZZO SETUBAL						
299.133.368-56	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
40.392.109	1,728	0	0,000	40.392.109	1,728	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
CAMILA SETUBAL LENZ CESAR						
350.572.098-41	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
40.392.110	1,728	0	0,000	40.392.110	1,728	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CAROLINA MARINHO LUTZ SETUBAL						
077.540.228-18	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
50.709.163	2,169	0	0,000	50.709.163	2,169	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FERNANDO SETUBAL SOUZA E SILVA						
311.798.878-59	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
27.577.482	1,180	0	0,000	27.577.482	1,180	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
GABRIEL DE MATTOS SETUBAL						
348.338.808-73	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
7.116.363	0,304	0	0,000	7.116.363	0,304	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
GUILHERME SETUBAL SOUZA E SILVA						
269.253.728-92	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
27.577.620	1,180	0	0,000	27.577.620	1,180	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL						
011.785.508-18	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
112.147.497	4,797	0	0,000	112.147.497	4,797	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
JULIA GUIDON SETUBAL WINANDY						
336.694.358-08	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
50.709.163	2,169	0	0,000	50.709.163	2,169	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LUIZA RIZZO SETUBAL KAIRALLA						
323.461.948-40	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
40.392.116	1,728	0	0,000	40.392.116	1,728	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARCELO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL						
230.936.378-21	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
2.724	0,000	0	0,000	2.724	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
MARIANA LUCAS SETUBAL						
227.809.998-10	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
32.023.315	1,370	0	0,000	32.023.315	1,370	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARINA NUGENT SETUBAL						
384.422.518-80	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
2.684	0,000	0	0,000	2.684	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
OLAVO EGYDIO MUTARELLI SETUBAL						
394.635.348-73	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
7.116.363	0,304	0	0,000	7.116.363	0,304	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR						
006.447.048-29	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
13.520.543	0,578	0	0,000	13.520.543	0,578	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PATRICIA RIBEIRO DO VALLE SETUBAL						
230.936.328-62	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
2.724	0,000	0	0,000	2.724	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PAULA LUCAS SETUBAL						
295.243.528-69	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
32.023.315	1,370	0	0,000	32.023.315	1,370	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
PAULO EGYDIO SETUBAL						
336.694.318-10	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
50.709.163	2,169	0	0,000	50.709.163	2,169	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PAULO SETUBAL NETO						
638.097.888-72	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
40.724	0,002	0	0,000	40.724	0,002	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RICARDO EGYDIO SETUBAL						
033.033.518-99	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
133.490.831	5,710	0	0,000	133.490.831	5,710	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
RICARDO VILLELA MARINO						
252.398.288-90	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
238.588.990	10,205	0	0,000	238.588.990	10,205	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROBERTO EGYDIO SETUBAL						
007.738.228-52	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
70.125.984	2,999	0	0,000	70.125.984	2,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODOLFO VILLELA MARINO						
271.943.018-81	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
238.659.807	10,208	0	0,000	238.659.807	10,208	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
RODRIGO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL						
230.936.298-02	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
2.724	0,000	0	0,000	2.724	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Rudric ITH Participações Ltda						
67.569.061/0001-45	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
3.112.345	0,133	0	0,000	3.112.345	0,133	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
TIDE SETUBAL SOUZA E SILVA NOGUEIRA						
296.682.978-81	Brasil	Sim	Sim	12/12/2024		
Não						
27.578.048	1,180	0	0,000	27.578.048	1,180	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia ESA				52.117.397/0001-08		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.337.959.345	100,000	0	0,000	2.337.959.345	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundo de Investimento em Ações Veritas – Investimentos no Exterior				10.918.523/0001-75		
ALEX LASERNA SEIBEL						
356.849.588-00	Brasil	Sim	Sim	08/02/2024		
Não						
168.372.256	29,651	0	0,000	168.372.256	29,651	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
HÉLIO SEIBEL						
533.792.848-15	Brasil	Sim	Sim	29/06/2023		
Não						
399.483.334	70,349	0	0,000	399.483.334	70,349	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundo de Investimento em Ações Veritas – Investimentos no Exterior				10.918.523/0001-75		
567.855.590	100,000	0	0,000	567.855.590	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rudric ITH Participações Ltda				67.569.061/0001-45		
RICARDO VILLELA MARINO						
252.398.288-90	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODOLFO VILLELA MARINO						
271.943.018-81	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rudric ITH Participações Ltda				67.569.061/0001-45		
75.015.448	100,000	0	0,000	75.015.448	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Rudric ITH Participações Ltda				67.569.061/0001-45		
RICARDO VILLELA MARINO						
252.398.288-90	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODOLFO VILLELA MARINO						
271.943.018-81	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Rudric ITH Participações Ltda				67.569.061/0001-45	
75.015.448	100,000	0	0,000	75.015.448	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	18.556
Quantidade acionistas pessoa jurídica	101
Quantidade investidores institucionais	341

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	300.682.023	36,643%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	300.682.023	36,643%

6.4 Participação em sociedades

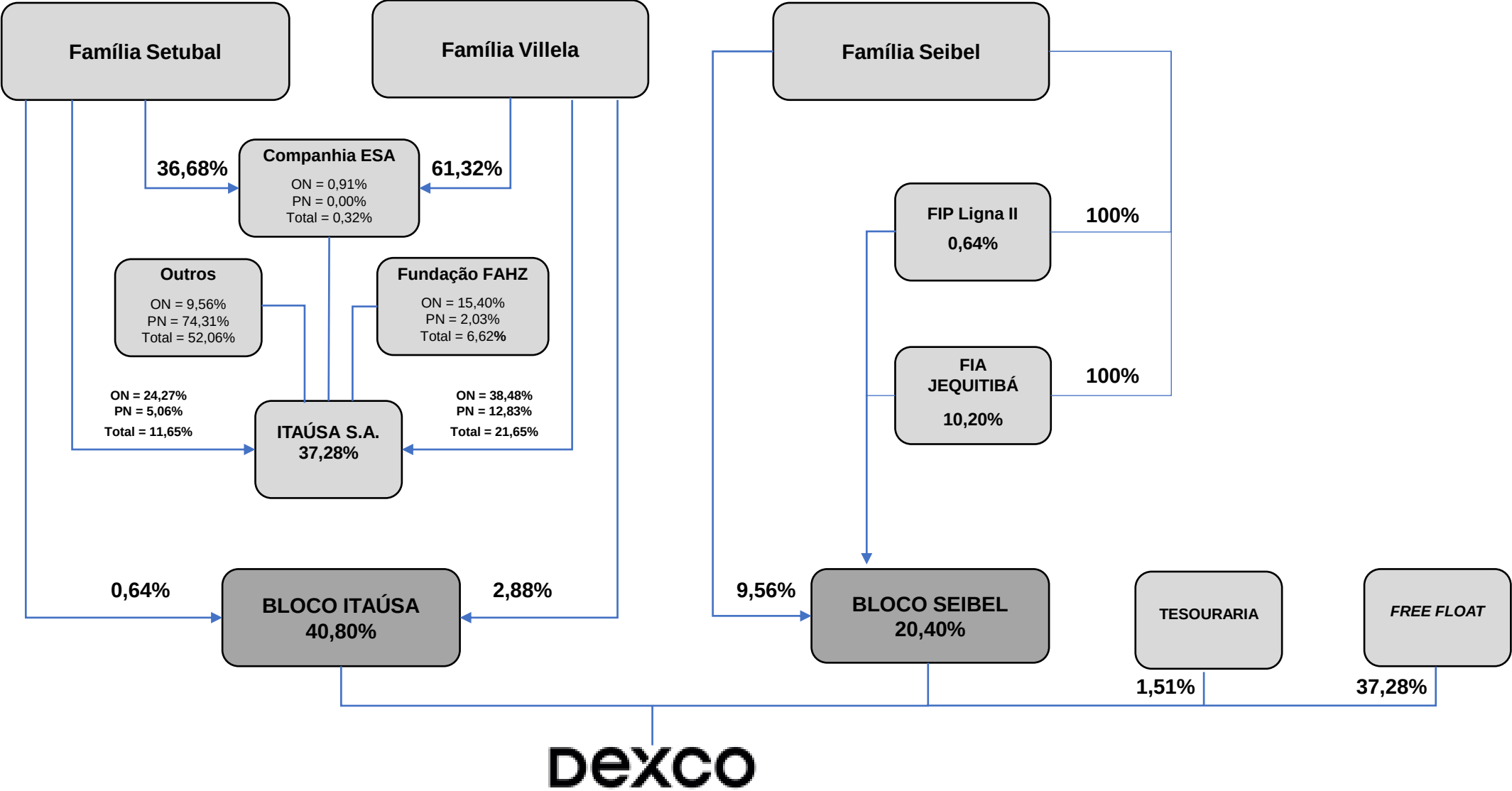
Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ABC ATACADO BRASILEIRO DA CONSTRUÇÃO S.A. (DENOMINAÇÃO SOCIAL: MYSA S.A.)	38.542.718/0001-82	10
CAETEX FLORESTAL S.A	18.842.121/0001-46	60
CASTELATTO	05.152.138/0001-20	100
DEXCO COLOMBIA S.A. (ATUAL DENOMINAÇÃO DA TABLEMAC S.A. NA COLÔMBIA)	00.000.000/0000-00	100
Dexco Comércio de Produtos para Construção S.A.	17.856.628/0001-96	99,9991
Dexco Empreendimentos Ltda	44.367.258/0001-04	99,9997
DEXCO HYDRA CORONA SISTEMAS DE AQUECIMENTO DE ÁGUA LTDA	62.032.180/0001-40	99,999999
DEXCO LORENA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	54.936.545/0001-33	100
DEXCO PDX SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA. (CONTROLADA INDIRETAMENTE)	51.272.143/0001-93	100
DEXCO ZONA FRANCA S.A.S (ANTIGA TABLEMAC MDF S.A.S) (CONTROLADA INDIRETAMENTE)	00.000.000/0000-00	100
DURATEX EUROPE	00.000.000/0000-00	99,9979
Duratex Florestal Ltda	43.059.559/0001-08	100
DURATEX NORTH AMERICA,INC	00.000.000/0000-00	100
DURATEX SPE S.A.	56.971.678/0001-76	49,9999

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
DX STORE S.A. (TRENTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.)	16.564.523/0001-09	100
DX VENTURES FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR	42.427.932/0001-65	100
Estrela do Sul Participações Ltda.	02.337.290/0001-99	99,9916
FORESTAL RIO GRANDE S.A.S.	00.000.000/0000-00	100
GRIFERIA SUR S.A.	00.000.000/0000-00	14,47
LD Celulose S.A.	29.627.430/0001-10	49
LD Florestal S.A.	29.640.008/0001-02	50

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

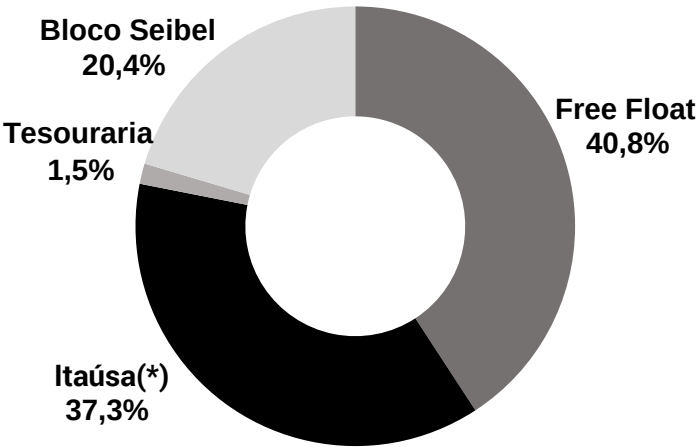
6.5 (a) todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações



6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 (b) (c) (d) (e) Organograma dos acionistas do emissor

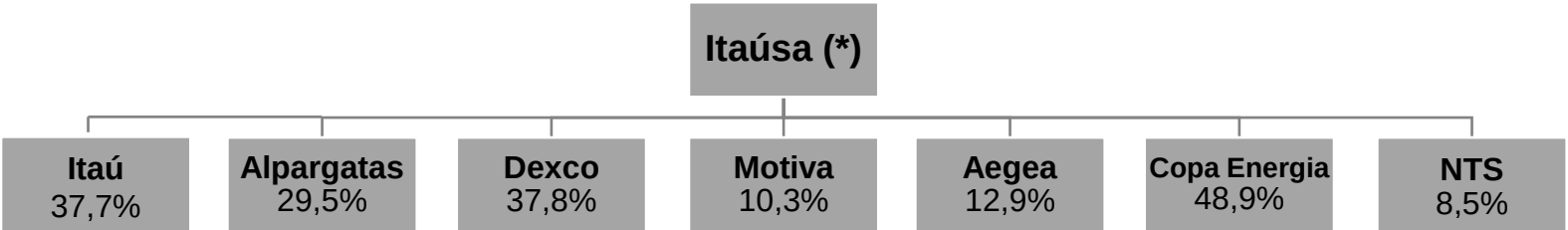
Composição Acionária Dexco



■ Itaúsa (*) ■ Free Float ■ Tesouraria ■ Bloco Seibel

(*) Inclui informações das Famílias.

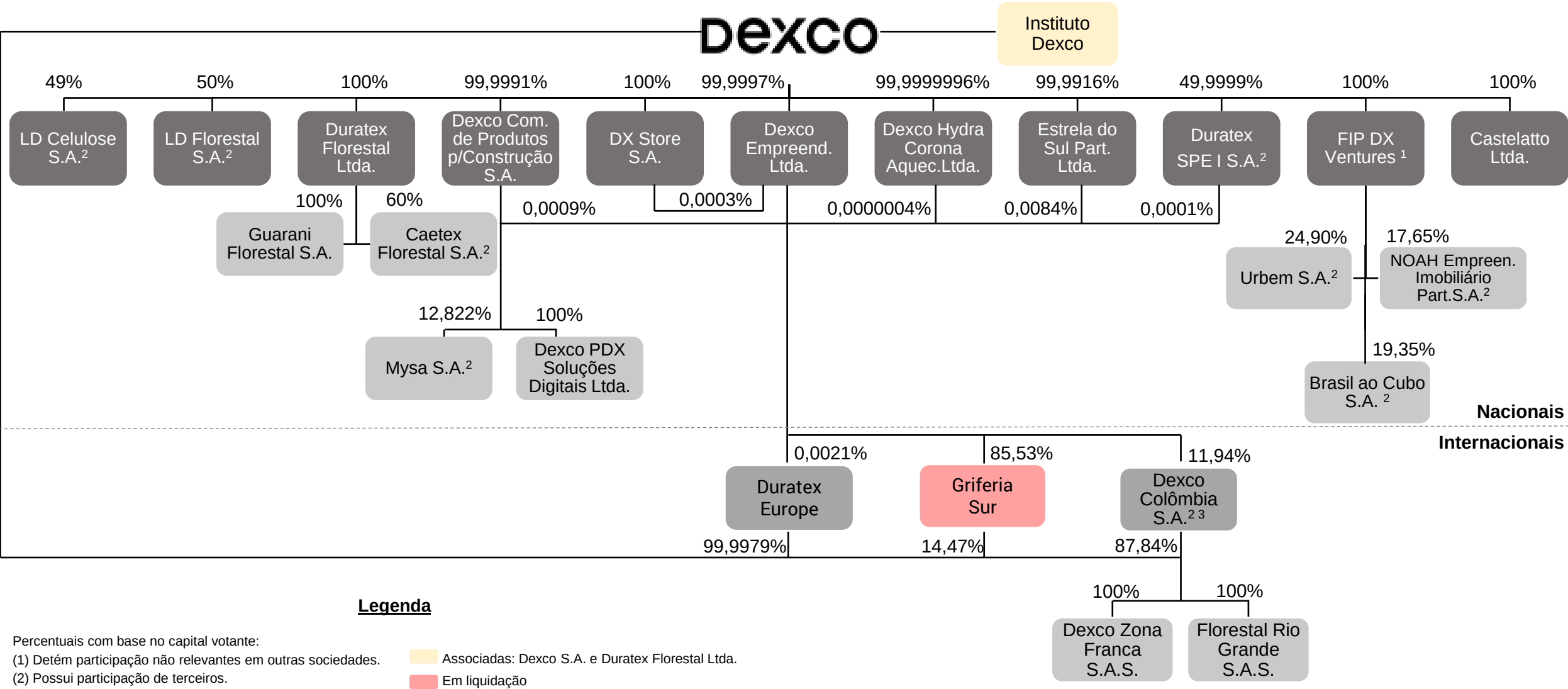
Organograma do Grupo Econômico Itaúsa



(*) Família Egydio de Souza Aranha (composta por integrantes das Famílias Setubal e Villela).

- 38,68% Família Setubal
- 61,32% Família Villela

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

A Companhia informa que a Duratex North America ("DNA"), anteriormente considerada em sua estrutura de controladas, teve sua liquidação aprovada em reunião do conselho da DNA realizada em 17 de dezembro de 2024, com o respectivo registro do ato. Em razão disso, a DNA deixou de constar no organograma apresentado no item 6.5. Ainda assim, a unidade segue referenciada em demonstrações financeiras recentes em função de crédito tributário a ser restituído à entidade pela autoridade tributária local, o que justifica sua menção nos documentos contábeis auditados.

Adicionalmente, no que se refere ao item 6.3, esclarecemos que a apuração da quantidade de investidores, segmentada por perfil, tem como base as informações disponibilizadas no portal do Itaú Escriturador.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

- a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

A Companhia possui a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária ("Política de Indicação"), aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de novembro de 2021 e atualizada em 28 de maio de 2025, disponível para consulta pública no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>), bem como nos sites da B3 (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Em atendimento às orientações constantes do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP e da Resolução CVM nº 80/22, a referida política contempla expressamente critérios relacionados à diversidade, aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como à avaliação de desempenho dos administradores.

A referida Política estabelece os princípios e critérios que regem a indicação e o preenchimento de cargos na administração da Companhia, de forma a assegurar uma composição equilibrada, diversificada e qualificada dos seus órgãos de governança. Seu objetivo é garantir que os processos de indicação de administradores estejam alinhados à estratégia da Companhia, às melhores práticas de governança corporativa e aos princípios de responsabilidade ambiental, social e de governança (ESG).

Nos termos da Política de Indicação, do Regimento Interno do Conselho de Administração e da legislação aplicável, as principais características que orientam o processo de indicação incluem:

- **Diversidade de perfis e experiências**, considerando critérios como gênero, orientação sexual, faixa etária, pessoas com deficiência e aspectos culturais, bem como a complementaridade de competências técnicas, profissionais e acadêmicas;
- **Alinhamento com os valores e a cultura corporativa da Companhia**, com foco em ética, integridade e responsabilidade socioambiental;
- **Capacidade de contribuição estratégica** e de geração de valor sustentável para a Companhia e seus stakeholders;
- **Independência de pensamento** e ausência de conflitos de interesse, observados os requisitos legais e autorregulatórios aplicáveis, inclusive os critérios para caracterização de Conselheiro Independente, conforme o Regulamento do Novo Mercado da B3;
- **Reputação ilibada**, disponibilidade de tempo para o exercício das funções e histórico de atuação compatível com as exigências dos cargos.

Adicionalmente, a Política estabelece que a proposta de reeleição de membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Diretoria deverá considerar os resultados da avaliação anual de desempenho individual e colegiado, conduzida sob supervisão do Conselho, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho de Administração e alinhada às melhores práticas de governança.

As indicações devem ainda observar os requisitos previstos na Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), no Código Penal, na Resolução CVM nº 80/22, no Regulamento do Novo Mercado da B3, bem como os dispositivos constantes no Estatuto Social, nos Regimentos Internos do Conselho e dos Comitês, e no Código de Conduta da Companhia.

O processo de indicação de membros para o Conselho de Administração é conduzido pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, que avalia a aderência dos candidatos à Política de Indicação, à estratégia da Companhia e aos critérios de diversidade, competência e experiência, e emite recomendação ao Conselho. A caracterização de Conselheiros como Independentes é deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas, com base na manifestação do Conselho e no parecer do referido Comitê.

Os acionistas minoritários e não controladores também possuem direitos de participação no processo de eleição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação aplicável, incluindo o voto múltiplo e a eleição em separado, sendo assegurada a possibilidade de inclusão de candidatos no Boletim de Voto a Distância, observados os prazos e

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

procedimentos previstos em lei.

O Conselho Fiscal da Companhia é órgão de funcionamento permanente, composto por três membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. As indicações para o Conselho Fiscal observam os mesmos princípios de ética, integridade, reputação ilibada e competência técnica, sendo exigida formação universitária ou experiência prévia em cargos de administração ou fiscalização de sociedades, nos termos do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. Aplicam-se igualmente as restrições legais relativas a impedimentos e conflitos de interesse.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

Avaliação do Conselho de Administração e dos Comitês

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, a Companhia realiza anualmente avaliação formal do desempenho do próprio Conselho, de seus membros, de seu Presidente e dos Comitês vinculados. A avaliação tem como objetivo identificar oportunidades de aprimoramento e assegurar a efetividade dos órgãos de governança, alinhada às melhores práticas de mercado. Tal processo não está atrelado à remuneração dos avaliados, mas subsidia a tomada de decisões quanto à reeleição de conselheiros e membros de comitês, considerando, entre outros critérios, o desempenho individual, a assiduidade e a aderência ao perfil e às competências requeridas.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

O processo de avaliação é conduzido anualmente por consultoria independente, que aplica questionários específicos para o Conselho de Administração, seus Comitês e respectivos membros, além de realizar entrevistas individuais com os conselheiros. A metodologia contempla aspectos como efetividade coletiva, contribuição individual, dinâmica das reuniões, qualidade das discussões, alinhamento estratégico e aderência às responsabilidades previstas no Regimento Interno. As respostas são analisadas de forma comparativa em relação a ciclos anteriores, com foco na identificação de oportunidades de aprimoramento. O Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação atua no apoio metodológico, acompanha os resultados e contribui para discussões sobre composição, sucessão e aprimoramento do Conselho.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

O processo é conduzido por consultoria externa e independente, especializada na avaliação de órgãos de governança corporativa, assegurando isenção e rigor metodológico. Todos os membros do Conselho de Administração e dos Comitês participam da avaliação.

Resultados – ciclo 2024

O processo de avaliação do Conselho de Administração e de seus Comitês foi concluído em março de 2025, com entrevistas individuais e feedbacks personalizados. Foram realizadas 25 entrevistas com conselheiros, membros de comitês, diretores e executivos da Companhia. Os resultados consolidados foram apresentados ao Chairman e, na sequência, ao próprio Conselho, com posterior realização de workshop de eficácia.

A avaliação foi conduzida com base em dez dimensões, abrangendo:

- Liderança do *Chairman*
- Dinâmica do Conselho
- Interação com o Management
- Agenda e Procedimentos
- Estratégia
- Monitoramento do Desempenho
- Gestão de Riscos
- Gestão de Stakeholders
- Composição e Sucessão
- Estrutura e Atuação dos Comitês

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

O ciclo 2024 apontou evolução relevante em temas como dinâmica do Conselho, qualidade das discussões e fortalecimento dos comitês — especialmente os de Auditoria e de Pessoas e Governança. Destacaram-se também a liderança do Chairman, reconhecida pela escuta ativa e condução estruturada das reuniões, e a nova composição do colegiado, vista como mais preparada, diversa e próxima do negócio.

Como oportunidades, a avaliação destacou a necessidade de maior objetividade nos materiais apresentados, maior previsibilidade da agenda e fortalecimento do papel do Conselho na supervisão dos resultados e na responsabilização do Management. Além disso, temas como sucessão de liderança, alocação de capital e ampliação do foco estratégico nas discussões continuam demandando atenção.

No comparativo com ciclos anteriores, observou-se evolução na estruturação das pautas, na contribuição dos conselheiros independentes e no acompanhamento da sucessão do CEO. Ainda assim, permanece o espaço para maior envolvimento do Conselho em discussões estratégicas e na definição de indicadores e mecanismos de monitoramento mais robustos.

Também foi identificada a necessidade de aprimorar a governança dos comitês — com destaque para a atuação do Comitê de Sustentabilidade e do Comitê de Estratégia e Transformação Digital, que seguem em processo de consolidação quanto a escopo, composição e reporte ao Conselho.

Como próximos passos, a consultoria recomendou reflexão individual dos membros, seguida de discussão colegiada e priorização dos temas identificados, com foco na definição de compromissos para o novo ciclo.

Avaliação da Diretoria

Anualmente, é realizada a avaliação da Diretoria, incluindo o Diretor Presidente, com base em metas organizacionais e individuais, considerando tanto os resultados financeiros obtidos no período quanto a aderência a competências comportamentais. O processo é conduzido conforme as diretrizes previstas nos artigos 2.1 e 5.1.5 do Regimento Interno do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação.

A performance de cada diretor é analisada em reunião dedicada do Comitê, que realiza a calibragem dos resultados e promove uma discussão colegiada. Na sequência, o Comitê submete ao Conselho de Administração a recomendação formal de aprovação das avaliações. Finalizado o processo, cada diretor recebe feedback individualizado e participa da construção de um plano de desenvolvimento.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com o Estatuto Social da Companhia e com o Regimento Interno do Conselho de Administração, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral, relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o acionista responderá pelos danos causados, obrigando-se a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

Durante a realização da Assembleia Geral, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, os Acionistas deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses ou interesse particular em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer Acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação. O Acionista que estiver em situação de conflito de interesses ou tiver interesse particular deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto.

Assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, a pessoa conflitada não poderá tomar decisões relativas a assuntos nos quais seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia. Cabe a cada membro abster-se de discutir ou se envolver em matérias relacionadas ao assunto conflitante. Até que cesse a situação de conflito, não haverá qualquer intervenção, direta ou indireta, do conflitado, cuja manifestação de conflito e subsequente afastamento serão registrados em ata, conforme regimentos internos próprios de cada órgão. Nos termos do Acordo de Acionistas celebrado em 22 de junho de 2009, caso uma das Partes vote favoravelmente à aprovação de matéria objeto de Reunião Prévia, que tenha que ser submetida à Assembleia Geral ou a Reunião de Conselho de Administração, e a outra Parte vote

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

contrariamente a essa aprovação, caracterizando empate (após o final do Prazo de *Lock-Up*), qualquer das Partes poderá notificar a outra Parte informando sobre seu desejo de dirimir a controvérsia amigavelmente.

Sem prejuízo do acima mencionado, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero; ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça; e iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Conselho de Administração – ano base 2025

Membro	Cargo	Gênero	Raça/Cor	Idade
Alfredo Egydio Setubal	Membro efetivo Presidente do Conselho de Administração	Homem	Branco	66
Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	Membro efetivo	Homem	Branco	55
Ricardo Egydio Setubal	Membro efetivo	Homem	Branco	63
Andrea Laserna Seibel	Membro efetivo	Mulher	Branca	49
Helio Seibel	Membro efetivo	Homem	Branco	72
Antonio Joaquim de Oliveira	Membro efetivo	Homem	Branco	64
Harry Schmelzer Junior	Membro efetivo	Homem	Branco	66
Andrea Cristina de Lima Rolim	Membro efetivo independente	Mulher	Branca	56
Márcio Fróes Torres	Membro efetivo independente	Homem	Branco	57
Marcos Campos Bicudo	Membro efetivo independente	Homem	Branco	62
Rodolfo Villela Marino	Membro suplente	Homem	Branco	49
Alex Laserna Seibel	Membro suplente	Homem	Branco	39
Paula Lucas Setubal	Membro suplente	Mulher	Branca	43

Conselho Fiscal – ano base 2025

Membro	Cargo	Gênero	Raça/Cor	Idade
Guilherme Tadeu Pereira Júnior	Membro efetivo	Homem	Branco	45
Geraldo Affonso Ferreira Filho	Membro efetivo	Homem	Branco	63
João Batista Sevilha	Membro efetivo	Homem	Branco	62
Leonardo de Paiva Rocha	Membro Suplente	Homem	Branco	66
Lucianna Raffaini	Membro Suplente	Mulher	Branca	52
Gustavo Amaral de Lucena	Membro suplente	Homem	Branco	51

Diretoria Estatutária – ano base 2025

Membro	Cargo	Gênero	Raça/Cor	Idade
Raul Guimarães Guaragna	Diretor Presidente	Homem	Branco	53
Carlos Henrique Pinto Haddad	Diretor Vice-Presidente	Homem	Branco	59
Daniel Lopes Franco	Diretor	Homem	Branco	46
Glizia Maria Do Prado	Diretora	Mulher	Branca	47
Francisco Augusto Semeraro Neto	Diretor Financeiro	Homem	Branco	43

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Marina Crocomo	Diretora	Mulher	Branca	46
Guilherme Setubal de Souza e Silva	Diretor de Relações com Investidores	Homem	Branco	47

No exercício de 2025, a Companhia não possui, até o momento, pessoa com deficiência entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, conforme apurado para fins de preenchimento do presente formulário.

Em linha com o disposto no Regulamento de Emissores da B3 e com as diretrizes previstas em sua Política de Indicação, a Dexco reforça seu compromisso com a promoção da diversidade e da inclusão em seus órgãos de governança, incluindo a valorização e incentivo à participação de pessoas com deficiência em processos de indicação e sucessão.

A Companhia segue buscando evoluir continuamente na incorporação de diferentes perfis em sua liderança, por meio de programas de desenvolvimento e de sensibilização junto aos acionistas controladores e ao Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, de modo a ampliar a representatividade de grupos minorizados, inclusive pessoas com deficiência, em futuras composições dos seus órgãos de administração.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Dexco possui, como diretriz formalizada em sua Estratégia de Sustentabilidade 2025, o compromisso público de promover maior representatividade feminina na liderança da Companhia, com uma meta quantitativa de alcançar 35% de mulheres em cargos de liderança até 2025 — meta que já foi atingida em 2024, conforme reportado no Relato Integrado 2024. Esta meta abrange cargos de liderança em todo o Grupo Dexco (incluindo Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes, Coordenadores e Especialistas), refletindo o compromisso da Companhia com a diversidade de gênero e a construção de ambientes cada vez mais inclusivos e equitativos.

Ainda que não haja quotas ou obrigatoriedade formal para diversidade de gênero, raça/cor ou outros marcadores sociais especificamente aplicados aos órgãos de Administração (Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária), a Política de Indicação da Dexco estabelece que o processo de seleção de administradores deve considerar, entre outros aspectos: complementaridade de competências, diversidade de perfis e experiências, pluralidade de argumentos e perspectivas, com o objetivo de enriquecer o processo decisório e a governança da Companhia.

Complementarmente, a Companhia mantém um Plano de Ação de Diversidade, Equidade & Inclusão (DE&I) que inclui iniciativas voltadas à evolução da representatividade em diferentes marcadores sociais, tais como gênero, raça/etnia, pessoas com deficiência, diversidade geracional e comunidade LGBTI+. Os avanços e compromissos em DE&I são periodicamente acompanhados pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação e reportados ao Conselho de Administração, sendo que as práticas de diversidade e inclusão são integradas aos princípios de governança da Companhia.

A Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Dexco: <https://ri.dexco.co>.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Dexco incorpora considerações climáticas à sua governança corporativa por meio de um modelo estruturado de gestão de riscos e oportunidades relacionadas ao clima, com atuação integrada entre Conselho de Administração, Comitê de Sustentabilidade e Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração, conforme previsto em seu Regimento Interno, é responsável por supervisionar os impactos da Companhia na economia, no meio ambiente e na sociedade, assegurando que os temas climáticos estejam refletidos na estratégia e no orçamento da Dexco. Esse acompanhamento é feito com suporte dos Comitês de Assessoramento, especialmente o Comitê de Sustentabilidade, que promove discussões estratégicas, acompanha a execução da Estratégia de Sustentabilidade, avalia riscos e oportunidades climáticas e apresenta recomendações ao Conselho de Administração.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A Diretoria Executiva, por sua vez, implementa as diretrizes estratégicas aprovadas, garantindo alocação eficiente de recursos e a gestão operacional dos riscos associados às mudanças climáticas. A Gerência ESG e as áreas ambientais são responsáveis pela execução de planos de mitigação e adaptação, incluindo o mapeamento de riscos físicos e de transição, a análise das exposições por unidade florestal e fabril, e a integração desses temas ao Mapa de Riscos Corporativo da Companhia.

Além disso, a Dexco tem investido em iniciativas voltadas à resiliência climática, como o desenvolvimento de mudas adaptadas, uso de biomassa, conservação de recursos hídricos e participação em fóruns estratégicos. Também realiza estudos específicos sobre riscos e oportunidades climáticas, alinhando-se às recomendações da TCFD – *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*.

Esse modelo garante não apenas a conformidade com os requisitos regulatórios, mas também a antecipação de riscos e a valorização de oportunidades, com o objetivo de fortalecer o posicionamento da Companhia como referência em sustentabilidade no setor.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	2	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	8	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	1	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	1	2	0	0	0
TOTAL = 26	6	20	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	10	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0	0	0
TOTAL = 26	0	26	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	7	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	10	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	3	0
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0
TOTAL = 26	0	26	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Conforme o Estatuto Social vigente da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 24.04.2025, o Conselho de Administração será assessorado em assuntos específicos de sua atuação por comitês estatutários ("Comitês Estatutários").

A Companhia possui os seguintes Comitês Estatutários: (i) Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos; (ii) Comitê de Finanças; (iii) Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação; (iv) Comitê de Sustentabilidade; (v) Comitê de Estratégia e Transformação Digital; e (vi) Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas. Os respectivos regimentos internos devidamente aprovados pelo Conselho de Administração, regem, dentre outros, suas composições e atribuições, e encontram-se disponíveis para consulta no website da Companhia (<https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>) e nos websites da B3 (www.b3.com.br) e na Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia contrata anualmente serviços de auditoria externa, consoante proposta da Diretoria de Administração, Finanças e RI, que após análise e seleção, envia ao Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos aquela que, segundo seu entendimento, atende aos interesses da Companhia observando, em caso de renovação, o prazo máximo para o rodízio dos auditores independentes estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Compete a esse Comitê recomendar a contratação da empresa de auditoria externa e solicitar a aprovação ao Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos proceder a avaliação formal anual da auditoria externa, principalmente, sob os aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos.

Trimestralmente, na reunião do Conselho de Administração que analisa as demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos, através de seu Presidente, reporta os trabalhos desenvolvidos no período e comunica os fatos relevantes observados.

Os auditores externos comparecem às reuniões do Conselho de Administração que aprovam as demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Companhia e reporta os trabalhos de auditoria realizados, assim como qualquer recomendação pertinente para melhoria de controles internos.

A Companhia possui uma Política de Regulamentação da Contratação dos Serviços de Auditoria Externa, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião de 28.05.2012, com última atualização em 22.03.2023, que zela para que não sejam contratados serviços que possam comprometer a independência dos auditores externos. O documento se encontra disponível no canal de Relações com Investidores, e pode ser acessada através do link <https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Dexco adota diferentes mecanismos que garantem que temas críticos relacionados às práticas ambientais, sociais, de governança e conformidade cheguem ao conhecimento do seu Conselho de Administração.

Nesse sentido, o Comitê de Sustentabilidade, órgão estatutário de assessoramento do Conselho, tem como atribuições o acompanhamento da implementação da Estratégia de Sustentabilidade, a proposição de diretrizes e debates estratégicos, bem como o reporte anual ao Conselho sobre os principais assuntos socioambientais debatidos, potenciais riscos e oportunidades

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

identificados, e desdobramentos de novas regulações relevantes. Para assegurar o rigor e a diversidade das análises, o Comitê conta com a participação de um membro especialista e independente em sua composição.

Além disso, os temas críticos de conformidade são encaminhados diretamente à alta administração por meio da Gerência de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, estrutura que atua com reporte funcional ao Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos e reporte administrativo à Presidência da Diretoria Executiva. Essa gerência é responsável por consolidar e analisar informações provenientes do Canal de Denúncias da Companhia, assegurando o sigilo, a imparcialidade e a confidencialidade das apurações. Não houve, no período de 2024, qualquer preocupação crucial a ser reportada ao Conselho.

Cabe destacar que todos os documentos estratégicos relacionados à temática ASG, como políticas, posicionamentos e compromissos públicos, são submetidos à avaliação e aprovação do Conselho de Administração, conforme estabelecido na governança corporativa da Companhia.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome ALEX LASERNA SEIBEL CPF: 356.849.588-00 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis são: Administrador Data de Nascimento: 02/05/1986

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Membro do Conselho de Administração desde abril de 2021, atualmente Membro Suplente desde abril de 2021; e membro do Comitê de Sustentabilidade de maio de 2021 a abril de 2023. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: HS Investimentos S.A.: Sócio diretor desde 2013; Positiv.a Comercialização de Produtos e Serviços Ecológicos Ltda.: Sócio fundador e administrador desde 2015; Apolo Energia Ltda.: Fundador e sócio administrador desde 2017; Positive Ventures Participações Ltda.: Sócio administrador desde 2018; Positiva 01 Incorporação Ltda.: Sócio administrador desde 2015; Moreira e Toledo Cia Ltda. (Leo Madeiras - Feira de Santana) Sócio administrador desde 2015. HSI Agro Ltda.: Administrador desde agosto/2023. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Instituto Leo: Conselheiro desde 2015; e ARCAH – Associação de Resgate à Cidadania por Amor à Humanidade: Fundador e administrador desde 2013. Formação Acadêmica: Bacharelado em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - formado em 2008.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	1 ano	Conselho de Administração (Suplente)		24/04/2025	Sim	29/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO **CPF:** 066.530.838-88 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 18/11/1969

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo); Membro do Conselho de Administração desde 1996 e Vice-Presidente desde agosto/2008, Membro do Comitê de TI e Inovação Digital desde maio/2017, tendo sido Presidente de maio de 2017 a abril de 2022 e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde novembro/2009. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Diretor Vice-Presidente Executivo desde maio/2022, tendo sido Diretor Vice-Presidente de fevereiro/2018 a abril/2022; Membro do Conselho de Administração de agosto/1995 a abril/2017, tendo sido Presidente de maio/2015 a abril/2017 e Vice-Presidente de maio/2011 a maio/2015; Diretor Presidente de setembro/2009 a maio/2015; Presidente do Comitê de Divulgação e Negociação de abril/2005 a maio/2015; Presidente do Comitê de Políticas de Investimento e Membro do Comitê de Políticas Contábeis de agosto/2008 a abril/2011. Setor de atuação: holding. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Instituto Alana: Diretor desde fevereiro/1998; Alpe Intermediações de Negócios S.A.: Diretor desde agosto/2017 e Yandeh S/A: Diretor desde dezembro/2016. Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia em 1992 e Pós-graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	1 ano	Vice Presidente Cons. de Administração		24/04/2025	Sim	24/04/1996

Nome ALFREDO EGYDIO SETUBAL **CPF:** 014.414.218-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 01/09/1958

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Presidente do Conselho de Administração desde abril/2021 e Membro desde abril/2015, tendo sido Copresidente do Conselho de Administração de abril/2017 a abril/2021; e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde julho/2015. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Membro Efetivo do Conselho de Administração desde setembro/2008, tendo sido Vice-Presidente até abril/2021; Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores desde maio/2015; Membro Nato dos Comitês de Estratégia e Novos Negócios, de Governança e Pessoas, e de Sustentabilidade e Riscos desde maio/2021; Membro da Comissão de Mercado de Capitais desde maio/2009, sendo Coordenador desde maio/2015; Coordenador da Comissão de Investimentos desde abril/2017; Membro da Comissão de Governança Corporativa desde julho/2020, sendo Coordenador desde maio/2021; Membro das Comissões de Auditoria e Riscos, de Finanças, e de Pessoas e Ética desde abril/2017, tendo sido Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto/2008 a abril/2011. Setor de atuação: holding. Alpargatas S.A.: Membro do Conselho de Administração desde setembro/2017 e do Comitê de Estratégia desde outubro/2017. Setor de atuação: têxtil e vestuário. Copa Energia: Membro do Conselho de Administração desde 2020. Itaútec S.A. - Grupo Itaútec: Membro Suplente do Conselho de Administração de abril/2015 a agosto/2019. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras. Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde junho/2007; Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores de 1995 a fevereiro/2015; Membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde novembro/2008, tendo sido Presidente de novembro/2008 a fevereiro/2015; Membro dos Comitês de Nomeação e Governança Corporativa desde agosto/2009 e de Políticas Contábeis de maio/2008 a abril/2009; Membro do Comitê de Pessoas e do Comitê de Gestão de Risco e de Capital desde abril/2015 e Membro do Comitê de Responsabilidade Social desde janeiro/2019. Setor de atuação: holding financeira. Itaú Unibanco S.A.: membro do Conselho de Administração desde 2007, é atualmente Presidente do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, e Membro do Comitê de Divulgação e Negociação, do Comitê de Nomeação e Governança e do Comitê de Pessoas. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Fundação Itaú para Educação e Cultura: Presidente do Conselho Curador desde setembro/2018. Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI: Membro do Comitê Superior de Orientação, Nominiação e Ética desde janeiro/2010. Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM: Membro do Conselho de Administração. Setor de atuação: Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares. MASP: Presidente do Conselho Deliberativo desde 2015. Setor de atuação: Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares. Fundação Bienal de São Paulo: Membro do Conselho de Administração da Fundação desde junho/2009. Instituto de Arte Contemporânea – IAC: Membro do Conselho de Administração. Formação Acadêmica: Bacharel e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com curso de especialização no INSEAD, Fontainebleau, França.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	1 ano	Presidente do Conselho de Administração		24/04/2025	Sim	24/06/2015

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANDREA CRISTINA DE LIMA **CPF:** 102.426.328-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis** Economista **são:** **Data de Nascimento:** 05/10/1968
ROLIM

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Presidente do Conselho de Administração desde abril/2021 e Membro desde abril/2015, tendo sido Copresidente do Conselho de Administração de abril/2017 a abril/2021; e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde julho/2015. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Grupo Fleury: Coordenadora do Comitê de Pessoas e Cultura, Membro Independente do Conselho de Administração, desde maio/2021 até abril/2023, e atuando como consultora do Conselho de Administração. Setor de atuação: serviços médicos. Kimberly Clark: Vice-Presidente e Diretor Executivo para a América Latina, desde setembro/2020 até novembro/2023. Setor de atuação: indústria e comércio de produtos de higiene. GSK Consumer HealthCare: Gerente Geral Brasil, desde janeiro/2017 até setembro/2020. Setor de atuação: produtos farmacêuticos. YUM! Brands: Gerente Geral Brasil, desde junho/2012 até dezembro/2016. Setor de atuação: alimentação. Grupo Pão de Açúcar: Diretora de Negócios, desde outubro/2010 até junho/2012. Setor de atuação: comércio (atacado e varejo). Unilever: Vice-Presidente Cuidado Pessoal Brasil, desde 2007 a 2010. Setor de atuação: comércio de produtos de higiene. Formação Acadêmica: Graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1992. Possui vasta experiência em negócios e marketing, tendo participado de vários programas educacionais executivos em marketing e gestão de negócios, patrocinados por universidades de destaque e pela Unilever em todo o mundo. Principais áreas de estudo: Estratégia, Inovação, Comunicação, Branding, Digital e Análise, Gestão Financeira e Criação de Valor, Gestão Geral, Governança Corporativa, Liderança e Coaching; 2013: Programa Avançado em Governança Corporativa e Mercados de Capital, seguido de um ano de mentoria através de uma parceria entre o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e o WCD (WomenCorporateDirectors); 2014: Programa Executivo da Universidade de Columbia sobre Perspectivas de Crescimento para a América Latina; 2019: Programa de Liderança Feminina da INSEAD.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2025	Sim	24/07/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANDREA LASERNA SEIBEL **CPF:** 140.725.018-32 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 30/11/1975

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheira não Executiva) Membro do Conselho de Administração desde agosto de 2009, sendo Membro Titular desde abril/2021, Membro do Comitê de TI e Inovação Digital desde outubro/2018; Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de abril/2015 a outubro/2018 e desde abril/2023. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens Ltda.: Diretora Geral desde janeiro/2013, atuando na condução geral da empresa. Setor de atuação: comércio de madeiras, ferragens, artefatos, subprodutos e produtos correlatos. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Instituto Leo Social: Presidente desde janeiro/2017. Setor de atuação: Serviços de assistência social sem alojamento. Formação Acadêmica: Advogada formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com MBA pela Fundação Dom Cabral e especialização pela Harvard Business School.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2025	Sim	31/08/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA **CPF:** 360.473.099-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Florestal **Data de Nascimento:** 19/06/1960

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretor Presidente até abril de 2025, bem como Membro do Comitê de Estratégia e Inovação Digital de maio de 2017 a abril de 2024. Foi membro do Comissão de Divulgação e Negociação no período de abril de 2013 a abril de 2022. Foi também Diretor de Relações com Investidores de agosto de 2016 a abril de 2017, acumulou o cargo de Diretor Vice-Presidente da Unidade de Negócios Madeira de dezembro de 2014 a outubro de 2016, Diretor Executivo de agosto de 2009 a abril de 2013 e Diretor Gerente de novembro de 2004 a agosto de 2009. Ingressou na Companhia em outubro de 1986, sendo responsável pela Área Florestal. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Ibá – Indústria Brasileira de Árvores: Presidente do Conselho Deliberativo de março de 2023 até o momento. ABC da Construção S.A.: Membro do Conselho de Administração de fevereiro de 2023 até o momento. Brasil ao Cubo: Membro do Conselho de Administração de fevereiro de 2023 até o momento. Formação Acadêmica: Engenheiro Florestal formado pela Universidade Federal de Viçosa, em 1984, com mestrado em Economia e Planejamento Florestal na mesma instituição, em 1986, com especialização em Gestão Estratégica de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas, em 1994.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		01/05/2025	Sim	24/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CARLOS HENRIQUE PINTO HADDAD **CPF:** 074.277.098-29 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 05/01/1966

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretor Vice-Presidente responsável pela divisão madeira a partir de janeiro de 2023, tendo sido responsável pela diretoria de administração e finanças de maio de 2020 a janeiro de 2023, Diretor de setembro/2016 a maio/2020 e Diretor de Relações com Investidores de abril de 2017 a janeiro de 2023. Foi membro do Comitê de Divulgação e Negociação no período de setembro de 2016 a abril de 2022, sendo que deixou de ser Comitê e passou a ser Comissão em 04/2022. DX VENTURES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR: Membro do Comitê de Investimentos desde agosto/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor (indicando cargos e funções): Whirlpool S.A. (1994 a fevereiro de 2016): Foi responsável pelas áreas de finanças, TI, Planejamento Estratégico, RI e Auditoria Interna das operações na América Latina, com reporte para o CEO da região e funcional para o CFO Global. Ocupou também posições de CFO da Embraco - Unidade de Negócios Compressores, Controller Regional LATAM, Diretor de Tesouraria e Gerente Financeiro. Setor de atuação: Fabricação e Comercialização de Eletrodomésticos e Compressores. Caterpillar Brasil Ltda. (1986 a 1994): Ocupou posições nas áreas de Controle (Planejamento e Orçamentos) e Tesouraria (Gestão de Caixa, investimentos e funding). Setor de atuação: Fabricação e Comercialização de Equipamentos de Construção Pesada. Formação Acadêmica: Administrador de Empresas, formado pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) em 1987.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2025	1 ano	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		01/05/2025		22/09/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

DANIEL LOPES FRANCO

CPF:

278.360.448-58

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Engenheiro

Data de Nascimento:

31/01/1979

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretor, responsável pela área de TI, Desenvolvimento dos Negócios e Inovação desde junho/2019; membro do Comitê de TI e Inovação Digital de junho/2019 a abril/2022. Setor de atuação: Construção Civil, Material para construção e Decoração. DX VENTURES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR: Membro do Comitê de Investimentos desde agosto/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para construção e Decoração. Anteriormente ocupou a Vice-Presidência global da unidade de negócios de solventes da Rhodia S/A, empresa onde trabalhou por 14 anos. Formação Acadêmica: Engenheiro de produção formado pelo Instituto Mauá de Tecnologia; Pós-Graduado em Administração Industrial pela USP, MBA pela École de Management à L'Université Jean Moulin (Lyon - França), Extensão Executiva em Marketing Estratégico pelo INSEAD (Fontainebleau - França) e Formação Executiva para Chief Technology Officers pela Haas School of Business, UC Berkeley.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretor de TI e Growth	01/05/2025		03/06/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FRANCISCO AUGUSTO SEMERARO NETO

CPF: 224.998.878-18

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 08/04/1982

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretoria de Administração e Finanças desde janeiro de 2022, assumindo as funções de Diretor de Relações com Investidores desde fevereiro/2023. Anteriormente foi Diretor de Controladoria e CSC (2020 a 2023). Setor de atuação: Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor (indicando cargos e funções): Embraer S.A. (2019 a 2020): Diretor de Controladoria (Controller Corporativo e da divisão de Aviação Comercial). Setor de atuação: Fabricação de aeronaves e equipamentos e prestação de serviços para aviação e defesa e segurança. Husqvarna Ltda (2016 a 2018): CFO para a América Latina, responsável pelas áreas de Controladoria, Fiscal, Contabilidade e TI. Setor de Atuação: Fabricação de máquinas e equipamentos para manejo de áreas verdes e para construção civil. Formação acadêmica: Administração de Empresas pela EAESP/FGV concluída em dez/2003.Especialização (Master) em Business Economics pela EESP/FGV concluída em set/2007. MBA pela Fundação Dom Cabral concluída em out/2018.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretor de Finanças e Administração	01/05/2025		23/01/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GERALDO AFFONSO FERREIRA FILHO **CPF:** 064.409.028-65 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 22/02/1962

Experiência Profissional: Outras organizações: BrasilAgro: Conselheiro Fiscal de outubro de 2021 até o momento. SPTrans: membro do Comitê de Auditoria Estatutário de junho de 2018 até o momento. CET – Companhia de Engenharia de Tráfego: membro do Comitê de Auditoria Estatutário de junho de 2018 até o momento. IRB(Re): Conselheiro Fiscal de maio de 2024 até o momento. ESH Capital: Presidente do Conselho Consultivo de abril de 2022 até julho de 2023. Grupo Notre Dame Intermédica: Conselheiro Fiscal Suplente de abril de 2021 a março de 2022. Klabin: Conselheiro fiscal suplente de maio de 2019 a abril de 2021. Santos Port Authority: membro do Comitê de Auditoria Estatutário de junho de 2019 a junho de 2020. Formação Acadêmica: economista formado pela PUC-Campinas, com MBA em Gestão Empresarial pela FIA e certificações em Governança Corporativa e Liderança de Conselhos pelo IBGC, IFC (USA), ICGN e Institute of Directors (UK).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2025	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		01/05/2025	Não	01/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GLIZIA MARIA DO PRADO **CPF:** 034.177.626-26 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 27/04/1978

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A.: Diretora responsável pela área de Gente e ESG desde abril de 2021. Assumiu a Diretoria de RH e área de Comunicação em 2019 e atuou como Gerente de Desenvolvimento Humano e Organizacional de dezembro de 2015 a 2018. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Profissional com 20 anos de experiência em Recursos Humanos, tendo atuado em empresas nacionais e multinacionais, nos segmentos de varejo, financeiro e automotivo, como Grupo Pão de Açúcar, Banco Real ABN AMRO e Fiat Chrysler Automóveis. Formação Acadêmica: Graduada em Psicologia pela PUC-MG, em 2001, possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral/MG, em 2010, e Mestrado Profissional em Administração pela PUC-MG, em 2014.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretora de Gente	01/05/2025		06/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	GUILHERME SETUBAL SOUZA E SILVA	CPF:	269.253.728-92	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador	Data de Nascimento:	13/09/1977
Experiência Profissional:	Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A.: Dexco S.A.: Diretor de Relações com Investidores (RI), ESG e Relações Institucionais e Governamentais (RIG), desde outubro/2024; Gerente de ESG e RI desde 2023 a setembro/2024 e Secretário do Conselho de Administração desde maio/2021 a setembro/2024; bem como responsável pela área de RI, M&A, Novos Negócios e Planejamento Estratégico desde 2015. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração.										

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2025	1 ano	Diretor de Relações com Investidores		01/05/2025		01/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GUILHERME TADEU PEREIRA JÚNIOR

CPF: 286.131.968-29

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 10/12/1979

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheiro Fiscal Efetivo) Presidente desde abril/2021, tendo sido membro efetivo de abril/2018 a abril/2019. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Alpargatas S.A.: membro efetivo do Conselho Fiscal da de novembro/2018 a abril/2019. Setor: têxtil e vestuário. Itaúsa S.A.:Presidente do Conselho Fiscal desde outubro/2023, sendo Membro Efetivo desde dezembro/2020 e de maio/2018 a abril/2019, tendo sido Membro Suplente de maio/2019 a dezembro/2020. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras. Aegea Saneamento e Participações S.A: Membro do Comitê de Auditoria e Riscos desde ago/2021. Minuto Corretora de Seguros S.A.: Vice-Presidente de Operações (COO) desde março/2020, tendo sido Diretor Administrativo e Financeiro (CFO) de ago/2017 a fevereiro/2020 e Consultor Financeiro de ago/2015 a jul/ 2017 e, de ago/2017 a mar/22. Setor de atuação: corretora de seguros. Athie Wohnrath Associados, Projetos, Construção e Gerenciamento S.A: membro do conselho consultivo de janeiro de 2023 a abril de 2024. Setor de atuação: obras de acabamento da construção. Chegolá Corretora de Consórcios e Seguros Ltda.: sócio e CEO desde outubro de 2024. Itautec S.A. – Grupo Itautec: Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relação com Investidores de abril/2013 a abril/2015, tendo sido Diretor Executivo Administrativo e Financeiro de março/2012 a março/2013 e Diretor de Controladoria Corporativa de junho/2010 a fevereiro/2012. Formação Acadêmica: Graduado em Administração Pública formado pela Unisul em 2008, MBA em Finanças com ênfase em Controladoria e Auditoria pela FGV em 2011, cursos de Especialização em Negócios realizados na Holanda, especialização em Governança Corporativa pela Universidade de Wharton e formação em Comitê de Auditoria pela Universidade de Harvard.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2025	1 ano	Pres. C.F.Eleito p/Controlador		01/05/2025	Sim	10/05/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GUSTAVO AMARAL DE LUCENA

CPF: 143.652.328-19

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Economista e Contador

Data de Nascimento: 10/08/1973

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal desde abril/2022. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Outras organizações: OLX Group.: Vice-Presidente de Governança, Riscos e Controles Internos da OLX Brasil, membro permanente dos Comitês de Ética, de Crises e de ESG da OLX Brasil, coordenador do Comitê de Auditoria da OLX Brasil (fórum de governança e prestação de contas dos acionistas) desde 2021. Setor de atuação: comércio eletrônico. Deloitte Brazil: Sócio de 2012 a 2021, liderando soluções de consultoria de Governança, Auditoria Interna, Compliance Regulatório, Gestão de Riscos e Transformação da área de finanças. Setor de atuação: prestação de serviços de audit & assurance. Nações Unidas Brasil: Membro permanente do Comitê Consultivo do Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU Brasil. Itaúsa S.A.: Membro Efetivo do Conselho Fiscal desde janeiro/2025, tendo sido membro suplente do Conselho Fiscal de abril/2022 a janeiro/2025. Setor de atuação: holding Tembici Participações S.A.: membro do Conselho Consultivo desde setembro/2023. Tangará Importação e Exportação S.A.: membro do Conselho Consultivo desde janeiro/2024. Formação Acadêmica: Graduado em Economia (UniSantanna 1996), MBA em Marketing (UniSantanna 1998), MBA em Bancos (FGV 1998), Graduado em Contabilidade (Luziwell 2003) e MBA em Estratégia e Mercado Disruptivo (FIAP Corporate - 2019). Formação Acadêmica: Graduado em Economia (UniSantanna 1996), MBA em Marketing (UniSantanna 1998), MBA em Bancos (FGV 1998), Graduado em Contabilidade (Luziwell 2003) e MBA em Estratégia e Mercado Disruptivo (FIAP Corporate - 2019).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2025	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		01/05/2025	Sim	28/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome HARRY SCHMELZER JUNIOR

CPF: 444.489.619-15

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro Eletricista

Data de Nascimento: 12/07/1958

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.:Membro do Conselho de Administração desde julho de 2024 e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde agosto de 2024. Grupo WEG: Membro do Conselho de Administração desde abril/2024. CEO de 2008 até março/2024. Diversas posições nas áreas de engenharia e vendas. Setor de atuação: máquinas, equipamentos e automação. Conselho Empresarial do Brics (Cebrics): Membro de 2013 até 2023. Formação Acadêmica: Bacharel em Engenharia Elétrica - Faculdade de Engenharia de Joinville (FEJ); Pós Graduação em Administração de Empresas - Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG); Cursos em Gestão e Finanças pela Fundação Dom Cabral, Kellogg School of Management (Northwestern University, EUA), Insead (França) e IMD International (Suiça); Conselheiros de Administração - Instituto Brasileiro e Governança Corporativa/IBGC.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2025	Sim	24/07/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome HÉLIO SEIBEL

CPF: 533.792.848-15

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 27/01/1953

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheiro não Executivo) Membro do Conselho de Administração desde 1999, atualmente Vice-Presidente desde abril/2021, Membro Titular desde abril/2013, tendo sido também de 1999 a abril/2012 e Membro Suplente de abril/2012 a abril/2013, Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de novembro/2009 a abril/2015, Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de novembro/2009 a maio/2011 e Presidente do Comitê de Finanças desde dezembro/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Ligna Florestal Ltda.: Sócio de 1983 até agosto/2023. Setor de atuação: holding não financeiro. HS Investimentos S.A.: Diretor Presidente desde novembro/2013. Setor de atuação: Companhia de Investimentos de bens e finanças. Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens Ltda.: Presidente do Conselho de Administração desde novembro/2015. Setor de atuação: comércio de madeiras, ferragens, artefatos, subprodutos e produtos correlatos. HSI Agro Ltda.: Sócio administrador desde agosto/2023. Espaço Negócios Imobiliários Ltda.: Diretor desde setembro/2002. Setor de atuação: incorporação de empreendimentos imobiliários. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: IDV – Instituto de Desenvolvimento do Varejo: Membro do Conselho desde dezembro/2008, tendo sido Presidente de 2007 a 2008. Klabin S.A.: Membro do Conselho de Administração de março/2015 a abril/2019. Pinacoteca de São Paulo: Membro do Conselho de Administração desde setembro/2017. MASP: Membro do Conselho de Administração desde 2016; MAM: Vice-Presidente do Conselho desde 2019; MUBE: Membro do Conselho de Administração desde 2016; Melnick Even Desenvolvimento Imobiliário S.A: Membro do Conselho de Administração de novembro/2020 até maio/2021; e Young Presidents Organization- YPO/WPO: Membro desde 1995. Formação Acadêmica: Administrador de Empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas /SP, em 1975.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	1 ano	Vice Presidente Cons. de Administração		24/04/2025	Sim	30/04/1999

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOÃO BASTISTA CARDOSO CPF: 021.916.398-79 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis Economista são: Data de Nascimento: 30/06/1963
SEVILHA

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal desde abril/2022. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: LD Celulose S.A.: Diretor Financeiro (CFO) de 2018 a 2024. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Fundação Itaúsa Industrial – Fundo de Pensão: Membro do Conselho Fiscal de 2014 a 2019. Formação Acadêmica: Graduado em Economia pela Fundação Álvares Penteado (1981- 1984). MBA em Administração financeira pela Fundação Getúlio Vargas (1989-1991). Curso de Conselheiro Fiscal do IBGC (2025). Formação Acadêmica: Graduado em Economia (UniSantanna 1996), MBA em Marketing (UniSantanna 1998), MBA em Bancos (FGV 1998), Graduado em Contabilidade (Luizwell 2003) e MBA em Estratégia e Mercado Disruptivo (FIAP Corporate - 2019).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2025	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		01/05/2025	Sim	01/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LEONARDO DE PAIVA ROCHA **CPF:** 598.802.797-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Mecânico **Data de Nascimento:** 24/03/1959

Experiência Profissional: Outras organizações: Agro Efficiency Participações S.A. – investida da Aqua Capital: Conselheiro Fiscal de fevereiro de 2025 até o momento. Méliuz: Membro do Comitê de Auditoria de setembro de 2022 até o momento. Brasilagro Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas S.A.: Membro suplente do Conselho Fiscal de outubro de 2021 até o momento. Galapagos Capital: Senior Advisor de julho de 2019 até o momento. Admiral Capital Partners: Partner de 2011 até o momento. Eletronuclear S.A.: coordenador do comitê de Auditoria e Riscos da Eletronuclear S.A; conselheiro da administração em 2019 da Eletronuclear S.A; reeleito conselheiro da administração em 2021 da Eletronuclear S.A. IRB Brasil RE: Presidente do Conselho Fiscal do IRB Brasil RE de abril de 2021 até março de 2025. Boston Consulting Group (BCG): Senior Advisor de setembro de 2019 até dezembro de 2024. Construtora Adolpho Lindenberg: Conselheiro de Administração de março de 2023 até abril de 2024. Norte Energia S.A. – Usina Hidrelétrica de Belo Monte: Coordenador do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos de janeiro de 2018 a abril de 2024; Membro do Comitê financeiro de janeiro de 2018 a abril de 2024. Hotel Urbano: membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria de janeiro de 2015 a setembro de 2016. Formação Acadêmica: formado em Engenharia Mecânica no Instituto Militar de Engenharia/RJ (1981), com mestrado em Administração de Empresas na PUC/RJ (1989) com ênfase em Finanças (sem tese) e especialização em Administração de Marketing na FGV/SP (1991).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2025	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		01/05/2025	Não	01/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LUCIANNA RAFFAINI
CARVALHO COSTA

CPF: 253.336.498-39

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administradora

Data de Nascimento: 27/04/1973

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Responsável pela área de controladoria de novembro de 2019 a setembro de 2020. Outras organizações: IBEF – Brazilian Executive Finance Institute: Vice- Presidente de Comitês Técnicos de março de 2024 até o momento. Diageo: Diretora Financeira de outubro de 2022 a agosto de 2024. Johnson & Johnson: Diretora Financeira de outubro de 2020 a outubro de 2022. Whirlpool S.A.: Diretora Financeira de 2013 a 2015, tendo ocupado vários cargos na empresa desde maio de 2000, com passagens pela Whirlpool Corporation de abril de 2017 a julho de 2019, bem como pela Whirlpool EMEA. Formação Acadêmica: MBA em Gestão Empresarial pela FGV/SP (2007- 2008); Certificado de Pós-Graduação em Gestão - Radcliffe College, Harvard University, EUA 1998- 1999; Bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade de Católica/SP (1993- 1997).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	24/04/2025	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		01/05/2025	Sim	01/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MÁRCIO FRÓES TORRES **CPF:** 983.816.797-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Químico **Data de Nascimento:** 12/05/1968

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A.: (Conselheiro Independente) Membro Titular do Conselho de Administração desde outubro/2020. Presidente do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde outubro/2020 . Membro do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas desde outubro/2020 e presidente do referido Comitê desde agosto/2023. Membro do Comitê de Sustentabilidade desde janeiro/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. DX Ventures: Membro do Comitê de Investimento do DX Ventures Fundo de Investimento em Participações Muulti Estratégia Investimento no Exterior desde agosto/2021; Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Gerdau S.A.: Membro do Conselho de Administração de abril/2019 a abril/2021 e membro do Comitê de Remuneração desde julho/2020 a abril/2021; Falconi Participações S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde dezembro/2019; FRST Falconi: Membro do Comitê de Administração desde dezembro/2019; Falconi Capital: Membro do Comitê Consultivo desde outubro/2018; Formação Acadêmica: Engenheiro Químico formado pela UFRJ em 1993 e master em Tecnologia Cervejeira pela Universidad Politécnica de Madrid em 1998. Critérios de independência: atende aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2025	Sim	29/10/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCOS CAMPOS BICUDO **CPF:** 075.620.507-75 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 28/11/1962

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A.: Membro Independente do Conselho de Administração desde junho/2023. Presidente do Comitê de Sustentabilidade desde agosto/2023. Membro do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas desde agosto/2023. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Vedacit do Nordeste S.A (Grupo Otto Baumgart): Diretor Presidente, desde setembro de 2017. Setor de atuação: fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas. Conselho Empresarial Brasileiro Desenvolvimento Sustentável (CEBDS): Presidente do Conselho de Administração, desde junho de 2008. Setor de atuação: organização do terceiro setor voltada a questões relacionadas a desenvolvimento sustentável. Formação Acadêmica: Bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC. Critérios de independência: atende aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	1 ano	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2025	Sim	27/03/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARINA CROCOMO **CPF:** 218.118.118-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 23/02/1979

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretoria de Marketing & Design, desde janeiro de 2021 responsável pelas marcas da Vice-presidência de Deca e Revestimento Cerâmicos, assumindo a função de Diretora de Marketing e Design desde 01.02.2023. Setor de atuação: Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor (indicando cargos e funções): Affinity PetCare: Diretora de Marketing e Trade de 2014 a 2020. Setor de atuação: Bens de Consumo / PetFood. Whirlpool SA (de 2001 a 2013): período que iniciou como trainee e encerrou como Diretora de Marketing. Setor de atuação: Fabricação e Comercialização de Eletrodomésticos e Compressores. Formação Acadêmica: Graduação em Administração de Empresas pela FGV/ EAESP em 2000 e Bachelor of Business Administration (BBA) pela HEC Paris. Pós Graduação com Extensão em Marketing, Administração e Negócios pela FGV/ EAESP em 2004 e Executive MBA Program pela FGV/ EAESP em 2008.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2025	1 ano	Outros Diretores	Diretora de Marketing e Design	01/05/2025		01/02/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PAULA LUCAS SETUBAL **CPF:** 295.243.528-69 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Pedagoga **Data de Nascimento:** 09/06/1982

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A. (Conselheira não Executiva): Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de maio/2020 a março/2022 e do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde maio/2020, tendo sido Ouvinte do (i) Conselho de Administração de fevereiro/2020 a maio/2020 e (ii) do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de fevereiro/2020 a maio/2020 e durante o ano de 2017 e Membro do Comitê de Finanças desde dezembro/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Ouvinte do Conselho de Administração desde fevereiro/2020. Setor de atuação: holding. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Fundação Itaú Social: Membro do Conselho Consultivo (Grupo Orientador) desde fevereiro/2017; Family Office: Membro do Conselho Familiar de 2011 a 2016, tendo sido Coordenadora de 2012 a 2014; Colégio Santa Cruz: Professora de Educação Infantil de 2011 a 2016. Formação Acadêmica: Pedagoga formada, em 2003, e pós-graduada em Psicopedagogia, em 2006, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	1 ano	Conselho de Administração (Suplente)		24/04/2025	Sim	30/04/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RAUL GUIMARÃES GUARAGNA **CPF:** 109.566.958-33 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 27/06/1971

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretor Presidente desde maio de 2025. Tendo sido Diretor Vice-Presidente, responsável pela divisão Deca e Revestimentos a partir de janeiro de 2023, sendo que foi responsável pela divisão Madeira de junho de 2021 a janeiro de 2023. Setor de Atuação: Construção Civil, Material de Construção e Decoração. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. - Diretor de Operações Operações Agri-Industrial de 2016 a maio/2021. Setor de atuação: açúcar. International Paper: Diretor de Operações de 2013 a 2016 e International Business Unit Director de 2010 a 2012. Setor de atuação: papel e celulose. Amata na Cidade S.A.: Membro do Conselho de Administração desde 29 de outubro de 2021. Setor de atuação: Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada. Noah Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.: Membro do Conselho de Administração desde 10 de dezembro de 2021. Castelatto Ltda.: Diretor desde 30 de maio de 2022. Setor de atuação: Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes. LD Celulose S.A.: Membro do Conselho de Administração desde 09 de setembro de 2022. Setor de atuação: Cultivo de eucalipto. Caetex Florestal S.A.: Membro do Conselho de Administração desde 27 de dezembro. Setor de atuação: Cultivo de eucalipto. Formação Acadêmica: Graduação em administração pela FGV/ EAESP em 1994. Especialização em Supply Chain pela Fundação Vanzolini/ USP em 2001 e International Executive MBA Program pela FIA/USP em 2008.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/04/2025	1 ano	Diretor Presidente / Superintendente		01/05/2025		06/05/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

NomeRICARDO EGYDIO SETUBAL**CPF:**033.033.518-99**Passaporte:****Nacionalidade:**Brasil**Profis são:**Administrador de Empresas**Data de Nascimento:**22/04/1962

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheiro não Executivo): Membro do Conselho de Administração desde abril/2008, tendo sido Vice-Presidente de abril/2009 a abril/2017; Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de novembro/2009 a maio/2020; Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de novembro/2009 a março/2022; Membro do Comitê de Sustentabilidade desde abril/2018; Membro do Comitê de Finanças desde agosto/2023; Foi membro do Comitê de Divulgação e Negociação no período de maio de 2020 a abril de 2022, sendo que deixou de ser Comitê e passou a ser Comissão em 04/2022, tendo sido também de abril/2018 a maio/2019, de abril/2016 a maio/2017, de abril/2014 a abril/2015, de abril/2012 a abril/2013 e de março/2010 a maio/2011. Setor de atuação: construção civil, material para construção e decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: (Conselheiro Executivo) Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril/2009; Diretor Vice-Presidente Executivo desde maio/2022, tendo sido Diretor Vice-Presidente de maio/2021 a abril/2022; Membro dos Comitês de Governança e Pessoas e de Auditoria desde agosto/2022; Cooordenador interino do Comitê de Sustentabilidade e Riscos desde agosto/2022 e Membro desde maio/2021; Membro da Comissão de Auditoria e Riscos desde abril/2017; Membro das Comissões de Mercado de Capitais desde maio/2009, de Finanças, de Investimentos, e de Pessoas e Ética desde abril/2017, de Governança Corporativa desde julho/2020, e de Sustentabilidade desde junho/2019, tendo sido Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto/2008 a maio/2010. Setor de atuação: holding. Itaútec S.A. – Grupo Itaútec: Diretor desde abril/2023. Membro do Conselho de Administração, tendo sido Presidente de fevereiro/2010 a agosto/2019, Conselheiro Suplente de abril/2009 a janeiro/2010 e Efetivo de abril/1999 a abril/2008; Membro do Comitê de Divulgação de setembro/2010 a agosto/2019, Diretor Vice-Presidente Executivo de abril/1999 a janeiro/2010; Membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, do Comitê de Estratégia e do Comitê de Pessoas e Governança de setembro/2010 a janeiro/2015. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Membro do Conselho de Administração de março/2014 a março/2019, tendo sido Vice-Presidente de março/2016 a março/2018 e Presidente de março/2018 a março/2019. Formação Acadêmica: administrador de empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas e graduado em direito pela Universidade de São Paulo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2025	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)		24/04/2025	Sim	31/08/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RODOLFO VILLELA MARINO CPF: 271.943.018-81 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis Administrador de Data de 14/11/1975
são: Empresas Nascimento:

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Membro do Conselho de Administração desde abril/2008 e Membro Titular desde agosto/2009 (como suplente desde julho/2024), Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde maio/2020, tendo sido membro de abril/2018 a maio/2019, e de novembro/2009 a maio/2017, Presidente do Comitê de Sustentabilidade de maio/2019 a agosto de 2023 e membro desde novembro/2009; Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de novembro/2009 a março/2022, Membro do Comitê de Divulgação e Negociação de maio/2019 a maio/2020, tendo sido também de maio/2017 a abril/2018, de abril/2015 a abril/2016, de abril/2013 a abril/2014, de maio/2011 a abril/2012 e de novembro/2009 a abril/2010 e Membro do Comitê de Finanças de dezembro/2021 a agosto/2023. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: (Conselheiro Executivo) Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abr/11(maio/2011); Diretor Vice-Presidente Executivo desde mai/2022, tendo sido Diretor Vice-Presidente de mai/2015 a abr/2022; Membro do Comitê de Divulgação e Negociação (hoje Comissão de Mercado de Capitais) desde mai/2009. Também é Membro dos Comitês de Estratégia e Novos Negócios e de Governança e Pessoas desde maio/2021; Membro do Comitê de Sustentabilidade desde maio/2021, tendo sido Cooordenador de agosto/2022 a maio/2023; Coordenador da Comissão de Pessoas e Ética desde abril/2017; Membro da Comissão de Finanças desde abril/2017, sendo Coordenador desde maio/2021; Membro das Comissões de Auditoria e Riscos, e de Investimentos desde abril/2017, de Mercado de Capitais desde maio/2009, de Sustentabilidade desde junho/2019, e de Governança Corporativa desde julho/2020. Setor de atuação: holding. Alpargatas S.A.: Membro do Conselho de Administração desde set/2017, Membro dos Comitês de Estratégia e de Gente desde out/2017, e Membro do Comitê de Auditoria Estatutário desde abr/2018. Setor: têxtil e vestuário. Copa Energia S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde dez/2020. Setor de Atuação: distribuição de gás liquefeito de petróleo. Aegea Saneamento e Participações S.A.: Membro Titular do Conselho de Administração desde jul/2021. Setor de atuação: serviços de saneamento básico. Rudric Ith Participações Ltda.: Diretor Gerente desde abr/05. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Fundação Itaú para Educação e Cultura: Membro do Conselho Curador desde maio/2019; Instituto Unibanco: Membro do Conselho de Administração desde abril/2014; Instituto Itaúsa: Presidente desde junho/2023. Instituto PDR: Membro do Conselho Consultivo e Fiscal desde fevereiro/2014; Associação Pró-Dança: Presidente do Conselho Consultivo desde setembro/2019; Sociedade de Cultura Artística: Membro do Conselho Consultivo desde junho/2020; IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Membro da Comissão de Sustentabilidade desde agosto/2019; IEDI - Instituto para Estudos do Desenvolvimento Industrial: Membro do Conselho de Administração desde agosto/2015; Todos pela Educação: Membro do Conselho de Governança desde abril/2019; Instituto Yandeh: Membro do Conselho Fiscal desde agosto/2017; IBA – Instituto Brasileiro de Árvores: Membro do Conselho Consultivo desde dezembro/2017; Young Presidents Organization - YPO/WPO: Membro desde dezembro/2011; Associação Comunitária Despertar: Diretor Presidente desde abril/2020; Todavia Livros: Membro do Conselho de Administração desde março/2018; Tempo Livre PTE Ltd (“Cariúma”): Membro do Conselho de Administração desde dezembro/2017; Formação Acadêmica: Administrador de Empresas formado pela FGV. Mestre em Estudos do Desenvolvimento e em Economia e Filosofia pela

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2025	1 anos	Conselho de Administração (Suplente)		01/05/2025	Sim	04/11/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome:ADJARBAS GUERRA NETO

CPF:181.842.828-85

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Advogado e Contador

Data de Nascimento:01/06/1976

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Membro Especialista em contabilidade societária no Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos desde maio/2022. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Na Veracel Celulose S.A., atuou como membro Suplente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Auditoria de 2016 a 2019. Fez parte também do Comitê de Auditoria na Votorantim Cimentos S.A. de 2018 a 2019, onde atua como Diretor Global de GRC, Auditoria Interna e Ouvidoria desde fevereiro de 2019. Na Fibria Celulose S.A., atuou como Gerente Geral de Controladoria Corporativa de agosto de 2012 a julho de 2016, Diretor de GRC e Auditoria Interna de agosto de 2016 a janeiro de 2019, Secretário do Conselho Fiscal de 2012 a 2016 e Secretário do Comitê de Auditoria Estatutário de 2016 a 2019. Também fez parte como membro titular do Comitê de Auditoria de 2014 a 2017 na Votorantim Siderurgia S.A. Na Fibria Trading International na Áustria, atuou como membro titular do Supervisory Board de 2012 a 2019. Embraer S.A - Membro suplente do Conselho Fiscal - mandato entre maio de 2023 a abril de 2024. Formação Acadêmica: Graduado em Direito e Contabilidade, tem MBA em Mercado de Capitais pela USP, Mestrado em Finanças e Controladoria pela PUC/SP e Corporate Governance: Effectiveness and Accountability in the Boardroom pela Kellogg School of Management. Declara que não é diretor da companhia, suas controladas, coligadas ou de seu acionista controlador.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano			28/04/2025	17/05/2022

Nome:ALFREDO EGYDIO
ARRUDA VILLELA FILHO

CPF:066.530.838-88

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Engenheiro
Mecânico

Data de Nascimento:18/11/1969

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Membro do Conselho de Administração desde 1996 e Vice-Presidente desde agosto/2008, Membro do Comitê de TI e Inovação Digital desde maio/2017, tendo sido Presidente de maio de 2017 a abril de 2022 e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde novembro/2009. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Diretor Vice-Presidente Executivo desde maio/2022, tendo sido Diretor Vice-Presidente de fevereiro/2018 a abril/2022; Membro do Conselho de Administração de agosto/1995 a abril/2017, tendo sido Presidente de maio/2015 a abril/2017 e Vice-Presidente de maio/2011 a maio/2015; Diretor Presidente de setembro/2009 a maio/2015; Presidente do Comitê de Divulgação e Negociação de abril/2005 a maio/2015; Presidente do Comitê de Políticas de Investimento e Membro do Comitê de Políticas Contábeis de agosto/2008 a abril/2011. Setor de atuação: holding. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Instituto Alana: Diretor desde fevereiro/1998; Alpe Intermediações de Negócios S.A.: Diretor desde agosto/2017 e Yandeh S/A: Diretor desde dezembro/2016. Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia em 1992 e Pós-graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano	Membro do Comitê de Estratégia e Inovação Digital		28/04/2025	30/05/2017
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2025	1 ano	Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação		24/04/2025	04/11/2009

Nome:ALFREDO EGYDIO SETUBAL

CPF:014.414.218-07

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Administra
dor de
Empresas

**Data de Nas
cime
nto:**01/09/1958

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Presidente do Conselho de Administração desde abril/2021 e Membro desde abril/2015, tendo sido Copresidente do Conselho de Administração de abril/2017 a abril/2021; e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde julho/2015. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Membro Efetivo do Conselho de Administração desde setembro/2008, tendo sido Vice-Presidente até abril/2021; Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores desde maio/2015; Membro Nato dos Comitês de Estratégia e Novos Negócios, de Governança e Pessoas, e de Sustentabilidade e Riscos desde maio/2021; Membro da Comissão de Mercado de Capitais desde maio/2009, sendo Coordenador desde maio/2015; Coordenador da Comissão de Investimentos desde abril/2017; Membro da Comissão de Governança Corporativa desde julho/2020, sendo Coordenador desde maio/2021; Membro das Comissões de Auditoria e Riscos, de Finanças, e de Pessoas e Ética desde abril/2017, tendo sido Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto/2008 a abril/2011. Setor de atuação: holding. Alpargatas S.A.: Membro do Conselho de Administração desde setembro/2017 e do Comitê de Estratégia desde outubro/2017. Setor de atuação: têxtil e vestuário. Copa Energia: Membro do Conselho de Administração desde 2020.Itautec S.A. - Grupo Itautec: Membro Suplente do Conselho de Administração de abril/2015 a agosto/2019. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras. Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde junho/2007; Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores de 1995 a fevereiro/2015; Membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde novembro/2008, tendo sido Presidente de novembro/2008 a fevereiro/2015; Membro dos Comitês de Nomeação e Governança Corporativa desde agosto/2009 e de Políticas Contábeis de maio/2008 a abril/2009; Membro do Comitê de Pessoas e do Comitê de Gestão de Risco e de Capital desde abril/2015 e Membro do Comitê de Responsabilidade Social desde janeiro/2019. Setor de atuação: holding financeira. Itaú Unibanco S.A.: membro do Conselho de Administração desde 2007, é atualmente Presidente do Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, e Membro do Comitê de Divulgação e Negociação, do Comitê de Nomeação e Governança e do Comitê de Pessoas. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Fundação Itaú para Educação e Cultura: Presidente do Conselho Curador desde setembro/2018.Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI: Membro do Comitê Superior de Orientação, Nominiação e Ética desde janeiro/2010. Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM: Membro do Conselho de Administração. Setor de atuação: Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares. MASP: Presidente do Conselho Deliberativo desde 2015. Setor de atuação: Atividades de museus e de exploração de lugares e prédios históricos e atrações similares. Fundação Bienal de São Paulo: Membro do Conselho de Administração da Fundação desde junho/2009. Instituto de Arte Contemporânea – IAC: Membro do Conselho de Administração.Formação Acadêmica: Bacharel e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com curso de especialização no INSEAD, Fontainebleau, França.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano	Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação		28/04/2025	27/04/2015

Nome: ANDREA CRISTINA DE LIMA ROLIM

CPF: 102.426.328-23

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Economista

Data de Nascimento: 05/10/1968

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A. (Conselheiro não Executivo): Presidente do Conselho de Administração desde abril/2021 e Membro desde abril/2015, tendo sido Copresidente do Conselho de Administração de abril/2017 a abril/2021; e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde julho/2015. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Grupo Fleury: Coordenadora do Comitê de Pessoas e Cultura, Membro Independente do Conselho de Administração, desde maio/2021 até abril/2023, e atuando como consultora do Conselho de Administração. Setor de atuação: serviços médicos.

Kimberly Clark: Vice-Presidente e Diretor Executivo para a América Latina, desde setembro/2020 até novembro/2023. Setor de atuação: indústria e comércio de produtos de higiene. GSK Consumer HealthCare: Gerente Geral Brasil, desde janeiro/2017 até setembro/2020. Setor de atuação: produtos farmacêuticos. YUM! Brands: Gerente Geral Brasil, desde junho/2012 até dezembro/2016. Setor de atuação: alimentação. Grupo Pão de Açúcar: Diretora de Negócios, desde outubro/2010 até junho/2012. Setor de atuação: comércio (atacado e varejo). Unilever: Vice-Presidente Cuidado Pessoal Brasil, desde 2007 a 2010. Setor de atuação: comércio de produtos de higiene.

Formação Acadêmica: Graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1992. Possui vasta experiência em negócios e marketing, tendo participado de vários programas educacionais executivos em marketing e gestão de negócios, patrocinados por universidades de destaque e pela Unilever em todo o mundo. Principais áreas de estudo: Estratégia, Inovação, Comunicação, Branding, Digital e Análise, Gestão Financeira e Criação de Valor, Gestão Geral, Governança Corporativa, Liderança e Coaching; 2013: Programa Avançado em Governança Corporativa e Mercados de Capital, seguido de um ano de mentoria através de uma parceria entre o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e o WCD (WomenCorporateDirectors); 2014: Programa Executivo da Universidade de Columbia sobre Perspectivas de Crescimento para a América Latina; 2019: Programa de Liderança Feminina da INSEAD.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano	Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas		28/04/2025	28/08/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano	Comitê de Estratégia e Transformação Digital		28/04/2025	28/08/2024

Nome: ANDREA LASERNA SEIBEL **CPF:** 140.725.018-32 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 30/11/1975

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheira não Executiva) Membro do Conselho de Administração desde agosto de 2009, sendo Membro Titular desde abril/2021, Membro do Comitê de TI e Inovação Digital desde outubro/2018; Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de abril/2015 a outubro/2018 e desde abril/2023. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens Ltda.: Diretora Geral desde janeiro/2013, atuando na condução geral da empresa. Setor de atuação: comércio de madeiras, ferragens, artefatos, subprodutos e produtos correlatos. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Instituto Leo Social: Presidente desde janeiro/2017. Setor de atuação: Serviços de assistência social sem alojamento. Formação Acadêmica: Advogada formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com MBA pela Fundação Dom Cabral e especialização pela Harvard Business School.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano	Comitê de Estratégia e Transformação Digital		28/04/2025	27/04/2018
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano	Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação		28/04/2025	28/04/2023

Nome: CAROLINE CARPENEDO

CPF: 002.011.470-25

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador

Data de Nascimento: 05/03/1982

Experiência Profissional:

Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Diretora Executiva do Instituto Gerdau (2019-2022); Conselheira de Administração do Museu das Minas e do Metal (2019-2022); Conselheira Consultiva na Circulabi – startup da Gerdau (2021-2022); Presidente do Comitê de Pessoas de suporte ao conselho da JV Gerdau Metaldom (2019-2022); Conselheira da Gerdau Previdência (2021-2022); Participante do Comitê de Pessoas do IBGC (2021-2022); Vice-Presidente do Comitê Aberto de Gestão de Pessoas da Amcham (2019 - 2022); Participante do Comitê Estratégico de RH da Amcham (desde 2020), do Comitê de Pessoas da Ibema - JV Suzano (desde 2022), do Comitê de Pessoas e do Comitê de Remuneração e Nomeação da Suzano (ambos desde 2022). Suzano S.A.: Diretora Executiva de Gente & Gestão, e SSQVF (Saúde, Segurança, Qualidade de Vida e Facilities) (set/2022 - abril/2023); Diretora Executiva de Gente & Gestão, Comunicação e Marca e SSQVF (abril/2023 – atual) Gerdau S.A.: Diretora Global de Pessoas e Responsabilidade Social (set/2020 – ago/2022) Gerente Geral Global de Pessoas e Responsabilidade Social (jul/2019 - ago/2020).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano	Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação		28/04/2025	28/08/2024

Nome: DANIEL LOPES FRANCO **CPF:** 278.360.448-58 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 31/01/1979

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretor, responsável pela área de TI, Desenvolvimento dos Negócios e Inovação desde junho/2019; membro do Comitê de TI e Inovação Digital de junho/2019 a abril/2022. Setor de atuação: Construção Civil, Material para construção e Decoração. DX VENTURES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR: Membro do Comitê de Investimentos desde agosto/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para construção e Decoração. Anteriormente ocupou a Vice-Presidência global da unidade de negócios de solventes da Rhodia S/A, empresa onde trabalhou por 14 anos. Formação Acadêmica: Engenheiro de produção formado pelo Instituto Mauá de Tecnologia; Pós-Graduado em Administração Industrial pela USP, MBA pela École de Management à L'Université Jean Moulin (Lyon - França), Extensão Executiva em Marketing Estratégico pelo INSEAD (Fontainebleau - França) e Formação Executiva para Chief Technology Officers pela Haas School of Business, UC Berkeley.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano	Comitê de Estratégia e Transformação Digital		28/04/2025	08/05/2024

Nome: FRANCISCO AUGUSTO SEMERARO NETO

CPF: 224.998.878-18

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador

Data de Nascimento: 08/04/1982

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Diretoria de Administração e Finanças desde janeiro de 2022, assumindo as funções de Diretor de Relações com Investidores desde fevereiro/2023. Anteriormente foi Diretor de Controladoria e CSC (2020 a 2023). Setor de atuação: Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor (indicando cargos e funções): Embraer S.A. (2019 a 2020): Diretor de Controladoria (Controller Corporativo e da divisão de Aviação Comercial). Setor de atuação: Fabricação de aeronaves e equipamentos e prestação de serviços para aviação e defesa e segurança. Husqvarna Ltda (2016 a 2018): CFO para a América Latina, responsável pelas áreas de Controladoria, Fiscal, Contabilidade e TI. Setor de Atuação: Fabricação de máquinas e equipamentos para manejo de áreas verdes e para construção civil. Formação acadêmica: Administração de Empresas pela EAESP/FGV concluída em dez/2003.Especialização (Master) em Business Economics pela EESP/FGV concluída em set/2007. MBA pela Fundação Dom Cabral concluída em out/2018.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano			28/04/2025	08/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome: FREDERICO DE SOUZA QUEIROZ PASCOWITCH

CPF: 310.154.298-74

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador

Data de Nascimento: 30/05/1983

Experiência Profissional:

É Diretor Gerente da Itaúsa S.A., desde setembro/2019, Membro das Comissões de Auditoria e Riscos, e de Investimentos desde abril/2017, de Governança Corporativa desde julho/2020 e de Sustentabilidade desde maio/2023; e foi Consultor de Investimentos de fevereiro/2016 a abril/2017. É Membro Suplente do Conselho de Administração da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, desde abril/2017; Membro do Comitê de Finanças da Alpargatas S.A, desde setembro/2017; Membro do Comitê de Finanças e Avaliação de Projetos da AEGEA Saneamento e Participações S.A., desde maio/2022; e Membro do Conselho Consultivo da Wise Plásticos S.A. desde agosto/2019. Foi Diretor Gerente da Itaúsa Empreendimentos S.A. de maio/2017 a agosto/2019 e Sócio na Gávea Investimentos de 2008 a 2015; Membro do Conselho de Administração da Energisa; e Membro do Conselho de Administração da Cell Site Soluções. Graduação em Administração de Empresas pela Insper (2005).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano			28/04/2025	08/05/2024

Nome:
HARRY SCHMELZER
JUNIOR

CPF:
444.489.619-15

Passaporte:

Nacionalidade:
Brasil

Profissão:
Engenheiro Eletricista

Data de Nascimento:
12/07/1958

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.:Membro do Conselho de Administração desde julho de 2024 e Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde agosto de 2024. Grupo WEG: Membro do Conselho de Administração desde abril/2024. CEO de 2008 até março/2024. Diversas posições nas áreas de engenharia e vendas. Setor de atuação: máquinas, equipamentos e automação. Conselho Empresarial do Brics (Cebrics): Membro de 2013 até 2023. Formação Acadêmica: Bacharel em Engenharia Elétrica - Faculdade de Engenharia de Joinville (FEJ); Pós Graduação em Administração de Empresas - Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG); Cursos em Gestão e Finanças pela Fundação Dom Cabral, Kellogg School of Management (Northwestern University, EUA), Insead (França) e IMD International (Suíça); Conselheiros de Administração - Instituto Brasileiro e Governança Corporativa/IBGC.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano	Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação		28/04/2025	28/08/2024

Nome: HÉLIO SEIBEL **CPF:** 533.792.848-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 27/01/1953

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheiro não Executivo) Membro do Conselho de Administração desde 1999, atualmente Vice-Presidente desde abril/2021, Membro Titular desde abril/2013, tendo sido também de 1999 a abril/2012 e Membro Suplente de abril/2012 a abril/2013, Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de novembro/2009 a abril/2015, Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de novembro/2009 a maio/2011 e Presidente do Comitê de Finanças desde dezembro/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Ligna Florestal Ltda.: Sócio de 1983 até agosto/2023. Setor de atuação: holding não financeiro. HS Investimentos S.A.: Diretor Presidente desde novembro/2013. Setor de atuação: Companhia de Investimentos de bens e finanças. Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens Ltda.: Presidente do Conselho de Administração desde novembro/2015. Setor de atuação: comércio de madeiras, ferragens, artefatos, subprodutos e produtos correlatos. HSI Agro Ltda.: Sócio administrador desde agosto/2023. Espaço Negócios Imobiliários Ltda.: Diretor desde setembro/2002. Setor de atuação: incorporação de empreendimentos imobiliários. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: IDV – Instituto de Desenvolvimento do Varejo: Membro do Conselho desde dezembro/2008, tendo sido Presidente de 2007 a 2008. Klabin S.A.: Membro do Conselho de Administração de março/2015 a abril/2019. Pinacoteca de São Paulo: Membro do Conselho de Administração desde setembro/2017. MASP: Membro do Conselho de Administração desde 2016; MAM: Vice-Presidente do Conselho desde 2019; MUBE: Membro do Conselho de Administração desde 2016; Melnick Even Desenvolvimento Imobiliário S.A: Membro do Conselho de Administração de novembro/2020 até maio/2021; e Young Presidents Organization-YPO/WPO: Membro desde 1995. Formação Acadêmica: Administrador de Empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas /SP, em 1975.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Presidente do Comitê	08/05/2024	1 ano			08/05/2024	13/12/2021

Nome: JOSÉ MARIA RABELO

CPF: 232.814.566-34

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Advogado

Data de Nascimento: 03/08/1955

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Membro do Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos Efetivo) desde março/2022. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Conselheiro Fiscal de abril/2016 a julho/2020. Norte Energia S.A.: Conselheiro de Administração de fevereiro/2021 a abril/2022. Aliança Geração de Energia S.A.: Presidente do Conselho de Administração de março/2018 a abril/2020. Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.: Presidente do Conselho de Administração de abril/2018 a abril/2020. Formação Acadêmica: Graduado em Direito pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) em 1981, com LL.M em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 2016 a 2019.MBA Formação Geral para Altos Executivos, pela UFMG, em 1995.Declara que não é diretora da companhia, suas controladas, coligadas ou de seu acionista controlador.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano			28/04/2025	29/04/2022

Nome: MARCELO DE CAMARGO FURTADO **CPF:** 054.087.568-66 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 15/11/1963

Experiência Profissional: xperiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: Membro Especialista do Comitê de Sustentabilidade desde janeiro de 2021, sendo Membro desse Comitê desde maio de 2018. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou em organizações do terceiro setor: Fibria/Suzano: Membro do Comitê de Sustentabilidade desde março de 2018; Instituto Arapyaú, Diretor Executivo de 2013 a 2017; WRI – World Resource Institute no Brasil: Presidente do Conselho; Conectas Direitos Humanos: Membro do Conselho; Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura: Facilitador desde 2016; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas: Membro do Grupo de Trabalho de Longo Prazo, também co-liderou o grupo de Agricultura e Florestas; Lemann Fellow e membro do Yale World Fellow Program, nomeado em 2011; Organização Ambientalista Greenpeace: Diretor Executivo do Greenpeace Brasil de 2008 a 2013, Diretor de Campanhas no Greenpeace Brasil para Floresta, Clima;Energia e Poluição de 2005 a 2008, Greenpeace Internacional de 1990 a 2005. Formação acadêmica: Engenheiro Químico com mestrado na USP/POLI em Energias Renováveis.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano	Membro Especialista do Comitê de Sustentabilidade		28/04/2025	30/05/2018

Nome: MÁRCIO FRÓES TORRES

CPF: 983.816.797-53

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Engenheiro Químico

Data de Nascimento: 12/05/1968

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A.: (Conselheiro Independente) Membro Titular do Conselho de Administração desde outubro/2020. Presidente do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde outubro/2020 . Membro do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas desde outubro/2020 e presidente do referido Comitê desde agosto/2023. Membro do Comitê de Sustentabilidade desde janeiro/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. DX Ventures: Membro do Comitê de Investimento do DX Ventures Fundo de Investimento em Participações Multi Estratégia Investimento no Exterior desde agosto/2021; Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Gerdau S.A.: Membro do Conselho de Administração de abril/2019 a abril/2021 e membro do Comitê de Remuneração desde julho/2020 a abril/2021; Falconi Participações S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde dezembro/2019; FRST Falconi: Membro do Comitê de Administração desde dezembro/2019; Falconi Capital: Membro do Comitê Consultivo desde outubro/2018; Formação Acadêmica: Engenheiro Químico formado pela UFRJ em 1993 e master em Tecnologia Cervejeira pela Universidad Politécnica de Madrid em 1998. Critérios de independência: atende aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	24/04/2025	1 ano	Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação		24/04/2025	29/10/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2025	1 ano	Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionada		24/04/2025	29/10/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2025	1 ano	Comitê de Estratégia e Transformação Digital		24/04/2025	08/05/2024

Nome: MARCOS CAMPOS BICUDO

CPF: 075.620.507-75

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administra
dor de
Empresas

**Data
de
Nas
cime
nto:** 28/11/1962

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos cinco anos: Dexco S.A.: Membro Independente do Conselho de Administração desde junho/2023. Presidente do Comitê de Sustentabilidade desde agosto/2023. Membro do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas desde agosto/2023. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Vedacit do Nordeste S.A (Grupo Otto Baumgart): Diretor Presidente, desde setembro de 2017. Setor de atuação: fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas. Conselho Empresarial Brasileiro Desenvolvimento Sustentável (CEBDS): Presidente do Conselho de Administração, desde junho de 2008. Setor de atuação: organização do terceiro setor voltada a questões relacionadas a desenvolvimento sustentável. Formação Acadêmica: Bacharel em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC. Critérios de independência: atende aos critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Presidente do Comitê	24/04/2025	1 ano			24/04/2025	26/04/2024
Outros Comitês		Presidente do Comitê	01/05/2025	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		24/04/2025	02/08/2023
Outros Comitês		Presidente do Comitê	24/04/2025	1 ano	Comitê para Avaliação com Partes Relacionadas		24/04/2025	02/08/2023

Nome: PAULA LUCAS SETUBAL **CPF:** 295.243.528-69 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Pedagoga **Data de Nascimento:** 09/06/1982

Experiência Profissional: Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A. (Conselheira não Executiva): Membro Suplente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de maio/2020 a março/2022 e do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde maio/2020, tendo sido Ouvinte do (i) Conselho de Administração de fevereiro/2020 a maio/2020 e (ii) do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de fevereiro/2020 a maio/2020 e durante o ano de 2017 e Membro do Comitê de Finanças desde dezembro/2021. Setor de atuação: Construção Civil, Material para Construção e Decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: Ouvinte do Conselho de Administração desde fevereiro/2020. Setor de atuação: holding. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Fundação Itaú Social: Membro do Conselho Consultivo (Grupo Orientador) desde fevereiro/2017; Family Office: Membro do Conselho Familiar de 2011 a 2016, tendo sido Coordenadora de 2012 a 2014; Colégio Santa Cruz: Professora de Educação Infantil de 2011 a 2016. Formação Acadêmica: Pedagoga formada, em 2003, e pós-graduada em Psicopedagogia, em 2006, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2025	1 ano			24/04/2025	13/12/2021
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2025	1 ano	Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação		24/04/2025	06/05/2020

Nome:

RICARDO EGYDIO SETUBAL

CPF:

033.033.518-99

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Administra
dor de
Empresas

Data de Nascimento:

22/04/1962

Experiência Profissional:

Experiência Profissional durante os últimos 5 anos: Dexco S.A.: (Conselheiro não Executivo): Membro do Conselho de Administração desde abril/2008, tendo sido Vice-Presidente de abril/2009 a abril/2017; Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação de novembro/2009 a maio/2020; Membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos de novembro/2009 a março/2022; Membro do Comitê de Sustentabilidade desde abril/2018; Membro do Comitê de Finanças desde agosto/2023; Foi membro do Comitê de Divulgação e Negociação no período de maio de 2020 a abril de 2022, sendo que deixou de ser Comitê e passou a ser Comissão em 04/2022, tendo sido também de abril/2018 a maio/2019, de abril/2016 a maio/2017, de abril/2014 a abril/2015, de abril/2012 a abril/2013 e de março/2010 a maio/2011. Setor de atuação: construção civil, material para construção e decoração. Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor: Itaúsa S.A.: (Conselheiro Executivo) Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril/2009; Diretor Vice-Presidente Executivo desde maio/2022, tendo sido Diretor Vice-Presidente de maio/2021 a abril/2022; Membro dos Comitês de Governança e Pessoas e de Auditoria desde agosto/2022; Coordenador interino do Comitê de Sustentabilidade e Riscos desde agosto/2022 e Membro desde maio/2021; Membro da Comissão de Auditoria e Riscos desde abril/2017; Membro das Comissões de Mercado de Capitais desde maio/2009, de Finanças, de Investimentos, e de Pessoas e Ética desde abril/2017, de Governança Corporativa desde julho/2020, e de Sustentabilidade desde junho/2019, tendo sido Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto/2008 a maio/2010. Setor de atuação: holding. Itaútec S.A. – Grupo Itaútec: Diretor desde abril/2023. Membro do Conselho de Administração, tendo sido Presidente de fevereiro/2010 a agosto/2019, Conselheiro Suplente de abril/2009 a janeiro/2010 e Efetivo de abril/1999 a abril/2008; Membro do Comitê de Divulgação de setembro/2010 a agosto/2019, Diretor Vice-Presidente Executivo de abril/1999 a janeiro/2010; Membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, do Comitê de Estratégia e do Comitê de Pessoas e Governança de setembro/2010 a janeiro/2015. Setor de atuação: holding de instituições não-financeiras. Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa: Membro do Conselho de Administração de março/2014 a março/2019, tendo sido Vice-Presidente de março/2016 a março/2018 e Presidente de março/2018 a março/2019. Formação Acadêmica: administrador de empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas e graduado em direito pela Universidade de São Paulo.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano			28/04/2025	02/08/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/05/2025	1 ano	Comitê de Sustentabilidade		28/04/2025	27/04/2018

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
RODOLFO VILLELA MARINO	271.943.018-81	Dexco S.A.	97.837.181/0001-47	
Membro Suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
RICARDO VILLELA MARINO	252.398.288-90	Itaúsa S.A	61.532.644/0001-15	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro Suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
PAULA LUCAS SETUBAL	295.243.528-69	Dexco S.A.	97.837.181/0001-47	
Conselheira Suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
ROBERTO EGYDIO SETUBAL	007.738.228-52	Itaúsa S.A	61.532.644/0001-15	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
HÉLIO SEIBEL	533.792.848-15	Dexco S.A.	97.837.181/0001-47	
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
ALEX LASERNA SEIBEL	356.849.588-00	Dexco S.A.	97.837.181/0001-47	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Conselheiro Suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ALEX LASERNA SEIBEL	356.849.588-00	Dexco S.A.	97.837.181/0001-47	
Conselheiro Suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
HÉLIO SEIBEL	533.792.848-15	Dexco S.A.	97.837.181/0001-47	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor

ALFREDO EGYDIO SETUBAL	014.414.218-07	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Itaúsa S.A desde 2015 e Membro do Conselho de Administração desde 2008	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO	066.530.838-88	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		
Diretor Vice-Presidente da Itaúsa	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

HÉLIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Cliente
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LÉO MADEIRAS, MÁQUINAS E FERRAGENS LTDA.	61.069.373/0001-03		
Hélio Seibel é Presidente do Conselho de Administração da Léo Madeiras, Máquinas & Ferragens desde novembro de 2015	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
HÉLIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HS INVESTIMENTOS S.A	04.114.908/0001-87		
Hélio Seibel é Diretor Presidente da HS Investimento desde nov/2013	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
HÉLIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HSI AGRO LTDA.	52.331.943/0001-09		
Hélio Seibel é Sócio Administrador da HSI Agro Ltda. desde agosto/2023.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ANDREA LASERNA SEIBEL	140.725.018-32	Subordinação	Cliente
Membra Efetiva do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LÉO MADEIRAS, MÁQUINAS E FERRAGENS LTDA.	61.069.373/0001-03		
Andrea Seibel é Diretora Geral da Léo Madeiras, Máquinas e Ferragens desde jan/2013	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RICARDO EGYDIO SETUBAL	033.033.518-99	Controle	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro Suplente do Conselho de Administração desde abr/2009 e Diretor Vice-Presidente desde mai/2022	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

RODOLFO VILLELA MARINO	271.943.018-81	Controle	Controlador Direto
Membro Suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		
Membro Suplente do Conselho de Administração desde abr/2011 e Diretor Vice-Presidente desde mai/2022	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
PAULA LUCAS SETUBAL	295.243.528-69	Subordinação	Controlador Direto
Membra Suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		
Ouvinte do Conselho de Administração da Itaúsa desde fev/2020	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ALEX LASERNA SEIBEL	356.849.588-00	Controle	Controlador Direto
Membro Suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
HS INVESTIMENTOS S.A	04.114.908/0001-87		
Alex Seibel é Sócio Diretor da HS Investimentos S.A desde 2013	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ALEX LASERNA SEIBEL	356.849.588-00	Controle	Controlador Direto
Membro Suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
HSI AGRO LTDA.	52.331.943/0001-09		
Administrador desde agosto/2023.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor			
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO	066.530.838-88	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		
Diretor Vice-Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
ALFREDO EGYDIO SETUBAL	014.414.218-07	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Itaúsa S.A desde 2015 e Membro do Conselho de Administração desde 2008	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor			
ANDREA LASERNA SEIBEL	140.725.018-32	Subordinação	Cliente
Membro Efeito do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LÉO MADEIRAS, MÁQUINAS E FERRAGENS LTDA.	61.069.373/0001-03		
Diretora Geral	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Andrea Seibel é Diretora Geral da Léo Madeiras, Máquinas e Ferragens desde jan/2013			
Administrador do Emissor			
HÉLIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Cliente
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
LÉO MADEIRAS, MÁQUINAS E FERRAGENS LTDA.	61.069.373/0001-03		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Observação

Helio Seibel é Presidente do Conselho de Administração da Léo Madeiras, Máquinas & Ferragens desde novembro de 2015

Administrador do Emissor

HÉLIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

LIGNA FLORESTAL LTDA.	10.696.007/0001-43		
Hélio Seibel foi Sócio desde 1983 até agosto/2023.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

HÉLIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

HS INVESTIMENTOS S.A	04.114.908/0001-87		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Helio Seibel é Diretor Presidente da HS Investimento desde nov/2013

Administrador do Emissor

HÉLIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
HSI AGRO LTDA. Hélio Seibel é Sócio Administrador da HSI Agro Ltda. desde agosto/2023.	52.331.943/0001-09 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor PAULA LUCAS SETUBAL Membro Suplente do Conselho de Administração	295.243.528-69 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada ITAÚSA S.A Ouvinte do Conselho de Administração	61.532.644/0001-15 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor RICARDO EGYDIO SETUBAL Membro Efetivo do Conselho de Administração	033.033.518-99 N/A	Controle Brasileiro(a) - Brasil	Controlador Direto
Pessoa Relacionada ITAÚSA S.A Membro Suplente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	61.532.644/0001-15 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação Membro Suplente do Conselho de Administração desde abr/2009 e Diretor Vice-Presidente desde mai/2022			
Administrador do Emissor RODOLFO VILLELA MARINO	271.943.018-81	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		
Membro Efetivo do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação
Membro Efetivo do Conselho de Administração desde abr/2011 e Diretor Vice-Presidente desde mai/2022

<u>Administrador do Emissor</u>			
ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA	066.530.828-06	Subordinação	Controlador Direto
Membro Suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Vice-Presidente do Conselho de Administração da Itaúsa desde abril/2017			

Exercício Social 31/12/2022

<u>Administrador do Emissor</u>			
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO	066.530.838-88	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor Vice-Presidente da Itaúsa	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

HÉLIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Cliente
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

LÉO MADEIRAS, MÁQUINAS E FERRAGENS LTDA.	61.069.373/0001-03		
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Helio Seibel é Presidente do Conselho de Administração da Léo Madeiras, Máquinas & Ferragens desde novembro de 2015

Administrador do Emissor

HÉLIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

LIGNA FLORESTAL LTDA.	10.696.007/0001-43		
Hélio Seibel foi Sócio desde 1983 até agosto/2023.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador do Emissor

HÉLIO SEIBEL	533.792.848-15	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HS INVESTIMENTOS S.A	04.114.908/0001-87		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Helio Seibel é Diretor Presidente da HS Investimento desde nov/2013			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANDREA LASERNA SEIBEL	140.725.018-32	Subordinação	Cliente
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LÉO MADEIRAS, MÁQUINAS E FERRAGENS LTDA.	61.069.373/0001-03		
Diretora Geral	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Andrea Seibel é Diretora Geral da Léo Madeiras, Máquinas e Ferragens desde jan/2013			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RICARDO EGYDIO SETUBAL	033.033.518-99	Controle	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		
Membro Suplente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Membro Suplente do Conselho de Administração desde abr/2009 e Diretor Vice-Presidente desde mai/2022			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RODOLFO VILLELA MARINO	271.943.018-81	Controle	Controlador Direto

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro Efetivo do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		
Membro Suplente do Conselho de Administração desde abr/2011 e Diretor Vice-Presidente desde mai/2022	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ALEXANDRE DE BARROS	040.036.688-63	Subordinação	Cliente
Membro Suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAÚ UNIBANCO S.A.	60.701.190/0001-04		
Membro do Comitê de Auditoria	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Membro do Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco desde dez/2019			
A Companhia atende o Itaú de forma indireta por meio do canal Engenharia			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
PAULA LUCAS SETUBAL	295.243.528-69	Controle	Controlador Direto
Membra Suplente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ITAÚSA S.A	61.532.644/0001-15		
Ouvinte do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Ouvinte do Conselho de Administração da Itaúsa desde fev/2020			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia mantém vigente seguro de responsabilidade civil de administradores (D&O), que tem por objeto garantir aos administradores da Emissora e de todas as sociedades nas quais a Emissora detém participação societária, direta ou indiretamente, nos termos da apólice, o pagamento ou reembolso de despesas caso o patrimônio pessoal dos administradores seja atingido em decorrência de processos judiciais, administrativos ou arbitrais, incluído, mas não limitado, àqueles de natureza cível, trabalhistas, tributária, consumerista ou previdenciária, em função de sua responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária ou devido à desconsideração da personalidade jurídica, relacionados às atividades da Emissora, bem como em decorrência de qualquer reivindicação escrita ou processo judicial cível, administrativo, regulatório ou arbitral, imputando descumprimento de leis ou normativos federais, estaduais e/ou municipais, ou normas estrangeiras, reguladoras de valores mobiliários.

Referida apólice exclui de cobertura a prática de:

- (i) atos que assegurem ao administrador a obtenção de lucro ou vantagem pessoal à qual ele legalmente não tenha direito; e
- (ii) atos dolosos ou culpa grave equiparável ao dolo praticados por administrador ou por qualquer terceiro em benefício desse administrador.

A atual apólice prevê como limite de cobertura o valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sujeito a sublimites e franquias para cada cobertura contratada.

Em 2025, o valor negociado do prêmio do seguro de responsabilidade civil para os administradores, com vigência da apólice de: 22.01.2025 a 22.07.2026, foi de R\$ 601,5 mil, incluído o IOF.

Adicionalmente, a Companhia informa que não há contratos de indenidade celebrados com os administradores.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 Outras informações julgadas relevantes

Informações sobre as Assembleias Gerais realizadas nos 3 últimos exercícios sociais:

Data de Realização das Assembleias	Instalação em 2ª Convocação	Quórum de Instalação
		Ações Ordinárias
AGE de 28.04.2022	Não	86,13%
AGO de 28.04.2022	Não	86,12%
AGO de 27.04.2023	Não	85,42%
AGE de 27.04.2023	Não	87,9%
AGE de 23.06.2023	Não	77,61%
AGE de 01.04.2024	Não	76,93%
AGO de 26.04.2024	Não	86,39%
AGE de 24.07.2024	Não	79,88%
AGE de 29.11.2024	Não	76,28%
AGE de 24.04.2025	Não	84,95%
AGO de 24.04.2025	Não	84,95%

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Política de Remuneração dos Administradores e dos Membros do Conselho Fiscal da Companhia foi aprovada em 28 de abril de 2021 pelo Conselho de Administração e está disponível para consulta pública nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.dex.co/>).

A referida política tem como objetivo definir a estratégia de remuneração do Conselho de Administração, de seus Comitês de Assessoramento, da Diretoria Estatutária e não Estatutária, e do Conselho Fiscal, com vistas a atrair, reter e engajar profissionais qualificados, promovendo o alinhamento de interesses entre os administradores, os acionistas e a perenidade da Companhia. A remuneração é estabelecida e atualizada com base em pesquisas de mercado, considerando empresas de referência em diversos setores, de modo a manter um pacote de remuneração competitivo e sustentável.

No caso da Diretoria Estatutária e não Estatutária, o pacote de remuneração compreende, além da parcela fixa mensal, uma parcela variável (Incentivos de Curto Prazo e de Longo Prazo), que visa reconhecer e recompensar os resultados obtidos e promover o alinhamento com a geração de valor de curto, médio e longo prazo.

Nos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, apenas os presidentes e especialistas são remunerados, com montante contemplado na verba global anual do Conselho de Administração aprovada pela Assembleia Geral.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

A remuneração individual é avaliada anualmente considerando as práticas salariais de mercado (estudo elaborado no primeiro semestre de cada ano) e a avaliação de performance do período (performance condicionada a meritocracia).

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;*

O processo decisório é conduzido pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação da Companhia baseando-se nos estudos de posicionamento a mercado e avaliação de performance.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos*

Adotamos a metodologia de *job pricing* ou comparação do conteúdo do cargo e, com base nisso, buscamos as práticas de mercado por meio de um painel de empresas definidas para o ano. O estudo objetiva comparar o potencial de ganho do RDA (Remuneração Direta Alvo / Salário Base + Incentivos de Curto Prazo Target + Incentivos de longo prazo Target) dos executivos da Dexco frente aos executivos do painel de empresas selecionadas.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor*

8.1 Política ou prática de remuneração

Anualmente o tema é avaliado pelo Conselho de Administração com base no estudo descrito no subitem “ii” acima conduzido pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação da Companhia.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Remuneração Fixa: A remuneração fixa é definida pelo valor mensal pago a título de honorários para remunerar os administradores da Dexco em função do cargo exercido.

Os valores pagos a título de honorários normalmente ficam alinhados com a mediana do mercado, permitindo assim que a Companhia direcione parte significativa da remuneração total para os incentivos variáveis de curto e longo prazos.

Elegibilidade: Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária e não Estatutária, bem como presidentes e especialistas dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração.

Remuneração Variável: Compõe-se de Incentivos de Curto Prazo e Incentivos de Longo Prazo (Plano de Outorga de Opções de Ações de agosto/2009 a dezembro/2019 e Plano de Incentivo de Longo Prazo a partir de 2020).

O objetivo dos Incentivos de Curto Prazo (ICP ou STI) é reconhecer e recompensar os membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária pelo resultado do ano (período de 12 meses), estimulando-os a atingir e superar metas e resultados, de acordo com o desempenho individual, da respectiva área de atuação e o desempenho global da organização.

Nos termos do Regulamento do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP ou LTI) aprovado na AGO/E de 26.04.2019 conforme alterado nas AGO/Es de 30.04.2020 e de 29.04.2021 (“Novo Plano ILP”), com vigência a partir de 2020, que substituiu o Plano de Outorga de Opções de Ações, aprovado na Assembleia Geral de 31.08.2009, e alterado em 25.04.2012 (“Plano de Opções”), parte do Incentivo de Curto Prazo poderá ser investido pelo participante/beneficiário elegível do incentivo “*Matching*”, nos termos nele estabelecidos.

Elegibilidade: Diretoria Estatutária e não estatutária

O objetivo dos Incentivos de Longo Prazo, pagos com base no novo Plano ILP, é reconhecer e recompensar os membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária pelos resultados obtidos em períodos superiores a um ano, integrando-os no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazos, e permitindo-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação que trouxeram para as ações de emissão da Dexco.

A parcela variável contempla desde o exercício de 2020, os incentivos de *Performance Shares* e *Matching* previstos no regulamento do novo Plano ILP, sendo que da remuneração total dos administradores para posicionar os elegíveis na estratégia da empresa de P75 do mercado, poderá representar em torno de 25% do pacote de remuneração total.

Uma vez que o regulamento do novo Plano ILP tem vigência a partir do exercício de 2020, é importante ressaltar que o Plano de Opções segue contemplado e referenciado como Incentivo de Longo Prazo até o exercício de 2019, em decorrência das outorgas até então ativas, conforme verificaremos abaixo.

Benefícios: Compõe, ainda, o pacote de remuneração da Dexco um conjunto de benefícios que visam melhorar a qualidade de vida e prover os administradores e seus dependentes legais de planos adequados de assistência médica, previdência complementar (pós-emprego) e seguro de vida em grupo.

Elegibilidade: Membros do Conselho de Administração (exceto os independentes) e membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária.

Pós-Emprego: Plano de previdência complementar onde o colaborador pode aplicar um percentual dos rendimentos mensais, com o objetivo de construir uma reserva financeira de longo prazo.

Elegibilidade: Membros do Conselho de Administração (exceto os independentes) e membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária.

8.1 Política ou prática de remuneração

O Conselho de Administração dispõe do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação que avalia a estratégia e a remuneração a ser adotada para captação, retenção e engajamento de novos profissionais, e que, posteriormente, é aprovada pelo Conselho de Administração.

A composição da remuneração definida para os administradores da Dexco está alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazos, sendo que a remuneração fixa reflete a mediana de mercado, e a composição da remuneração fixa adicionada à variável de curto prazo pode chegar no terceiro quartil de mercado. Esta combinação visa a atração e retenção de profissionais, com foco no alcance e superação de resultados. A parcela variável sofre os impactos diretos dos resultados obtidos no curto prazo (períodos de 12 meses) e no longo prazo (períodos superiores a um ano). Em linhas gerais, o pacote de remuneração total dos Diretores Estatutários contempla de 25% a 40% na parte fixa, consequentemente, de 75% a 60% na parte variável, formada pelos incentivos de curto e de longo prazos.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

ANO 2024	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	98,75%	23,88%	100,00%
Incentivos de Curto Prazo	0,00%	35,68%	0,00%
Incentivos de Longo Prazo	0,00%	32,04%	0,00%
Benefícios	0,03%	1,29%	0,00%
Pós Emprego	1,22%	7,11%	0,00%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

ANO 2023	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	98,49%	25,51%	100,00%
Incentivos de Curto Prazo	0,00%	42,18%	0,00%
Incentivos de Longo Prazo	0,00%	24,98%	0,00%
Benefícios	0,05%	1,41%	0,00%
Pós Emprego	1,47%	5,91%	0,00%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

ANO 2022	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	98,48%	27,87%	99,90%
Incentivos de Curto Prazo	0,00%	36,63%	0,00%
Incentivos de Longo Prazo	0,00%	28,13%	0,00%
Benefícios	0,05%	1,42%	0,10%
Pós Emprego	1,47%	5,95%	0,00%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

Os valores de remuneração pagos pela Dexco aos seus administradores são definidos em função da importância e do peso relativo do cargo na estrutura organizacional, da estratégia de posicionamento frente ao mercado e do resultado de performance avaliado no ciclo (meritocracia).

8.1 Política ou prática de remuneração

O reajuste ocorre periodicamente, se aplicável, após a realização de pesquisas de remuneração, realizadas anualmente por empresas especializadas no assunto, por meio das quais são comparados os valores praticados pela Dexco com o mercado e aferidos o grau de competitividade e necessidade de ajuste dos valores praticados.

Essas pesquisas englobam todos os elementos da remuneração.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A remuneração variável de curto prazo (ICP), aplicável à Diretoria Estatutária, integra metas financeiras, operacionais e individuais, que refletem os resultados da Companhia, das áreas de atuação e do desempenho dos administradores. Em linha com a Estratégia de Sustentabilidade 2025 e com diretriz formal da Companhia, pelo menos 10% das metas individuais da Diretoria Executiva são vinculadas à performance ESG, abrangendo aspectos ambientais, sociais e de governança. A prática é aplicada regularmente, ainda que, em função das condições de negócio e das prioridades estratégicas de cada ciclo, possa haver variações na composição específica das metas de STI entre os executivos e períodos.

A remuneração variável de longo prazo (ILP), por meio do Plano de Incentivo de Longo Prazo, tem foco em alinhamento de interesses com acionistas e criação de valor sustentável, e atualmente não contempla metas ESG formais integradas.

A Dexco segue comprometida com a evolução contínua de suas práticas de remuneração e com a integração progressiva de fatores ESG nos mecanismos de incentivo de seus administradores.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A Dexco busca, com a atual composição da remuneração, proporcionar atratividade em relação ao mercado, retenção e engajamento dos profissionais em relação à perenidade e à criação de valor para a Companhia. Para tanto adota um modelo no qual atrela reconhecimento e recompensa à obtenção de resultados significativos para o negócio.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os membros da administração são remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,67	8,00	6,00	26,67
Nº de membros remunerados	9,67	8,00	3,00	20,67
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.400.000,00	10.662.870,00	415.475,28	15.478.345,28
Benefícios direto e indireto	1.797,09	698.688,26	0,00	700.485,35
Participações em comitês	960.000,00	0,00	0,00	960.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	26.158.125,00	0,00	26.158.125,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	63.526,98	3.283.108,16	0,00	3.346.635,14
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	13.948.322,93	0,00	13.948.322,93
Observação	De acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP, neste item não é incluída a remuneração no montante total de R\$ 792.000 referente aos 4 membros dos Comitês estatutários que não são membros do conselho de administração remunerados neste ano. Ainda, neste item são considerados titulares e suplentes do conselho de administração.	Valores da remuneração baseada em ações estão em linha com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, constante da Resolução CVM nº 97/22, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1), independentemente de os instrumentos patrimoniais da Companhia terem sido outorgados pela própria Companhia ou por seu acionista. Cabe destacar que a remuneração apresentada contempla todas as possibilidades de remuneração variável para o ano corrente para a administração estatutária e considera a ocupação plena de todas as posições em órgãos estatutários.	Neste item são considerados titulares e suplentes do conselho fiscal.	
Total da remuneração	5.425.324,07	54.751.114,35	415.475,28	60.591.913,70

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,50	7,25	6,00	24,75
Nº de membros remunerados	8,83	7,25	3,00	19,08
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.882.500,00	10.514.805,00	420.550,56	14.817.855,56
Benefícios direto e indireto	1.597,77	566.589,36	0,00	568.187,13
Participações em comitês	1.040.000,00	0,00	0,00	1.040.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	15.707.925,03	0,00	15.707.925,03
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	60.600,00	3.131.840,27	0,00	3.192.440,27
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	14.108.248,19	0,00	14.108.248,19
Observação	De acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP, neste item não é incluída a remuneração no montante total de R\$ 881.626,51 referente aos 4 membros dos Comitês Estatutários que não são membros do Conselho de Administração remunerados neste ano. Ainda, neste item são considerados titulares e suplentes do Conselho de Administração.	Valores da remuneração baseada em ações estão em linha com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, constante da Resolução CVM nº 97/22, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1), independentemente de os instrumentos patrimoniais da Companhia terem sido outorgados pela própria Companhia ou por seu acionista. Cabe destacar que a remuneração apresentada contempla todas as possibilidades de remuneração variável para o ano corrente para a administração estatutária e considera a ocupação plena de todas as posições em órgãos estatutários.		
Total da remuneração	4.984.697,77	44.029.407,85	420.550,56	49.434.656,18

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,90	8,70	6,00	26,60
Nº de membros remunerados	8,90	8,70	3,00	20,60
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.908.000,00	11.618.258,06	410.400,00	15.936.658,06
Benefícios direto e indireto	2.418,17	643.034,68	0,00	645.452,85
Participações em comitês	1.165.333,33	0,00	0,00	1.165.333,33
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	19.208.901,00	0,00	19.208.901,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	75.600,00	2.692.211,42	0,00	2.767.811,42
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	11.376.051,50	0,00	11.376.051,50
Observação	De acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP, neste item não é incluída a remuneração no montante total de R\$ 1.176.800,00 milhões referente aos 4 membros dos Comitês estatutários que não são membros do conselho de administração, remunerados neste ano. Ainda, neste item são considerados titulares e suplentes do conselho de administração.	Valores da remuneração baseada em ações estão em linha com a definição de remuneração baseada em ações, paga em ações ou dinheiro, constante da Resolução no. 97/22, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 10 (RI), independentemente de os instrumentos patrimoniais da Companhia terem sido outorgados pela própria Companhia ou por seu acionista.	Neste item são considerados titulares e suplentes do conselho fiscal.	
Total da remuneração	5.151.351,50	45.538.456,66	410.400,00	51.100.208,16

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12,00	9,00	6,00	27,00
Nº de membros remunerados	9,00	9,00	3,00	21,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.960.000,00	12.239.369,00	399.680,00	16.599.049,00
Benefícios direto e indireto	2.788,64	625.061,88	396,24	628.246,76
Participações em comitês	1.120.000,00	0,00	0,00	1.120.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	16.086.453,99	0,00	16.086.453,99
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	75.600,00	2.612.480,60	0,00	2.688.080,60
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	12.355.317,91	0,00	12.355.317,91
Observação	De acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP, neste item não é incluída a remuneração no montante total de R\$ 1.083.815,63 milhões referente aos 3,33 membros dos Comitês estatutários que não são membros do conselho de administração, remunerados neste ano. Ainda, neste item são considerados titulares e suplentes do conselho de administração.	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP; Valores da remuneração baseada em ações apropriados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10.	Neste item são considerados titulares e suplentes do conselho fiscal.	
Total da remuneração	5.158.388,64	43.918.683,38	400.076,24	49.477.148,26

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		8,00		8,00
N° de membros remunerados		8,00		8,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		890750,00		890.750,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		26158125,00		26.158.125,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		13096000,00		13.096.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		7,25		7,25
N° de membros remunerados		7,25		7,25
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		871070,00		871.070,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		23780325,00		23.780.325,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		12682840,00		12.682.840,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		15707925,03		15.707.925,03
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		8,70		8,70
N° de membros remunerados		8,70		8,70
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		853519,00		853.519,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		22920266,25		22.920.266,25
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		12224142,00		12.224.142,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		19208901,00		19.208.901,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		9,00		9,00
Nº de membros remunerados		9,00		9,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		974841,00		974.841,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		27356874,00		27.356.874,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		14573674,00		14.573.674,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		16086453,99		16.086.453,99
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

A Companhia aprovou um Plano de Outorga de Opções de Ações ("Plano de Opções"), conforme aprovado na Assembleia Geral de 31.08.2009 e alterado em 25.04.2012, dentro do pacote de remuneração em vigor no último exercício social à época, que era composto da parcela fixa mensal e da parcela variável que contemplava Incentivos de Curto Prazo e Incentivos de Longo Prazo, para as quais são observadas as outorgas vigentes sob sua regência.

A partir do exercício de 2020, a remuneração variável ocorreu sob a vigência do Regulamento do Plano de Incentivo de Longo Prazo aprovado na AGO/E de 26.04.2019 e rerratificado na AGOE de 30.04.2020 ("Plano ILP"), que substituiu o Plano de Opções acima mencionado.

O Plano ILP instituído pela Companhia e em vigor, confere aos diretores da Companhia o direito, de observadas as condições estabelecidas no Plano ILP, no Estatuto Social da Companhia e na regulamentação em vigor, subscrever ações ordinárias da Dexco, dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano ILP são propostos por comitê designado pelo Conselho de Administração da Companhia para os fins do cumprimento do Plano ILP ("Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação").

b. data de aprovação e órgão responsável

O Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação submeterá à aprovação do Conselho de Administração, as propostas relativas à aplicação do Plano ILP, incluindo a indicação de qual diretor da Companhia se aplicará o incentivo de *Performance Shares* e/ou *Matching*, bem como a respectiva quantidade de ações a que terá direito.

As ações serão pessoais e intransferíveis, salvo por sucessão "causa mortis".

Só haverá outorga de ações com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas.

c. número máximo de ações abrangidas

No Plano ILP, a quantidade total de ações a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite máximo de 0,5% da totalidade das ações da Companhia que os acionistas majoritários e minoritários possuem na data do balanço de encerramento do exercício anterior.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

De acordo com o Plano de Opções, a quantidade total de opções à época outorgadas em cada exercício não ultrapassava o limite máximo de 0,5% da totalidade das ações da Companhia que os acionistas majoritários e minoritários possuíam na data do balanço de encerramento do exercício anterior.

No Plano ILP não oferece opções.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

e. condições de aquisições de ações

Plano de Opções (última outorga em 2019)

Uma vez cumprido o período de carência, o titular das opções avisava à época à área responsável pelo gerenciamento do Plano de Opções na Companhia a data em que exerceria as opções, com antecedência mínima de 48 horas.

O titular de mais de uma série de opções exercitáveis poderia exercer, total ou parcialmente, as opções a que tinha direito.

As ações adquiridas pelo referido Plano faziam jus a dividendos e demais proventos.

Plano ILP: *Performance shares*

No âmbito do Plano *Performance shares*, serão transferidas ações de emissão da Dexco aos diretores em caso de atingimento da meta de performance, com base no planejamento estratégico da Dexco para o período de 5 anos.

A meta de Performance será definida pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação da Dexco anualmente e aprovada pelo Conselho de Administração.

Plano ILP: *Matching*

A Dexco convidará o Beneficiário a investir percentual líquido recebido do seu incentivo de curto prazo ("ICP"), mediante a compra de ações da Companhia.

O *Matching* das ações será efetuado na forma a seguir descrita: (i) ao completar 4 anos de investimento a Dexco procederá a transferência 50% das ações ao Beneficiário, somente as ações transferidas poderão ser comercializadas pelo Beneficiário (ii) ao completar 5 anos de investimento a Dexco concluirá a integralidade do aporte de 100% do *Matching* através da transferência dos 50% restante das ações ao Beneficiário.

Para ter direito ao *Matching* completo, o Beneficiário não poderá comercializar as ações compradas por ele no momento do investimento até que se complete a carência de 5 anos, ou seja, caso o Beneficiário venda as ações antes do prazo de 5 anos, perderá o direito ao *Matching*.

A transferência está condicionada à permanência do Beneficiário na Dexco e à manutenção do investimento efetivado com a compra das ações.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opções (última outorga em 2019)

O preço de exercício a ser pago à Companhia, era fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção.

Para a fixação do preço de exercício das opções em geral, o Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação considerava a média dos preços das ações ordinárias da Companhia nos pregões da B3, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da outorga das opções, sendo facultado, ainda, ajuste de até 30% para mais ou para menos.

Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação designar, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na B3.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano ILP: *Performance shares*

Não há exercício de ações; essas são transferidas após o período de carência em seu valor cheio no momento da transferência. O valor de referência para a outorga das ações é a média do valor dos últimos 30 pregões na B3.

Plano ILP: *Matching*

Não há.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano de Opções (última outorga em 2019)

As opções, sem prejuízo do prazo de vigência, só poderiam ser exercidas após o período de carência e fora dos períodos de suspensão estabelecidos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação.

O período de carência de cada série era fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na emissão, podendo sua duração variar entre os prazos de AE+1 ano e AE+5 anos, sendo AE o ano civil de emissão, de modo que a carência sempre terminava no último dia do último ano civil desse prazo.

O período de carência se extinguirá se ocorrer o desligamento do titular nas condições previstas ou o seu falecimento.

Os períodos de suspensão do exercício de opções eram determinados, quando necessário, para ordenar os trabalhos de subscrição.

Plano ILP: *Performance shares*

Não há exercício de ações; essas são transferidas após o período de carência em seu valor cheio no momento da transferência. O valor de referência para a outorga das ações é a média do valor dos últimos 30 pregões na B3.

Período de carência: 5 anos da data da outorga.

Plano ILP: *Matching*

Não há.

Período de carência: 50% das ações transferidas ao executivo ao completar 4 anos da outorga e os outros 50% ao completar 5 anos da outorga.

h. forma de liquidação

Plano de Opções (última outorga em 2019)

As Opções têm vigência pelo prazo que o Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação fixar ao outorgá-las, ficando automaticamente extintas no término desse prazo.

A vigência de cada série tinha início na data da respectiva emissão e término no final de um período que podia variar entre o mínimo de AE+5 anos e o máximo de AE+10 anos, entendendo-se por AE (Ano da Emissão) o ano civil da emissão, de modo que a vigência sempre terminasse no último dia útil do último ano civil desse prazo.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano ILP: *Performance shares*

Não há liquidação de ações; essas são transferidas após o período de carência em seu valor cheio no momento da transferência.

Plano ILP: *Matching*

Não há liquidação de ações.

i. restrições à transferência das ações

Plano de Opções (última outorga em 2019)

O titular podia dispor livremente de metade das ações que tivesse subscrito mediante o exercício da opção.

A outra metade ficava indisponível pelo prazo de 2 anos contado a partir da data do exercício de opção, averbando-se essa indisponibilidade na forma e para os fins previstos no artigo 40 da Lei nº 6.404/76 (Lei das SA).

A indisponibilidade da metade das ações submetidas não era aplicada na subscrição de ações mediante exercício de opção no último semestre do prazo de vigência.

No início do último semestre de vigência da outorga, todas as ações até então indisponíveis referente a respectiva outorga ficavam liberadas.

A indisponibilidade de metade das ações exercidas, também não era aplicada com relação às ações subscritas, a qualquer tempo, por titular desligado nas condições previstas no plano ou por sucessores de titular falecido.

As ações gravadas com indisponibilidade ficavam liberadas se e quando ocorresse o desligamento nas condições previstas ou o falecimento do titular.

Plano ILP: *Performance shares*

Observada a carência para o recebimento, não há restrições à transferência.

Plano ILP: *Matching*

Observada a carência para o recebimento, não há restrições à transferência.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Opções (última outorga em 2019)

Para preservar a finalidade do Plano de Opções, as quantidades de opções outorgadas e ainda não exercidas, ou seu preço de exercício, podiam ser ajustados para mais ou para menos com vistas a restabelecer os valores originalmente outorgados, quando o patamar das cotações das ações da Companhia na B3 se alterava de forma significativa, em razão de decisões do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral da Companhia sobre (a) desdobramento, grupamento ou bonificação de ações; (b) emissão de quantidade elevada de ações para aumento de capital; (c) distribuição de dividendos, juros remuneratórios do capital e/ou bonificações em dinheiro, em montantes excepcionais; (d) fusão, incorporação, cisão ou aquisição do controle de instituições de grande porte; (e) outros procedimentos de semelhante natureza e relevância.

O Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação apresentava as propostas de ajustes para aprovação do Conselho de Administração.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano ILP: *Performance shares*

Só haverá outorga de ações com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas.

Plano ILP: *Matching*

Só haverá opção de *Matching*, que é a compra de ações por parte do executivo, se houver pagamento da remuneração variável, onde ele poderá dispor de 25% a 75% (conforme nível) para efetuar a compra das ações.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opções (última outorga em 2019)

As Opções cujos titulares que se desligaram ou foram desligados da Companhia e/ou de empresas controladas tem sua vigência extinta de pleno direito. As Opções de diretores se extinguem na data em que deixam o exercício do cargo, seja por renúncia, seja por iniciativa do órgão que os elegeu.

O Conselho de Administração pode aprovar a não extinção se o desligamento do diretor se der em razão de não reeleição. Nesse caso, as opções de titularidade do beneficiário podem ser exercidas até o final do prazo de vigência, ou até o final do prazo de 3 anos contados a partir da data de desligamento, prevalecendo o que primeiro expirar.

Falecendo o titular das Opções antes do desligamento, os sucessores podem exercê-las até o final do prazo de vigência, ou até o final do prazo de 3 anos contados a partir da data do óbito, prevalecendo o prazo que primeiro expirar.

Se o falecimento se der após o desligamento, os sucessores podem exercer as opções durante o prazo de vigência que restar para o titular.

Plano ILP: *Performance shares*

Em caso de desligamento sem justa causa ou não recondução ao cargo, a partir do 37º mês, o diretor receberá, ao final do período de 5 anos, ações em quantidade proporcional ao período trabalhado. Ocorrendo o desligamento voluntário (renúncia), o diretor perderá o direito às ações independentemente do período transcorrido.

Plano ILP: *Matching*

Em caso de desligamento sem justa causa ou não recondução ao cargo, a partir do 13º mês da concessão, o diretor terá direito ao *Matching pro rata temporis* a ser quitado ao final do 5º ano. Ocorrendo o desligamento voluntário, o diretor perderá o direito ao *Matching*.

Em relação ao Plano ILP, ele se insere como parte essencial e relevante da remuneração total dos administradores para posicionar os elegíveis na estratégia da empresa de P75 do mercado, podendo representar em torno de 25% do pacote de remuneração total.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		7,25		7,25
Nº de membros remunerados		7,25		7,25
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		24,000000		24,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		15,03		15,03
Perdas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		8,70		8,70
Nº de membros remunerados		8,70		8,70
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		24,000000		24,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		15,55		15,55
Perdas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		9,00		9,00
Nº de membros remunerados		9,00		9,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		24,000000		24,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		0,00		0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social		682931,00		682.931,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não foram feitas outorgas de opções de compra de ações nos últimos 3 exercícios sociais. A última outorga de opções foi feita em 2019.

8.7 Opções em aberto

8.7 Opção em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022 relativas às outorgas de 2016, 2018 e 2019.

	2016	2018	2019
	Diretoria Estatutária		
Nº total de membros	11,00	9,00	9,17
Nº de membros remunerados	11,00	3,00	3,00
Opções ainda não exercíveis¹			
Quantidade	A Companhia não possui opções ainda não exercíveis		
Data em que se tornarão exercíveis			
Prazo máximo para exercício das opções			
Prazo de restrição à transferência das ações			
Preço médio ponderado do exercício			
Valor justo das opções no último dia do exercício social			
Opções exercíveis			
Quantidade ²	-	555.387	555.387
Prazo máximo para exercício das opções	31/12/2024	31/12/2026	31/12/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%
Preço médio ponderado do exercício	R\$ 10,60	R\$ 15,14	R\$ 14,91
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 4,00	R\$ 5,19	R\$ 5,17
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,0	R\$ 2.882.456,2	R\$ 2.871.348,5

Conforme esclarecido no item 8.1, não há remuneração variável para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, razão pela qual não há informação a ser prestada neste item em relação a estes órgãos.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nos exercícios sociais de 2022, 2023 e 2024 não foram exercidas opções outorgadas pela Companhia para a diretoria estatutária.

Conforme esclarecido no item 8.1., não há remuneração variável para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, razão pela qual não há informação a ser prestada neste item em relação a estes órgãos.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA		Ações		
Ano da outorga de ações	2022	2023	2024	2025 PREVISÃO
Nº total de membros (1)	9,00	8,70	7,25	8,00
Nº de membros remunerados (2)	9,00	8,70	7,00	8,00
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	0,12%	0,13%	0,20%	0,21%

1. Este item não se aplica ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal por não possuir remuneração variável. | 2. O número de membros na tabela a seguir leva em conta o período de mandato.

8.10 Outorga de ações

8.10 Outorga de ações

Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Ações entregues – outorgas realizadas nos meses de abril 2022, abril 2023, abril 2024 bem como previsão para abril de 2025

	PREVISÃO			
	2022	2023	2024	2025
	Diretoria Estatutária			
Nº total de membros	9,00	8,70	7,25	8,00
Nº de membros remunerados	9,00	8,70	7,00	7,00
Data de Outorga	01/04/2022	01/04/2023	01/04/2024	01/04/2025
Quantidade de ações outorgadas	878.584	1.077.368	1.634.717	1.702.537
Prazo para que as ações se tornem exercíveis	01/04/2026	01/04/2027	01/04/2028	01/04/2029
Prazo máximo para entrega das ações	01/04/2026	01/04/2027	01/04/2028	01/04/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos
Valor justo das ações na data de outorga	13,74	6,23	7,61	5,96
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	12.071.748	6.712.003	12.440.198	10.147.120

Este item não se aplica ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal por não possuir remuneração variável. O reconhecimento contábil das outorgas foi realizado de acordo com o CPC10.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		7,25	
N° de membros remunerados		5,00	
N° de ações		249.538	
Preço médio ponderado de aquisição		8,60	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		6,11	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		621.349,62	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros		8,70	
N° de membros remunerados		4,00	
N° de ações		255.267	
Preço médio ponderado de aquisição		12,81	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		6,50	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		1.610.734,77	
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Precificação das ações/opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

As outorgas realizadas sob a regência do Plano de Outorga de Opções de Ações vigente até o final de 2019, utilizavam o modelo Binomial para as opções que pressupunha a existência de duas trajetórias possíveis no comportamento dos preços dos ativos – uma ascendente e outra descendente. Assim, era construída uma árvore com as trajetórias de preço para que se determinasse o valor da ação em uma data futura, com base na volatilidade definida e no intervalo de tempo entre os passos da árvore do momento da precificação até o vencimento. O processo de precificação deste modelo foi realizado pelo método *Backward Induction* (indução para trás), partindo do último ponto no vencimento até o ponto de partida.

Para os planos de *Performance Shares* e *Matching*, as informações detalhadas constam do item 8.4.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O modelo de precificação Binomial adotado no Plano de Opções levava em consideração na precificação as premissas de preço do ativo-objeto, preço de exercício, volatilidade, taxa de retorno de dividendos, taxa livre de risco, prazo de carência e prazo de vida da opção, e eram utilizadas as seguintes premissas:

- Preço do Ativo-objeto: o preço das ações da Dexco (DXCO3) utilizado para o cálculo era o preço de fechamento da B3;
- Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utilizava-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M;
- Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 365 retornos diários de fechamento da ação DXCO3, divulgada pela B3, ajustados pela variação do IGP-M;
- Taxa de Dividendos: utilizada a taxa de 2%;
- Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada era o cupom de IGP-M;
- Prazo de vida da opção: o prazo de vida da opção era estabelecido na ocasião de sua emissão;
- Prazo de carência da opção: o prazo de carência da opção era estabelecido na ocasião de sua emissão.

Para os planos de *Performance Shares* e *Matching*, as informações detalhadas constam do item 8.4.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O Plano de Opções da Dexco vigente até o final de 2019, previa um período de carência para cada série outorgada que poderia variar de 1 a 5 anos, a contar do ano da emissão da opção. Até o final do período de carência, não podia ocorrer o exercício das opções. O período de carência era definido quando da emissão das séries de opções. A partir do final do período de carência, a opção podia ser exercida a qualquer momento até o final do período de vigência fixado. A precificação das opções realizada através da árvore binomial levava em conta o período de carência do exercício delas.

Não aplicável aos planos de *Performance Shares* e *Matching*.

8.12 Precificação das ações/opções

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 365 retornos diários dos preços de fechamento da ação DXCO3, ajustados pelo IGP-M.

Não aplicável aos planos de *Performance Shares* e *Matching*.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

A série histórica era ajustada em razão de desdobramentos, bonificações e grupamentos.

Não aplicável aos planos de *Performance Shares* e *Matching*.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 - Participações detidas por órgão

Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

A tabela abaixo contempla o total de valores mobiliários de emissão da Companhia e de sua Controladora, em 31 de dezembro de 2024:

	Categoria	Conselho de Administração ¹	Conselho Fiscal ¹	Diretoria Estatutária ²
Emissor				
Dexco S.A.	Ações Ordinárias	16.290.167	24.864	4.097.772
Controlador				
Itaúsa S.A.	Ações Ordinárias	1.014.363.164	-	27.577.620
	Ações Preferenciais	582.686.525	-	12.821.630
Total Emissor + Controlador		1.613.339.856	24.864	44.497.022

1 – Inclui posição de membros efetivos | 2 – Informação referente apenas aos membros da Diretoria Estatutária da Dexco, não contemplando pessoas vinculadas e Diretores não estatutários.

8.14 Planos de previdência

8.14 Planos de previdência

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	11,5	7,25
c. número de membros remunerados	3,0	7,00
d. nome do plano	Plano PAI-CD	
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2	1
f. condições para se aposentar antecipadamente	Para a aposentadoria antecipada, os participantes devem atender aos seguintes requisitos: 1. mínimo de 55 anos de idade; 2. mínimo de 10 anos de plano; e 3. não ter mandato ativo ou vínculo empregatício com os patrocinadores.	
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	5.783.762	35.959.413
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	60.600	2.573.903
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não há possibilidade de resgate antecipado de contribuições	

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	7,25	8,70	9,00	11,50	11,90	12,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	7,25	8,70	9,00	8,83	8,90	9,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	19.622.039,18	18.637.932,25	14.984.243,00	1.080.000,00	1.080.000,00	1.080.140,16	140.183,52	136.800,00	134.141,16
Valor da menor remuneraçãoReal	2.099.592,04	2.824.435,25	2.359.298,80	360.000,00	360.000,00	360.140,16	140.183,52	136.800,00	134.141,16
Valor médio da remuneraçãoReal	6.073.021,77	5.234.305,36	4.879.853,71	564.305,41	577.505,77	573.154,29	140.183,52	136.800,00	133.358,75

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2024; Valor da menor remuneração individual: Desconsiderando-se os membros do Diretoria Estatutária que atuaram menos de 12 meses ao longo do ano de 2024; Diretoria: o valor da maior, menor e média remuneração fixa, variável e os benefícios suportados pela Companhia.	
31/12/2023	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2023; Valor da menor remuneração individual: Desconsiderando-se os membros do Diretoria Estatutária que atuaram menos de 12 meses ao longo do ano de 2023; Diretoria: o valor da maior, menor e média remuneração fixa, variável e os benefícios suportados pela Companhia.	
31/12/2022	Média anual calculada de acordo com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2022; Valor da menor remuneração individual: desconsiderando-se os membros da Diretoria Estatutária que atuaram menos de 12 meses ao longo do ano de 2022; Diretoria: o valor da maior, menor e média remuneração fixa, variável e os benefícios suportados pela Companhia.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2024; Valor da menor remuneração individual: Desconsiderando-se os membros do Conselho de Administração que atuaram menos de 12 meses ao longo do ano de 2024; Conselho da Administração: o valor da maior, menor e média remuneração anual individual dos conselheiros considera a somatória da remuneração fixa no Conselho de Administração, além dos benefícios suportados pela Companhia.	
31/12/2023	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2023; Valor da menor remuneração individual: Desconsiderando-se os membros do Conselho de Administração que atuaram menos de 12 meses ao longo do ano de 2023; Conselho da Administração: o valor da maior, menor e média remuneração anual individual dos conselheiros considera a somatória da remuneração fixa no Conselho de Administração, além dos benefícios suportados pela Companhia.	
31/12/2022	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2022; Valor da menor remuneração individual: Desconsiderando-se os membros do Conselho de Administração que atuaram menos de 12 meses ao longo do ano de 2022; Conselho da Administração: o valor da maior, menor e média remuneração anual individual dos conselheiros considera a somatória da remuneração fixa no Conselho de Administração, além dos benefícios suportados pela Companhia.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2024. Os valores de Maior, menor e média, estão iguais com base nos critérios estabelecidos OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP onde estabelece que devemos considerar colaboradores que atuaram por 12 meses no ano, nesse caso, temos apenas um colaborador nessa condição.	
31/12/2023	Média anual calculada de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP 2024 em linha com o item 8.2; Valor da maior remuneração individual: o membro em questão atuou durante os 12 meses do ano de 2023.	
31/12/2022	Considerando que a menor remuneração de membros do Conselho Fiscal deve considerar apenas os conselheiros fiscais que atuaram durante os 12 meses do ano, conforme orientações do item 10.2.8.13 do Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, e, em 2022, apenas 1 conselheiro fiscal permaneceu empossado durante os 12 meses do ano, a remuneração anual deste conselheiro é indicada no campo de menor remuneração. Esta foi, igualmente, a maior remuneração paga a um conselheiro fiscal no exercício de 2022. A remuneração média dos conselheiros fiscais, de outro lado, é calculada por meio da divisão do total da remuneração, pela média de conselheiros fiscais durante o exercício social. Em 2022, este cálculo resultou em valor inferior à remuneração mínima do exercício.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Abaixo, os percentuais da remuneração total do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal reconhecida no resultado da Companhia que sejam partes relacionadas:

ANO 2025 - PREVISÃO	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Partes relacionadas aos controladores (%)	68,10%	0,00%	0,00%

ANO 2024	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Partes relacionadas aos controladores (%)	68,51%	0,00%	0,00%

ANO 2023	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Partes relacionadas aos controladores (%)	66,23%	0,00%	0,00%

ANO 2022	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Partes relacionadas aos controladores (%)	64,57%	0,00%	0,00%

Estão sendo considerados apenas membros do Conselho de Administração que também fazem parte do Bloco de Controle da Companhia.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 Remuneração - Outras funções

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram reconhecidos no resultado da Companhia, valores correspondentes a outras remunerações aos membros do Conselho de Administração ("Conselho"), da Diretoria Estatutária, do Conselho Fiscal ou dos Comitês de Assessoramento ao Conselho, que por qualquer razão pudessem ter sido exercidos fora da função que ocupam.

Não há previsão para o exercício social corrente, de qualquer pagamento de valores por outras funções que porventura possam eles ocupar.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram reconhecidos valores no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

Não há previsão para o exercício corrente, de pagamento ou reconhecimento de valores no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Outras informações relevantes

Em complementação às informações do item 8.2., que apresenta a remuneração global dos administradores e membros do conselho fiscal, líquidos de encargos sociais de ônus do empregador, e em conformidade com a recomendação do Ofício-Circular/CVM/SEP 2024, destacamos a seguir os montantes dos encargos sociais incidentes de responsabilidade da Companhia.

ANO 2025 - PREVISÃO	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Remuneração Global	5.360.000	36.820.995	415.475	42.596.470
INSS s/ Remuneração Fixa	1.072.000	2.132.574	83.095	3.287.669
INSS s/ Remuneração Variável	-	5.231.625	-	5.231.625
TOTAL INSS	1.072.000	7.364.199	83.095	8.519.294

ANO 2024	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Remuneração Global	4.922.500	26.222.730	420.551	31.565.781
INSS s/ Remuneração Fixa	984.500	2.102.961	84.110	3.171.571
INSS s/ Remuneração Variável	-	3.141.585	-	3.141.585
TOTAL INSS	984.500	5.244.546	84.110	6.313.156

ANO 2023	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Remuneração Global	5.073.333	30.827.159	410.400	36.310.892
INSS s/ Remuneração Fixa	1.014.667	2.323.652	82.080	3.420.398
INSS s/ Remuneração Variável	-	3.841.780	-	3.841.780
TOTAL INSS	1.014.667	6.165.432	82.080	7.262.178

8.20 Outras informações relevantes

ANO 2022	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Remuneração Global	5.080.000	28.325.823	399.680	33.805.503
INSS s/ Remuneração Fixa	1.016.000	2.447.874	79.936	3.543.810
INSS s/ Remuneração Variável	-	3.217.291	-	3.217.291
TOTAL INSS	1.016.000	5.665.165	79.936	6.761.101

A Companhia esclarece que os administradores estatutários têm suas remunerações definidas considerando diversos fatores, inclusive suas funções, escopo de atuação, autonomia, senioridade, grau de responsabilidade pelo resultado da companhia, *know how* e tempo de atuação no cargo e na Companhia, bem como a negociação com cada administrador no momento de sua contratação. As remunerações pagas aos administradores estatutários e sua compatibilidade com parâmetros de mercado são, ainda, analisadas periodicamente.

A parcela da remuneração variável dos membros da Diretoria está relacionada a metas individuais de cada Diretor, considerando sua área de atuação na Companhia. Os resultados das Divisões de negócio da Companhia podem ter desempenhos distintos, ainda que o resultado global da Companhia seja único em cada exercício social, o que impacta a alocação da remuneração variável entre os membros da Diretoria Executiva.

A Companhia esclarece, por fim, que a remuneração de todos os administradores estatutários é compatível com os acordos com cada administrador, com a Política de Remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal e com o limite global de remuneração aprovado pela Assembleia Geral.

Ainda, com relação ao Item 8.5, conforme estabelecido no item 8.6, a última outorga realizada pela Dexco no programa de Stock Options (Opções de Compra de Ações) foi realizada em 2019. Dessa forma, a quantidade de membros remunerados no órgão Diretoria Estatutária, corresponde aos executivos que ainda estão na Companhia, e com isso detêm opções de ações em aberto.

No que tange ao item 8.11, com relação ao exercício de 2022, não foram entregues efetivamente ações aos Diretores Estatutários nesse exercício.

Com relação ao item 8.15 (Remuneração mínima, média e máxima), o montante descrito no “Valor da maior remuneração real” da Diretoria Executiva, diz respeito a remuneração do Diretor Presidente da Companhia (CEO) no período em questão. Já no órgão conselho fiscal, os valores de maior, menor e média, estão iguais com base nos critérios estabelecidos no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP, onde estabelece que se deve considerar colaboradores que atuaram por 12 meses no ano, nesse caso, a Companhia detém apenas um colaborador nessa condição.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA		Juridica	61.562.112/0001-20
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
01/01/2020		01/01/2020	
Descrição dos serviços prestados			
Em 2021, prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) relativo às revisões das informações trimestrais e demonstrações financeiras e consultoria em projeto. Em 2022 prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) relativo às revisões das informações trimestrais e demonstrações financeiras e consultoria em projetos. Em 2023 prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) relativo às revisões das informações trimestrais e demonstrações financeiras e consultoria em projetos.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) relativo às revisões das informações trimestrais e demonstrações financeiras de 2021, totalizaram R\$ 2.674.000,00 (R\$ 2.360.000,00 referente à prestação de serviços de auditoria independente nas empresas no Brasil e na Colômbia e R\$ 314.000,00 referente aos serviços relativos à auditoria) e serviços de consultoria R\$ 347.000,00. Prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) relativo às revisões das informações trimestrais e demonstrações financeiras de 2022, totalizaram R\$ 2.715.000,00 (R\$ 2.449.000,00 referente à prestação de serviços de auditoria independente nas empresas no Brasil e na Colômbia e R\$ 266.000,00 referente aos serviços relativos à auditoria) e serviços de consultoria R\$ 345.000,00. Prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) relativo às revisões das informações trimestrais e demonstrações financeiras de 2023, totalizaram R\$ 2.875.000,00 (R\$ 2.606.000,00 referente à prestação de serviços de auditoria independente nas empresas no Brasil e R\$ 249.000,00 referente aos serviços prestados na Colômbia.			
Justificativa da substituição			
Período de rotação obrigatória, nos termos da regulamentação aplicável.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda		Juridica	61.366.936/0001-25
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
01/01/2024		01/01/2024	
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de Auditoria das informações trimestrais - ITR e demonstrações financeiras controladora e consolidada do ano de 2024			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			

Tendo em vista que o exercício social de 2024 será o primeiro ano de serviços da Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda. como auditoria independente da Companhia, ainda não houve a realização de qualquer remuneração a esta empresa.
Justificativa da substituição
Não Aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não Aplicável

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	272	542	0	0	0
Não-liderança	2855	8089	0	0	0
TOTAL = 11.758	3127	8631	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	16	658	12	93	0	0	35
Não-liderança	85	5708	916	3350	15	0	870
TOTAL = 11.758	101	6366	928	3443	15	0	905

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	79	628	107
Não-liderança	3473	6381	1090
TOTAL = 11.758	3552	7009	1197

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	4	754	56
Não-liderança	510	9658	776
TOTAL = 11.758	514	10412	832

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	46	0	684	84	0
Não-liderança	0	1667	0	7805	1472	0
TOTAL = 11.758	0	1713	0	8489	1556	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	169	1544	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	2602	5887	0	0	0
Sul	356	1200	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 11.758	3127	8631	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	11	263	157	731	2	0	549
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	78	4860	699	2524	10	0	318
Sul	12	1243	72	188	3	0	38
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 11.758	101	6366	928	3443	15	0	905

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	585	976	152
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	2490	5145	854
Sul	477	888	191
Exterior	0	0	0
TOTAL = 11.758	3552	7009	1197

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

- a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem:

i. identidade autodeclarada de gênero

Homens	Mulheres	Total ¹
8.631	3.127	11.758

1 – Considera apenas as operações brasileiras

ii. identidade autodeclarada de cor ou raça

Cor ou Raça	Número de Empregados ¹	Percentual
Branca	6.366	54,1%
Parda	3.443	29,3%
Amarela	101	0,9%
Preta	928	7,9%
Indígena	15	0,1%
Prefere Não Responder	905	7,7%
Total	11.758	100%

1 – Considera apenas as operações brasileiras

iii. faixa etária

Categoria Funcional	Até 30 anos	Entre 31 e 50 anos	A partir de 51 anos	Total
Conselho ¹	0	7	15	22
Diretoria	0	11	4	15
Gerência	0	89	14	103
Coordenação	17	290	42	349
Superior	496	939	86	1.521
Supervisão	60	229	31	320
Técnico	167	573	97	837
Operacional	2.116	4.472	862	7.450
Administrativo	221	399	46	666
Aprendiz	475	0	0	475
Total	3.552	7.009	1.197	11.758

10.1 Descrição dos recursos humanos

1 - Considera membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e Fiscal, além de membros remunerados dos comitês de assessoramento ao Conselho.

iv. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

Categoria Funcional	Homens	Mulheres	Total ¹
Conselho ²	17	5	22
Diretoria	11	4	15
Gerência	73	30	103
Coordenação	230	119	349
Superior	791	730	1.521
Supervisão	206	114	320
Técnico	762	75	837
Operacional	6.096	1.354	7.450
Administrativo	271	395	666
Aprendiz	174	301	475
Total	8.631	3.127	11.758

1 – Considera apenas as operações brasileiras | 2 – Considera membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e Fiscal, além de membros remunerados dos comitês de assessoramento ao Conselho.

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Localização Geográfica ¹	Terceirizados
Nordeste	1.273
Sudeste	12.208
Sul	2.593
Exterior	-
Total	16.074

1 – A Companhia não possui colaboradores terceirizados na região Norte e Centro-Oeste do país

c. índice de rotatividade

Ano	Índice de Rotatividade ¹
2022	34%
2023	39%
2024	32%

1 – Os dados da série histórica foram ajustados para garantir a padronização conforme o novo critério de cálculo da taxa de rotatividade definida como o número de desligamentos da categoria dividido pelo número total de colaboradores.

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Quantidade de Colaboradores Nordeste

Em 2024, a Dexco vendeu a unidade de negócio Hydra, localizada em Aracaju (encerrando assim uma parcela significativa das suas operações na região nordeste), diante de tal movimentação, é possível justificar a variação em relação ao número total de colaboradores publicados de um ano para o outro, considerando a reestruturação realizada.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

A Dexco tem como política de remuneração a mediana para a definição do salário fixo, contudo a composição da remuneração fixa adicionada à variável de curto prazo pode chegar no terceiro quartil de mercado. Esta combinação visa a atração e retenção de profissionais com foco no alcance e superação de resultados.

Tal prática estrutura-se a partir do Plano de Cargos e Salários que contempla todos os níveis da organização: gerencial, administrativo e operacional. O Plano de Cargos e Salários é construído com base no peso relativo dos cargos, nos valores praticados pelo mercado e no equilíbrio interno das funções, possibilitando a progressão salarial tanto horizontal, a título de mérito (progressão dentro da mesma faixa salarial), quanto vertical, a título de promoção (progressão dentro da estrutura organizacional).

Anualmente, realizam-se pesquisas salariais, que contemplam as práticas de remuneração de Companhias nacionais e multinacionais dos mais diversos ramos de atividades e nas diversas regiões do país. Com base nestas pesquisas, a prática em vigor é analisada e, se aplicável, são efetuados os ajustes, de forma a manter a competitividade da Companhia frente ao mercado e dar sustentação para a atração e a retenção dos melhores profissionais. A Companhia efetua, também, os reajustes salariais anuais em conformidade com os índices definidos nos Acordos Coletivos de Trabalho negociados com cada uma das respectivas categorias de trabalhadores.

A remuneração variável objetiva incentivar seus colaboradores na busca de atingir e superar as metas e os resultados em todos os níveis da organização. É aplicada de forma diferenciada, para os diversos níveis da organização, buscando um alinhamento entre as atividades desenvolvidas, os desafios aplicáveis a cada um dos níveis e os resultados esperados. Para os funcionários da área comercial, mais especificamente os que compõem a força de vendas, a Companhia confere uma remuneração variável mensal a partir dos resultados obtidos em relação às metas de faturamento, receita líquida total / unitária, volume de vendas, linhas de produtos e clientes.

Além disso, todos os funcionários são elegíveis ao Programa de Participação nos Resultados, que visa incentivar o desempenho individual, o trabalho em equipe e o engajamento de todos no esforço de crescimento e criação de valor para a Companhia. O regulamento do programa, que traz todas as condições de aplicação dele, é negociado com os diversos sindicatos que representam as categorias de trabalhadores da Companhia.

O Plano de Outorga de Opções de Ações, apresentado no item 8 deste formulário, foi descontinuado em 2020, entretanto as outorgas vigentes foram aplicadas para alguns gerentes, sempre vinculado à avaliação de desempenho e aprovado pela Diretoria Estatutária e pelo Conselho de Administração.

O novo programa de incentivos de longo prazo contempla 3 planos: *performance shares*, *matching* e ações restritas, detalhado no item 8 do formulário. Os objetivos deste plano são: reconhecer e recompensar os colaboradores pelos resultados obtidos em períodos superiores a um ano, integrando-os no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazos, e permitindo-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Dexco.

b. política de benefícios

Com relação aos benefícios, destacam-se:

- **Assistência Médica:** para todos os funcionários e seus dependentes legais até 24 anos, concedendo diferentes padrões de cobertura e diferentes níveis de participação individual de acordo com o nível hierárquico e o plano escolhido;

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

- **Vale-refeição ou alimentação no local de trabalho:** para todos os funcionários, com valores diferentes por região geográfica e com contribuição individual de acordo com a faixa salarial e tempo de empresa;
- **Seguro de vida em grupo e de acidentes pessoais:** para todos os funcionários, com valores diferenciados de cobertura e com participação individual de acordo com a faixa salarial;
- **Plano de Previdência Complementar:** para todos os funcionários que aderirem à Fundação Itaúsa Industrial. Seu regulamento prevê a contribuição da Companhia em percentual de 50% a 100% do recurso aportado pelos funcionários.

Além dos descritos acima, a Companhia ainda oferece auxílio funeral, cesta básica, transporte, convênio previdenciário, antecipação e complementação do auxílio-doença e acidentário, empréstimo parcelado/especial, cesta de Natal, brinquedos para filhos até 12 anos, reembolso de creche por 24 meses e facilidade para aquisição de medicamentos a partir de convênios com farmácias.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Regras gerais de pagamento de planos de remuneração baseados em ações:

i. grupos de beneficiários

Todos os colaboradores da Dexco e Controladas são elegíveis ao recebimento de ações restritas, entretanto a nomeação e distribuição destas está condicionado a um número máximo de 30 pessoas por ano. Excepcionalmente, as ações poderão ser outorgadas a administradores de Companhias controladas ou a funcionários categorizados da Dexco ou das mencionadas Companhias.

As ações poderão ainda ser atribuídas a pessoas altamente qualificadas no ato de sua contratação para a Dexco ou Companhias controladas.

ii. condições para exercício

Só haverá outorga de ações com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas

iii. preços de exercício

Não há preço de exercício nesta modalidade, uma vez que as ações serão transferidas da Dexco aos seus colaboradores, sem custo, desde que atendidos todos os termos e condições da concessão de ações restritas

iv. prazos de exercício

As ações serão transferidas após o prazo de 3 (três) anos da concessão.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A quantidade total de ações a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite máximo de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Dexco que os acionistas majoritários e minoritários possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício

Plano de Opções de Ações

i. grupos de beneficiários

Condições para exercício das opções dos programas que ainda estão vigentes. Esta concessão de opções teve sua última outorga no ano de 2019.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

ii. condições para exercício

As opções, sem prejuízo do prazo de vigência, só poderão ser exercidas após o período de carência e fora dos períodos de suspensão estabelecidos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação.

O titular das opções avisará à área responsável pelo gerenciamento do Plano, na Companhia, a data em que exercerá as opções, com antecedência mínima de 48 horas, podendo ser as mesmas exercíveis total ou parcialmente. As ações adquiridas farão jus a dividendos e demais proventos como se houvessem sido compradas, na mesma data, na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”).

iii. preços de exercício

O preço de exercício, a ser pago à Dexco, será fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para a fixação do preço de exercício das opções em geral, o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Dexco nos pregões B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”), no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério do Comitê de Pessoas, facultado, ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice designado pelo Comitê de Pessoas, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão (“B3”).

iv. prazos de exercício

O período de carência de cada série será fixado pelo Comitê de Pessoas na emissão, podendo sua duração variar entre os prazos de AE+1 ano e AE+5 anos, sendo AE o ano civil de emissão, de modo que a carência sempre termine no último dia do último ano civil desse prazo.

O período de carência se extinguirá se ocorrer o desligamento do titular nas condições previstas ou o seu falecimento.

Os períodos de suspensão do exercício de opções serão determinados, quando necessário, para ordenar os trabalhos de subscrição.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite máximo de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Dexco que os acionistas majoritários e minoritários possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Com uma operação essencialmente fabril, a Dexco encerrou o ano de 2024 com cerca de 80,2% de seus colaboradores alocados em cargos de nível operacional, técnico ou de entrada, e, conseqüentemente, com uma remuneração mais próxima do piso salarial da categoria. Com isso, a relação entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados no Brasil é de 293 vezes. Importante destacar que a Dexco conta com 91,6% dos seus colaboradores no Brasil cobertos por acordos de negociação coletiva, garantindo que todos os direitos deste grupo sejam resguardados.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Além disso, em 2024, a remuneração anual mediana dos empregados, desconsiderando o Diretor Executivo (ou posição equivalente), foi de R\$ 42.890,00, enquanto a remuneração média anual foi de R\$ 63.100,00. Já a remuneração total do CEO, que contempla valores fixos, variáveis e demais parcelas previstas pelas normas contábeis nacionais, foi de R\$ 12.568.500,00. A partir desses dados, a razão entre a remuneração anual do Diretor Executivo e a dos colaboradores foi de 293 vezes em relação à mediana e 199 vezes em relação à média.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
12.568.500,00	42.890,00	293,04
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

O relacionamento da Companhia com os sindicatos patronais que a representa e com os sindicatos laborais que representam seus colaboradores é institucional, alicerçado em condutas ética e legalista. A Companhia procura manter e aperfeiçoar o contato com as entidades de forma a imprimir transparência e prover condições sustentáveis na relação entre o capital e trabalho.

Além das reuniões de negociação de data-base e de demandas pontuais, a empresa convida os sindicatos a se reunirem, ao menos, mais 4 (vezes) durante ano, especificamente para acompanhar os indicadores, atingimentos e resultados do Programa de Participação nos Lucros, ocasião em que são debatidos e compartilhados resultados das unidades, dos negócios e da Corporação, sempre acompanhados da comissão interna de trabalhadores do PLR.

Atualmente a Companhia se relaciona com os seguintes sindicatos profissionais:

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Olaria, Cimento e seus Produtos no Estado de Pernambuco;
- Sindicato dos Trabalhadores Ceramistas de Jundiá e Região;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Piso e Revestimentos Cerâmicos Esmaltados, Louças Sanitárias e Porcelanatos Polidos e Esmaltados do Estado da Paraíba;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria de Cerâmica para Construção do Fibrocimento e outras fibras minerais e sintéticas, da Construção Civil do Mobiliário e Artefatos de madeira de Criciúma e Região;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário de Taquari;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Uberaba;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção, Mobiliário e de Cerâmicas de Itu e Região;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Bauru e Região;
- Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Móveis de Madeira, Serrarias, Carpintarias, Tornearias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibra de Madeiras, de Móveis de Junco e Vime, de Vassouras, de Cortinados e Estofos de São Paulo;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo e Mogi das Cruzes;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Jundiá;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas do Estado de Sergipe;
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São José dos Campos e Região;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agudos – SP;
- Sindicato dos Empregados Rurais de Botucatu, Anhembí, Itatinga e Bofete – SP;
- Sindicato dos Empregados Rurais de Itapetininga, Angatuba, Alambari e Campina do Monte Alegre;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lençóis Paulista – SP;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uberaba;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Peças e Pre-Fabricados em Concreto do Estado de São Paulo
- Sindicato Dos Trabalhadores Nas Indústrias Da Construção E Do Mobiliário De Botucatu

A Companhia possui instrumentos coletivos negociados direta (Acordo Coletivo) ou indiretamente (Convenção Coletiva) com praticamente todos os sindicatos profissionais acima relacionados, exceto em relação ao Sindicato de Criciúma.

Em Criciúma, o Sindicato Laboral optou pela judicialização da negociação sem greve, através de processo de dissídio coletivo, o qual foi julgado extinto pelo judiciário, sem julgamento do mérito, por ausência de mútuo acordo. Mesmo assim, a empresa realizou a antecipação da proposta final apresentada ao sindicato, mantendo todos os benefícios, concedendo reajuste com aumento real e abono, mitigando os efeitos da demora e ausência de acordo coletivo.

Foram negociados aproximadamente 70 instrumentos coletivos entre as unidades da Dexco e os respectivos sindicatos laborais em 2024. Além dos acordos e convenções de data-base, foram negociados ou renovados

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

os programas de participação nos lucros e resultados, os regulamentos das comissões de trabalhadores do PLR, acordos específicos relacionados a jornada, licenças sindicais etc. Todas as negociações foram conduzidas prezando pelo diálogo e pela construção de acordos e condições sustentáveis às relações do trabalho. Em todas as unidades a empresa concedeu reajuste salarial aderente a prática de mercado e aos limites econômicos de cada operação. Neste ano não houve qualquer paralisação ou greve em razão de conflitos sindicais.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 - Regras políticas e práticas

Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O CPC 5 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas, é o pronunciamento técnico que requer a divulgação de relacionamentos com partes relacionadas, inclusive aplicado às demonstrações contábeis individuais, de transações e saldos existentes, incluindo compromissos, nas demonstrações contábeis consolidadas e separadas de controladora ou investidores em conjunto da investida ou com influência significativa sobre ela, apresentadas de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 35 – Demonstrações Separadas e CPC 36 – Demonstrações Consolidadas.

Em 28 de junho de 2011, o Conselho de Administração instituiu o Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas com o objetivo de estabelecer que as transações com partes relacionadas sejam realizadas em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e que visem assegurar que essas transações sejam desenvolvidas por meio de um processo transparente que alinhe os interesses da Companhia às melhores práticas de governança corporativa. Esse referido comitê é composto apenas por membros independentes do Conselho de Administração.

A Dexco possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração desde 28/05/2012, disponibilizada na sede da Companhia e disponível no site de Relações com Investidores. Essa política estabelece, dentre outros pontos, que a Diretoria da Companhia atuará de forma a garantir que as transações com partes relacionadas:

- Sejam formalizadas, especificando-se no respectivo instrumento as suas principais características: preços, quantidades, descontos, prazos, garantias, impostos e taxas, direitos e responsabilidades;
- Sejam realizadas em condições de mercado levando em consideração, em primeiro lugar, os interesses da Organização, observando condições estritamente comutativas, negociadas de forma independente, mediante processo transparente, ético e em conformidade com a legislação vigente;
- Estejam claramente refletidas e divulgadas nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras e no Formulário de Referência, conforme determinado na Deliberação CVM 642, de 7 de outubro de 2010.
- Que o Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas, análise, previamente, as transações que serão submetidas ao Conselho de Administração, conforme estabelecido no “Regimento do Comitê para Avaliação de Transações com Partes Relacionadas”. Caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre um potencial Transação Relevante com Parte Relacionada.

Nas situações nas quais membro do Conselho de Administração envolvido na aprovação da transação esteja impedido de deliberar a respeito da matéria em virtude de potencial conflito de interesse, este deverá declarar-se impedido e não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões relacionadas ao assunto, bem como deverá explicar seu envolvimento na transação e fornecer detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata que deliberar sobre a transação. Quando se tratar de Transação com Parte Relacionada que deva ser aprovada pela Assembleia Geral de acionistas por determinação legal, a transação deverá ser examinada pelo Comitê.

A Política de Transações com Partes Relacionadas da Dexco está disponível no link <https://ri.dex.co/governanca-corporativa/acordo-de-acionistas-estatuto/>.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ABC ATACADO BRASILEIRO DA CONSTRUÇÃO S.A. (denominação social: Mysa S.A.)	31/12/2023	65.318.000,00	21.922.000,00	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Empresa ligada ao Controlador					
Objeto contrato	Fornecimento de produtos da Dexco S.A das divisões Metais e Louças e Revestimentos.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Comércio de material de construção das marcas das divisões Metais e Louças e Revestimentos. Transações comerciais recorrentes de fornecimento de material de construção para venda no mercado interno.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Copa Energia Distribuidora de Gás S.A.	31/12/2024	1.682.000,00	0	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Empresa ligada ao controlador					
Objeto contrato	Aquisição de gás para uso na produção de produtos					
Garantia e seguros	Não Há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Aquisição de gás para uso na produção de produtos pela controladora Dexco S.A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Itaú Corretora de Valores	31/12/2023	518.000,00	0	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Empresa ligada ao controlador					
Objeto contrato	Despesas com escriturações de valores mobiliários, taxas e emolumentos.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Rescisão voluntária do contrato e adoção de um novo prestador de serviço para realizar a atividade.					
Natureza e razão para a operação	Escrituração, compra e venda de valores mobiliários, realização de pagamentos, custódia e transferência de titularidade.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ITAÚ UNIBANCO S.A.	31/12/2023	21.000.000,00	13.300.000,00	0	Até abril de 2027	
Relação com o emissor	Empresa ligada ao controlador					
Objeto contrato	Prestação de serviços e pagamentos					
Garantia e seguros	Não Há					
Rescisão ou extinção	Se qualquer PARTE descumprir qualquer obrigação prevista no contrato, não justificada e sanada após 30 (trinta) dias da respectiva notificação, o convênio poderá ser automaticamente resolvido pela parte prejudicada.					
Natureza e razão para a operação	Convênio de cooperação técnica					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ITAÚ UNIBANCO S.A.	31/12/2023	824.470,00	878.285,00	0	1 ano	100
Relação com o emissor	Empresa ligada ao Controlador					
Objeto contrato	Remuneração das aplicações financeiras dos valores disponíveis no caixa da Dexco Empreendimentos LTDA . com taxas normais de mercado. Operação CDB 100% CDI a.a					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira com objetivo de rentabilizar o caixa da Cia. Aplicação referente a Dexco Empreendimentos LTDA, com vencimento em 1 ano e liquidez diária.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ITAÚ UNIBANCO S.A.	31/12/2023	438.700,00	477.408,00	0	1 ano	100
Relação com o emissor	Empresa ligado ao controlador					
Objeto contrato	Remuneração das aplicações financeiras dos valores disponíveis no caixa da Estrela do Sul Participacoes LTDA. com taxas normais de mercado. Operação CBD 100% CDI a.a					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira com objetivo de rentabilizar o caixa da Cia. Aplicação referente a Estrela do Sul Participacoes LTDA, com vencimento em 1 ano e liquidez diária.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ITAÚ UNIBANCO S.A.	31/12/2023	1.898.351,00	1.944.339,00	0	6 meses	99,5
Relação com o emissor	Empresa ligada ao Controlador					
Objeto contrato	Remuneração das aplicações financeiras dos valores disponíveis no caixa da Castelatto LTDA. com taxas normais de mercado. Operação CDB 99,5% CDI.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Aplicação financeira com objetivo de rentabilizar o caixa da Cia. Aplicação referente a Castelatto LTDA, com vencimento em 6 meses e liquidez diária.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Itaúsa S.A.	31/12/2024	3.626.000,00	0	0	36 meses	
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Aluguel com respectivas garagens do Edifício Luiz de Moraes Barros, na Avenida Paulista nº 1938, onde está localizado a sede da Companhia					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	A locatária poderá resilir imotivadamente o contrato com notificação prévia á locadora, com sessenta dias de antecedência, sem que sejam impostas quaisquer penalidades a locatária. O contrato ficará rescindido, sem direito a indenização para qualquer das partes, nos casos de desapropriação, incêndio, catástrofe, enchentes de proporção descomunais, ou de qualquer outro fato político, social, ou milita, ou qualquer outro fato que impeça a utilização do imóvel.					
Natureza e razão para a operação	ÁREA LOCADA - Área total de lage, medição usual de mercado. PRAZO E REAJUSTE - Válido por 36 meses com vencimento em 31 de dezembro de 2025 reajustado anualmente de acordo com o índice de mercado (IPCA).					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
LD Celulose S.A.	31/12/2024	11.122.000,00	1.037.805,48	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Fornecimento de produtos da controlada Duratex Florestal no mercado interno					
Garantia e seguros	Não Há					
Rescisão ou extinção	Liquidação em seu vencimento.					
Natureza e razão para a operação	Fornecimento de produtos da controlada Duratex Florestal no mercado interno.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
LD Celulose S.A.	31/12/2024	16.963.000,00	0	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Aquisição de florestas pela Duratex Floresta					
Garantia e seguros	Não Há					
Rescisão ou extinção	Liquidação em seu vencimento, conforme cláusulas contratuais.					
Natureza e razão para a operação	Vendas de florestas da coligada LD Celulose para controlada Duratex Florestal.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
LD Celulose S.A.	31/12/2024	76.074.000,00	3.757.000,00	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Comercialização de energia elétrica para abastecimento de unidades fabris da Compradora					
Garantia e seguros	Não Há					
Rescisão ou extinção	Liquidação em seu vencimento, conforme cláusulas contratuais.					
Natureza e razão para a operação	Comercialização pela LD Celulose S.A. de excedente de energia contratada no ambiente de contratação livre (ACL) à Dexco S.A., em conformidade com a legislação aplicável, para o período de 2023 a 2025, que representa para todo o período o montante global aproximado de R\$ 97,5 milhões.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Leo Madeiras Máquinas e Ferragens Ltda	31/12/2024	269.362.000,00	9.387.832,74	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Empresa ligada ao membro do Conselho de Administração					
Objeto contrato	Fornecimento de produtos da Dexco S.A da divisão madeira (Painéis de MDF e MDP)					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Comércio de painéis de madeiras em MDF/MDP da Dexco S.A para a Leo Madeiras Máquinas & Ferramentas Ltda.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ligna Florestal Ltda	31/12/2024	7.574.000,00	52.015.867,42	0	Vencimento em julho 2036, podendo ser renovado automaticamente por mais 15 anos.	
Relação com o emissor	Empresa ligada ao membro do Conselho de Administração					
Objeto contrato	Contrato de arrendamento rural firmado com a Duratex Florestal Ltda, controlada da Dexco S.A, relativo á terrenos que são utilizados para reflorestamento e saldo de passivos de arrendamento.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Contrato de arrendamento de terras em Minas Gerais e Rio Grande do Sul.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mysa S.A.	31/12/2024	101.774.000,00	26.284.108,15	0	Indeterminado	
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Fornecimento de produtos da Dexco S.A da divisão deca e revestimentos.					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Não há					
Natureza e razão para a operação	Comércio de material de construção Deca e Revestimentos.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Salo Davi Seibel e Hélio Seibel	30/03/2021	230.010.000,00	207.217.890,00	0	Até 15/02/2038	
Relação com o emissor	Membro do Conselho de Administração					
Objeto contrato	Aval concedido nos financiamentos BNDES para a Dexco S.A					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	A liquidação do contrato de financiamento junto ao BNDES					
Natureza e razão para a operação	Garantia do sócio, proporcional a sua participação no bloco de controle, de forma a avalizar operação de crédito junto ao banco BNDES.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

As medidas adotadas pela Companhia para tratamento de potenciais conflitos de interesses em transações com partes relacionadas estão descritas em sua Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, e observam os princípios da legalidade, transparência, comutatividade e alinhamento ao melhor interesse da Companhia.

Nos termos da referida Política, e conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social, os membros dos órgãos colegiados que tiverem conflito de interesses em determinada matéria devem declarar-se impedidos, não tendo acesso a informações, nem participando das discussões e deliberações sobre o tema. O impedimento, assim como a justificativa e a identificação das partes envolvidas, deve constar expressamente da ata da respectiva reunião.

A Companhia atua de forma a assegurar que todas as transações com partes relacionadas sejam realizadas em condições de mercado, com base em negociações conduzidas de maneira independente, observando rigorosos critérios de comutatividade e sempre priorizando os interesses da Organização.

Essa diretriz aplica-se integralmente às operações descritas no item 11.2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, destacam-se como normativos relevantes para a mitigação de conflitos de interesses:

- Regimento interno do Conselho de Administração, cláusulas 4 e 11.
- Regimento Interno da Diretoria, cláusula 7.
- Estatuto Social, capítulo IV.
- Código de Conduta, capítulo “Relação com Poder Público”.
- Política de Transações com Partes Relacionadas, itens 6.3 e 7.2.

Todos os documentos acima mencionados estão disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.dex.co/>) na seção “Governança Corporativa”, item “Acordo de Acionistas, Estatutos e Políticas”.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O caráter comutativo das condições pactuadas nas transações realizadas com partes relacionadas, incluindo valor total, prazos, encargos financeiros aplicáveis e demais condições relevantes, está evidenciado no Quadro 11.2 deste Formulário de Referência.

Tais transações são conduzidas de forma a assegurar que suas condições sejam equivalentes às que prevaleceriam em operações realizadas com terceiros independentes, observando critérios técnicos e de mercado para sua validação.

Adicionalmente, conforme detalhado no item 11.1, a Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que disciplina os procedimentos aplicáveis e tem por finalidade garantir que essas transações sejam realizadas com transparência, integridade e alinhamento às melhores práticas de governança corporativa, contribuindo para a adequada gestão de potenciais conflitos de interesses.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso dos negócios da Companhia e, em condições acordadas entre as partes.

As transações entre partes relacionadas são avaliadas por Comitê composto por conselheiros independentes.

Em 31 de dezembro de 2024 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
03/05/2023		3.370.188.626,80
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
820.566.246	0	820.566.246

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
03/05/2023		3.370.188.626,80
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
820.566.246	0	820.566.246

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
03/05/2023		3.370.188.626,80
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
820.566.246	0	820.566.246

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
31/08/2009		0,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
920.000.000	0	920.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui emissões fora de seu país de origem.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Nota Comercial (CRA)
Data de emissão	13/06/2022
Data de vencimento	11/06/2032
Quantidade	600.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	600.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	642.207.059,15
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Para mais informações checar o item 12.9
Características dos valores mobiliários de dívida	Para mais informações checar o item 12.9
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares de Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora ("Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais"). A Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 187ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures
Data de emissão	17/05/2019
Data de vencimento	17/05/2026
Quantidade	120.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	1.200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	608.214.888,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Agente de Liquidação e Escriturador e à B3, de, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado descrito acima (observado que, caso o resgate antecipado facultativo aconteça em qualquer data de pagamento da Remuneração ou do Valor Nominal Unitário, deverá ser desconsiderado os valores pagos em tais datas) correspondente a 0,3% (trinta centésimos por cento) ao ano pelo prazo remanescente entre a data do efetivo resgate antecipado das Debêntures e a Data de Vencimento.

Características dos valores mobiliários de dívida

As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder, sob o regime de melhores esforços de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, tendo como público alvo Investidores Profissionais. Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros da Companhia e para o reforço de caixa e capital de giro da Companhia.

As Debêntures serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, observado, ainda, o cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente de Liquidação e Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome do Debenturista.

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia e sem preferência.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas, sendo: (i) a primeira parcela, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 17 de maio de 2024; e (ii) a segunda parcela, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida na Data de Vencimento.

A remuneração das Debêntures será a seguinte: (i) atualização monetária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e (ii) juros remuneratórios: sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 108,00% (cento e oito por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização extraordinária das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 17 dos meses de maio e novembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 17 de novembro de 2019 e o último, na Data de Vencimento.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Não há.
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Nota Comercial
Data de emissão	31/03/2022
Data de vencimento	31/03/2028
Quantidade	300.000
Unidade	
Valor nominal global R\$	300.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	309.316.015,50
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 31 de março de 2024, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais (“Resgate Antecipado Facultativo”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário e (c) de prêmio flat incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano pelo prazo remanescente entre a data do efetivo resgate antecipado das Notas Comerciais e a Data de Vencimento

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

As Notas Comerciais serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições intermediárias integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, nas condições previstas no “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Dexco S.A.” a ser celebrado entre, de um lado, a Emitente, e, do outro, o Coordenador Líder, conforme definido abaixo (“Contrato de Distribuição”).

As Notas Comerciais poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores em geral depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definidos), nos termos do §1º do art. 15 da Instrução CVM 476, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento pela Emitente de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Notas Comerciais deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O prazo de 90 (noventa) dias para restrição de negociação das Notas Comerciais referido acima não será aplicável ao Coordenador Líder, na hipótese do exercício da garantia firme, conforme previsto no inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, desde que sejam observadas as seguintes condições: (i) o Investidor Profissional (conforme definido abaixo) adquirente das Notas Comerciais observe o prazo de 90 (noventa) dias de restrição de negociação, contado da data do exercício da garantia firme pelo Coordenador Líder; (ii) o Coordenador Líder verifique o cumprimento das regras previstas nos art. 2º e 3º da Instrução CVM 476; e (iii) a negociação das Notas Comerciais seja realizada nas mesmas condições aplicáveis à Oferta, podendo o valor de transferência das Notas Comerciais ser atualizado pela respectiva Remuneração (conforme abaixo definida).

Garantias: As Notas Comerciais não serão garantidas por garantias reais ou fidejussórias.

Atualização Monetária das Notas Comerciais: O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente.

Remuneração

Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de spread (sobretaxa) de 1,7055% (um inteiro e sete mil e cinquenta e cinco milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”).

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há.

Outras características relevantes

Não há.

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Nota Comercial (CRA)
Data de emissão	15/10/2023
Data de vencimento	14/10/2033
Quantidade Unidade	500.000
Valor nominal global R\$	500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	534.296.227,91
Restrição a circulação	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	Investidores Profissionais e Qualificados
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Para mais informações checar o item 12.9
Características dos valores mobiliários de dívida	Para mais informações checar o item 12.9
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o previsto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora (“Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais”). A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 285ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Nota Comercial (CRA)
Data de emissão	20/12/2023
Data de vencimento	20/12/2033
Quantidade Unidade	375.000
Valor nominal global R\$	375.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	375.777.722,55
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Para mais informações checar o item 12.9
Características dos valores mobiliários de dívida	Para mais informações checar o item 12.9
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o previsto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora (“Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais”). A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 308ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	7
Nota Comercial	0	5	1

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações de emissão da Companhia são admitidas à negociação na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o *ticker* DXCO3 e estão listadas no Novo Mercado.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valor mobiliário admitido à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior, nos termos do art. 2º da Lei nº 6.385/1976, que estabelece as normas aplicáveis ao mercado de valores mobiliários e exige, entre outros critérios, a realização de oferta pública ou estruturação voltada à captação de recursos junto a investidores. No entanto, mantinha, na referida data, (i) uma Nota de Crédito à Exportação (“NCE”) contratada com instituição financeira sediada no Panamá, com vencimento previsto para 2027; e (ii) três linhas de financiamento na modalidade 4131, todas negociadas com instituições financeiras do Canadá, cujos vencimentos estão previstos para 2025, 2026 e 2027. Assim, as operações mencionadas são tratadas exclusivamente como instrumentos de dívida financeira, de natureza bilateral, não se sujeitando, portanto, ao regime jurídico aplicável aos valores mobiliários previsto na legislação.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais

Não foram destinados recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios nos últimos três exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações complementares ao item 12.3/12.7

País de Origem	Brasil
Valor mobiliário	Notas Comerciais
Data de emissão	13/06/2022
Data de vencimento	11/06/2032
Quantidade (Unidades)	600.000
Valor nominal global (Reais)	600.000.000,00
Saldo devedor em aberto	642.207.059,15
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Banco Depositário	Banco Bradesco S.A.
Condições de conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não há.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate antecipado Facultativo A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, (i) a partir do 36º (trigésimo sexto) mês, ou seja, de 11 de junho de 2025 (inclusive), em relação às Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, e (ii) a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês, ou seja, 11 de junho de 2026 (inclusive), em relação às Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série a serem resgatadas, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate Antecipado Facultativo, calculado <i>pro rata temporis</i> desde a data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, incidente sobre o valor Nominal Unitário e (ii) de prêmio <i>flat</i> incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série a serem resgatadas, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, conforme o caso, correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano pelo prazo remanescente entre a data do efetivo resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série e a respectiva Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, conforme o caso, calculado de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo, sendo que, caso (B) seja maior que (A), o prêmio a ser pago

12.9 Outras informações relevantes

pela Emitente será dado pela diferença entre (B) e (A) ("**Prêmio de Resgate Facultativo das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série**" e, em conjunto com o Prêmio de Resgate Facultativo das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, "**Prêmio de Resgate Facultativo**"): (A) ao Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, calculada, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (*exclusive*), dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série; ou (B) a soma do Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, e da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, não pagos, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo até a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com *duration* aproximada equivalente à *duration* remanescente das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série.

Resgate Antecipado Obrigatório

A qualquer momento a partir da primeira Data de Integralização, caso seja observada a hipótese da Cláusula 6.1.2(vi)d, a Emitente deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais ("**Resgate Antecipado Obrigatório**").

Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, o valor devido pela Emitente será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório, incidente sobre o Valor Nominal Unitário e (ii) de prêmio flat incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, conforme o caso, correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano pelo prazo remanescente entre a data do efetivo resgate antecipado das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série e a respectiva Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, conforme o caso, calculado de acordo com a seguinte fórmula ("**Prêmio de Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais**"): (A) ao Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, calculada, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (*exclusive*), dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série; ou (B) a soma do Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, e da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, não pagos, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório até a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com *duration* aproximada equivalente à *duration* remanescente das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série na data do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série.

12.9 Outras informações relevantes

Escriturais da Primeira Série”).

Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo, sendo que, caso (B) seja maior que (A), o prêmio a ser pago pela Emitente será dado pela diferença entre (B) e (A) (“**Prêmio de Resgate Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série**”): (A) ao Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, calculada, *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (*exclusive*), dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série; ou (B) a soma do Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, e da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, não pagos, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório até a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com *duration* aproximada equivalente à *duration* remanescente das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série na data do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado conforme fórmula abaixo, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série e das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, em conjunto ou individualmente, endereçada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA (“**Oferta de Resgate Antecipado**”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma: A Emitente realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 4.16 acima (“**Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado**”), com 20 (vinte) Dias Úteis de antecedência mínima da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) o valor do resgate, esclarecendo se há incidência de prêmio e sua fórmula de cálculo, que não poderá ser negativo; (b) forma de manifestação, à Emitente, pela Securitizadora, caso esta aceite a Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate das Notas Comerciais Escriturais e pagamento aos titulares das Notas Comerciais Escriturais, que deverá ser em Dia Útil; (d) o local do pagamento das Notas

12.9 Outras informações relevantes

	Comerciais Escriturais objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos titulares das Notas Comerciais Escriturais. Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário A Emitente poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos deste Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (sendo vedado o resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais, mediante envio de comunicação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do resgate, realizar o resgate antecipado total das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário"). No caso de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário, o valor a ser pago pela Emitente em relação a cada uma das Notas Comerciais Escriturais será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais, acrescido: (a) da respectiva Remuneração, conforme o caso, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.
Características dos valores mobiliários de dívida	i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado Observado o disposto neste Termo de Emissão, e ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado, da Oferta de Resgate Antecipado, do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário das Notas Comerciais Escriturais: (i) as Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série terão prazo de vigência de 2.192 (dois mil cento e noventa e dois) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de junho de 2028 ("Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série"); e (ii) as Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série terão prazo de vigência de 3.651 (três mil, seiscentos e cinquenta e um) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de junho de 2032 ("Data de Vencimento das Notas Comerciais Estruturais da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, "Data de Vencimento"). A Securitizadora deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Comerciais Escriturais e exigir, mediante notificação por escrito, o imediato pagamento, pela Emitente, do Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração devida, calculada pro rata temporis, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidente até a data de seu efetivo pagamento, respeitados os respectivos prazos de cura, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emitente ou

12.9 Outras informações relevantes

	consulta aos titulares dos CRA, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses previstas na Cláusula 6.1.1 do Termo de Emissão (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”). A Securitizadora deverá convocar, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado não automático, conforme abaixo descritos (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático” e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, as “Hipóteses de Vencimento Antecipado”), em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência da respectiva hipótese, observado eventual prazo de cura aplicável, Assembleia Geral de Titulares de CRA, observado os procedimentos previstos no Termo de Securitização, para deliberar sobre a eventual não decretação do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais. ii. Juros Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) (“Taxa DI”), acrescida de <i>spread</i> (sobretaxa) a ser definida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, limitada a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série”). A Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (<i>inclusive</i>), até a Data de pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série em questão ou a data de pagamento em razão de vencimento antecipado em decorrência de vencimento antecipado, de Resgate Antecipado Facultativo ou de Oferta de Resgate Antecipado, o que ocorrer primeiro (<i>exclusive</i>). A Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão. Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, sendo tal percentual limitado ao que for maior entre: (i) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 2030, baseada na cotação indicativa da data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br),

12.9 Outras informações relevantes

	acrescida exponencialmente de spread de 0,48% (quarenta e oito centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série" e, em conjunto com a Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série, "Remunerações"). A Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série imediatamente anterior (<i>inclusive</i>), até a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série em questão ou a data de pagamento em razão de vencimento antecipado em decorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado, Oferta de Resgate Antecipado, Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário das Notas Comerciais Escriturais, o que ocorrer primeiro (<i>exclusive</i>). A Remuneração das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série deverá ser calculada de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão. Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais da Primeira Série não será atualizado monetariamente. Atualização Monetária das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série será objeto de atualização monetária mensalmente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da primeira Data de Integralização até o seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais da Segunda Série, de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: Não aplicável. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado Não aplicável. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: • à distribuição de dividendos: não aplicável.

12.9 Outras informações relevantes

	• à alienação de determinados ativos: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emitente e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) operacional(is) e não circulante(s), exceto: (a) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) realizada exclusivamente entre a Emitente e qualquer de suas Controladas Relevantes, desde que referida Controlada Relevante permaneça sob o Controle da Emitente, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; ou (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) (i) cujo valor contábil, individual ou agregado, somado ao valor contábil de cessão, venda, alienação ou transferência das cessões, vendas, alienações e/ou transferências realizadas desde a Data de Emissão, seja igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Emitente, sendo tal ativo calculado com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emitente ou (ii) independentemente do valor contábil, caso a cessão, venda, alienação e/ou transferência de tal(is) ativo(s) não cause um Efeito Adverso Relevante, o que deverá ser indicado, se houver, nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emitente. • à contratação de novas dívidas: não aplicável. • emissão de novos valores mobiliários: não aplicável. • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cisão, fusão, incorporação (no qual a Emitente é incorporada) ou incorporações de ações da Emitente exceto se (a) tiver sido assegurado aos Titulares de CRA que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate dos CRA detidos por eles, mediante o pagamento pela Emitente à Securitizadora do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação do Titular de Notas Comerciais Escriturais nesse sentido, observada, ainda, a obrigatoriedade de envio de comunicação pela Emitente à Securitizadora, ao Agente Fiduciário dos CRA, ao Agente de Liquidação e Escriturador sobre tal resgate antecipado nos termos desta alínea, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de pagamento do resgate antecipado; ou (b) após eventual incorporação, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. permaneça, direta ou indiretamente, no controle da incorporadora, nos termos do item (vi) acima; observado que, para fins de esclarecimento, não será considerada uma Hipótese de Vencimento Antecipado, para os fins deste item (viii), as operações societárias (i) exclusivamente entre

12.9 Outras informações relevantes

	Controladas da Emitente, desde que a Emitente mantenha o Controle, direto ou indireto, da(s) Controlada(s) em questão; (ii) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), de qualquer de suas Controladas; ou (iii) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), das ações de emissão de qualquer de suas Controladas;
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares de Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora (" Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais "). A Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 187ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

País de Origem	Brasil
Valor mobiliário	Notas Comerciais
Data de emissão	15/10/2023
Data de vencimento	14/10/2033
Quantidade (Unidades)	500.000
Valor nominal global (Reais)	500.000.000,00
Saldo devedor em aberto	534.296.227,91
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais e Qualificados
Banco Depositário	Banco Bradesco S.A.
Condições de conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não há.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, de 15 de outubro de 2027 (<i>inclusive</i>), realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo ("Prêmio de Resgate Facultativo"): (A) o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada, pro rata temporis, desde a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (<i>exclusive</i>), (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais; ou (B) a soma das parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e/ou da Remuneração das Notas Comerciais Estruturais, devidas e não pagas, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo até a Data do Vencimento das Notas Comerciais Estruturais, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa

12.9 Outras informações relevantes

interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com *duration* aproximada mais próxima à *duration* remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<https://www.anbima.com.br/informacoes/ima/ima-carteira.asp>)

apurada no Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado (i) aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e (ii) à outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.

Resgate Antecipado Obrigatório

A qualquer momento a partir da Data de Integralização, caso ocorra a hipótese de alteração do controle direto ou indireto, observadas as exceções previstas na Cláusula 6.1.3(v), a Emitente deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (**“Resgate Antecipado Obrigatório”**). Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo (**“Prêmio de Resgate Obrigatório”**): (A) o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), (ii) dos Encargos Moratórios, se houver e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais; ou (B) a soma das parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e/ou da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, devidas e não pagas, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório até a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com *duration* aproximada mais próxima à *duration* remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<https://www.anbima.com.br/informacoes/ima/ima-carteira.asp>) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado (i) aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e (ii) à outros acréscimos referentes às Notas Comerciais.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, endereçada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA (**“Oferta de Resgate Antecipado”**). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma: A Emitente realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 4.16 acima

12.9 Outras informações relevantes

	(“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”), com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência mínima da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) o valor do resgate, esclarecendo se há incidência de prêmio, que não pode ser negativo, e sua fórmula de cálculo; (b) forma de manifestação, à Emitente, pela Securitizadora, caso esta aceite a Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate das Notas Comerciais Escriturais e pagamento aos titulares das Notas Comerciais Escriturais, que deverá ser em Dia Útil; (d) o local do pagamento das Notas Comerciais Escriturais objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos titulares das Notas Comerciais Escriturais. Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário A Emitente poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos deste Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (sendo vedado o resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais, mediante envio de comunicação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do resgate (“Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário”). No caso de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário, o valor a ser pago pela Emitente em relação a cada uma das Notas Comerciais Escriturais será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais Escriturais, acrescido: (a) da Remuneração calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.
Características dos valores mobiliários de dívida	i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado Observado o disposto no Termo de Emissão, e ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado, do resgate antecipado decorrente da Oferta do Resgate Antecipado, do Resgate Antecipado Facultativo, do Resgate Antecipado Obrigatório ou do Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário das Notas Comerciais Escriturais, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vigência de 3.652 (três mil, seiscentos e cinquenta e dois) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 14 de outubro de 2033 (“Data de Vencimento”). A Securitizadora deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Comerciais Escriturais e exigir, mediante notificação por escrito, o imediato pagamento, pela Emitente, do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração devida, calculada pro rata temporis, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidente até a data de seu efetivo pagamento, respeitados ou respectivos prazos de cura, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emitente ou

12.9 Outras informações relevantes

	consulta aos titulares aos CRA, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses previstas na Cláusula 6.1.1 do Termo de Emissão (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”). A Securitizadora deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado não automático, conforme abaixo descritos (Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, as “Hipóteses de Vencimento Antecipado”), observado eventual prazo de cura aplicável, Assembleia Geral de Titulares de CRA, observado os procedimentos previstos no Termo de Securitização, para deliberar sobre a eventual decretação do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais. ii. Juros Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual equivalente ao que for maior entre: (i) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 2032, baseada na cotação indicativa do fechamento do dia útil imediatamente anterior à data do Procedimento de Bookbuilding, divulgada pela ANBIMA, acrescida exponencialmente de spread de 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será objeto de atualização monetária mensalmente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), a partir da primeira Data de Integralização até o seu efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: Não aplicável. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado Não aplicável. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: • a distribuição de dividendos: não aplicável • à alienação de determinados ativos: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emitente e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) operacional(is) e não circulante(s), exceto: (a) pelas

12.9 Outras informações relevantes

	vendas de estoque no curso normal de seus negócios, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) realizada exclusivamente entre a Emitente e qualquer de suas Controladas Relevantes, desde que referida Controlada Relevante permaneça sob o Controle da Emitente, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; ou (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) (i) cujo valor contábil, individual ou agregado, somado ao valor contábil de cessão, venda, alienação ou transferência das cessões, vendas, alienações e/ou transferências realizadas desde a Data de Emissão, seja igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Emitente, sendo tal ativo calculado com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emitente ou (ii) independentemente do valor contábil, caso a cessão, venda, alienação e/ou transferência de tal(is) ativo(s) não cause um Efeito Adverso Relevante, o que deverá ser indicado, se houver, nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emitente. • à contratação de novas dívidas: não aplicável. • emissão de novos valores mobiliários: não aplicável. • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cisão, fusão, incorporação (no qual a Emitente é incorporada) ou incorporações de ações da Emitente exceto se (a) tiver sido assegurado aos Titulares de CRA que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate dos CRA detidos por eles, mediante o pagamento pela Emitente à Securitizadora do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação do Titular de Notas Comerciais Escriturais nesse sentido, observada, ainda, a obrigatoriedade de envio de comunicação pela Emitente à Securitizadora, ao Agente Fiduciário dos CRA, ao Agente de Liquidação e Escriturador sobre tal resgate antecipado nos termos desta alínea, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de pagamento do resgate antecipado; ou (b) após eventual incorporação, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. permaneça, direta ou indiretamente, no controle da incorporadora, nos termos do item (vi) acima; observado que, para fins de esclarecimento, não será considerada uma Hipótese de Vencimento Antecipado, para os fins deste item (viii), as operações societárias (i) exclusivamente entre Controladas da Emitente, desde que a Emitente mantenha o Controle, direto ou indireto, da(s) Controlada(s) em questão; (ii) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), de qualquer de suas Controladas; ou (iii) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), das ações de emissão de qualquer de suas Controladas;

12.9 Outras informações relevantes

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o previsto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora (“Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais”). A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 285ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

País de Origem	Brasil
Valor mobiliário	Notas Comerciais
Data de emissão	20/12/2023
Data de vencimento	20/12/2033
Quantidade (Unidades)	375.000
Valor nominal global (Reais)	375.000.000,00
Saldo devedor em aberto	375.777.722,55
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Banco Depositário	Banco Bradesco S.A.
Condições de conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não há.
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, de 20 de dezembro de 2027 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais (“Resgate Antecipado Facultativo”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dentre os apurados conforme os critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo (“Prêmio de Resgate Facultativo”): (A) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada, pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; ou (B) valor presente da soma dos valores remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, e da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, utilizando como taxa DI para 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis baseada no ajuste (interpolação) da curva Pré x DI, a ser divulgada pela B3 em sua página na internet, correspondente ao vértice com número de dias corridos mais próximo à <i>duration</i> remanescente das Notas Comerciais Escriturais, a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente

12.9 Outras informações relevantes

anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula presente no Termo de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver.

Resgate Antecipado Obrigatório

A qualquer momento a partir da Data de Integralização, caso ocorra a hipótese de alteração do controle direto ou indireto, observadas as exceções previstas na Cláusula 6.1.3(v), a Emitente deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (**“Resgate Antecipado Obrigatório”**).

Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dentre os apurados conforme os critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo (**“Prêmio de Resgate Obrigatório”**): (A) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); e (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; ou (B) valor presente da soma dos valores remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, e da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, utilizando como taxa de desconto a taxa DI para 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis baseada no ajuste (interpolação) da curva Pré x DI, a ser divulgada pela B3 em sua página na internet, correspondente ao vértice com número de dias corridos mais próximo à *duration* remanescente das Notas Comerciais Escriturais, a ser apurada no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado conforme fórmula presente no Termo de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver.

Oferta de Resgate Antecipado.

A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, endereçada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA (**“Oferta de Resgate Antecipado”**). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma: A Emitente realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 4.16 acima (**“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”**), com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência mínima da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (i) o valor do resgate, esclarecendo se há incidência de prêmio, que não pode ser negativo, e sua fórmula de cálculo; (ii) forma de manifestação, à Emitente, pela Securitizadora, caso esta aceite a Oferta de Resgate Antecipado; (iii) a data efetiva para o resgate das Notas Comerciais Escriturais e pagamento aos titulares das Notas Comerciais Escriturais, que deverá ser em Dia Útil; (iv) o local do pagamento das Notas Comerciais Escriturais objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (v) demais informações necessárias para

12.9 Outras informações relevantes

	tomada de decisão e operacionalização pelos titulares das Notas Comerciais Escriturais. Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário A Emitente poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos deste Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (sendo vedado o resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais, mediante envio de comunicação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do resgate (“Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário”). No caso de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário, o valor a ser pago pela Emitente em relação a cada uma das Notas Comerciais Escriturais será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais Escriturais, acrescido: (i) da Remuneração calculada, pro rata temporis, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (ii) dos Encargos Moratórios, se houver; e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.
Características dos valores mobiliários de dívida	i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado Observado o disposto neste Termo de Emissão, e ressalvado (a) o vencimento antecipado em decorrência de uma Hipótese de Vencimento Antecipado, (b) o resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado, (c) o Resgate Antecipado Facultativo, (d) o Resgate Antecipado Obrigatório ou (e) o Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário das Notas Comerciais Escriturais, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vigência até 20 de dezembro de 2023 (“Data de Vencimento”). A Securitizadora deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Comerciais Escriturais e exigir, mediante notificação por escrito, o imediato pagamento, pela Emitente, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida, calculada pro rata temporis, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidente até a data de seu efetivo pagamento, respeitados os respectivos prazos de cura, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emitente ou consulta aos titulares aos CRA, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses previstas na Cláusula 6.1.1 do Termo de Emissão (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”). A Securitizadora deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado não automático, conforme abaixo descritos (Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, as “Hipóteses de Vencimento Antecipado”), observado eventual prazo de cura aplicável, Assembleia Geral de Titulares de CRA, observado os procedimentos previstos no Termo de Securitização, para deliberar

12.9 Outras informações relevantes

	sobre a eventual decretação do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais. ii. Juros Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios prefixados a serem definidos de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, correspondente ao percentual equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), conforme taxa referente ao preço de ajuste verificado na data de realização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, divulgado pela B3 em sua página na internet, correspondente ao contrato futuro com vencimento em 02 de janeiro de 2031 (DI1-F31), acrescida exponencialmente de sobretaxa (<i>spread</i>) de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização das Notas Comerciais Escriturais ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive) ("Remuneração"). iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto: não aplicável. iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Não aplicável. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: • à distribuição de dividendos: não aplicável. • à alienação de determinados ativos: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emitente e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) operacional(is) e não circulante(s), exceto: (a) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) realizada exclusivamente entre a Emitente e qualquer de suas Controladas Relevantes, desde que referida Controlada Relevante permaneça sob o Controle da Emitente, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; ou (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) (i) cujo valor contábil, individual ou agregado, somado ao valor contábil de cessão, venda, alienação ou transferência das cessões, vendas, alienações e/ou transferências realizadas desde a Data de Emissão, seja igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Emitente, sendo tal ativo calculado com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emitente ou (ii) independentemente do

12.9 Outras informações relevantes

	valor contábil, caso a cessão, venda, alienação e/ou transferência de tal(is) ativo(s) não cause um Efeito Adverso Relevante, o que deverá ser indicado, se houver, nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emitente. • à contratação de novas dívidas: não aplicável. • emissão de novos valores mobiliários: não aplicável. • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cisão, fusão, incorporação (no qual a Emitente é a incorporada) ou incorporação de ações da Emitente, exceto se (a) tiver sido assegurado aos Titulares de CRA que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate dos CRA detidos por eles, mediante o pagamento pela Emitente à Securitizadora do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação do Titular de Notas Comerciais Escriturais nesse sentido, observada, ainda, a obrigatoriedade de envio de comunicação pela Emitente à Securitizadora, ao Agente Fiduciário dos CRA, ao Agente de Liquidação e Escriturador sobre tal resgate antecipado nos termos desta alínea, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de pagamento do resgate antecipado; ou (b) após eventual incorporação, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. permaneça, direta ou indiretamente, no controle da incorporadora, nos termos do item (v) acima; observado que, para fins de esclarecimento, não será considerada uma Hipótese de Vencimento Antecipado, para os fins deste item (vi), as operações societárias (1) exclusivamente entre Controladas da Emitente, desde que a Emitente mantenha o Controle, direto ou indireto, da(s) Controlada(s) em questão; (2) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), de qualquer de suas Controladas; ou (3) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), das ações de emissão de qualquer de suas Controladas;
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o previsto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora (“Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais”). A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 308ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

As informações abaixo ilustram outros Valores Mobiliários emitidos pela controlada Duratex Florestal S.A.

País de Origem	Brasil

12.9 Outras informações relevantes

Valor mobiliário	Notas Comerciais
Data de emissão	13/06/2022
Data de vencimento	11/06/2032
Quantidade (Unidades)	200.000
Valor nominal global (Reais)	200.000.000,00
Saldo devedor em aberto	220.623.261,54
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais
Banco Depositário	Itaú Unibanco
Condições de conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não há.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, de 11 de junho de 2026 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais (“Resgate Antecipado Facultativo”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo (“Prêmio de Resgate Facultativo”): (A) o Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada <i>pro rata temporis</i>, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (<i>exclusive</i>), dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais; ou (B) a soma do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, e da Remuneração não pagos, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo até a Data do Vencimento, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com <i>duration</i> aproximada equivalente à <i>duration</i> remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (https://www.anbima.com.br) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais. Resgate Antecipado Obrigatório A qualquer momento a partir da Data de Integralização, caso seja observada a hipótese da Cláusula 6.1.2(vi)(i)a.i(i)d, a Emitente deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (“Resgate Antecipado Obrigatório”). Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo, sendo que, caso (B)

12.9 Outras informações relevantes

seja maior que (A), o prêmio a ser pago pela Emitente será dado pela diferença entre (B) e (A) ("**Prêmio de Resgate Obrigatório**"): (A) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais; ou (B) a soma do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, não pagos, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório até a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com *duration* aproximada equivalente à *duration* remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<https://www.anbima.com.br>) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e a outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, endereçada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA ("**Oferta de Resgate Antecipado**"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma: A Emitente realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 4.16 acima ("**Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado**"), com 20 (vinte) Dias Úteis de antecedência mínima da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) o valor do resgate, esclarecendo se há incidência de prêmio e sua fórmula de cálculo, que não poderá ser negativo; (b) forma de manifestação, à Emitente, pela Securitizadora, caso esta aceite a Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate das Notas Comerciais Escriturais e pagamento aos titulares das Notas Comerciais Escriturais, que deverá ser em Dia Útil; (d) o local do pagamento das Notas Comerciais Escriturais objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos titulares das Notas Comerciais Escriturais.

Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário

A Emitente poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos deste Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (sendo vedado o resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais, mediante envio de comunicação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do resgate, realizar o resgate antecipado total das Notas Comerciais

12.9 Outras informações relevantes

	Escriturais (“Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário”). No caso de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário, o valor a ser pago pela Emitente em relação a cada uma das Notas Comerciais Escriturais será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais, acrescido: (a) da respectiva Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.
Características dos valores mobiliários de dívida	i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado Observado o disposto no Termo de Emissão, e ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado, da Oferta do Resgate Antecipado, do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário das Notas Comerciais Escriturais, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vigência de 3.651 (três mil, seiscentos e cinquenta e um) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de junho de 2032 (“Data de Vencimento”). A Securitizadora deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Comerciais Escriturais e exigir, mediante notificação por escrito, o imediato pagamento, pela Emitente, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida, calculada <i>pro rata temporis</i>, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidente até a data de seu efetivo pagamento, respeitados ou respectivos prazos de cura, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emitente ou consulta aos titulares aos CRA, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses previstas na Cláusula 6.1.1 do Termo de Emissão (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”). A Securitizadora deverá convocar, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado não automático, conforme abaixo descritos (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático” e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, as “Hipóteses de Vencimento Antecipado”), em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência da respectiva hipótese, observado eventual prazo de cura aplicável, Assembleia Geral de Titulares de CRA, observado os procedimentos previstos no Termo de Securitização, para deliberar sobre a eventual decretação do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais. ii. Juros Sobre o Valor Nominal Unitário atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, sendo tal percentual limitado ao que for maior entre: (i) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 2030, baseada na cotação indicativa do fechamento do dia útil imediatamente anterior à data do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, divulgada pela ANBIMA em sua página na <i>internet</i>

12.9 Outras informações relevantes

	(https://www.anbima.com.br), acrescida exponencialmente de <i>spread</i> de 0,48% (quarenta e oito centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Notas Comerciais Escriturais, será objeto de atualização monetária mensalmente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da primeira Data de Integralização, inclusive, calculada de forma exponencial e <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis, desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Aniversário (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data de cálculo ("Atualização Monetária"), sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, conforme o caso, de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Emitente nos termos das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pela Securitizadora e/ou pelo Agente Fiduciário dos CRA, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e deste Termo de Emissão, nos termos do artigo 897 e seguintes do Código Civil ("Valor Garantido"), a Avalista, neste ato, se obriga, solidariamente com a Emitente, em caráter irrevogável e irretratável, perante a Securitizadora, como Avalista e principal pagadora, responsável pelo Valor Garantido, até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emitente ou pela Avalista, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emitente no âmbito da Oferta dos CRA ("Aval"). iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado Não aplicável. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: • à distribuição de dividendos: não aplicável. • à alienação de determinados ativos: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emitente e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) operacional(is) e não circulante(s), exceto: (a) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes, conforme o caso; (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) realizada exclusivamente entre a Emitente, a Avalista e qualquer das Controladas Relevantes, desde que referida Controlada

12.9 Outras informações relevantes

	Relevante permaneça sob o Controle da Avalista, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Avalista e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; ou (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) (i) cujo valor contábil, individual ou agregado, somado ao valor contábil de cessão, venda, alienação ou transferência das cessões, vendas, alienações e/ou transferências realizadas desde a Data de Emissão, seja igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Avalista, conforme o caso, sendo tal ativo calculado com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras, conforme o caso, ou (ii) independentemente do valor contábil, caso a cessão, venda, alienação e/ou transferência de tal(is) ativo(s) não cause um Efeito Adverso Relevante, o que deverá ser indicado, se houver, nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Avalista. • à contratação de novas dívidas: não aplicável. • emissão de novos valores mobiliários: não aplicável. • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cisão, fusão, incorporação (no qual a Emitente e/ou Avalista seja a incorporada) ou incorporações de quotas da Emitente e/ou ações da Avalista exceto se (a) tiver sido assegurado aos Titulares de CRA que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate dos CRA detidos por eles, mediante o pagamento pela Emitente à Securitizadora, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i>, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação do Titular de Notas Comerciais Escriturais nesse sentido, observada, ainda, a obrigatoriedade de envio de comunicação pela Emitente à Securitizadora, ao Agente Fiduciário dos CRA, ao Agente de Liquidação e Escriturador sobre tal resgate antecipado nos termos desta alínea, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de pagamento do resgate antecipado; ou (b) após eventual incorporação, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. permaneça, direta ou indiretamente, no controle da incorporadora, nos termos do item (vi) acima; observado que, para fins de esclarecimento, não será considerada uma Hipótese de Vencimento Antecipado, para os fins deste item (viii), as operações societárias (i) exclusivamente entre Controladas da Emitente, desde que a Emitente e/ou a Avalista, conforme o caso, mantenha o Controle, direto ou indireto, da(s) Controlada(s) em questão; (ii) a incorporação, pela Emitente ou pela Avalista (no qual a Emitente ou a Avalista seja a sociedade incorporadora), de qualquer de suas Controladas; ou (iii) a incorporação, pela Emitente ou pela Avalista (no qual a Emitente ou a Avalista seja a sociedade incorporadora), das ações de emissão de qualquer de suas respectivas Controladas;
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Notas Comerciais poderão, a qualquer momento, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora (" Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais "). A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns estabelecidos para as Assembleias

12.9 Outras informações relevantes

	Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 31ª pela True Securitizadora S.A.

País de Origem	Brasil
Valor mobiliário	Notas Comerciais
Data de emissão	15/10/2023
Data de vencimento	14/10/2033
Quantidade (Unidades)	1.000.000
Valor nominal global (Reais)	1.000.000.000,00
Saldo devedor em aberto	1.068.592.455,93
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Investidores Profissionais e Qualificados
Banco Depositário	Banco Bradesco S.A.
Condições de conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não há.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês a contar da Data de Emissão, ou seja, de 15 de outubro de 2027 (<i>inclusive</i>), realizar o resgate antecipado facultativo total das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo ("Prêmio de Resgate Facultativo"): (A) o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada, <i>pro rata temporis</i>, desde a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (<i>exclusive</i>), (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais; ou (B) a soma das parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e/ou da Remuneração das Notas Comerciais Estruturais, devidas e não pagas, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo até a Data do Vencimento das Notas Comerciais Estruturais, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com <i>duration</i> aproximada mais próxima à <i>duration</i> remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do Resgate Antecipado Facultativo, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (https://www.anbima.com.br/informacoes/ima/ima-carteira.asp) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à Data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado (i) aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e (ii) à outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.

12.9 Outras informações relevantes

Resgate Antecipado Obrigatório

A qualquer momento a partir da Data de Integralização, caso ocorra a hipótese de alteração do controle direto ou indireto, observadas as exceções previstas na Cláusula 6.1.3(v), a Emitente deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (“**Resgate Antecipado Obrigatório**”).

Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais Escriturais, o valor devido pela Emitente será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (A) ou (B) abaixo (“**Prêmio de Resgate Obrigatório**”): (A) o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i) da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), (ii) dos Encargos Moratórios, se houver e (iii) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais; ou (B) a soma das parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e/ou da Remuneração das Notas Comerciais Escriturais, devidas e não pagas, desde a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório até a Data de Vencimento das Notas Comerciais Escriturais, trazida ao valor presente até a data do efetivo resgate, utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais com *duration* aproximada mais próxima à *duration* remanescente das Notas Comerciais Escriturais na data do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<https://www.anbima.com.br/informacoes/ima/ima-carteira.asp>) apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Obrigatório, calculado conforme fórmula prevista no Termo de Emissão, e somado (i) aos Encargos Moratórios, se houver, a quaisquer obrigações pecuniárias e (ii) à outros acréscimos referentes às Notas Comerciais.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais Escriturais, endereçada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA (“**Oferta de Resgate Antecipado**”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

A Emitente realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação enviada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRA, nos termos da Cláusula 4.16 acima (“**Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado**”), com 10 (dez) Dias Úteis de antecedência mínima da data em que se pretende realizar a Oferta de Resgate Antecipado, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) o valor do resgate, esclarecendo se há incidência de prêmio, que não pode ser negativo, e sua fórmula de cálculo; (b) forma de manifestação, à Emitente, pela Securitizadora, caso esta aceite a Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data efetiva para o resgate das Notas Comerciais Escriturais e pagamento aos titulares das Notas Comerciais Escriturais, que deverá ser em Dia Útil; (d) o local do pagamento das Notas Comerciais Escriturais objeto da Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização pelos titulares das Notas Comerciais Escriturais.

12.9 Outras informações relevantes

	Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário A Emitente poderá, a qualquer tempo, na hipótese de ser demandada a realizar uma retenção, uma dedução ou um pagamento referente a acréscimo de tributos nos termos deste Termo de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais (sendo vedado o resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais Escriturais, mediante envio de comunicação direta à Securitizadora, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRA, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data do resgate ("Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário"). No caso de Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário, o valor a ser pago pela Emitente em relação a cada uma das Notas Comerciais Escriturais será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais Escriturais, acrescido: (a) da Remuneração calculada, <i>pro rata temporis</i>, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Notas Comerciais Escriturais.
Características dos valores mobiliários de dívida	i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado Observado o disposto no Termo de Emissão, e ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado, do resgate antecipado decorrente da Oferta do Resgate Antecipado, do Resgate Antecipado Facultativo, do Resgate Antecipado Obrigatório ou do Resgate Antecipado Facultativo por Evento Tributário das Notas Comerciais Escriturais, as Notas Comerciais Escriturais terão prazo de vigência de 3.652 (três mil, seiscentos e cinquenta e dois) dias, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 14 de outubro de 2033 ("Data de Vencimento"). A Securitizadora deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Notas Comerciais Escriturais e exigir, mediante notificação por escrito, o imediato pagamento, pela Emitente, do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração devida, calculada <i>pro rata temporis</i>, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidente até a data de seu efetivo pagamento, respeitados ou respectivos prazos de cura, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emitente ou consulta aos titulares aos CRA, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses previstas na Cláusula 6.1.1 do Termo de Emissão ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático"). A Securitizadora deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de vencimento antecipado não automático, conforme abaixo descritos ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Não Automático") e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, as "Hipóteses de Vencimento Antecipado", observado eventual prazo de cura aplicável, Assembleia Geral de Titulares de CRA, observado os procedimentos previstos no Termo de Securitização, para deliberar sobre a eventual decretação do vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais. ii. Juros

12.9 Outras informações relevantes

	Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Notas Comerciais Escriturais incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual equivalente ao que for maior entre: (i) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 2032, baseada na cotação indicativa do fechamento do dia útil imediatamente anterior à data do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, divulgada pela ANBIMA, acrescida exponencialmente de <i>spread</i> de 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; ou (ii) 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será objeto de atualização monetária mensalmente, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), a partir da primeira Data de Integralização até o seu efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão. iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Emitente nos termos das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, bem como eventuais indenizações, todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pela Securitizadora e/ou pelo Agente Fiduciário dos CRA, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escriturais e deste Termo de Emissão, nos termos do artigo 897 e seguintes do Código Civil (“Valor Garantido”), a Avalista, neste ato, se obriga, solidariamente com a Emitente, em caráter irrevogável e irretratável, perante a Securitizadora, como Avalista e principal pagadora, responsável pelo Valor Garantido, até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emitente ou pela Avalista, independentemente de outras garantias contratuais que possam vir a ser constituídas pela Emitente no âmbito da Oferta dos CRA (“Aval”). iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado Não aplicável. v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação: • à distribuição de dividendos: não aplicável. • à alienação de determinados ativos: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Emitente e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) operacional(is) e não circulante(s), exceto: (a) pelas vendas de estoque no curso normal de seus negócios, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras

12.9 Outras informações relevantes

	auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; (b) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) realizada exclusivamente entre a Emitente e qualquer de suas Controladas Relevantes, desde que referida Controlada Relevante permaneça sob o Controle da Emitente, o que deverá ser demonstrado por meio da apresentação das demonstrações financeiras auditadas da Emitente e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes; ou (c) por cessão, venda, alienação e/ou transferência de ativo(s) (i) cujo valor contábil, individual ou agregado, somado ao valor contábil de cessão, venda, alienação ou transferência das cessões, vendas, alienações e/ou transferências realizadas desde a Data de Emissão, seja igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do ativo total da Emitente, sendo tal ativo calculado com base nas então mais recentes Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emitente ou (ii) independentemente do valor contábil, caso a cessão, venda, alienação e/ou transferência de tal(is) ativo(s) não cause um Efeito Adverso Relevante, o que deverá ser indicado, se houver, nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Emitente. • à contratação de novas dívidas: não aplicável. • emissão de novos valores mobiliários: não aplicável. • à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas: hipótese de vencimento antecipado não automático, no caso de cisão, fusão, incorporação (no qual a Emitente é incorporada) ou incorporações de ações da Emitente exceto se (a) tiver sido assegurado aos Titulares de CRA que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate dos CRA detidos por eles, mediante o pagamento pela Emitente à Securitizadora do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da respectiva Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i>, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem qualquer prêmio ou penalidade, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação do Titular de Notas Comerciais Escriturais nesse sentido, observada, ainda, a obrigatoriedade de envio de comunicação pela Emitente à Securitizadora, ao Agente Fiduciário dos CRA, ao Agente de Liquidação e Escriturador sobre tal resgate antecipado nos termos desta alínea, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data de pagamento do resgate antecipado; ou (b) após eventual incorporação, a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. permaneça, direta ou indiretamente, no controle da incorporadora, nos termos do item (vi) acima; observado que, para fins de esclarecimento, não será considerada uma Hipótese de Vencimento Antecipado, para os fins deste item (viii), as operações societárias (i) exclusivamente entre Controladas da Emitente, desde que a Emitente mantenha o Controle, direto ou indireto, da(s) Controlada(s) em questão; (ii) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), de qualquer de suas Controladas; ou (iii) a incorporação, pela Emitente (no qual a Emitente é a sociedade incorporadora), das ações de emissão de qualquer de suas Controladas;
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com o previsto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, os titulares das Notas Comerciais poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da Securitizadora (" Assembleia Geral de Titulares de Notas Comerciais Escriturais "). A Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais Escriturais deverá observar os mesmos ritos, procedimentos e quóruns

12.9 Outras informações relevantes

	estabelecidos para as Assembleias Gerais de Titulares de CRA, conforme descritos no Termo de Securitização.
Outras características relevantes	As Notas Comerciais Escriturais servem de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da 285ª pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Guilherme Setubal Souza e Silva	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	
Raul Guimarães Guaragna	Diretor Presidente	Registrado	

Declaração

Raul Guimarães Guaragna, na qualidade de Diretor Presidente da Dexco S.A., declara para os fins do disposto da Resolução CVM nº 80, que:

- (i) reviu este Formulário de Referência 2025 (ano base 2024);
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- (iii) que as informações contidas neste documento retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 30 de maio de 2025.

DocuSigned by:
Raul Guimarães Guaragna
3EE91C52C44B43B...

Raul Guimarães Guaragna
Diretor Presidente

Declaração

Guilherme Setubal Souza e Silva, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Dexco S.A., declara para os fins do disposto da Resolução CVM nº 80, que:

- (i) reviu este Formulário de Referência 2025 (ano base 2024);
- (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- (iii) que as informações contidas neste documento retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 30 de maio de 2025.

Assinado por:



D35E119BC59846D...

Guilherme Setubal Souza e Silva
Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.